

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Daniel de Moraes Caro

SISTEMATIZAÇÃO DA CRÍTICA DE SKINNER À CULTURA
CONTEMPORÂNEA OCIDENTAL

MESTRADO EM PSICOLOGIA EXPERIMENTAL: ANÁLISE DO
COMPORTAMENTO

SÃO PAULO

2013

Daniel de Moraes Caro

SISTEMATIZAÇÃO DA CRÍTICA DE SKINNER À CULTURA
CONTEMPORÂNEA OCIDENTAL

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre
em Psicologia experimental: Análise do
Comportamento sob a orientação do Prof.
Dr. Sergio Vasconcelos de Luna

Trabalho parcialmente financiado pelo
Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES

SÃO PAULO

2013

ERRATA

- Na folha de rosto, onde se lê “Vasconcelos”, substituir por “Vasconcelos”; onde se lê “financiado pelo”, substituir por “financiado pela”

- No sumário, todos os subtítulos (do terceiro capítulo) após aqueles que se iniciam com “Aprofundamento” ou “Fundamentação” estão subordinados aos primeiros (e, portanto, deveriam estar com maior recuo à esquerda). Por exemplo, o subtítulo “negligência em relação ao futuro remoto da cultura” deveria ser representado da seguinte maneira no sumário:

NEGLIGÊNCIA EM RELAÇÃO AO FUTURO REMOTO DA CULTURA, 149

- Seleção de trechos e levantamento de argumentos, 151

- Aprofundamento dos argumentos levantados, 156

- A preparação para o futuro na evolução do comportamento, 157

- A luta pela liberdade e a perseguição à felicidade como fatores inibidores da preparação da cultura contemporânea com seu futuro remoto, 166

- A tendência ao fracasso de algumas medidas tomadas pela cultura para, supostamente, beneficiar seu futuro remoto, 172

- Conclusão, 173

- Na página 6, a referência do texto de Skinner está na página 569 do texto de 1986a, e não na 1, como aparece na dissertação.

- Na página 220, ignorar o trecho “O empobrecimento do repertório então tem uma nova face: os operantes que” (terceiro parágrafo, de baixo para cima, segunda linha, de baixo para cima)

- Na nota de rodapé 63 (pp.175-6), as páginas não mencionadas do texto de Skinner de 1986 são, nesta ordem, 572, 568 e 569. O texto de 1986 é o texto “1986a”.

- Ao longo de todo o texto correspondente ao item “Empobrecimento do repertório comportamental”, houve uma série de ocorrências da palavra “empobrecimento do comportamento” ou “empobrecer comportamento”. Todas essas ocorrências devem ser substituídas por “empobrecimento do repertório” ou, respectivamente, “empobrecimento do repertório”. Tais ocorrências aparecem nas páginas 175, 181, 189 e 193.

- As seguintes referências, presentes na dissertação, não apareceram na seção de “referências bibliográficas”:

Andery, M. A. P. A., Micheletto, N. e Sérgio, T. M. (2004). Publicações de B. F. Skinner: de 1930 a 2004. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, VI (1), pp. 96-134.

Estes, W. K. e Skinner, B. F. (1941) Some quantitative properties of anxiety. *Journal of Experimental Psychology*, 29, pp. 390-400.

Sério, T. M. e Gioia, P. (2007). *Sobre cultura e ambiente social: origem e processos*. Em: T. M. Sério, N. Micheletto, P. Gioia e Benvenuti (Orgs.) (2007). *Consciência e Análise do Comportamento: questões introdutórias*. (Disponível no site: http://www.pucsp.br/pos/experimental/graduacao/Downloads/consciencia_analise_comportamento_2009.pdf)

Skinner, B. F. (1962). Cultural evolution as viewed by psychologists. Em H. Hoagland, & R. W. Burhoe (Eds.) *Evolution and man's progress*. (pp. 160-176). New York, NY: Columbia University Press

Skinner, B. F. (1966) Contingencies of reinforcement in the design of a culture. Em: B. F. Skinner (1969). *Contingences of Reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 50-74). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1967) Utopia as an experimental culture. Em: B. F. Skinner (1969). *Contingences of Reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 20-49). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.

- Os seguintes textos deveriam aparecer em uma seção de “bibliografia consultada”:

Andery, M. A. (2010). Especificidades e Implicações da Linguagem como Comportamento Verbal. Em: E. Z. Tourinho e S. V. de Luna (orgs), *Análise do Comportamento: Investigações Históricas e Aplicadas* (pp. 61-99). São Paulo: Roca.¹

Laurenti, C. e Lopes, C. E. (2008). Uma Explicação Não-Causal do Comportamento no Behaviorismo Radical. *Acta Comportamentalia*, 16 (3), pp.379-397.²

Sampaio, A. A. S. e Andery, M. A. P. A. (2010). Comportamento Social, Produção Agregada e Prática Cultural: Uma Análise Comportamental de Fenômenos Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (1), pp. 183-192.

Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45, pp. 1206-1210.

Skinnner, B. F. (2007). Porque eu não sou um psicólogo cognitivista. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*. 3 (2), pp. 307-318. (Obra originalmente publicada em 1977).

¹ Esse texto aparece nas referências bibliográficas. No entanto, ele não foi referenciado no texto, ainda que consultado para a realização do trabalho.

² Esse texto aparece nas referências bibliográficas. No entanto, ele não foi referenciado no texto, ainda que consultado para a realização do trabalho.

Banca examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos de fotocopiadora ou eletrônicos.

São Paulo, _____ de abril de 2013.

Assinatura: _____

Caro, D de M. (2013). *Sistematização da Crítica de Skinner à Cultura Contemporânea Ocidental*. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 256 pgs.

Orientador: Sergio Vasconcelos de Luna

Linha de Pesquisa: História e fundamentos epistemológicos, metodológicos, e conceituais da Análise do Comportamento.

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma sistematização da crítica de Skinner à cultura contemporânea ocidental. Duas operações caracterizaram essa sistematização: uma de organização e outra de fundamentação de nove textos de Skinner voltados para a crítica dessa cultura. De modo a situar a maneira pela qual o campo de estudos deste trabalho (cultura) foi abordado por Skinner, realizou-se o primeiro capítulo de modo a caracterizar os pressupostos filosóficos do Behaviorismo Radical. Esse capítulo indicou sobre quais exigências filosóficas a cultura deveria ser abordada. Em seguida, no segundo capítulo, a noção de cultura na obra skinneriana foi explorada. Dois conceitos se revelaram importantes para compreensão da noção de cultura: comportamento social e comportamento verbal. Ambos receberam uma abordagem específica em um item cada um. Além disso, no mesmo capítulo, aprofundou-se ainda mais o conceito de cultura desvendando as relações entre cultura e subjetividade. O capítulo se encerrou com uma discussão sobre uma possível noção de “crítica” que poderia ser aplicada às práticas culturais. Crítica a uma prática cultural seria legítima, na definição de “crítica” adotada no presente trabalho, quando tal prática produzisse ameaça à sobrevivência da cultura. Com base nesse critério, identificaram-se práticas culturais analisadas nos nove textos que poderiam ser consideradas alvo de crítica de Skinner. Essas práticas foram aglutinadas em unidades temáticas que foram o recurso metodológico básico que ajudou na tarefa de sistematização da crítica de Skinner à cultura contemporânea ocidental. Quatro unidades temáticas foram formadas: internalização dos principais determinantes do comportamento, negligência em relação ao futuro remoto, empobrecimento do repertório comportamental e difusão do controle aversivo. Observou-se, nas análises presentes nas unidades temáticas, um forte comprometimento da crítica de Skinner com seu sistema conceitual e filosófico.

Palavras-chave: Cultura; Crítica à cultura; Behaviorismo Radical; Comportamento social; comportamento verbal.

Caro, D. de M. (2013). *Systematization of Criticysm from the Skinner to Contemporary Ocidental Culture*. Master Dissertation. Program of Postgraduate Studies on Experimental Psychology: Behavior Analysis. Pontifícia Universidade Católica of São Paulo. 256 pgs

Advisor: Sergio Luna Vasconcelos

Research Line: History and fundamentals about epistemological, methodological, and conceptual of Behavior Analysis.

ABSTRACT

The present work consists of a systematization of Skinner criticism to contemporary Ocidental culture. Two operations characterize this systematization: one of organization and the next, on the fundamentation of Skinner's nine texts about criticism of this culture. In order to point the way towards the field of studies this work (culture) was approached by Skinner, the first chapter was built in order to characterize the philosophical presuppositions of radical behaviorism. This chapter indicated the philosophical demands of culture should be addressed. Then, in the second chapter, the notion of culture in the work of Skinner was explored. Two concepts have proved important for understanding the concept of culture: social behavior and verbal behavior. Both received a specific approach each one on an item. Moreover, in the same chapter, deepened further the concept of culture unraveling the relationship between culture and subjectivity. The chapter ended with a discussion about a possible notion of "critic" that could be applied at cultural practices. Critic to a cultural practice would be legitimate, the definition of "critic" adopted in the present work, when such practice would produce threat to the survival of the culture. Based on this criterion, we identified cultural practices analyzed in the nine texts that could be considered under criticism from Skinner. These practices were grouped into thematic units that were the basic methodological feature that helped in the task of systematic criticism of Skinner to contemporary Western culture. Four thematic units were formed: internalization of the main determinants of behavior, neglect of the remote future, impoverishment of behavioral repertoire and dissemination of aversive control. It was observed in the present analysis in thematic units, a strong commitment of Skinner's critic with its conceptual and philosophical system.

Keywords: Culture, Culture criticism; radical behaviorism, social behavior, verbal behavior.

*Acho que em algum livro de Ana Maria Machado em que ela relatava suas experiências enquanto leitora de algumas obras literárias, ela dizia algo como “Nós temos o privilégio de nascermos numa casa em que há um baú que guarda tesouros preciosos. São os tesouros que a humanidade produziu. Podemos ignorá-lo enquanto uma velharia. Mas, podemos também abri-lo e, mesmo tendo que lidar com um material empoeirado e até mal cuidado, temos a chance de **descobrir** sua preciosidade. É uma tarefa que não é simples, pois exige disciplina, concentração e, por vezes, é cansativa”.*

Gostaria de dedicar esse trabalho a uma pessoa que me ensinou, antes de tudo, a descobrir. Sei que as responsabilidades de qualquer educador não são pequenas, muito menos simples. A maior delas, talvez, seja esta: ensinar a descobrir. Lamento muito que fui muito mal apresentado a pensadores fantásticos da história da humanidade: nunca compreendi bem a força de suas ideias, mas provavelmente porque, a não ser quando fiz corpo mole, ninguém me ensinou a descobri-las.

Esse não foi o caso com Skinner. Desde meu primeiro ano na graduação, o poder de suas ideias se anunciavam para mim com uma presença evidente. Poderia ter desperdiçado a valiosa oportunidade de estudar mais a fundo suas ideias. Confesso que, se dependesse de mim, o teria feito, numa concessão covarde aos meus preconceitos. Mas, muitos professores de Análise do Comportamento foram tão brilhantes em aproveitarem as lascas de confiança e abertura que lhes confiei que as ideias de Skinner tornaram-se vigorosas a ponto de eu me convencer, lá pelo quinto ano da graduação, que não poderia deixar de estudá-lo com mais profundidade.

*Dedico este trabalho à Ziza, uma das responsáveis por ter me ensinado a **descobrir** Skinner.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 1

O problema de pesquisa, 12

MÉTODO, 13

Organização do trabalho, 13

Especificação das informações coletadas, 13

A seleção de fontes, 14

Levantamento das informações, 16

Tratamento das informações, 17

CAPÍTULO 1 - O BEHAVIORISMO RADICAL E O MODELO DE SELEÇÃO POR CONSEQUÊNCIAS, 21

Uma necessária incursão nos pressupostos filosóficos da AC e a relevância do modelo explicativo selecionista, 21

- Considerações adicionais sobre o modelos de seleção por consequências e suas implicações, 32
 - A interação contínua entre os três níveis de determinação, 32
 - A importância da história e do contexto, 34
 - A crítica às concepções tradicionais relativas à causa do comportamento, 35

CAPÍTULO 2 - A NOÇÃO DE “CULTURA” NA OBRA SKINNERIANA, 41

Cultura na evolução do comportamento, 42

Aspectos do ambiente social, 55

Cultura e comportamento verbal, 62

Cultura e Subjetividade, 84

- Uma breve discussão, 99

A possibilidade de se fazer uma crítica à cultura, 104

CAPÍTULO 3 - A CRÍTICA DE SKINNER À CULTURA CONTEMPORÂNEA, 109

Considerações metodológicas, 109

INTERNALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO, 113

- Seleção de fontes e levantamento de argumentos, 113
- Fundamentos da crítica skinneriana aos determinantes internos do comportamento, 120
 - Os equívocos das explicações internalistas, 120
 - Obstáculos produzidos pelas explicações internalistas na resolução dos problemas da cultura, 132
 - O impacto das explicações internalistas na produção de repertórios de
 - autoconhecimento e autocontrole, 136
 - O impacto das explicações internalistas sobre o grupo: obstáculos ao planejamento cultural, 143

Conclusão, 148

NEGLIGÊNCIA EM RELAÇÃO AO FUTURO REMOTO DA CULTURA, 149

- Seleção de trechos e levantamento de argumentos, 151
- Aprofundamento dos argumentos levantados, 156
- A preparação para o futuro na evolução do comportamento, 157
- A luta pela liberdade e a perseguição à felicidade como fatores inibidores da preparação da cultura contemporânea com seu futuro remoto, 166
- A tendência ao fracasso de algumas medidas tomadas pela cultura para, supostamente, beneficiar seu futuro remoto, 172

Conclusão, 173

EMPOBRECIMENTO DO REPERTÓRIO COMPORTAMENTAL, 174

- Seleção de trechos e levantamento de argumentos, 175
- Aprofundamento da análise das seis práticas produtoras de empobrecimento do repertório, 187
- Divisão e especialização do trabalho, 188
- Economia de trabalho, 202
- Difusão do comportamento governado por regras, 209
- Obediência a leis, 212
- Alta disponibilidade de reforçadores, 214

- Concentração de poder, 217

Conclusão, 222

DIFUSÃO DO CONTROLE AVERSIVO, 224

- Seleção de trechos e levantamento de argumentos, 225

- Fundamentação dos argumentos levantados, 230

- Controle aversivo: componentes e aspectos definidores – reforçamento negativo e seu impacto sobre a cultura, 231

- Controle aversivo: componentes e aspectos definidores – punição, 237

- Os efeitos da punição e seu impacto na cultura, 238

DISCUSSÃO, 245

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 253

O objeto de estudo da Análise do Comportamento (AC) não é uma coisa estática, imediatamente capturável, com começo, meio e fim bem definidos, mas um processo contínuo e ininterrupto: o comportamento. Comportamento é entendido como a relação entre ações de um sujeito (respostas) e eventos que afetam esse sujeito (estímulos). Mas, dizer o que define o comportamento não diz sobre suas relações de determinação. Tais relações, que talvez sejam a espinha dorsal do Behaviorismo Radical (BR) e do sistema conceitual da AC, estão explicitadas no modelo de seleção por conseqüências. Basicamente, esse modelo explicativo pode ser descrito da seguinte forma: variações genéticas, de respostas e de práticas sociais ocorrem e o ambiente, físico e social, as seleciona quando tais variações tiverem valor de sobrevivência (biológica, individual e social). Assim, no caso das variações das respostas (das relações operantes), são, especialmente, as conseqüências do agir, no passado, que determinam o agir no presente. O homem age; o ambiente seleciona. De modo resumido, pode-se dizer que entender uma ação implica entender aquilo que ela produz e produziu: é no intercâmbio do sujeito com a realidade que se encontram os principais determinantes do comportamento.

O ambiente não apenas aguilhoa ou chicoteia, mas seleciona. Sua função é semelhante à da seleção natural [...]. Torna-se clara agora a importância de considerar o que o ambiente produz num organismo, não somente antes como depois de sua resposta. O comportamento é formado e mantido por suas conseqüências. Estabelecido este fato, podemos formular com maior clareza a interação entre o organismo e o meio ambiente. (Skinner, 1971, p.18)

Essa descrição brevíssima de um dos aspectos que singulariza a AC dentro das abordagens da psicologia procura dar destaque à seguinte informação: sujeito e ambiente são o binômio indissociável da AC; a partir do momento que essa abordagem elege o comportamento como objeto de seu estudo, ela assume que ele não pode ser pensado fora do contexto em que ocorre, pois é esse contexto que o determina. Insistindo no caráter relacional do comportamento humano, e no valor das conseqüências do comportamento humano, a AC se desprende de uma manobra epistemológica marcante nas abordagens da psicologia: a noção de que a conduta

humana é derivação de uma realidade ontologicamente distinta da material, é uma mera manifestação de instâncias metafísicas (que, em geral, se situam *imediatamente* antes do comportamento, sendo ele uma manifestação dessas instâncias, um desdobrar incontornável das tendências profundas dos seres humanos), cujos dinamismos intrínsecos são dignos de atenção para se fazer uma ciência psicológica. Nessa noção, tão cara às psicologias atuais, o “pensamento” substitui o pensar; o “conhecimento”, o conhecer; o “sentimento”, o sentir; a “linguagem”, o comportamento verbal, e assim por diante. Por trás de cada comportamento, infere-se uma entidade subjacente que o explique, entidade essa que nunca pode ser acessada de modo independente (cf., por exemplo, Skinner, 1982a/1974¹, 1978b/1957).

A clivagem do homem em duas realidades (mental e corporal) é o primeiro passo para esvaziar-se a ideia de determinação ambiental do comportamento humano. Quando as variáveis determinantes do comportamento humano são buscadas – e “encontradas” – em instâncias metafísicas interiores aos indivíduos, o mundo material vira não material; é deslocado para “mente” e o indivíduo vira causa de si mesmo, despreendendo-se do lastro da realidade material. Agir sobre “mentes”, sobre “espíritos” ou “almas”, drena os esforços de transformação da realidade e das interações com o mundo para a transformação de sujeitos, como se fossem entidades que se produzissem em si mesmas, relativamente autônomas da realidade. O esforço de mudar sujeitos obstrui o de mudar o mundo que o produz; o contexto (seja ele físico ou social) no qual os sujeitos vivem ganha a possibilidade de permanecer intocável quando se procura mudar o mundo interno do homem. Essas ideias são recorrentes na obra skinneriana. Um trecho pode ser destacado, como atestado disso.

Nas formulações mentalistas, o ambiente físico é deslocado para a mente e se torna experiência. O comportamento é transferido para a mente como propósito, intenção, idéias e atos de vontade. [...] Dados tais precedentes bem estabelecidos, não é de surpreender que certas funções comportamentais remanescentes tivessem também sido removidas para o interior (Skinner, 1982a/1974, p.91)

¹ Sempre que uma referência apresentar duas datas, a primeira será relativa à edição consultada e a segunda à publicação original.

Uma das grandes missões da AC é, portanto, justamente fazer o movimento inverso do que Skinner apontou como característico das abordagens mentalistas: “desinternalizar” os determinantes do comportamento e demonstrar a interação contínua do sujeito com seu ambiente regida pelas relações de seleção por conseqüências, pois é aí que se encontram as reais determinações do comportamento.

Ora, ao dar um relevo à interação do sujeito com seu *ambiente*, e sendo esse ambiente, no caso humano, em grande parte constituído por outros indivíduos, a AC deve ou deveria se debruçar, sobretudo, no ambiente social, para compreender o comportamento humano. Se a AC tem como critério de verdade científica o poder de operar na realidade com sucesso, é especialmente em suas formulações relativas à *cultura* que todos os seus pressupostos epistemológicos, seu sistema conceitual, metodologia e intervenções concretas devem ser avaliados enquanto princípios e ações válidos do ponto de vista científico.

Para o Behaviorismo Radical, a cultura é o objeto de estudo/intervenção privilegiado da ciência do comportamento. A possibilidade de atuar sobre a cultura é até mesmo critério de sua validação e, na verdade, talvez o mais importante deles. Assim, para Skinner, apenas quando pudermos fazer da cultura nosso objeto de intervenção poderíamos demonstrar a validade de nosso conceitual.

[...]

Este compromisso com a transformação da cultura [...] tem um duplo papel: o papel de efetivamente mudar o mundo e o papel de servir como ‘critério de verdade’ do conhecimento produzido.

A segunda característica importante do compromisso de Skinner com a transformação da cultura é que este se torna quase que uma implicação necessária de sua proposição básica de tomar o comportamento como seu objeto de estudo e de assumir que comportamento é interação sujeito-ambiente.

A análise das interações sujeito-ambiente, no caso humano, conduz [...] à análise do ambiente social: é no

ambiente social, na cultura, que estão as variáveis mais importantes do controle do comportamento humano. O compromisso com a análise e intervenção sobre a cultura, para Skinner, assume assim não apenas um caráter metodológico, mas é também uma necessidade derivada de seu sistema conceitual. (Andery, 1997a, pp.431-2)

Todas essas ideias discutidas até aqui confluem no sentido de sustentar a ideia de que para a AC empreender uma compreensão abrangente do comportamento humano ela não pode deixar de lado as determinações culturais do comportamento. Isso implica dizer que compreender o comportamento requer compreender o *ambiente cultural*.

Na obra skinneriana, é possível identificar duas maneiras de abordar a cultura. Uma delas é *conceitual*, genérica, no sentido de caracterizar o fenômeno em sua abrangência. Esse tratamento inclui perguntas como: O que é uma cultura? O que a singulariza frente aos demais fenômenos não culturais? Quais aspectos conferem unidade à diversidade de fenômenos culturais que se apresentam?

Nessa maneira de tratar a cultura, a abordagem do fenômeno exigiu defini-lo, conceituá-lo, caracterizá-lo; requereu identificar suas especificidades, seus contornos definidores. Mais do que isso, estudar a cultura implicou o desafio de abordá-la dentro dos parâmetros conceituais e epistemológicos da AC e do BR. Em um texto de Skinner (2007/1981) intitulado *Seleção por Consequências*, o autor apresentou uma noção da evolução das culturas que se harmoniza com seu o modelo de explicativo, que, por sua vez, constituiu a chave de inteligibilidade tanto da evolução das espécies como da evolução do comportamento operante. Em outras palavras, o fenômeno cultural pôde ser capturado sem romper com os pressupostos básicos que conferem sustentação a todo o sistema conceitual da AC: o nascimento das culturas é um fenômeno excepcional na história da evolução da espécie humana (talvez seja o aspecto que a define e a diferencia das outras espécies); mas não há nenhum *salto* ontológico na emergência desse fenômeno (a dimensão desse fenômeno é tão *física* quanto qualquer outro fenômeno comportamental), isto é, a cultura, como a evolução das espécies e do comportamento operante, obedece às mesmas relações de determinação: não há necessidade de supor nenhuma entidade explicativa que subverta a dinâmica de seleção por consequências para compreender tal fenômeno. A

relação entre a evolução das culturas e o modelo de explicativo selecionista é testemunhada na seguinte passagem da obra de Skinner:

[...] em certos aspectos o reforço operante se assemelha à seleção natural da teoria da evolução. Assim como as características genéticas que surgem como mutações são selecionadas ou rejeitadas por suas conseqüências, também as novas formas de comportamento são selecionadas pelo reforço. Há ainda uma terceira espécie de seleção que se aplica às práticas culturais. O grupo adota um dado procedimento [...] seja planejadamente seja através de algum evento que, na medida em que se refira ao efeito sobre o grupo, pode ser inteiramente acidental. Como característica do ambiente social, essa prática pode afetar o sucesso do grupo na competição com outros grupos ou com o ambiente não-social. As práticas culturais que são vantajosas tenderão a ser características dos grupos que sobrevivem e que, portanto, perpetuam essas práticas. Portanto, pode-se dizer que algumas práticas culturais têm um valor de sobrevivência, enquanto outras são letais no sentido genético. (Skinner, 1998/1953, pp. 467-8)

A segunda forma de abordar a cultura, na obra de Skinner, é enquanto matéria de interpretação, de observação e análise do modo *particular* como ela se apresenta no presente contexto histórico. As *presentes* práticas sociais são tomadas como objeto de estudo, são alvo de interpretação dentro dos alicerces epistemológicos do BR e dentro dos parâmetros que serviram de delimitação do conceito de cultura. Dizendo de outro modo, a partir de uma dada definição de cultura e a partir de uma dada visão de homem e de mundo, Skinner parte para a observação e análise de seus elementos constitutivos no modo como eles se apresentam no presente contexto histórico. A cultura, nesse sentido, agora não é mais abordada no sentido genérico; é abordada em seu sentido *específico*, no modo particular como ela se apresenta nos dias de hoje.

Nessa segunda forma de abordar a cultura, mais especificamente a cultura ocidental contemporânea, Skinner enxerga e analisa especialmente certas práticas que

constituem uma ameaça à sobrevivência da própria cultura. É nesse sentido, enquanto práticas sociais que, ainda que se perpetuem, podem ameaçar a existência do próprio homem, que Skinner empreende uma *crítica* da cultura. Essa segunda abordagem da cultura pode ser testemunhada na seguinte passagem de um dos textos de Skinner:

Existem muitas coisas erradas com o mundo de hoje [...]. Muitos daqueles que vivem nas democracias ocidentais desfrutam de um grau razoável de fartura, liberdade e segurança. Mas eles têm o seu próprio problema. Apesar de seus privilégios, muitos estão aborrecidos, inquietos ou deprimidos. Não estão desfrutando de suas vidas. Não gostam daquilo que fazem; não fazem aquilo que gostam. Numa palavra, estão infelizes. (Skinner, 1986a, p.1)

Não são poucas as práticas sociais que são alvo de crítica (no sentido enunciado acima). Eis alguns exemplos, a seguir.

Um dos eixos da crítica à cultura realizada por Skinner reside no modo como os membros das sociedades contemporâneas representam a si mesmos, a autoimagem que cultivam de si, que, além de provocar certos impasses característicos de nosso tempo, norteiam ações inócuas visando solucioná-los. Essa autoimagem tem se pautado pela ideia de que o homem é iniciador de seus atos, podendo se determinar a partir de si, de sua “mente”, seu “discernimento”, seu “livre arbítrio”. Essa visão, por sua vez, fundamenta práticas que se voltam especialmente para a vida interna de cada um, procurando aí as causas primordiais do comportamento, e isentando a realidade de “fora” do indivíduo de seu papel na produção do comportamento (o que também não deixa, por si mesma, de provocar certos impasses individuais²). Tal ideia não deixou de se infiltrar nas concepções de homem que marcam a história da psicologia. A determinação do humano a partir de si mesmo, e dissociada de influências do ambiente, foi reciclada nas teorias psicológicas nas formulações mentalistas, alvo das maiores críticas de Skinner.

² Lipovetsky, por exemplo, afirma que “Quanto mais o Eu é investido, feito de objeto de atenção e de interpretação, mais a incerteza e a interrogação crescem. O eu torna-se um espelho *vazio* à força de “informações”, uma questão sem resposta à força de associações e de análises, um estrutura aberta e indeterminada que exige, em contrapartida, cada vez mais terapia e anamnese. [...] Narciso [leia-se, o indivíduo moderno] não está imobilizado diante de sua imagem fixa, já nem sequer há imagem, nada

A exploração da vida emotiva e motivacional da mente tem sido descrita como uma das maiores realizações da história do pensamento humano, mas é possível que tenha sido um de seus grandes desastres. Em busca de uma explicação interna, sustentado por um falso senso causal associado a sentimentos e observações introspectivas, o mentalismo deixou no escuro os antecedentes ambientais, os quais teriam levado a uma análise muito mais efetiva. Argumentar que as “mentes matam, não as armas” pode ser simplesmente insistir em que não controlaremos os assassinos impedindo-lhes o acesso a armas; contudo, outros meios de controle serão negligenciados enquanto aceitarmos a explicação de serem as mentes que matam. A objeção ao funcionamento interno da mente não decorre de ele não ser acessível a exame, mas de ele ter obstruído o exame das coisas mais importantes. (Skinner, 1982a/1974, p.142)

Outra referência possível para se descrever a crítica da cultura empreendida por Skinner está associada à primazia do efeito de prazer do reforço, em detrimento de seu efeito fortalecedor. Um texto de Skinner intitulado *What is Wrong in The Daily Life in the Western World* (1986a) volta-se especificamente para essa questão. Eis um exemplo que atesta essa preocupação:

Acredito que as práticas culturais emergiram principalmente devido ao efeito agradável do reforçamento, e que grande parte do efeito fortalecedor das conseqüências se perdeu. A evolução de práticas culturais falhou. (Skinner, 1986, p.569)

Ainda que a crítica à cultura contemporânea seja explícita em muitos textos de Skinner, não há, em especial, nenhum em que se possa identificar uma apresentação abrangente dessa crítica, resgatando todos seus elementos. Ela percorre diversos

para além de uma busca interminável de Si. (1983, p.53)

textos da obra skinneriana, mas não se condensa em nenhum especificamente. Numa palavra, a crítica de Skinner à cultura contemporânea está *dispersa* em sua obra. E por “disperso”, nesse caso, deve-se entender que 1. algumas práticas sociais, alvo de crítica (no sentido de ameaçar a sobrevivência da cultura) de Skinner, são analisadas em textos diferentes, ainda que a crítica recaia sobre o mesmo aspecto; 2. textos cujos objetivos envolvem tratar o que há de errado com a cultura contemporânea deixam de abordar alguns temas que são abordados em outros; e 3. textos nos quais os objetivos gerais não incidem sobre o tratamento de práticas sociais contemporâneas que ameaçam a perpetuação da cultura, acabam por tratar de temas que são fundamentais para se compreender a crítica à cultura de Skinner. Esse terceiro aspecto, portanto, implica dizer que a crítica do autor à cultura exige de seu leitor prévio conhecimento acerca de alguns aspectos tanto de seu sistema filosófico como conceitual.

Um exemplo de que Skinner faz uma análise parecida de práticas sociais que ameaçam a sobrevivência da cultura (critério 1), pode ser extraído da leitura de dois textos que se ocupam dessas temáticas. Em *What is Wrong in the Daily Life in the Western World* (1986a), Skinner descreve e analisa cinco práticas sociais que, segundo ele, “[...] ao promoverem os efeitos agradáveis das consequências do comportamento, em detrimento dos efeitos fortalecedores, têm desgastado as contingências de reforçamento” (Skinner, 1986a, p.569). Uma delas consiste no fato de o comportamento de trabalhar ser mantido por reforços não naturais (ou seja, reforços que não são produtos *diretos* da resposta): “As pessoas trabalham em troca de salários, mas a maior parte do que produzem não reforça diretamente seu comportamento. [...] os trabalhadores estão alienados em relação ao produto de seu trabalho” (Skinner, 1986a, p.570). A “alienação” do trabalhador, a sensação de distanciamento e estranhamento em relação ao produto direto do trabalho, efeito da disseminação de reforçadores extrínsecos, já havia sido tratada em outro texto, em que o autor afirma que

[...] o comportamento do trabalhador em uma linha de produção que não tem nenhuma consequência importante exceto um salário semanal é prejudicado em comparação com o comportamento do artesão que é reforçado pelas coisas que produz. A separação dos trabalhadores em relação aos produtos naturais de seu trabalho foi, é claro, o

que Marx chamou de ‘alienação’”.(Skinner, 1978a, pp. 11-2)

Em ambos os casos, Skinner chama a atenção para os problemas derivados da manutenção de operantes por reforços não diretamente produzidos por eles.

O segundo aspecto que indica a *dispersão* da crítica de Skinner à cultura reside no fato de ela não ter sido apresentada de modo sintetizado em nenhum texto seu (critério 2). Isto é, sua crítica à cultura encontra-se distribuída em alguns textos; sua abrangência não é notada em nenhum texto em particular. Os dois textos citados acima (Skinner, 1978a e 1986a) ainda servem como exemplos. Se, no primeiro, o autor se ocupa com práticas sociais que vêm minando o poder dos sujeitos em agir (“Ao vencer a luta pela liberdade e a busca pela felicidade, o Ocidente perdeu sua inclinação para agir” (Skinner, 1986a, p.7)), no segundo, o autor trata de temas não abordados outrora, pelo menos não da forma direta como o faz. Nesse segundo texto, Skinner discute os efeitos da distribuição não igualitária dos reforços e o efeito da concentração de poder em instituições que acabam desgastando os contatos interpessoais “face a face”. Ainda que tais discussões possam estar relacionadas com o tema tratado no primeiro texto, contribuindo para o esvaziamento da inclinação para agir, ideia central do primeiro texto, não fica explícito como essas discussões se articulam.

Diferentemente dos dois aspectos acima apontados como traços característicos da crítica de Skinner à cultura, aspectos que circunscrevem o que está se chamando de “dispersão” da crítica à cultura na obra de Skinner, é possível também identificar alguns elementos dessa crítica em outros textos que não se voltam especificamente à análise da cultura contemporânea (aspectos mencionados acima no critério 3.). No início desta sessão, apontou-se o fato de o BR, dados os pressupostos que assume, *necessariamente* sustentar uma visão de homem determinado pela história de suas interações com o ambiente, em contraste com a noção de homem “livre”, que se utiliza de suas faculdades interiores (seu “juízo”, seu “livre arbítrio”, seu “pensamento”, sua “força de vontade”) para decidir os rumos que dá à sua existência, sendo ele mesmo o artífice de seu destino, o agente que define e trilha os rumos de sua vida. A ideia do homem autônomo, do ser livre e indeterminado, ou do ser que se determina a partir de si mesmo, é qualificada, nos textos skinnerianos, como uma das maiores ilusões construídas pelas sociedades contemporâneas: ao ignorar as determinações ambientais do ser humano e o papel seletivo do ambiente, tal noção

isenta o ambiente, especialmente o que é produto da ação humana, como fonte produtora de impasses que constituem ameaça à sobrevivência da cultura. Os esforços de transformação do ambiente social passam a ser esvaziados em favor dos esforços de transformação das mentes dos indivíduos: transformar o mundo, nessa perspectiva, exigiria um “despertar da consciência”, “mudar as mentes”, um “revigoramento moral”. Essa crítica às noções de homem “autônomo” percorrem muitos momentos da obra de Skinner. Na realidade, é difícil encontrar sequer um momento em que essa crítica não esteja, ao menos, implícita em seus textos, na medida em que é na suposição de um homem determinado que qualquer teorização ganha a possibilidade de ser construída e aperfeiçoada. Eis alguns trechos que demonstram que esta crítica encontra-se distribuída em diversos momentos de sua obra. Vale atentar para as datas dessas citações como atestado de que a crítica que elas carregam estão disseminadas na obra de Skinner.

É muito mais fácil mudar contingências de reforçamento do que restaurar vontade, reabastecer um reservatório de energia ou fortalecer nervos (Skinner, 1986a, p.572)

Resiste-se particularmente ao papel da seleção por consequências porque não há um lugar para um agente iniciador como sugerido pela Mecânica Clássica. Nós tentamos identificar tal agente quando dizemos (a) que a espécie se adapta a um ambiente, ao invés de dizer que o ambiente seleciona as características adaptativas; (b) que um indivíduo se ajusta à determinada situação, ao invés de dizer que a situação modela e mantém comportamentos a ela apropriados; e (c) que um grupo de pessoas resolve um problema criado por certas circunstâncias, ao invés de dizer que as circunstâncias selecionam as práticas culturais que produzem uma solução. (Skinner, 2007/1981, p.135)

O pensamento ocidental tem dado atenção especial à importância e dignidade do indivíduo. [...] Muitas escolas de Psicoterapia aceitaram a filosofia de que o homem é o senhor de seu próprio destino.[...]

O uso de conceitos como liberdade, iniciativa e

responsabilidade pessoal tem sido bem reforçados, portanto. Todavia, quando voltamos ao que a ciência tem para oferecer, não encontramos nenhum apoio confortante para o ponto de vista tradicional do ocidente. [...]

A importância principal do ambiente tem vindo lentamente a ser reconhecida por aqueles que se preocupam com a mudança do destino da humanidade. É mais eficaz mudar a cultura do que o indivíduo, pois qualquer efeito sobre o indivíduo como tal se perderá com sua sorte. [...]
(Skinner, 1998/1953, pp. 486-7)

Outro indicativo que obedece ao critério 3 (relativo ao fato de existirem textos que, ainda que não voltem sua atenção para a crítica à cultura, apresentam conteúdos que permitem compreendê-la e elucidar sua extensão) para dizer que a crítica skinneriana encontra-se dispersa em sua obra, é o fato de alguns textos que se ocupam especialmente da interpretação da cultura contemporânea conterem elementos que, para serem compreendidos em sua amplitude, exigiriam do leitor o contato prévio com outros textos de Skinner, não voltados para o tema da análise da cultura. Por exemplo, uma das grandes críticas do autor incide sobre o uso ostensivo de controle aversivo (punição e reforçamento negativo) em nossa cultura (cf. Skinner, 1986a, 1978a) No entanto, qual o motivo de isso constituir uma ameaça à sobrevivência das culturas? Esses textos dão, certamente, algumas respostas, mas, de modo geral, podem ser complementadas com outras análises (como a que o autor faz em 1998/1953). O mesmo pode ser dito em sua crítica a respeito da primazia do controle do comportamento por regras (algo que aparece em Skinner, 1986a e 1978a) e que é explorado em textos anteriores, como em Skinner (1982a/1974 e 1984a/1969). Em suma, boa parte da fundamentação da crítica à cultura exige ter-se em vista o que o autor havia previamente desenvolvido a respeito de alguns de seus conteúdos.

O problema da presente pesquisa parte, sobretudo, dessa constatação da dispersão da crítica de Skinner à cultura. É especialmente com base nesse traço que esta pesquisa encontra justificativa e a impulsiona para a empreitada que se propõe a realizar. Antes de enunciar o problema de pesquisa, no entanto, cabe refazer a trajetória feita até aqui para que os pressupostos que lhe conferem sustentação possam ser sintetizados e, assim, apresentados de modo mais unitário.

O problema de pesquisa

Foi visto que uma das marcas distintivas da AC é sua proposição de abordar o comportamento como um *processo* que envolve, por definição, a relação do sujeito com seu mundo. Disso se extraiu o argumento de que sendo esse ambiente, em sua maior parte, constituído pelos próprios seres humanos – numa palavra, sendo esse ambiente especialmente *social* – o olhar da AC sobre a cultura é uma derivação necessária que emerge dos pressupostos que fundamentam seu sistema conceitual. Sua interpretação da cultura, bem como as intervenções por ela sustentadas, são critérios de validade da própria AC. Destacaram-se, em seguida, duas abordagens da noção de cultura: uma abordagem dita conceitual, em que a cultura é tratada em sua generalidade: ela é definida, conceituada, delimitada; e outra abordagem em que a cultura contemporânea é alvo de interpretação e crítica. No que se refere a essa segunda abordagem, sustentou-se a ideia de que a crítica skinneriana à cultura está distribuída em sua obra: alguns textos voltados especificamente para uma interpretação e crítica à cultura tratam de assuntos muito semelhantes, ainda que seus enfoques recaiam sobre dimensões diferentes sobre essa crítica; além disso, alguns elementos do que pode ser chamado de crítica à cultura ocupam textos que não enfocam especificamente uma análise da cultura contemporânea ou então contêm elementos que ajudam compreender de modo mais abrangente a crítica à cultura que o autor faz em outros textos.

O objetivo da presente pesquisa é sistematizar e fundamentar (esses dois termos serão “traduzidos” na próxima seção, de método) a crítica skinneriana à cultura. É apresentá-la de modo sintetizado, organizado, ordenado segundo unidades temáticas e fundamentá-la tendo em vista os conceitos e pressupostos que lhe conferem sustentação, desfazendo, desse modo, o caráter de dispersão que se observa na crítica da cultura contemporânea na obra do autor.

MÉTODO

Organização do trabalho

Para empreender essa tarefa, alguns passos foram necessários. Primeiro, identificou-se os pressupostos epistemológicos e princípios teóricos que norteiam a teoria a partir da qual a crítica da cultura realizada por Skinner está escorada. Esse passo constitui o primeiro capítulo deste trabalho. Em segundo lugar, apresentou-se, ainda que de modo abreviado, a noção de cultura que se alinha com esses pressupostos e princípios teóricos. Essa etapa se justifica na medida em que situa o campo de estudos sobre o qual o presente trabalho verte sua atenção. Uma vez delimitado os contornos básicos que circunscrevem a noção de cultura na obra skinneriana, foi fundamental mostrar como ela abre margem para se realizar uma *crítica* à cultura: elucidou-se o que se entende por *crítica*. Apontar a noção de cultura na obra de Skinner, e identificar o que dessa noção legitima empreender uma crítica da cultura constituem o objetivo do segundo capítulo. Por fim, tendo todas essas etapas como pano de fundo, a crítica da cultura foi analisada e sistematizada, apontando os laços que conferem coerência dessa crítica com os pressupostos epistemológicos e princípios teóricos identificados na primeira parte, e apontando também os aspectos que ligam essa crítica com a noção de cultura, delimitada na segunda parte do trabalho.

Especificação das informações coletadas

Três conjuntos de informações mostraram-se importantes para a realização do trabalho. O primeiro deles refere-se às pressuposições epistemológicas e proposições conceituais relativas à proposta de ciência psicológica explicitada por Skinner.

O segundo conjunto de informações tratou da noção de cultura na obra de Skinner. Sua relação com o objeto de estudos da AC e com os pressupostos epistemológicos sustentados pelo BR, o comprometimento dessa noção com o modelo de explicativo selecionista, os desdobramentos da formulação de uma noção de cultura e a margem que a compreensão desse fenômeno oferece para a realização de uma crítica da cultura compuseram o segundo conjunto de informações do trabalho.

O terceiro conjunto incidiu mais diretamente sobre os objetivos da presente

pesquisa. Ele consistiu em todas as informações relativas à crítica que Skinner realiza à cultura contemporânea. O que se entende por crítica foi produto da análise do segundo conjunto de informações.

A seleção de fontes

Para que se chegasse às fontes relativas aos aspectos definidores do BR e da AC recorreu-se a textos que abordassem o sistema filosófico e conceitual skinneriano, para que, a partir deles, as principais referências do autor pudessem ser identificadas. Dois textos serviriam a esse propósito: Andery, Micheletto e Sérgio (2007) e Sérgio (2005). O primeiro deles constitui um texto introdutório aos conceitos básicos da AC e aos seus pressupostos epistemológicos. O segundo deles, intitulado *O behaviorismo radical e a psicologia como ciência*, consiste em uma análise da apresentação da proposta de Skinner para a psicologia a partir de três textos de caráter filosófico (Skinner, 1945, 1963 e 1982a/1974). Com base nesses dois textos, as referências de textos e obras de Skinner selecionadas foram as seguintes:

- *Ciência e Comportamento Humano* (1998/1953)
- *Sobre o Behaviorismo* (1982a/1974)
- *Upon Further Reflection* (1987b)
- Cinquentenário do comportamentalismo (1963)
- Análise operacional dos termos psicológicos (1945)

Além desses textos de Skinner, também foram usados textos de comentadores da obra skinneriana, como o próprio texto de Andery, Micheletto e Sérgio (2007), Carrara (2005/1998) e Andery (1997b).

A seleção de fontes para a segunda parte do trabalho partiu também de um texto introdutório de AC: *Sobre cultura e ambiente social: origem e processos*, de Sérgio e Gioia (2007). Além do recurso a esse texto como estratégia de acesso aos textos de Skinner que versam sobre cultura, buscou-se nos índices de todos os livros de Skinner capítulos que apresentavam as palavras “*culture*” ou “*cultural*”. Os capítulos que apresentavam tal palavra foram selecionados como fonte de pesquisa. Por fim, com base em um artigo de Andery, Micheletto e Sérgio (2004) com as publicações de Skinner de 1930 a 2004, selecionou-se os artigos que continham

também as palavras “*culture*” ou “*cultural*”. Com base nesses critérios, selecionou-se os seguintes textos:

- *Seleção por consequências* (2007/1981)
- Capítulos XIX, XXVII, XXVIII e XXIX de *Ciência e Comportamento Humano* (1998/1953).
- *The design of cultures* (1961).
- *Cultural evolution as viewed by psychologists* (1962)
- *Contingencies of reinforcement in the design of a culture* (1969)
- *Utopia as an experimental culture* (1969)
- *Mito da Liberdade* (1971)
- Capítulos 8 (“Causas e Razões”) e 12 (“A questão do controle”) de *Sobre o Behaviorismo* (1983/1974).
- *Uma análise operante da resolução de problemas* (1984a/1969)

Os textos selecionados para a análise da crítica skinneriana à cultura contemporânea foram citados como referência em um artigo que trata exatamente desse tema: Andery (1997a).

- *Humanism and Behaviorism* (1972a)
- *Are we free to have a future?* (1973)
- *The Ethics of Helping People* (1975)
- *Human Behavior and democracy* (1977)
- *Walden two revisited* (1976)
- *The Non-Punitive Society* (1979)
- *Why we are not acting to save the world* (1982a)
- *News from nowhere* (1985)
- *What is wrong in the daily life in the western world?* (1986a)

Esse mesmo artigo de Andery (1997a) também serviu de auxílio para a

incursão nas ideias de Skinner nos textos apontados.

Vale lembrar que, na seção anterior, apontou-se para o fato de a crítica skinneriana à cultura poder ser mais bem elucidada tendo como base, inclusive, textos cujas ideias não incidem diretamente sobre essa temática. Nesse sentido, assuntos que foram tratados nesses nove textos que abordam a crítica à cultura serviram de guia condutor para aprofundamento do tema a partir de outros textos.

Levantamento das informações

Durante as leituras das fontes, trechos que fizeram alguma referência aos problemas e temas tratados na pesquisa foram destacados para serem posteriormente analisados e articulados.

Na primeira parte, destacou-se as informações relativas a:

- Objeto de estudo da AC
- Concepção de homem do BR
- Modelo de causalidade do BR
- A evolução do comportamento

Na segunda parte do trabalho, conferiu-se destaque às informações relativas a:

- Definição de cultura
- O desenvolvimento das culturas na perspectiva da evolução do comportamento
- Aspectos do ambiente social
- Relação da noção de cultura com os pressupostos e sistema conceitual da AC
- Condições teóricas para se realizar uma *crítica* à cultura

Por fim, na terceira parte do trabalho, as informações destacadas referiram-se a informações que permitissem responder as seguintes perguntas:

- Quais práticas sociais são analisadas de modo a compor a crítica de Skinner à

cultura?

- Como essas práticas se relacionam aos critérios que permitam situá-las como foco de crítica (definida na segunda parte do trabalho)?

- Quais conceitos são resgatados para que a crítica seja realizada? Como eles se relacionam com essa crítica?

Tratamento das informações

Uma vez levantados os trechos significativos para o tratamento do problema e dos objetivos da pesquisa, eles foram analisados de acordo com as etapas que organizaram a redação desta pesquisa.

Vale lembrar: em última análise, esta pesquisa tem sua justificativa de existir no fato de, diante da dispersão da crítica à cultura contemporânea observada na obra de Skinner, oferecer subsídios para apresentá-la de modo sistematizado e fundamentado dentro dos pressupostos filosóficos e teóricos da AC. Dado esse objetivo fundamental, é necessário esclarecer o que se entende por “sistematização” e “fundamentação”. Ambas constituíram as operações básicas a partir das quais as informações selecionadas sofreram um tratamento que conduziu à elaboração dos textos que compõem a presente pesquisa.

No que se refere à fundamentação, esta pesquisa procurou demonstrar o alinhamento da crítica à cultura de Skinner aos pressupostos epistemológicos e teóricos de sua teoria do comportamento, a AC. Isso significa dizer que qualquer conteúdo dessa crítica foi analisado a partir das formulações relativas ao sistema teórico e filosófico da AC. Eis um exemplo: Skinner é um crítico obstinado ao fato de se atribuir as causas do comportamento a eventos interiores aos indivíduos. Isso é facilmente observado em textos cuja crítica de Skinner à cultura constitui seu objetivo central. No entanto, nesses textos, nem sempre é claro o que fundamenta essa crítica à ideia de que eventos internos são causas de comportamento (ou, pelo menos, quando há fundamentação, sua extensão não é desenvolvida no grau como se apresenta em outros textos). Essa fundamentação de sua crítica requereu reportar-se a outros textos, nesse caso de cunho filosófico, para ser inteiramente compreendida em sua profundidade. Numa palavra, fundamentar é desvendar o que sustenta a crítica de

Skinner à cultura contemporânea.

Organizar, por sua vez, envolve dois vetores: um de agrupamento, aglutinação, unificação dos conteúdos da crítica que guardem entre si semelhanças ou equivalências. O outro vetor constitui um movimento oposto: envolve o separar, discriminar, diferenciar. Trata-se de identificar elementos da crítica que merecem ser destacados de outros elementos, merecem ser colocados ao lado de outros por se referirem a conteúdos distintos. Ambas as operações resultarão, enfim, na formulação de eixos temáticos (isto é, categorias) que permitirão uma visão organizada da crítica. Por fim, essas duas operações, de “juntar e separar”, “recortar e costurar”, viabilizaram outra operação: ao promoverem a possibilidade de categorização da crítica à cultura de Skinner, deram-lhe uma noção de todo, ou seja: por mais que a crítica tenha sido analisada e decomposta, a tarefa final, diante da categorização resultante, foi identificar eixos gerais que permitiram enxergar um fio condutor dessa crítica, algo que lhe conferiu unidade, *apesar* de sua aparente dispersão. Em suma, o presente trabalho tratou a crítica de Skinner à cultura contemporânea primeiramente decompondo seu conteúdo, reunindo os temas semelhantes ou equivalentes, separando os temas distintos, formando, assim, categorias unificadas pela identidade ou semelhança e separadas uma das outras pela diferença. A formação de categorias, por sua vez, sofreu, por fim, outro tratamento: o de uma nova articulação, uma *síntese*, com o objetivo de capturar o que unifica *todos* os elementos da crítica.

A tarefa de fundamentação da crítica constituiu a etapa inicial do trabalho. Optou-se por, antes de se adentrar na crítica de Skinner à cultura, identificar tanto os pressupostos epistemológicos da AC (expressos na filosofia da ciência do BR) quanto o sistema conceitual que constitui a própria teoria da AC. É bom apontar que essa tarefa seria de uma amplitude enorme se ambicionasse ser minuciosa, detalhista. Não foi o caso. O presente trabalho se deu a liberdade de apenas oferecer uma visão panorâmica dessas temáticas, o suficiente para que oferecesse certos parâmetros mínimos para a fundamentação da crítica à cultura. As coordenadas básicas que subsidiaram esse empreendimento de identificação dos pressupostos epistemológicos e das bases conceituais da AC foram expressas no item anterior. Toda essa tarefa constituiu o primeiro capítulo do trabalho.

Ainda no que se refere à fundamentação da crítica de Skinner à cultura, um

segundo capítulo foi elaborado com o objetivo de situar o campo de estudos que a presente pesquisa se insere: a cultura. O que Skinner entende por cultura constituiu o alvo das investigações dessa segunda etapa do trabalho. Como apontado na introdução, buscou-se compreender o sentido genérico de cultura na obra de Skinner, isto é, a cultura enquanto fenômeno humano, independentemente de como ela se apresenta em qualquer contexto ou momento histórico particular. Mais do que isso, procurou-se identificar quais aspectos definidores do conceito de cultura, bem como as noções que lhe fundamentam, abrem a *possibilidade* de se realizar uma crítica da cultura. Isso requereu definir a noção de crítica (já esboçada na seção de Introdução). A motivação para abordar essa questão surgiu de uma suposta tensão existente entre a noção de determinismo que caracteriza o BR e a evidente preocupação de Skinner em fazer uma ciência que seja instrumento de transformação social.

O último capítulo desta pesquisa coordenou tanto o empreendimento de fundamentação da crítica bem como o de sistematização. As obras selecionadas foram lidas e analisadas, extraíndo-se delas, primeiramente, núcleos temáticos, isto é, temas amplos sobre os quais a argumentação do autor discorre. A partir desses núcleos, procurou-se identificar, dentro das temáticas selecionadas, o que, em particular, Skinner fazia questão de destacar sobre elas. Assim, cada núcleo abrigava, mais do que um assunto, um campo de estudos, ideias que desvendavam o posicionamento de Skinner nesses campos. Uma vez identificado tal posicionamento, a tarefa de sistematização cedeu o passo para a de fundamentação: de cada argumento de Skinner, procurou-se identificar os conceitos e pressupostos que lhe asseguravam sustentação (nesse ponto, toda a argumentação desenvolvida nos dois capítulos anteriores serviu de apoio). Em suma, o terceiro capítulo exigiu três operações básicas de tratamento das informações: 1. organizar a crítica em núcleos temáticos; 2. identificar os argumentos que tratavam desses temas; e 3. fundamentá-los conceitualmente e filosoficamente. Vale apontar um exemplo: um núcleo temático levantado foi o emprego difundido de controle aversivo nas sociedades contemporâneas ocidentais. Isso é uma constatação nos textos selecionados sobre crítica à cultura (tal tarefa constituiu a primeira etapa, de organização). Dada essa constatação, há um posicionamento de Skinner a respeito do emprego do controle aversivo: de modo bem genérico, seu emprego gera redução de variabilidade comportamental, desengajamento social e violência que, por sua vez, ameaçam a

sobrevivência da cultura (nesse ponto, mais do que uma constatação, Skinner inicia uma análise dessa prática social. Remontar essa análise, a partir dos textos selecionados, constituiu o segundo modo de tratamento das informações). No entanto, os argumentos que levaram Skinner a juntar dois fenômenos distintos, embora interligados, em suas interpretações - o controle aversivo e seus produtos – sofreram mais um tratamento: procurou-se identificar o que permitiu ao autor, a partir de seus escritos teóricos e epistemológicos, fazer tal interpretação. Assim, os conceitos de fuga, esquiva, supressão de respostas, contracontrole foram explorados.

Em síntese, o presente trabalho seguiu este percurso: iniciou-se com dois capítulos que prepararam responder ao objetivo da pesquisa, caracterizando seus componentes - a teoria e epistemologia que fundamenta a interpretação da crítica à cultura-, e conceituando o que é cultura e sua crítica. Tendo-se tudo isso em vista, partiu-se para seu objetivo central, que foi sistematizar e fundamentar a crítica à cultura. Fundamentação, organização e síntese constituíram, assim, as ferramentas de análise das informações obtidas.

CAPÍTULO 1

O BEHAVIORISMO RADICAL E O MODELO DE SELEÇÃO POR CONSEQUÊNCIAS

O objetivo desta pesquisa é sistematizar a crítica de Skinner à cultura. Para tanto, mostra-se necessário apresentar sob qual filosofia o autor parte para empreender suas críticas. O objetivo último deste capítulo se resume a isso. Qual é a noção de homem do BR? Como os eventos do mundo se relacionam de modo a determinar o comportamento? Qual a natureza do comportamento? É possível estudá-lo? Todas essas questões, de cunho filosófico, serão abordadas de modo a situar o horizonte epistemológico sobre o qual a crítica da cultura deve, ou deveria, se escorar. Em última análise, portanto, esse capítulo identifica os contornos do ponto de partida que subsidiou Skinner em fazer sua crítica. Serão esses contornos que servirão de critério para avaliar se a crítica de Skinner mostra-se harmonizada com essa filosofia do BR, ou se, de algum modo, os violam.

De início, serão apresentados os aspectos centrais da AC e seus pressupostos epistemológicos básicos; nessa apresentação, o modelo de explicativo selecionista será destacado uma vez que, como será visto adiante, tal modelo constitui o eixo do sistema conceitual da AC. Em seguida, será mostrado como esse modelo opera em três níveis: o filogenético, o ontogenético e o cultural. Mais do que descrever esses três níveis de seleção, este capítulo irá mostrar a articulação entre eles, articulação que só poderá ser detectada no horizonte da evolução do comportamento. Ao apresentar esta evolução, será salientando que cada nível que se segue ao outro supera os impasses gestados no anterior. A análise será concluída com algumas implicações fundamentais de se assumir o modelo de seleção por consequências na prática científica.

Uma necessária incursão nos pressupostos filosóficos da AC e a relevância do modelo explicativo selecionista

De início, uma distinção importante. A AC é uma ciência. BR, diferentemente da AC, é uma filosofia, mais precisamente uma filosofia desta ciência. O que esses

termos guardam como relação importante é que o BR contém uma série de pressupostos filosóficos que confere unidade e coerência ao sistema conceitual da AC: o BR orienta, ou deveria orientar, a teoria da AC. Essa filosofia se preocupa em definir com relativa precisão qual é o objeto da psicologia, qual a sua natureza, sob que dinâmicas ele se desenvolve, bem como de que maneira estudá-lo. Em *Sobre o Behaviorismo* (1982a/1974), Skinner abre o livro fazendo alguns comentários que atestam essa distinção:

O behaviorismo [radical] não é a ciência do comportamento humano, mas, sim, a filosofia dessa ciência. Algumas questões que ele propõe são: É possível tal ciência? Pode ela explicar cada aspecto do comportamento humano? Que métodos pode empregar? São suas leis tão válidas quanto as da Física e da Biologia? Proporcionará ela uma tecnologia, e, em caso positivo, que papel desempenhará nos assuntos humanos? (Skinner, 1982a/1974, p.7)

Respondendo a essas questões de caráter filosófico, o BR lança as bases sobre as quais a AC ganhará legitimidade para desenvolver seus conceitos. Se o BR é materialista (isto é, defende a idéia de que os eventos comportamentais são de natureza material), não faz sentido para a AC apelar para conceitos metafísicos; se ele é monista, não faz sentido ela distinguir eventos mentais de eventos corporais.

Feita essa distinção, passa-se então às seguintes questões: o que define a AC dentro das abordagens da psicologia? Quais são suas marcas distintivas? Responder a essas perguntas exige que se resgatem dois aspectos dessa teoria.

Primeiro: a AC tem como objeto de estudo o comportamento, entendendo que ele constitui a *interação* entre eventos ambientais (chamados de estímulos) e ações de um organismo (chamados de respostas). Como apontam Andery, Micheletto & Sérgio, “Nenhum limite metodológico deve ser imposto aos estímulos e às respostas que constituem o comportamento” (Andery, Micheletto & Sérgio, 2007, p.5). Isto é, quando se diferenciam estímulos - que se definem por eventos ambientais que afetam o responder de um organismo - e respostas - caracterizadas por ações de um organismo que ocorrem sob controle (sob influência) de algum ou alguns estímulos -, nada que obedeça a essas definições deve ser tratado com *status* teórico estranho a

tudo aquilo que também se inclui nessas definições. Traduzindo: uma resposta encoberta não difere de uma manifesta a não ser pelo fato de ser mais dificilmente acessível; estímulos privados não têm qualquer especificidade, quando comparados com os públicos, em seu modo de se relacionar com respostas: “Em princípio, um organismo está sempre respondendo, mesmo quando é muito difícil identificar que está ocorrendo uma resposta; *a facilidade ou dificuldade para identificar a ocorrência da resposta não é critério para falar de sua existência*”³ (Andery, Micheletto & Sérgio, 2007, p.5). Esse primeiro aspecto é de significativa relevância, pois a história da psicologia é marcada por posições diferentes quanto a eventos de acessibilidade distintas: muitas abordagens da psicologia optaram por tratar eventos internos como de *natureza* distinta dos externos, tendendo a dar primazia causal para os primeiros (posição mentalista). O BR não compartilha essa posição: a diferença entre fenômenos comportamentais públicos e privados é meramente de acessibilidade, e não de natureza. O que significa dizer que esses dois eventos são de mesma natureza? Significa que suas transformações são regidas pelas mesmas relações de determinação: relações essas características do modelo de *seleção por conseqüências*, que opera na determinação tanto de comportamentos privados como de públicos. Eis o modelo explicativo que confere sustentação a essa posição monista do comportamento humano, e que constitui a segunda marca distintiva que orienta a abordagem conceitual da AC, a ser analisado agora com mais minúcia.

Como já antecipado nas últimas linhas acima, o segundo aspecto distintivo da AC é a ordenação de seus conceitos a partir de um modo de entender as determinações do fenômeno que se encarrega de explicar (o comportamento), e que se encontra formulado no BR. Esse modelo, o de seleção por conseqüências, confere coerência a cada conceito da AC: quando se fala em reforço, em condicionamento operante e respondente, discriminação, generalização, equivalência de estímulos etc. um modo de enxergar a dinâmica das transformações do comportamento estará sempre presente, ainda que implicitamente. Tais conceitos só encontram sentido e valor teórico se guardarem uma relação com o modelo explicativo selecionista; a razão de existência de cada termo da teoria deve ser relativo a esse modo de compreender as transformações dos fenômenos comportamentais. Andery (1997b) expressa com clareza a importância desse modelo para a AC:

³ A última afirmação dessa citação, com itálico nosso, também é válida se forem substituídos os termos

A perspectiva de uma ciência abrangente do comportamento humano, que já teria unidade metodológica e epistemológica, em seus vários níveis, pode ser concretizada de maneira mais importante a partir do modelo de seleção por conseqüências que empresta a esta ciência unidade a partir de seu modelo causal. O que torna o comportamento uma coisa a ser estudada de um só ponto de vista [...] é que o mesmo modelo causal opera em todos os eventos comportamentais (Andery, 1997b, p.183).

Andery, Micheletto & Sérgio (2007), em consonância com a argumentação apresentada até aqui, afirmam que:

Podemos dizer que o modelo causal de seleção por conseqüências dá unidade ao sistema conceitual da análise do comportamento pois:

A) os conceitos que compõem tal sistema ganham um sentido especial quando relacionados com o modelo causal de seleção por conseqüências; na realidade, é a partir dessa relação que o significado desses conceitos podem ser claramente especificados [...]

B) todos os conceitos [...] devem estar inseridos nesse modelo; a presença de tais processos como constitutivos do comportamento do ser humano deve ser ela mesma explicada pelas histórias de variação e seleção. (Andery, Micheletto & Sérgio, 2007, p.41)

Essas idéias atestam a importância do modelo explicativo do BR. Outros aspectos que sublinhariam a relevância desse modelo poderiam ser apontados, mas isso não será feito agora. Considera-se necessário, antes de apontar as implicações da adoção desse modelo explicativo, descrevê-lo, evitando que a argumentação fique vazia de justificativas.

Um modelo explicativo adotado por uma ciência é um modo de enxergar os fenômenos que ela estuda no que se refere à sua determinação. Trata-se de um modo de enxergar as características de seus objetos, por que elas se apresentam e como elas se transformam.

Para o BR, o comportamento é regido pelas relações expressas no modelo de *seleção por conseqüências*. O nome desse modelo indica os seus dois elementos básicos. Sobre uma variação *aleatória*, isto é, uma variação que ocorre sem direção predefinida, incide um processo de seleção, que permite que as características selecionadas sejam reproduzidas, se perpetuem, por seus efeitos. Essa é a matriz básica do modelo de seleção por conseqüências. No entanto, essa descrição foi feita em termos abstratos: afinal, em que nível os processos de variação e seleção ocorrem? O que sofre variação? A seleção seleciona o que? Como esses processos se relacionam com o comportamento?

O modelo de seleção por conseqüências foi extraído das formulações darwinianas relativas à evolução das espécies. Darwin se preocupou em compreender de que modo as *espécies* se transformavam. A inquietação do cientista estava especialmente vinculada às transformações biológicas dos seres vivos. Skinner extrai esse modo de pensar as transformações das espécies para sua teoria, mas o recontextualiza, para compreender o comportamento. Embora também esteja interessado em entender as transformações biológicas dos seres vivos, tal interesse é apenas uma ramificação de seu interesse maior em entender o comportamento dos humanos. Desse modo, o modelo de variação e seleção não opera apenas no nível biológico: não cria apenas uma história específica para cada espécie; mas mostra-se útil também para compreenderem-se as histórias de indivíduos, com trajetórias de vida singulares, e as histórias das culturas, como será visto mais para frente.

O que se acabou de dizer significa que a variação e seleção, quando incorporados às teorizações skinnerianas, passam a ser fenômenos que operam em três níveis na determinação do comportamento: o das espécies (como Darwin descreve), ou o nível *filogenético*; o nível *ontogenético*, isto é, o nível de interações vividas por indivíduos particulares com histórias únicas; e o nível *cultural*, em que práticas de um grupo são selecionadas de modo a promoverem a sua sobrevivência⁴. O

⁴ Como será visto mais para frente, práticas sociais selecionadas por produzirem efeitos que favoreçam sua sobrevivência (isto é, que permitam que a cultura lide com os impasses gerados em sua relação com o mundo inorgânico e em sua relação com outras culturas) podem, paradoxalmente, também

comportamento só poderá ser suficientemente explicado se levar em consideração esses três determinantes. A seguir, será visto, então, como esse modelo, chamado de seletor, opera em cada um dos níveis, bem como a articulação entre eles.

No que se refere ao nível filogenético, pode-se começar com uma observação simples: os organismos possuem genes que podem determinar características fisiológicas, anatômicas, morfológicas e comportamentais (como padrões fixos de comportamento e reações em cadeia). Quando se reproduzem, transmitem parte de sua carga genética para seus descendentes. Essa transmissão, no entanto, contém variações que, por sua vez, determinam características que, embora semelhantes às dos ascendentes, não são exatamente iguais a elas. O resultado é que, em uma comunidade de organismos de uma mesma espécie, há significativa diversidade genética. Sobre essa diversidade, sobre essa variação de características que determinam relações com o meio, opera a seleção: o ambiente *seleciona* os organismos que têm características mais *adaptativas* para sobreviver. Esses organismos que têm maior probabilidade de sobreviver também têm maior probabilidade de se reproduzir, o que torna seu patrimônio genético algo que se perpetua via reprodução biológica. O ambiente, em outras palavras, seleciona, nesse nível filogenético, genes que determinam características que têm maior probabilidade de êxito adaptativo aos organismos que as possuem: é sobre o *efeito* adaptativo desses genes que incide a seleção. Vale notar que, nesse nível, a seleção opera sobre características que são determinadas geneticamente. Apenas elas podem ser selecionadas, pois somente elas são transmitidas, via reprodução. Outro ponto digno de nota, e talvez o mais importante, é que essas variações ocorrem ao *acaso*,

produzir efeitos que, em longo prazo, impliquem a ameaça da sobrevivência do mesmo grupo. O paradoxo pode ser explicado pelo fato de conseqüências em longo prazo terem seu poder retroativo de selecionar as práticas sociais diminuído justamente pelo espaçamento temporal alargado que separa a prática de sua conseqüência. Os conjuntos de comportamentos entrelaçados que participam da manutenção de uma usina hidrelétrica envolvem práticas sociais (comportamentos entrelaçados de muitos indivíduos, como, por exemplo, gerenciamento e divisão de trabalho, consumo e venda de produtos e serviços etc.) que produzem conseqüências importantes para manutenção e reprodução de um grupo social (abastecimento de energia). A longo prazo, no entanto, algumas conseqüências podem ameaçar a sobrevivência desse mesmo grupo: a usina pode poluir severamente rios, causar desequilíbrios ecológicos irreversíveis, afetar negativamente outras práticas sociais importantes para esse mesmo grupo. Na pior das hipóteses, todos esses impactos ambientais podem se somar a outros de modo a promover o esgotamento do meio ambiente. Como essas últimas conseqüências costumam ser mais atrasadas que as primeiras (que selecionaram a prática), e têm um efeito cumulativo muito gradual, pode ser que quando os impactos começarem a retroagir sobre a prática social, seja tarde demais para que a prática seja modificada de modo a minimizar os danos à sobrevivência do grupo: em surdina, portanto, esse grupo foi produzindo seu próprio colapso.

*aleatoriamente*⁵, sem direção predefinida. É obra do acaso (pois os mecanismos determinantes de variações genéricas não têm nenhuma força que as orientem rumo à adaptação) uma característica determinada geneticamente ser selecionada, isto é, ser adaptativa: as variações não ocorrem *para* tornar os organismos mais adaptados ao meio; apenas permitem que isso ocorra. Por fim, cabe ressaltar que, nesse modelo explicativo, é impensável compreender os organismos sem levar em consideração os ambientes em que vivem: organismo e ambiente constituem o binômio indissociável nesse modelo de explicação. Andery (1997b) reúne e sintetiza os principais pontos desenvolvidos até aqui:

As variações [...] são importantes no caso de mudanças no ambiente que exigem então novas habilidades dos indivíduos. Quando essas mudanças ocorrem, aqueles indivíduos que possuem as características mais adaptativas à sobrevivência nas novas condições são selecionados, isto é, sobrevivem e se reproduzem transmitindo, a longo prazo, estas mudanças para toda a espécie. (p.184)

Sobre essa dinâmica, as espécies evoluíram. Mas a transmissão meramente genética trazia consigo uma limitação adaptativa. As características herdadas só eram adaptativas em um ambiente estável, que não passava por profundas transformações. As características selecionadas filogeneticamente, descritas até aqui, não são sensíveis, isto é, não se alteram de acordo com as mudanças que o ambiente sofre *no decorrer* da vida de um organismo: são características inatas, inflexíveis, fixas, rígidas; e são adaptativas apenas no ambiente semelhante (para não dizer quase igual) ao que selecionou tais características.

Uma mudança significativa que a evolução permitiu que os organismos

⁵ Os termos “acaso” e “aleatório” podem sugerir que as variações genéticas ocorrem de modo indeterminado. Para evitar essa conotação, vale fazer uma ressalva: os termos são empregados apenas para aludir ao fato que as variações genéticas (e mesmo as variações de respostas e de práticas culturais) não ocorrerem em *direção* à sobrevivência; as lógicas que obedecem não incluem nenhuma “força” que impulse as variações em direção a sobrevivência da espécie. Isso não implica dizer que as variações são indeterminadas, não são ordenadas, e não se podem extrair quaisquer dinâmicas regulares dessas transformações. Nesse sentido, o modelo de causalidade selecionista, ao se fundamentar na variação e seleção, não contém nenhuma tensão entre determinismo e indeterminismo; ao contrário, a variação constitui um dos elementos que emprestam ao BR a chave de inteligibilidade para compreender a determinação do comportamento (cf. Andery, Sérgio & Micheletto, 2005).

desenvolvessem foi o processo de condicionamento respondente, conferindo-lhes maior flexibilidade adaptativa. Se, antes dele, estímulos específicos eliciavam respostas específicas, agora, parcelas do mundo, antes neutras na determinação do comportamento, podem se tornar significativas se fossem pareadas (se acompanharem temporalmente e de modo sistemático) os estímulos eliciadores incondicionados. A seleção dessa relação comportamental conferiu um enorme êxito adaptativo às espécies que a desenvolveram (vale dizer, por acaso). Além disso, tal relação permitiu que os organismos pudessem agora se diferenciar entre si, se individualizarem, ainda que sutilmente, pois as histórias particulares que viviam determinavam respostas sob controle de estímulos distintos do ambiente. Ainda assim, o processo de condicionamento respondente continha uma limitação: embora os estímulos eliciadores não precisassem mais ser específicos para eliciarem respostas (afinal podiam envolver relações características dos reflexos condicionados), as respostas desse processo eram sempre pouco variáveis, ao menos se comparadas às respostas operantes⁶

Essa limitação foi superada a partir do momento em que os organismos desenvolveram, a partir das relações de variação e seleção, *sensibilidade* às conseqüências de seu agir. Com isso, propriedades de suas respostas puderam ser selecionadas de acordo com os efeitos da ação do organismo: incrementou-se o intercâmbio do indivíduo com o ambiente, as relações puderam tornar-se mais dinâmicas. O processo que se desenvolveu a partir desse momento foi o de *condicionamento operante*. Nele, o indivíduo age sobre o mundo produzindo conseqüências que afetam seu responder futuro: o ambiente se transforma pela ação do organismo ao mesmo tempo em que esse organismo é transformado por ele. É exatamente nessa etapa do processo evolutivo que se inaugura um outro nível de seleção, o *ontogenético*⁷: agora não são mais genes que são selecionados, mas classes de respostas; a seleção não opera mais somente de modo a promover a sobrevivência da espécie, mas também de modo a promover a sobrevivência individual. Se o condicionamento respondente era limitado por envolver eliciação de respostas

⁶ Ainda assim, mesmo quando há condicionamento respondente, a resposta eliciada condicionada pode ser bastante distinta da resposta eliciada incondicionada (cf., Catania, 1999)

⁷ É questionável a ideia de que o nível ontogenético tenha se originado a partir da seleção do comportamento operante. Se esse nível se refere ao histórico de contingências vividas por *um* organismo, pode-se objetar apontando para o condicionamento respondente, que envolve contingências entre estímulos e, portanto, respostas sob controle de estímulos que dependem do histórico de vida de um organismo. No entanto, como será apontado mais para frente, a conjugação dos três níveis de

relativamente fixas (por “fixas” leia-se respostas que variam muito pouco entre si), o operante viabiliza a aprendizagem de respostas novas, inéditas e, portanto, constitui um salto adaptativo para as espécies em que tal processo foi selecionado. A individualização dos organismos se incrementa agora num ritmo muito maior do que o promovido pelo processo de condicionamento respondente, pois agora cada indivíduo tem maiores parcelas do mundo constituindo seu ambiente e um repertório operante mais diferenciado dos outros membros da espécie. Essa nova possibilidade de interação com o mundo confere maior flexibilidade adaptativa aos organismos porque sua ação agora é afetada não só pelos estímulos eliciadores incondicionados e condicionados, mas também pelas conseqüências das ações que, por isso mesmo, podem ser modeladas e se diferenciam na história singular desses organismos. A adaptação torna-se possível em ambientes cada vez mais complexos e mais instáveis, uma vez que o organismo, agora dotado de uma história particular que é mais crítica na determinação de seu comportamento, é mais sensível ao seu ambiente, mais capaz de operar sobre ele de modo eficaz (do ponto de vista de sua sobrevivência individual); dizendo de um modo mais leigo, e lidando com maior liberdade com as palavras, pode-se dizer que há um organismo com maior “jogo de cintura” para operar sobre o mundo e enfrentar os desafios que ele impõe. Novamente, recorre-se a Andery (1997b) para sublinhar e sintetizar os pontos mais importantes dos argumentos aqui empregados:

Estabelece-se assim [com a seleção do condicionamento operante] uma possibilidade inteiramente nova de responder a um mundo em mudanças. Indivíduos suscetíveis ao reforçamento operante podem aprender respostas que não estão preparadas filogeneticamente, e uma parcela muito maior do mundo pode se tornar significativa para eles.

[...] Este novo modo de seleção por conseqüências permite que [...] esta operação seja na direção agora não mais da sobrevivência da espécie, mas da aquisição do comportamento individual que permite a obtenção de conseqüências que são importantes para o indivíduo durante

seleção torna, de fato, muito difícil delimitar as fronteiras que separam um nível do outro.

sua vida particular. [...] Mais uma vez, são as conseqüências que operam como modo causal; entretanto, não são mais as conseqüências filogenéticas de sobrevivência da espécie, mas conseqüências ontogenéticas de fortalecimento do comportamento individual.

[...] As contingências operantes de seleção permitem aos indivíduos que se tornem mais suscetíveis a este tipo de condicionamento uma flexibilidade e adaptabilidade ao ambiente que os torna muito mais capazes de sobreviver em ambientes em constata mudança. [...] As trocas entre indivíduos e ambientes tornam-se maiores e mais intensas provocando, por seu turno, enormes mudanças em ambos. (Andery, 1997b, p.185)

Embora as vantagens evolutivas do condicionamento operante sejam evidentes, não se pode esquecer que, ainda assim, o processo contém limitações do ponto de vista adaptativo. As respostas aprendidas passam a fazer parte do repertório dos organismos, agora sensíveis às conseqüências de seu agir, como produto de sua interação contínua com o ambiente. No entanto, muito daquilo que é aprendido, no condicionamento operante, tem a duração que distancia a aprendizagem do final da vida do organismo. Depois disso, o que foi aprendido desaparece: a não ser por certos procedimentos comportamentais⁸, não há como disseminar a aprendizagem para outros organismos. Mas, se o condicionamento operante traz limitações evolutivas, é em seu dinamismo específico que se encontra a semente da superação de tais limitações. Chega-se, agora, à delicada transição do nível de determinação ontogenético para o *cultural*.

De início, o condicionamento operante dinamizou em graus sem precedentes a complexidade de interação entre o organismo e seu ambiente físico. Em seu desenvolvimento, porém, teve como a mais fundamental implicação o fato de permitir que os *outros* membros da espécie de um organismo fornecessem conseqüências mantenedoras de seu comportamento. O comportamento de um indivíduo passou a ter conseqüências que eram mediadas por outros, criando, assim, um ambiente *social*. Se,

⁸ Que, como será visto mais para frente, são os de imitação e modelação. Além desses dois, o comportamento verbal, que não é procedimento, teve um papel crucial na propagação de operantes.

antes da evolução do nível ontogenético, os outros indivíduos eram importantes por oferecer estímulos eliciadores para os comportamentos individuais, agora eles garantem estímulos *reforçadores*, fazendo parte não só da estimulação antecedente de um organismo, mas também da consequente, que agora não é mais gerada de modo *mecânico*, como nos intercâmbios com o ambiente físico, mas *mediada socialmente*. Essa mediação permitiu superar a limitação que o processo apresentava, de início. Agora, repertórios comportamentais podem ser transmitidos não apenas por transmissão genética via reprodução biológica, mas por *comunicação*. Não é mais necessário viver contingências apenas com o ambiente físico para produção do repertório operante; os outros podem transmitir parte do que aprenderam aos seus pares.

Essa nova via de transmissão ganha um enorme incremento a partir do momento em que a musculatura vocal passa a ficar sob controle operante (Skinner, 1984a). Como consequência, desenvolveu-se o comportamento verbal: as interações com o mundo puderam ser transmitidas aos outros indivíduos sem que eles precisem vivenciar contingências envolvendo interações meramente mecânicas com o ambiente: é possível “aprender pela experiência com o outro, produzir e acumular conhecimentos e experiências, organizar e difundir estilos e formas de vida e organização etc.” (Andery, Micheletto & Sérgio, 2007, p.40). Desse modo, as limitações espaço-temporais que são incontornavelmente impostas em relações mecânicas⁹ podem ser superadas via comportamento verbal. Em suma, é possível, com a seleção do comportamento verbal, produzir cultura, um conjunto de conhecimentos, símbolos, valores etc. que sobrevivem com a passagem das gerações, fazendo com que cada uma não precise vivenciar o que as anteriores vivenciaram para aprender muitas das relações que precisa travar com o ambiente, permitindo que cada geração possa *acumular* saberes, partindo do ponto em que a anterior parou. Agora, os organismos são dotados de uma história, não apenas biológica e pessoal, mas uma história *sociocultural*.

A cultura permite uma certa atemporalidade da experiência no sentido de que permite que o mundo seja conhecido através da experiência dos outros, que nem sequer precisam

⁹ Vale dizer que as relações mecânicas podem *envolver* as interações dos organismos com o ambiente,

estar presentes fisicamente. Isso traz à espécie humana uma nova capacidade de adaptação ao meio ambiente, uma adaptação que começa libertando o indivíduo do contato direto com o mundo mecânico na obtenção de reforçadores e que termina - hoje - por tornar esse contato uma necessidade urgente. (Andery, 1997a, p.187)

Ao desenvolver cultura, não apenas as variações biológicas (via seleção natural) e pessoais (via condicionamento operante) são selecionadas: as práticas de um grupo, de uma coletividade passam também a ser selecionadas por seus efeitos na sobrevivência desse mesmo grupo. Tudo aquilo que constitui ambiente para os indivíduos (tudo que afeta seu responder) é importante porque foi selecionado pela sua evolução filogenética, porque foi importante para a sua sobrevivência individual, e, *especialmente*, porque esteve envolvido em práticas culturais que são importantes para a manutenção do grupo social a que o indivíduo pertence. Seu comportamento ainda é mantido por condicionamento operante e respondente; mas, muitas (para não dizer todas, no caso humano) das relações operantes e respondentes só podem ser entendidas por gerarem conseqüências importantes para a manutenção da cultura. Emerge, especialmente com o desenvolvimento do comportamento verbal, o terceiro nível de seleção, o cultural, sem o qual o comportamento humano não pode ser compreendido em sua totalidade e complexidade.

Considerações adicionais sobre o modelos de seleção por conseqüências e suas implicações

Tendo descrito os aspectos básicos do modelo selecionista como instrumento de compreensão do comportamento humano, cabe, agora sim, retomar sua importância e desdobramentos, tanto para o BR, como para o fazer científico da AC.

A interação contínua entre os três níveis de determinação

É necessário iniciar com uma implicação que também constitui uma retenção e um aviso sobre a argumentação precedente. A exposição dos três níveis de

mas essas interações não se resumem, necessariamente, a elas.

determinação do comportamento que se acabou de empreender pode levar a um engano muito comum. Embora se tenha procurado mostrar a articulação entre esses três níveis, e por conseqüência, sua articulação na determinação do comportamento, vez ou outra se cai na armadilha de dizer que o comportamento humano é classificável em três categorias exclusivas: a biológica, a individual, e a cultural.

Nada mais enganoso. A evolução dos três níveis se deu de modo que um se *integrou* ao outro, e não de modo que um *substituiu* o outro. As contingências filogenéticas viabilizaram o surgimento das ontogenéticas. *Ambas*, por sua vez, permitiram a emergência das culturais. O resultado é que, em todo comportamento humano, os três níveis do modelo de seleção por conseqüências constituem vetores importantes de sua determinação. Em outras palavras, a filogenia, ontogenia e a cultura *interagem*, se conjugam, na gênese do comportamento. Não existe um comportamento humano que seja puramente biológico, puramente pessoal, puramente cultural. Cada um carrega vetores de determinação dos três níveis.

Falar em interação entre os níveis leva ao reconhecimento dos três níveis na determinação de todo e qualquer comportamento humano; nenhum tipo de reducionismo é permitido. Não podemos diluir as contingências filogenéticas nas ontogenéticas, ou vice-versa; ou ainda, não podemos diluir qualquer uma delas, ou ambas, nas contingências culturais, ou vice-versa. (Andery, Micheletto & Sérgio, 2007, p.44)

Nas palavras de Skinner,

*[...] o comportamento humano é o produto **conjunto** de a) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies, e b) contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo c) contingências especiais mantidas por um ambiente cultural evoluído [...]. (Skinner, 2007/1981, p.131; negrito acrescentado).*

É exatamente esse aspecto que impede de se dizer que os reflexos são

puramente filogenéticos; os operantes, ontogenéticos; as práticas culturais, apenas fenômenos de natureza cultural. Por exemplo, os operantes têm determinações filogenéticas (como se viu, eles só puderam se desenvolver com a sensibilidade inata e, portanto, selecionada na história da evolução das espécies, às conseqüências do agir). Têm também determinações culturais: são modulados, necessariamente, pela cultura do indivíduo que age, que provavelmente determinará, em parte, o que é reforçador e o que é punitivo.

A importância da história e do contexto

Como foi visto, o modelo de seleção de conseqüências descreve relações de determinação, e, portanto, não é uma coisa. Ela envolve padrões específicos de interação entre organismos e o ambiente, e tem como resultado a determinação de comportamentos. Assim, diante de qualquer comportamento, um pesquisador jamais poderá se restringir, se quiser explicá-lo, às condições imediatas que o precedem ou sucedem. Claro, esses momentos são importantes, mas não encerram a resposta da gênese do comportamento. Se comportamento é interação, e se essa interação é produto da história da espécie, do indivíduo e de uma cultura, ele envolve um processo de gênese que transcende a imediaticidade de sua ocorrência. Observar o comportamento¹⁰ é importante; mas, mais importante do que isso, é identificar o processo de sua instalação, manutenção e alteração. O comportamento não brota espontaneamente, mas é produto de uma sucessão de eventos. Isso significa dizer que o comportamento é dotado de uma dimensão histórica: é essa história que deve ser investigada se procura-se compreendê-lo. É por isso que a AC se preocupa em estabelecer *leis* que governam o comportamento: como toda lei que conduz um fenômeno, ela não é apreendida em um ponto específico do tempo, mas em seu desenrolar.

Mas, se o comportamento é temporal, essa história não se desenvolve num vácuo. Seu curso se dá em condições específicas. Além de ter que se investigar a história de um fenômeno comportamental, é necessário também investigar as

¹⁰ Formalmente falando, é um erro dizer que o comportamento é observável. Sendo um processo, produto de uma interação, não é viável entendê-lo como algo capturável, mensurável, com começo, meio e fim definíveis. O que se mede, isto sim, são as respostas e os estímulos que as controlam (e, mesmo assim, nem sempre isso é possível). No entanto, resposta e estímulo não encerram a definição de comportamento, que deve levar em conta, além disso, e como aspecto mais importante, a interação

condições em que ele ocorre, o contexto específico da interação dos indivíduos e seus ambientes.

Em uma citação já famosa de Skinner, encontra-se uma síntese dessas idéias: “O comportamento é uma matéria difícil, não porque seja inacessível, mas porque é extremamente complexo. Desde que é um processo, e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado pela observação. É mutável, fluido e evanescente [...]” (Skinner, 1998/1953, p.16)

Esses aspectos definem o *determinismo* característico do BR. O comportamento não ocorre espontaneamente, mas se liga a outros eventos, que cabe a AC investigar. Isso implica, necessariamente, a rejeição da noção de que o homem tem “livre arbítrio”, tem o poder de decidir a partir de si mesmo, de seu julgamento, seu juízo, sua crítica seu agir, para citar alguns exemplos. O sujeito não inicia seu agir, mas é um elo, sem dúvida importante, de uma cadeia de eventos que o coloca sob determinação ambiental, e jamais o retira dessa interação. Daí é que nascem as críticas, polêmicas, de Skinner às noções de liberdade e dignidade¹¹.

Sem dúvida, a posição determinista é delicada, pois, “[...] não podemos evidentemente provar que o comportamento humano como um todo seja inteiramente determinado” (Skinner, 1982a/1974, p.163). É nesse sentido que o determinismo do BR não implica a idéia de que, cedo ou tarde, todas as variáveis controladoras de qualquer resposta serão identificadas pela ciência, nem que o pesquisador analista do comportamento tem o poder milimétrico (aliás, longe disso) de prever e controlar fenômenos comportamentais. Assim, o determinismo behaviorista é, antes de tudo, um determinismo probabilístico (cf. Carrara, 2005)

A crítica às concepções tradicionais relativas à causa do comportamento

Por fim, cabe ressaltar uma das maiores implicações que a defesa do modelo explicativo selecionista necessariamente empreende, Novamente, Andery (1997b) pode ajudar na linha de argumentação que vem sendo desenvolvida. Diz ela: “O que afinal Skinner propõe e por que é tão importante? A resposta a esta questão não é única: o modelo de seleção por conseqüências é importante porque definitivamente separa Skinner do mecanicismo. A causalidade deixa de ser descrita em termos

entre os dois termos.

mecanicistas de um efeito para uma causa.” (Andery, 1997b, p.183)

No modelo mecanicista, cada evento do mundo era pensado como sendo efeito de eventos imediatamente anteriores a ele (Skinner referiu-se a ele como o modelo do “empurra e puxa”). Ainda que tendo origem fora da ciência da psicologia, essa área do conhecimento não deixou de sofrer respingos do impacto da generalização da adoção desse modelo em outras ciências. Skinner, em 1982a/1974, exemplifica esse modo de pensar, incorporado na psicologia:

Tendemos a dizer [...] que se uma coisa se segue a outra, aquela foi causada por esta [...] A pessoa com que estamos mais familiarizados é a nossa própria pessoa; muitas das coisas que observamos pouco antes de agir ocorrem em nossos próprios corpos e é fácil tomá-las como causas de nosso comportamento. Se perguntarem por que respondemos com rispidez a um amigo, poderemos dizer “Porque me senti irritado”. É verdade que já nos sentíamos irritados antes de responder, ou então durante a resposta, e por isso achamos que nossa irritação foi a causa de nossa resposta. [...] Os sentimentos ocorrem no momento exato para funcionarem como causas do comportamento, e têm sido referidos como tal durante séculos. Supomos que as outras pessoas se sentem como nós quando se portam como nós. (Skinner, 1982a/1974, p.13)

Quando o modelo mecanicista foi reciclado e incorporado à psicologia, os eventos internos dos indivíduos passaram a ganhar um valor sagrado enquanto causas das respostas abertas. Não é difícil entender uma das razões disso, quando o mecanicismo constituía a via mais satisfatória para a explicação dos eventos do mundo. Diante de um comportamento qualquer, aparentemente, não há eventos observáveis imediatos que o expliquem. Se, no mundo físico não vivo, as causas podem ser vistas, medidas, e, portanto, pode-se extrair um nexos, uma ligação, entre eventos explícitos, o mundo da conduta humana parece escapar a essa lógica. A

¹¹ Essa crítica encontra-se muito melhor caracterizada em Carrara, 2005.

experiência particular mostra que o palco em que ocorrem os eventos humanos inclui também eventos internos: temos dificuldade em pensar qualquer uma de nossas ações sem que elas estejam, por exemplo, acompanhadas de “pensamentos”, “emoções”, “sensações”. Ora, quando se afirma que eventos do mundo ocorrem por conta de causas imediatamente anteriores, e aparentemente os eventos observáveis que antecedem o comportamento não o explicam, parece necessário supor uma dimensão determinante do comportamento que 1. é interna ao indivíduo, isto é, apenas ele pode ter acesso a ela, embora não necessariamente o tenha; e 2. pertence a uma dimensão que não contem propriedades físicas, é de outra ordem, necessariamente *metafísica*. Passa a se supor que a determinação do comportamento exige uma distinção entre fenômenos materiais/corporais/abertos, regidos por uma lógica que as ciências naturais explicam satisfatoriamente, e os metafísicos/mentais/internos, regidos por lógicas que caberia à psicologia desvendar, desenvolvendo uma teoria e método inéditos e singulares nas ciências. É essa forma de pensar¹² - vale dizer, *tributária* de um modo de pensar mecanicista - que conduz à necessidade de se lançar mão de dimensões metafísicas para se explicar o comportamento humano: o “psiquismo”, a “alma”, a “mente”, por exemplo. Pensamentos, emoções, sensações passam a ter um valor causal notável, pois parecem anteceder qualquer comportamento aberto ou ser subjacente a eles; erige-se um “eu” iniciador dos comportamentos (sede do material mais precioso do sujeito, os pensamentos, emoções...), a partir do qual o comportamento deve ser estudado; mas estudar comportamento é apenas uma via indireta para se estudar essa alma fugidia, escondida, incapturável à primeira vista, e que habita todos nós, ao mesmo tempo em que nos determina. Por trás da fluidez do comportamento, entidades estáticas são sugeridas para explicá-lo, conferem inteligibilidade ao movimento perturbador e inquieto dos organismos; o mundo do intangível contem nossos segredos, ordena nossa vida, dirige nosso mundo essencialmente humano. O comportamento é um reflexo imperfeito, um simulacro, dessa realidade abstrata, etérea, que o governa; é um material que dissimula e desafia as disciplinas da razão, a conduz ao erro, joga-a para o mundo sujo e caótico que apenas representa, muito mal, a limpidez do mundo da alma.

¹² A análise aqui descrita se resume em atribuir razões teóricas para a atribuição das causas do comportamento a eventos internos e metafísicos. Não se pode esquecer que as teorias se desenvolvem escoradas em contextos sócio-históricos específicos, refletindo conflitos, interesses, mecanismos, que exigem uma análise mais ampla. Tourinho (2009) realiza interpretações que especificam as razões sócio-históricas das dicotomias psicológicas clássicas (interno/externo, privado/público, mental/físico)

Ora, o que é atribuir as causas do comportamento a eventos imediatamente anteriores, como pensamentos, emoções, sensações, vontades, desejos, impulsos, ou às entidades metafísicas senão negar o caráter processual do comportamento humano, a sua contextualização, e sua determinação histórica? Essas explicações ofuscam a história de determinação dos indivíduos em proveito da suposição de entidades internas, que agora são tomadas como causas, velando o caráter processual do comportamento¹³: temos indivíduos autônomos, que determinam a si mesmos, a partir de dentro, e dissociados dos laços com seu ambiente. Para se entender cada um, deve-se garimpar sua subjetividade, mergulhar em suas profundezas, trazer à tona esse “eu” verdadeiro que se relaciona com quase absoluta autonomia com o mundo a sua volta. “Eu” autônomo, às vezes soberano, centrado na consciência, “eu” sem gravidade, livre e autoconductor: eis os modelos de homem que passam a ser desenhados como consequência necessária de se procurarem as causas de seu comportamento em eventos imediatamente anteriores ou simultâneos ao agir.

Em que o BR discordaria dessa concepção de homem? O melhor começo para essa resposta é dizer que o modelo explicativo selecionista, ao resgatar o caráter necessariamente processual e contextual do comportamento, dispensa o apelo a entidades metafísicas e às noções de homem autônomo, dono de si, centrado na consciência e iniciador de seus atos. O homem age sobre o mundo em dadas condições, produzindo consequências que determinam um agir semelhante, em condições semelhantes¹⁴. A ação tem consequências - para a espécie, para o indivíduo, e para cultura – que *retroagem* sobre o agir: alteram sua probabilidade futura. O agir, então, não tem como mola propulsora qualquer entidade anterior a ele e de outra natureza que não a material. O sujeito não engolfa a realidade, se coloca acima dela, a supera, em qualquer instante: está, sim, sempre condenado a agir sob determinação de sua interação contínua com o ambiente. Nesse sentido, sentimentos, atitudes, ideias, crenças, sensações, por exemplo, podem até ser relevantes na determinação do comportamento; mas o mais interessante, o mais crucial, para um

e que retomaremos em etapas posteriores deste trabalho.

¹³ A reciclagem de variáveis ambientais, transformadas em entidades subjetivas, é uma manobra teórica que Skinner insiste em questionar. Sobre esse ponto, diz: “Nas formulações mentalistas, o ambiente físico é deslocado para a mente e se torna experiência. O comportamento é transferido para a mente como propósito, intenção, idéias e atos de vontade. [...] Dados tais precedentes bem estabelecidos, não é de surpreender que certas funções comportamentais remanescentes tivessem também sido removidas para o interior” (Skinner, 1982a/1974, p.91)

¹⁴ Como se verá mais para frente, não só em condições semelhantes, mas também em condições

behaviorista radical, é a história de interação do sujeito com seu ambiente. É nessa história que os sentimentos, atitudes emergem como efeitos, e não como causas; eles são antes *selecionados* ou *eliciados* pela interação com o ambiente, do que fontes do comportamento. As intenções que acompanham as ações, os propósitos, são selecionados junto com elas e, por isso, tendem a reaparecer quando o indivíduo age de modo semelhante, caso essas ações tenham produzido conseqüências importantes para a sobrevivência.

Traduzindo essas idéias de um modo mais conceitual, seria possível dizer a maior parte do comportamento humano é efeito, especialmente, de processos de reforçamento. As condições antecedentes desse processo ganham três funções, a partir de então: viram estímulo discriminativo que evocam os mesmos operantes; viram estímulo reforçador condicionado; e, o que é mais importante nessa argumentação em curso, eliciam respostas que preparam o indivíduo para o recebimento do reforço. A comunidade verbal reforça o monitoramento consciente dessas ações; preza (isto é, reforça) descrições de respostas antes (na realidade, reforça descrições de probabilidade de agir), durante e após sua emissão. Assim, junto com uma resposta, ocorrem *concomitantemente*, e de forma geral, descrições dessa resposta e respondentes (incluídos na noção de “emoção” ou “sentimento”¹⁵). Se eles acontecem junto com a resposta, é muito fácil tomá-los como causa, já que, historicamente, as pessoas são treinadas a assumir como causa as condições imediatamente anteriores ou que acompanham uma dada resposta. Mas esses “sentimentos” (respondentes), idéias, intenções e pensamentos (descrições verbais, encobertas ou abertas, da resposta emitida), apenas *acompanham* tal resposta; nessa condição, quando as respostas são reforçadas, tantos os “sentimentos” como os “pensamentos” são selecionados junto com ela. A gênese desse processo tem como variável mais crítica de determinação o reforço, que seleciona, e não os eventos que acompanham a resposta. Facilmente, o que é efeito do processo de reforçamento (os sentimentos, idéias...) é tomado como do processo; dá-se ênfase à espuma da onda, e não às suas forças determinantes, ou seja, o histórico de contingências de reforçamento.

Todas essas ideias relativas aos contornos gerais do BR servirão de base para a

equivalentes.

¹⁵ A noção de sentimento, em AC, é bem mais complexa do que a que se está expondo aqui. Envolvem, mais do que apenas respondentes, operantes e operações estabelecedoras. Skinner descreve com detalhe essa noção, descrição essa muito mais minuciosa do que a que se está apresentando (cf. Skinner, 1998/1953). Além disso, Tourinho (2009) realiza uma leitura crítica da noção de sentimentos

próxima etapa deste trabalho: definir e discorrer sobre cultura. Como foi visto, o BR é uma filosofia do comportamento; lhe atribui *status* material, o que significa que sua inteligibilidade pode ser identificada no modelo explicativo de seleção por consequências. Foi visto que, na evolução do comportamento, regida pelas relações de variação e seleção, cada nível de seleção se originou dos impasses do anterior. No entanto, esses mesmos níveis que superaram os impasses gestados no anterior, colocaram novos impasses para o seguinte. Mesmo no terceiro nível, em que práticas culturais são selecionadas, há ainda impasses que podem ameaçar a sobrevivência de qualquer cultura. Este capítulo foi finalizado com a discussão de alguns desdobramentos em se assumir o modelo explicativo de seleção por consequências: a importância da história e do contexto na compreensão e análise do comportamento; a interação contínua entre os três níveis; e a crítica, incontornável, às teorias que identificam os principais determinantes do comportamento no interior dos organismos. Todas essas ideias formam o horizonte filosófico em que qualquer teorização da AC deve se ancorar. Qualquer conceito ou princípio presente na AC – e, especialmente, a relação entre os conceitos e princípios – tem que se harmonizar com os componentes do BR. Isso deve ser retido para a discussão que se segue, sobre o conceito de cultura na obra de Skinner. As principais coordenadas exploradas nesse capítulo deverão estar presentes no modo como se define e opera com o conceito de cultura dentro da AC.

CAPÍTULO 2

A NOÇÃO DE “CULTURA” NA OBRA SKINNERIANA

Neste capítulo, a noção de cultura presente nos textos skinnerianos será abordada mais diretamente. O capítulo anterior esboçou as bases gerais do BR: a noção de homem que pressupõe, o objeto de estudos da AC, a natureza de tal objeto, o modelo explicativo que instrumentaliza o cientista, analista do comportamento, a compreender o alvo de seus estudos. Caracterizado o BR, deve-se dar um passo adiante e entender a compreensão de um fenômeno específico que integra aquilo que o BR elege como seu objeto de estudo. Esse fenômeno específico é a cultura. Já que o presente trabalho visa compreender a crítica à cultura, o tema “cultura” deve ser abordado. Definir o que constitui esse fenômeno é o passo anterior indispensável para que se possa dizer algo de sua crítica. Em outras palavras, a crítica da cultura só pode ser tratada se o fenômeno sobre o qual tal crítica incide for devidamente delimitado. Neste capítulo, a abordagem “genérica”, “abstrata” apontada na introdução como uma das formas de Skinner tratar a cultura será examinada.

O que Skinner chama de “cultura”? Quais são seus aspectos definidores? Como o fenômeno se articula com o objeto de estudos da AC, ou por que estudar cultura é condição necessária para que o comportamento humano possa ser devidamente compreendido? Em última análise, cada argumento presente neste capítulo só será relevante na medida em que ofereça subsídios para responder a essas questões. Isso feito, a crítica à cultura poderá ser abordada dentro dos limites que a definição de cultura, desenvolvida neste capítulo, impuser. Em suma, o presente capítulo delimita o campo de estudos em que esta pesquisa se insere.

A estratégia adotada para a consecução desses objetivos será abordar o tema da “cultura” na obra skinneriana demonstrando sua articulação com o BR. Novamente, as ideias skinnerianas relativas à evolução do comportamento serão resgatadas mostrando-se que o terceiro nível de seleção (o cultural) é um dos grandes determinantes do comportamento humano. Isso quer dizer que, se uma das preocupações da AC é entender as determinações do comportamento, o fenômeno cultural não poderá ser deixado de lado. Em seguida, os aspectos que singularizam

esse fenômeno serão abordados e explicitados. Como será visto, a evolução do terceiro nível de seleção guarda uma estreita afinidade com a evolução do comportamento verbal: é quase impossível pensar o fenômeno cultural sem considerar esse comportamento operante especial. Dado a grande afinidade entre essas duas noções, uma seção do texto que compõe o presente capítulo será aberta para explorar com mais minúcia a inter-relação dos termos. Adiantando a argumentação que se segue, a evolução do comportamento verbal viabilizou o desenvolvimento de algumas características que remodelaram o padrão de interação do homem e seu ambiente (incluindo aí, como ambiente, os outros homens e si mesmo), emprestando-lhe singularidade dentro do mundo vivo. Essas características mereceram, também, destaque especial na forma de um item exclusivo para sua abordagem. O presente capítulo é concluído de modo a introduzir o seguinte: irá demonstrar como uma cultura pode ser alvo de crítica.

Cultura na evolução do comportamento

No capítulo anterior, procurou-se caracterizar o posicionamento central que o modelo de seleção por conseqüências ocupa no sistema conceitual da AC. Em seguida, caracterizou-se como esse modelo é capaz de servir como chave de inteligibilidade do comportamento. Foi visto que as relações características do modelo de seleção por conseqüências operam em três níveis, sendo que cada nível supera os obstáculos, as limitações, que o nível anterior apresenta, ao mesmo tempo em que pode criar novos impasses que tendem a ser superados pelo nível seguinte. A partir de um trecho do artigo de Andery e Sérgio (2003), é possível amarrar tais ideias e sintetizá-las:

De acordo com Skinner, o primeiro nível de seleção por conseqüências têm problemas que são resolvidos no nível seguinte, que, por sua vez, é o produto do anterior. Assim, o primeiro nível de seleção dá origem à sensibilidade para reforço, que é o núcleo do segundo nível e ultrapassa a falha do primeiro nível, isto é, a seleção natural apenas prepara o organismo para ambientes semelhantes. Esse segundo nível dá origem ao comportamento social e verbal que constituem o

núcleo do terceiro nível e que superam a falha do segundo nível, em que é necessário esperar que a ocorrência de primeira resposta para modelar o comportamento. Assim, ao assumir a perspectiva selecionista, Skinner foi levado a descrever as interações entre os três níveis de seleção por conseqüências como uma parte necessária da descrição de cada nível (Andery e Sérgio, 2003, p.279)

A presente pesquisa confere ênfase especial ao terceiro nível de seleção, relativo à evolução das culturas. O que foi dito no primeiro capítulo servirá de ponto de partida para o aprofundamento desse tema. Para discorrer sobre esse conceito, serão abordados a maneira como Skinner compreende a origem das culturas, seu funcionamento, o modo como esse autor a conceitua e os desdobramentos dessa noção. De início, serão retomados alguns pontos fundamentais já desenvolvidos anteriormente como forma de dar mais consistência a um conjunto de ideias que são condição para a compreensão dos aspectos que envolvem a noção de “cultura” na obra skinneriana.

O primeiro aspecto a ser destacado, no que se refere à noção de “cultura” nos textos de Skinner, é o fato de ela, assim como a evolução biológica das espécies e do comportamento operante, estar submetida às interações características do modelo de seleção por conseqüências. As culturas se desenvolveram a partir dos impasses, das limitações, que emergiram com o desenvolvimento da seleção no nível do condicionamento operante, tal como a última citação aponta. Isso permite dizer que identificar a origem das culturas requer retomar alguns aspectos do segundo nível de seleção por conseqüências.

Dois produtos da seleção natural viabilizaram o condicionamento operante: a sensibilidade ao reforçamento e um conjunto de comportamentos não mais especificamente relacionados com estímulos eliciadores (Skinner, 2007/1981). Quando os membros das espécies começaram a ser sensíveis às conseqüências de suas respostas, tais respostas¹⁶ ganharam a possibilidade de serem modificadas (selecionadas ou não e modeladas) de acordo com tais conseqüências. Foi visto que, no primeiro nível, certas respostas são *eliciadas*, permanecendo pouco variáveis no

¹⁶ A rigor, o que é selecionado, ou reforçado, são as classes de respostas, e não as respostas (cf. Skinner, 1998/1953).

transcorrer da vida de um indivíduo (ao menos se comparadas com as respostas operantes). Tais respostas, portanto, além de pouco variáveis, são produzidas mais diretamente por um estímulo eliciador incondicionado ou condicionado. Há uma mudança significativa quando o indivíduo passa a ser sensível às conseqüências de seu agir, isto é, quando as conseqüências de suas respostas *retroagem* sobre o organismo de modo a mudar o seu *responder*. No nível do condicionamento operante, o repertório operante de um organismo sofre modificações ao longo de sua vida: agora, são respostas que passam a ser modeladas de acordo com os efeitos que produzem, e não são mais, como no primeiro nível, apenas as circunstâncias em que as respostas são eliciadas que mudam.

Por meio do condicionamento operante, novas respostas poderiam ser fortalecidas (“reforçadas”) por eventos que imediatamente as seguissem.

[...] quando, por meio da evolução de suscetibilidades especiais, alimento e contato sexual tornam-se reforçadores, novas formas de comportamento podem ser estabelecidas. Novas maneiras de coletar, processar e, por fim, cultivar alimentos e novas formas de se comportar sexualmente, ou de se comportar de maneiras que apenas eventualmente ocasionem reforçamento sexual podem ser modeladas e mantidas. (Skinner, 2007/1981, p.130)

A emergência do comportamento operante trouxe, assim, uma imensa vantagem adaptativa às espécies. Quando o responder começou a ser função das suas conseqüências (produzidas *no passado*), os organismos puderam se adaptar não só mais aos ambientes em que os comportamentos respondentes se desenvolveram, mas também às próprias transformações ambientais que a vida de um único membro de uma espécie passava no transcorrer de sua vida. Isso produziu uma enorme vantagem adaptativa: a capacidade alterar o responder de acordo com as transformações de um ambiente dinâmico, em constante transformação. O tempo de variação genética é muito maior que o tempo de variação de respostas operantes: outra forma de dizer que a seleção de operantes, pelo ambiente, é muito mais ágil do que a seleção de variações genéticas, que exigem, no mínimo, duas gerações de organismos. Maior agilidade que

se desdobra em maior vantagem adaptativa (ou, o que dá no mesmo, maior probabilidade de sobrevivência) às espécies que desenvolveram sensibilidade às consequências do que àquelas que não desenvolveram operantes. A história das espécies passou a compartilhar seu lugar de determinação do comportamento com a história *individual*, imensamente incrementada, em seu poder de afetar o comportamento, a partir do desenvolvimento do condicionamento operante.

O processo [de condicionamento operante] suplementa a seleção natural. Conseqüências importantes do comportamento, que não poderiam desempenhar um papel na evolução porque não constituem traços suficientemente estáveis do meio, tornam-se eficazes, por intermédio do condicionamento operante, durante a vida do indivíduo, cujo poder de haver-se com o seu mundo é assim grandemente ampliado. (Skinner, 1982a/1974, p.43)

Um desdobramento do desenvolvimento do condicionamento operante foi a menor necessidade, para a sobrevivência dos organismos, de um repertório inato, já predeterminado pela genética. Boa parte do que os organismos faziam não era mais inscrita em seu patrimônio genético, mas desenvolvida a partir do poder seletivo das consequências dos comportamentos operantes, consequências essas produzidas *durante* a vida de um organismo.

Uma vez que uma espécie que rapidamente adquire comportamentos apropriados a ambientes específicos tem menor necessidade de um repertório inato, o condicionamento operante poderia não apenas suplementar a seleção natural do comportamento, mas também substituí-la. (Skinner, 2007/1981, p.130)

Uma vez evoluído o processo de condicionamento operante, topografias de comportamento cada vez menos semelhantes ao comportamento filogenético poderiam ter sido afetadas e, eventualmente, o comportamento poderia ter emergido em novos ambientes, que não eram estáveis o suficiente para

mantê-lo através da seleção natural. (Skinner, 1984b, p.219)

Essa primeira implicação conduz a uma segunda. Agora que o repertório dos organismos é especialmente modelado ao longo da vida de cada um, a partir do processo de condicionamento operante, maiores parcelas do ambiente começam a afetar o organismo, ou, em outras palavras, maiores parcelas do mundo tornam-se *estímulos*¹⁷. A própria história de vida dos organismos é também responsável pela sua sensibilidade ao mundo e não só a história da espécie dos organismos.

No entanto, um aspecto desse mundo que se abre à interação dos organismos é, em certo sentido, especial: é constituído por outros organismos, e não só pelo ambiente físico, em que se travam relações meramente mecânicas.

Muito do comportamento estudado por etólogos [...] é social. Está numa faixa próxima de ser atingida pela seleção natural, uma vez que os outros membros da mesma espécie são uma das características mais estáveis do ambiente de uma espécie.
(Skinner, 2007/1981, p.130)

Foi visto que, quando parte do ambiente dos organismos é constituída por outros organismos, uma nova possibilidade de interação com o mundo se abre: é possível aprender com a experiência dos outros, produzir comportamentos sem que haja necessidade de aguardar que o repertório seja modelado pelas consequências produzidas mecanicamente no ambiente. O tempo alargado necessário para que as variações de respostas produzam consequências reforçadoras pode ser substituído pela economia de tempo derivada da aprendizagem, com o outro, de comportamentos que já se provaram eficazes na interação com o mundo: em vez da dinâmica de variação aleatória (leia-se: variações sem direção à adaptação) de respostas sob a qual incide o

¹⁷ A unidade básica de análise do comportamento operante é a tríplice contingência. Uma classe de respostas é reforçada em certas ocasiões e não em outras. Isso resulta em um processo de discriminação, em que uma classe de estímulos evoca esta mesma classe de respostas que produziu o reforçamento anteriormente. Assim, o responder operante não exige apenas sensibilidade ao reforço, mas possibilita a sensibilidade às condições em que houve reforçamento. Essas situações, ou os estímulos que compõem essas condições, por sua vez, além de adquirirem a função de estímulo discriminativo (estímulos que evocam operantes que, em sua presença, foram reforçados, mas não em sua ausência) adquirem também a função de reforço condicionado. Esse reforço condicionado, por sua vez, é capaz de reforçar novos operantes que o produzam e, assim, criar novos estímulos discriminativos. Portanto, um processo de reforçamento implica a criação de diversos reforçadores e estímulos discriminativos. Isso explica como o processo de condicionamento implica uma sensibilidade cada vez maior ao mundo.

processo de seleção ambiental, os outros podem ensinar o responder final que produziu conseqüências com valor de sobrevivência, isto é, conseqüências reforçadoras¹⁸. A aprendizagem social pode, em muitos casos, substituir a aprendizagem direta, sem mediação de outro organismo, com o ambiente não social. Os operantes que um indivíduo desenvolve em sua relação com o ambiente, portanto, podem ser *transmitidos*: o repertório individual pode ser compartilhado com outros membros, que prolongam a vida de tal repertório além da do organismo. Esses repertórios comportamentais transmitidos, compartilhados, acumulados, estão no cerne da definição de cultura, a ser delimitada mais para frente.

E, afinal, o que constitui essa aprendizagem social, que ainda não foi definida? Como um indivíduo pode aprender com outro, dispensando a necessidade de modelar seu repertório operante apenas pela relação mecânica com o ambiente? Uma primeira resposta possível é pelos fenômenos comportamentais de imitação e modelação operantes. A imitação e modelação operantes não escapam à definição de comportamento operante: são dois fenômenos que envolvem classes de respostas mantidas por conseqüências comuns. A especificidade dos dois fenômenos comportamentais repousa nos dois primeiros termos da tríplice contingência: o estímulo discriminativo e a classe de respostas. Na imitação, o responder de outro organismo é estímulo discriminativo que evoca um responder topograficamente semelhante ao dele. A tendência é que ambos os sujeitos, embora controlados por variáveis ambientais antecedentes distintas, produzam a mesma conseqüência reforçadora, uma vez que pertencem a ambientes que compartilham aspectos comuns. Na modelação, o que mantém o responder de um indivíduo é a imitação do outro. Nesse sentido, modelação e imitação operantes constituem procedimentos que permitem um intercâmbio mais dinâmico e vigoroso com o ambiente social.

Quando os organismos estão se comportando por causa das contingências de reforçamento predominantes, comportamento similar em outro organismo tem

¹⁸ Mesmo assim, para que um sujeito fique sob controle de outro organismo, é necessário que as respostas apresentem variações aleatórias para que algumas delas produzam reforço. Seja no caso da imitação, seja no caso do comportamento governado verbalmente, é condição que haja reforçamento diferencial de respostas muito semelhantes ao organismo imitado (no caso da imitação) e reforço diferencial na presença de estímulos verbais (no caso de comportamento governado verbalmente). A partir do reforçamento diferencial, o outro poderá ser imitado e poderá ser fonte de estímulos verbais que, aí sim, poderão não mais exigir que muitas variações aleatórias aconteçam para que alguns

probabilidade de ser reforçado pelas mesmas contingências. Uma tendência geral para se comportar como os outros se comportam suplementa a imitação filogenética. Segue-se, então, a modelação operante: quando o comportamento de outra pessoa é importante, dar modelo é reforçado quando a outra pessoa imita.

A imitação e a modelação desempenham importantes papéis na transmissão de resultados de contingências de reforçamento excepcionais. [...] Outras pessoas ficaram sob controle das mesmas contingências fortuitas, através da imitação, e o comportamento foi transmitido, ainda mais rapidamente, por modelação. (Skinner, 1984b, p.221

Mas, foi especialmente com o comportamento verbal que esse intercâmbio social tornou-se mais dinâmico. Quando a musculatura vocal ficou sobre controle operante, as contingências puderam ser descritas, analisadas e transmitidas aos outros (Skinner, 2007/1981, 1984b)

O comportamento governado verbalmente substituiu, em muitos casos, o comportamento modelado por contingências diretas. Isto é: ao invés de um indivíduo ter que apresentar uma gama relativamente grande de respostas de modo que algumas delas fossem selecionadas pelas conseqüências (o que demandaria tempo e energia), o comportamento governado verbalmente (inicialmente proveniente das interações de outro indivíduo) já poderia especificar o responder que produziria, em ocasiões também específicas, o acesso às mesmas conseqüências reforçadoras. Com o desenvolvimento do comportamento verbal, tempo e energia puderam ser economizados. O ambiente, no caso humano (única espécie que desenvolveu comportamento verbal), é fruto de mais do que a interação *direta* que a espécie e o indivíduo estabeleceram: é, também, e especialmente, aquilo que os outros disseram que é; é a construção verbal que uma comunidade social transmitiu aos seus membros¹⁹. Uma *outra* parte do ambiente emerge nos alicerces do comportamento

operantes sejam fortalecidos.

¹⁹ Construção essa que não escapa à lógica operante, em que um operante, em circunstâncias específicas, produz a conseqüência que o agrupa em uma classe funcional de respostas. O comportamento verbal é operante, ainda que um operante especial. A emergência de um ambiente verbal não implica a emergência de uma realidade ontologicamente distinta da material.

verbal, um ambiente que pode colocar o indivíduo em contato com parcelas do mundo distanciadas das margens do tempo e do espaço: o ambiente verbal permite que sujeitos humanos não precisem vivenciar contingências diretas de modo a obterem reforçadores no contato com o mundo não social.

Se, de um lado, isso dá margem para a economia de tempo e energia apontada acima e maior coordenação entre ações individuais caracterizadas no parágrafo seguinte, abre também a possibilidade de os indivíduos ficarem insensíveis às contingências diretas de seus comportamentos, sendo comandados especialmente por regras²⁰.

Os ganhos, do ponto de vista evolutivo, do desenvolvimento do comportamento verbal são evidentes. Além dessa economia de tempo e energia, o comportamento humano pôde ficar, em maiores proporções, sob controle social: a coordenação de ações, a cooperação, o entrelaçamento de comportamentos ganharam impulso através do comportamento verbal.

O desenvolvimento do controle ambiental sobre a musculatura vocal aumentou consideravelmente o auxílio que uma pessoa recebe de outras. Comportando-se verbalmente, as pessoas podem cooperar de maneira mais eficiente em atividades comuns. Ao receberem conselhos, ao atentarem para avisos, ao seguirem instruções, e ao observarem regras, as pessoas podem se beneficiar do que outros já aprenderam.
(Skinner, 2007/1981, p.131)

Se o comportamento operante permitiu que os organismos pudessem ser alterados pelo impacto das transformações de um mundo dinâmico em um tempo mais curto, o comportamento verbal ou a cultura permitiram um encurtamento temporal ainda mais substancial entre as transformações do mundo e um agir que promovesse maior probabilidade de sobrevivência dos organismos: outra forma de dizer que um agir mais adaptativo ao mundo que se transforma continuamente pôde não mais

Comportamento verbal e não verbal obedecem às mesmas leis. Sobre esse ponto, diz Skinner: “Nenhuma nova suscetibilidade ao reforçamento foi necessária [para o desenvolvimento do comportamento verbal], uma vez que as consequências do comportamento verbal distinguem-se apenas pelo fato de que são mediadas por outras pessoas” (Skinner, 2007/1981, p.131)

²⁰ Algo que Skinner aponta como característico da cultura contemporânea (cf. Skinner, 1986)

depende especialmente da seleção de operantes que variavam “aleatoriamente”, mas, com o desenvolvimento do comportamento verbal, pôde ser produzido por descrições (e análises) de contingências que economizaram o tempo necessário para se modelar um repertório. A dura batalha pela sobrevivência pôde contar com as forças *conjuntas* de membros de uma mesma comunidade social, que empreendem ações coordenadas produzindo as condições de sua existência. Quando o comportamento de indivíduos é social (possibilidade grandemente incrementada pelo desenvolvimento do comportamento verbal), as tarefas que asseguram a sobrevivência do grupo podem ser produzidas pelo entrelaçamento de comportamentos de seus membros. Os produtos desse entrelaçamento, esse produto social, é agora uma nova consequência seletiva, não mais de comportamentos individuais, mas do próprio *entrelaçamento* desses comportamentos. Quando os indivíduos se juntam e produzem, coletivamente, as condições necessárias de seu existir, sendo que esses comportamentos necessários para produção da sobrevivência não são mais exclusivamente determinados pela genética dos membros de um grupo, mas são transmitidos entre gerações, outro nível de seleção emerge: o nível cultural. As práticas sociais, isto é, o comportamento entrelaçado de indivíduos, passam a variar e sofrer a ação seletiva do ambiente, seleção essa que incide sobre as práticas sociais, e não mais sobre variações de respostas ou genéticas.

O comportamento verbal aumentou consideravelmente a importância de um terceiro tipo de seleção por consequências: a evolução de ambientes sociais ou culturais. O processo presumivelmente se inicia no nível do indivíduo. Uma melhor maneira de fabricar uma ferramenta, de produzir alimentos ou de ensinar a uma criança é reforçada pelas suas consequências – respectivamente, a ferramenta, os alimentos ou um ajudante útil. A cultura evolui quando práticas que se originam dessa maneira contribuem para o sucesso de um grupo praticante em solucionar seus problemas. É o efeito sobre o grupo e não as consequências reforçadoras para seus membros, o responsável pela evolução da cultura. (Skinner, 2007/1981, p.131)

Chegou-se, enfim, a um ponto em que a noção de cultura, na obra skinneriana, pode ser explicitada. Os aspectos básicos que constam de sua definição já foram abordados, ainda que de um modo algo disperso. Nada melhor que recorrer ao próprio autor para apresentá-la de modo sistematizado.

No sentido mais amplo possível, a cultura na qual um indivíduo nasce se compõe de todas as variáveis que o afetam e que estão dispostas por outras pessoas. (Skinner, 1998/1953, p.455)

O ambiente social é o que chamamos de uma cultura. Dá forma e preserva o comportamento dos que nela vivem. Determinada cultura se desenvolve quando novas práticas surgem, possivelmente por motivos irrelevantes, e são selecionadas por sua contribuição para o fortalecimento da cultura, quando “compete” com o meio físico e com outras culturas. (Skinner, 1971, p.116)

A primeira citação contém algo próximo desse aspecto: a cultura envolve as variáveis dispostas por outros membros e que afetam o comportamento de um novo membro. Cultura, nesse sentido, é identificada com contingências sociais. Esse aspecto começa a elucidar os aspectos definidores da cultura, mas ainda não os captura por completo. Afinal, qualquer membro de uma espécie animal social é afetado por variáveis produzidas por outros membros.

O diferencial da cultura, no entanto, reside em outro ponto: esse ambiente social que afeta o comportamento de um membro de uma cultura, é composto por sujeitos que se comportam de um dado modo que não foi especialmente predefinido geneticamente: o patrimônio genético de um grupo não dá conta de explicar suas práticas. O ambiente social que determina boa parte dos operantes de um novo membro assim o faz porque foi *condicionado* para tanto. Isso é outra forma de dizer que o ambiente cultural evolui, mas uma evolução que não consiste na seleção natural. O que um sujeito aprendeu ao se relacionar com sua cultura foi, em boa parte, aprendido por outros. Nesse sentido, *a cultura transmite comportamentos, mas não o faz sob mecanismos genéticos.*

O paralelismo entre a evolução biológica e cultural vem a se romper na questão da transmissão. Nada existe de semelhante ao mecanismo cromossomo-gene na transmissão de um costume cultural. [...] Uma cultura, ao desenvolver uma prática que lhe permita a utilização de fontes alimentares [...] pode transmiti-la não apenas aos novos membros, mas também aos contemporâneos e aos sobreviventes de uma geração anterior (Skinner, 1971, p.106)

Agora é possível capturar o que há de singular no fenômeno cultural. Na definição de Skinner, uma cultura é as contingências mantidas por um grupo. Entretanto, essa manutenção não se dá apenas²¹ por via genéticas, mas, especialmente no caso humano, pelo comportamento verbal. A evolução da cultura não está tão atrelada aos mecanismos genéticos de transmissão; mas em *comportamentos* dos membros que transmitem comportamentos que foram aprendidos. Cultura, então, pode ser assim definida: contingências do grupo que são transmitidas pelo próprio comportamento de seus membros. Isso é que faz a cultura envolver comportamentos *aprendidos* que são transmitidos.

Como um conjunto de contingências de reforço mantidos por um grupo, possivelmente formuladas por meio de regras ou leis, a cultura tem uma condição física bem definida; uma existência contínua para além das vidas dos membros do grupo; um padrão que se altera à medida que certas práticas lhe são acrescentadas, descartadas ou modificadas [...]. Uma cultura assim definida controla o comportamento dos membros do grupo que a pratica (Skinner, 1982a/1974, pp.173-4)

Vale destacar também que entre os comportamentos aprendidos transmitidos

²¹ A partícula “apenas” foi acrescentada porque sem nenhum patrimônio genético seria impossível haver transmissão de comportamentos aprendidos. No entanto, tal transmissão se escora, sobretudo no caso humano (há a discussão se existem culturas não humanas), no comportamento verbal.

estão aqueles que envolvem outros membros da cultura. A cultura transmite não só comportamentos, mas *práticas culturais*, que se definem por envolverem entrelaçamento de contingências. Essas práticas inauguram um novo nível de seleção, pois o que as mantêm são os produtos desse entrelaçamento. A seleção de práticas culturais é o terceiro nível de seleção apontado por Skinner (2007/1981). Essa distinção é importante por ajudar a diferenciar “nível de determinação” e “nível de seleção”. Quase todos os operantes de um sujeito humano são determinados pela cultura. Assim será quando, para formação desses operantes, for necessário reforçamento por parte de outros membros de acordo com as práticas da cultura. Um operante que é determinado culturalmente é um operante reforçado por outros membros da cultura que foram especialmente treinados para exercer essa mediação.

O operante de sujeitos humanos é determinado pelo terceiro nível de determinação. Quando se diz em “terceiro nível de seleção”, o foco está nas práticas culturais, no entrelaçamento do comportamento dos membros da cultura²². Esse entrelaçamento tem um produto que retroage sobre ele. Assim, se no segundo nível de seleção o que é selecionado são os operantes, no terceiro nível, o que é selecionado são as práticas culturais.

Vimos que em certos aspectos o reforço operante se assemelha à seleção natural da teoria da evolução. Assim como as características genéticas que surgem como mutações são selecionadas ou rejeitadas por suas conseqüências, também as novas formas de comportamento são selecionadas pelo reforço. Há ainda uma terceira espécie de seleção que se aplica às práticas culturais. O grupo adota um dado procedimento [...] seja planejadamente seja através de algum evento que, na medida em que se refira ao efeito sobre o grupo, pode ser inteiramente acidental. Como característica do ambiente social, essa prática pode afetar o sucesso do grupo na competição com outros grupos ou com o ambiente não-social. As práticas culturais que são vantajosas tenderão

²² É possível fazer uma distinção entre um operante cujas instâncias são emitidas por uma só pessoa e entrelaçamento de contingências. Em ambos os casos, ainda assim, pode se estar falando de práticas culturais, mesmo porque esses operantes, por mais “individuais” que pareçam, dependeram de

a ser características dos grupos que sobrevivem e que, portanto, perpetuam essas práticas. Portanto, pode-se dizer que algumas práticas culturais têm um valor de sobrevivência, enquanto outros são letais no sentido genético.
(Skinner, 1998/1953, pp. 466-7)

O fato de práticas culturais ocuparem o terceiro nível de seleção não quer dizer que o operante não tenha determinação cultural, apesar de corresponder ao segundo nível de seleção. Nada mais enganoso: o operante, assim como as práticas culturais, é determinado pela história filogenética, ontogenética e cultural, que sempre se conjugam na determinação dos fenômenos comportamentais.

Tudo o que foi dito neste tópico diz respeito à origem e definição das culturas. No final deste item, começou-se a explorar a definição que Skinner dá à “cultura”. Em síntese, foi visto que as culturas nasceram dentro das próprias relações de seleção por conseqüências, superando os impasses, as limitações, impostos com o desenvolvimento do segundo nível de seleção, o ontogenético. Destacaram-se os a imitação e modelação como importantes fontes de aprendizagem social. Mas, a ênfase maior recaiu sobre o comportamento verbal, que permitiu que comportamentos pudessem ser produzidos não mais somente por contingências diretas, mas por mediação social (de acordo com alguém que foi especialmente condicionado para exercer essa mediação), e viabilizou a emergência de um novo nível de seleção, o cultural, em que o entrelaçamento de comportamentos individuais é selecionado por produzir conseqüências importantes para a manutenção do grupo.

Dois conceitos mostram-se, portanto, fortemente associados à noção de cultura. Em primeiro lugar, o comportamento social. Uma cultura envolve necessariamente comportamentos em que os outros exercem papel crítico em sua execução (seja como estimulação antecedente, seja como estimulação subsequente). Comportamento social, por sua vez, é condição para o desenvolvimento de um comportamento absolutamente especial no caso humano: o comportamento verbal. Nesse tipo de comportamento, se está diante de, mais do que relações entre operantes mantidos por conseqüências *mediadas*, classes de respostas mantidas por outros

entrelaçamento de contingências para serem formados (cf., Glenn, 2003)

sujeitos que foram *especificamente condicionados* a realizar tal mediação.

O primeiro aspecto destacado como característico das culturas foi o fato de elas dependerem das interações sociais. Assim, como será evidenciado, o ambiente social mostra-se essencial para a definição de culturas. No item seguinte, serão caracterizados os principais aspectos de um ambiente social. Tal caracterização servirá como um modo de se aprofundar a noção de cultura na obra de Skinner.

Aspectos do ambiente social

Comportamento social foi definido por Skinner como “o comportamento de duas ou mais pessoas em relação à outra ou em conjunto em relação ao ambiente comum” (Skinner, 1998/1953, p.326). Nesse sentido, comportamento social envolve qualquer relação entre sujeito e ambiente em que o ambiente é constituído por outro sujeito. A *mediação* de outro organismo, portanto, é o aspecto fundamental na definição desse tipo de comportamento. Essa participação de outro organismo pode ser realizada por duas vias: como estimulação antecedente às respostas ou como estimulação subsequente às respostas do sujeito. O fato de outro sujeito participar da tríplice contingência não implica a suposição de que o ambiente social escape às leis que governam o comportamento. O ambiente social, nesse sentido, é tão material quanto o ambiente não social.

Com freqüência se argumenta que [o comportamento social] é diferente do comportamento individual e que há “situações sociais” e “forças sociais” que não podem ser descritas na linguagem da ciência natural. Diz-se que se requer uma disciplina especial denominada “ciência social” por causa dessa aparente ruptura na continuidade da natureza. Há, é claro, muitos fatos [...] que nunca se prestariam a estudo se as pessoas não se juntassem e se comportassem em grupos, mas ainda assim continua a questão de se saber se os dados básicos são fundamentalmente diferentes. (Skinner, 1998/1953, p.326)

No entanto, dizer que o comportamento social é material não implica dizer que

ele não contém especificidades. Estas estão dentro dos padrões que regem o mundo material.

A discussão do ambiente social será iniciada pelo terceiro termo da tríplice contingência: o reforço, nesse caso, reforço social. A mediação de outro organismo como condição para a produção de reforço implica uma relação não mais mecânica de um sujeito com seu ambiente na produção de conseqüências de seu responder. O comportamento verbal oferece inúmeros exemplos. Os efeitos mecânicos de uma resposta verbal vocal são bastante simples: constituem-se em sons, cujas propriedades podem ser mensuradas com relativa facilidade. No entanto, identificar essas propriedades pouco ajuda a compreender a função da resposta verbal. Isso porque as dimensões dessas propriedades não correspondem às dimensões das conseqüências mais relevantes que mantêm o responder verbal. Pedir para que uma pessoa feche a janela será eficiente independentemente de se o falante o fizer gritando ou falando baixo. O critério mais crítico que torna esse responder verbal é a discriminação dos sons envolvendo o ouvinte. Enquanto no ambiente não social muitas vezes as conseqüências do responder variam de acordo com os efeitos mecânicos produzidos pela resposta (a força com que se empurra uma pedra corresponde ao seu deslocamento), o ambiente verbal provê as conseqüências mantenedoras do agir do falante independentemente de seus efeitos mecânicos. “A resposta ‘um copo d’água, por favor’ não tem efeito no ambiente mecânico, mas o produz em um ambiente verbal apropriado” (Skinner, 1998/1953, p.327).

Outro aspecto do reforço social é o fato de ele se constituir, em grande parte, por reforços generalizados. A construção do reforço generalizado se dá sob a condição do estímulo reforçador ser pareado com dois ou mais estímulos reforçadores primários (se sua construção necessita de uma história de pareamento, então, esse tipo de reforço é condicionado). Aspectos do ambiente que geralmente são classificados como “atenção”, “aprovação”, “cuidado”, “amor”, “afeto”, “submissão”, “domínio”, são estímulos que antecedem ou acompanham muitos reforçadores primários. Desse modo, pelo fato de o reforço generalizado estar pareado com diversos reforçadores primários, não há tanta necessidade de o sujeito estar sob operações motivacionais para que respostas que produziram esse reforço sejam evocadas. Quase sempre, o reforço generalizado reforçará operantes que o produzam. E, mais do que isso, o reforço generalizado pode ser eficaz mesmo que os reforços primários que foram importantes para sua construção deixem de estar pareados com o reforço

generalizado.

O reforçador generalizado é útil por não lhe ser importante a condição momentânea do organismo. A força do operante gerado por um único reforço só se observa sob uma condição de privação adequada. [...] Mas, se um reforçador condicionado foi emparelhado com reforçadores apropriados a muitas condições, pelo menos um dos estados de privação adequados tem probabilidade de prevalecer em uma ocasião futura. Quando reforçamos com dinheiro, por exemplo, nosso controle subsequente é relativamente independente de privações momentâneas. (Skinner, 1998/1953, pp.85-6)

Os reforçadores generalizados continuam eficazes mesmo quando os reforçadores primários já há muito não os acompanham. (Skinner, 1998/1953, p.89)

E é o ambiente social que, em grande parte, viabiliza que parcelas do ambiente possam adquirir a função de reforço generalizado: “(...) o processo de generalização [leia-se: o processo de construção de reforços generalizados] geralmente requer a mediação de outro organismo” (Skinner, 1998/1953, p.327). No caso humano, não é difícil pensar a razão pela qual a “atenção” dos outros passa a adquirir a função de reforço generalizado. O ser humano nasce relativamente prematuro (se comparado com os organismos de outras espécies); necessita de outro ser humano para lhe oferecer os cuidados básicos para sua sobrevivência, cuidados esses que estão intimamente relacionados com o acesso a reforçadores primários, como alimentação, proteção física, manutenção de temperatura adequada etc. Todos esses reforços primários, que o bebê humano não é capaz de obter sem auxílio do outro, são intermediados pela atenção do outro ser humano. A imaturidade do bebê humano conduz a uma intensa relevância do outro como parte especial do ambiente. “Outro” que assegura, mediante sua atenção, o acesso do bebê aos estímulos básicos fontes de sua sobrevivência. O ambiente humano, assim, constitui um ambiente cujos reforçadores estão, em grande parte das vezes, vinculados à interação com outros organismos, que se tornam, elas mesmas, reforçadores generalizados.

Crianças humanas são dependentes de outros de sua espécie por um tempo muito mais longo do que outro mamífero. Enquanto outros animais assumem seus papéis de adulto relativamente cedo em suas vidas, entre 20 a 25% do período de vida humana é gasto na preparação de um nível similar de independência. A maior parte da preparação envolve aquisição de repertórios comportamentais específicos necessários à sobrevivência, contribui para as práticas sociais da comunidade e integra o comportamento do jovem naquelas práticas. Isto praticamente assegura que o ambiente social (comportamento de outros humanos) será proeminente entre aqueles aspectos do ambiente que entram em contingências comportamentais. Tal comportamento social programado ontogeneticamente (diferente do comportamento social programado filogeneticamente de alguns insetos) pode tomar e toma muitas formas dentro e entre gerações. (Glenn, 1991, pp. 56-7)

A mediação de outros para a obtenção de conseqüências últimas que reforçam toda a cadeia comportamental que lhe antecede e as produz traz importantes implicações à vida humana. Isso conduz ao terceiro aspecto específico do ambiente social: nele, a obtenção de reforçadores depende também das contingências às quais o próprio agente reforçador está submetido. As conseqüências mecânicas do responder são produzidas fidedignamente pela resposta (isto é, em razão igual ou próxima a um: uma resposta produz um reforço), caso ela seja emitida em condições específicas antecedentes. O ambiente social, nesse sentido, é mais instável: além da necessidade de a resposta ocorrer em um dado momento, a conseqüência que mantém a classe dependerá também do agente reforçador, que nem sempre disponibilizará o reforço. Esse aspecto se desdobra em outros dois: o reforço social tende, portanto, a ser intermitente, bem como respostas diferentes podem produzir o mesmo reforço e a mesma resposta produzir reforços distintos, a depender das contingências em que o agente reforçador está inserido. A variabilidade comportamental de indivíduos cujo ambiente é em grande parte social tende a ser maior, como resultado de um ambiente

social que também tende a ser instável. Variar o responder é uma consequência inescapável quando se depende de outro para a produção de reforçadores.

O comportamento reforçado através da mediação de outras pessoas diferirá de muitas maneiras do comportamento reforçado pelo ambiente mecânico. O reforço social varia de momento para momento dependendo da condição do agente reforçador. Dessa forma, respostas diferentes podem conseguir o mesmo efeito, e uma resposta pode conseguir diferentes efeitos, dependendo da ocasião. Como resultado, o comportamento social é mais extenso que o comportamento comparável em ambiente não-social. Também é mais flexível, no sentido de que o organismo pode mudar mais prontamente de uma resposta para outra quando o comportamento não for eficaz.

Como muitas vezes o organismo reforçador pode não responder apropriadamente, é mais provável que o reforço seja intermitente. [...] Um sucesso ocasional poderá se enquadrar no padrão do reforço em intervalo variável, e o comportamento mostrará uma estável frequência de força intermediária. Poderíamos expressar isso dizendo que respondemos a pessoas com menos confiança do que respondemos no ambiente inanimado. (Skinner, 1998/1953, pp.328-9)

A maior intermitência do agente reforçador ao disponibilizar reforçadores a depender do responder dos sujeitos abre, também, a possibilidade de o esquema de reforçamento se tornar gradualmente mais exigente (exigindo quantidades de respostas maiores para um mesmo reforço). Esse processo, se for devidamente gradual, viabiliza que indivíduos humanos apresentem quantidades enormes de respostas, quantidades essas que só seriam possíveis ser emitidas num processo gradativo de mudança de esquema de reforçamento. Como aponta Skinner, esse aspecto corresponde à possibilidade de o ambiente social criar uma espécie de “escravidão humana”:

As contingências estabelecidas por um sistema reforçador social podem mudar lentamente. [...] Começando com especificações razoáveis e aumentando gradativamente os requisitos, contingências muito exigentes podem ser feitas, as quais seriam quase ineficazes sem essa história. O resultado muitas vezes é um tipo de escravidão humana. (Skinner, 1998/1953, p.328)

A modulação, por parte de uma agência reforçadora, das contingências de reforço ao próprio responder dos organismos é difícil de encontrar na relação com o mundo inorgânico. Nesse último, os esquemas de reforçamento tendem sempre a se manter os mesmos, em condições específicas e para classe de respostas específicas. No mundo social, entretanto, tanto as condições específicas sob as quais uma classe de respostas é emitida não garante que o responder produza as mesmas conseqüências em um mesmo esquema. É essa instabilidade do mundo social que pode explicar, segundo Skinner, o fato de as contingências sociais produzirem mais “efeitos indesejáveis” que as do mundo inanimado (cf. Skinner, 1998/1953)

Em suma, três aspectos são destacados por Skinner ao apontar as especificidades do ambiente social no que se refere ao estímulo reforçador: o fato de ele exigir algo além dos efeitos mecânicos para ser eficaz; ser, em grande parte das vezes, reforço generalizado, algo que é quase somente viabilizado em ambientes sociais; e ser relativamente instável quanto à sua apresentação, a depender das respostas e das condições do agente reforçador. Isso caracteriza os estímulos que são posteriores às emissões de resposta em ambiente social. E o que dizer das especificidades dos estímulos antecedentes às respostas nesses mesmos ambientes?

A formação de um estímulo discriminativo social ocorre devido ao fato de esse estímulo estar presente em processos de reforçamento. “Um estímulo social, como qualquer outro estímulo, torna-se importante no controle do comportamento por causa das contingências em que se encaixa” (Skinner, 1998/1953, p.332). No entanto, por mais que esse estímulo social seja também de natureza física, tais estímulos possuem uma especificidade decorrente do fato de ser difícil identificar as suas dimensões que controlam o responder. Essa dificuldade se deve ao fato de a construção desses estímulos ser determinada culturalmente e pela história particular

de um indivíduo. Isso significa que estímulos, como um “sorriso” (exemplo de Skinner), “gentileza”, “perseverança”, “irritação” etc. não têm propriedades físicas, relevantes no controle do responder, sempre comuns aos indivíduos. Um traço da expressão facial de alguém pode ser traduzido por um indivíduo como sinal de “arrogância”; outro indivíduo pode traduzi-lo como um traço de “domínio” daquilo que fala; culturas diferentes também podem reagir de modo significativamente diferenciado a estímulos sociais com propriedades físicas comuns. Pode-se contrargumentar essas ideias apontando o fato de que mesmo um estímulo não social nem sempre tem também propriedades facilmente identificáveis que exercem controle sobre o responder de diferentes indivíduos e em diferentes culturas. A rigor, os estímulos nunca são “milimetricamente” os mesmos para indivíduos diferentes. No entanto, dada a instabilidade característica do ambiente social, é muito mais provável que as propriedades dos eventos sociais que exercem controle sobre o responder sejam mais variáveis: o dinamismo (o ritmo de transformações) das sociedades é muito maior do que o do mundo não social: e é essa mudança acelerada do ambiente social que faz com as ocasiões (ou as propriedades de ocasiões) em que dados operantes produzem reforço para um indivíduo sejam muito distintas se comparadas com as ocasiões em que há reforçamento para outro indivíduo.

Esse mudar constante do ambiente social conduz a outra característica dos eventos sociais que antecedem e controlam o responder: o fato de mudanças sutis nos estímulos poderem acarretar mudanças bruscas no responder. Muitas das conseqüências sociais são alteradas em sua disponibilidade quando o estímulo antecedente apresenta uma mudança pouco sensível. Um sorriso, para resgatar o exemplo de Skinner, pode indicar que a aproximação da pessoa que o viu viabilizará as condições que uma série de outros operantes sejam reforçados. Por outro lado, se no momento de aproximação a feição dessa pessoa mudar para uma mais sisuda, todos os operantes a serem evocados deixam de sê-lo. Isto é, mudanças formais sutis no comportamento dos outros podem implicar a evocação de outras classes de respostas. O ambiente social é, assim, repleto de estímulos sutis (leia-se: por estímulos que, embora formalmente guardem alguma semelhança, produzem mudanças acentuadas no responder).

Quando se definiu cultura deu-se ênfase ao fato de ela envolver entrelaçamento de contingências (daí o motivo de se abrir um item relativo ao

comportamento social). Além disso, foi visto o papel crítico que o comportamento verbal exerceu no desenvolvimento da cultura. De modo a aprofundar o conceito de cultura, a relação entre ela e comportamento verbal será agora explorada.

Cultura e comportamento verbal

Em textos que Skinner volta-se para o tema da cultura, é muito comum que ele faça referência ao comportamento verbal (p. ex., Skinner, 2007/1981, 1998/1953, 1982a/1974). Ao mesmo tempo, quando o autor explora o campo do comportamento verbal, é bem possível que o leitor no mínimo suspeite que suas reflexões estejam nas interfaces entre comportamento verbal e cultura (p. ex., em Skinner, 1978b/1957 e 1986b). De onde vem essa estreita intimidade entre os dois temas? Por que falar de cultura parece exigir um tratamento do comportamento verbal? Por que a tão famosa frase de Skinner “quando a musculatura vocal ficou sobre controle operante...” precede alguns comentários do autor sobre a cultura?

Durante o presente capítulo, muitas ideias desenvolvidas oferecem poderosas pistas para responder a essas perguntas. Neste subitem, a relação entre comportamento verbal e cultura será esmiuçada mais diretamente. Para tanto, a estratégia eleita como mais proveitosa para empreender essa tarefa será, repetindo a seguinte ordem: 1. retomar a definição de cultura de Skinner; 2. definir comportamento verbal; 3. dissecar tantos os aspectos definidores de comportamento verbal como algumas propriedades de tal comportamento que, embora não façam parte da sua definição, ajudam a lhe conferir singularidade diante dos demais comportamentos; e 4. demonstrar como essas características do comportamento verbal (tanto as definidoras quanto as que lhe são também eminentemente próprias), bem como o desdobramentos dessas características, estão profundamente articuladas com o fenômeno cultural, ajudando tanto a constituí-lo como a emprestar-lhe dinamismo. Quatro textos de Skinner vão servir de base para a argumentação que se segue: *Comportamento Verbal* (1978b/1957), o capítulo de *Sobre o Behaviorismo* (1982a/1974) intitulado “Causas e Razões” e o capítulo de *Contingências de Reforço* (1984a/1969) chamado “Uma análise operante da resolução de problemas” e o texto *Evolution of Verbal Behavior* (1986)

Como foi visto, cultura foi definida por Skinner como contingências de reforço mantidas por um grupo. Além disso, a cultura foi definida como o conjunto de comportamentos mantidos, ao menos em parte, por essas contingências. Nesse sentido, ao dizer que a cultura envolve comportamentos mantidos por um grupo, a definição de cultura tem também como um dos seus elementos constituintes o fato de envolver *transmissão* social de comportamentos. Como foi visto, o ambiente cultural permite que se aprendam comportamentos sem que se tenha que recorrer exclusivamente ao procedimento de modelagem. Uma das maneiras que viabilizam essa transmissão é o comportamento verbal. Além disso, a cultura envolve a coordenação de comportamentos, isto é, o *entrelaçamento* de contingências individuais que, embora contenham consequências que mantêm os comportamentos de um indivíduo, produzem muito mais do que isso: geram consequências que só poderiam ser produzidas por conta desse entrelaçamento. Trata-se de consequências que são mais do que a soma dos produtos dos comportamentos individuais, pois derivam-se da articulação de contingências entre os membros de um grupo. Essas consequências do entrelaçamento retroagem sobre o próprio entrelaçamento de contingências, ajudando o grupo a manter práticas que são importantes para produzir as condições de sua existência. Logo acima, quando se falou de entrelaçamento de contingências, novamente deu-se destaque ao papel do comportamento verbal para garantir essa “linha” que costura os comportamentos individuais. Portanto, seja no que se refere à transmissão, seja no que se refere ao entrelaçamento de contingências, o comportamento verbal parece exercer um papel fundamental. Transmissão, entrelaçamento e comportamento verbal: eis aí três elementos que parecem guardar uma profunda articulação. Por quê?

A resposta para essa pergunta exigirá entrarmos no campo do comportamento verbal com um nível de profundidade maior do que foi realizado até aqui. Ainda assim, não se pretende discorrer sobre o tema a tal ponto que os limites impostos pelos objetivos deste subitem sejam ultrapassados. As coordenadas que guiarão os argumentos que se seguem respeitarão a proposta de identificar a articulação entre cultura e comportamento verbal.

A definição de comportamento verbal, na obra de Skinner, pode ser encontrada em, ao menos, duas de suas obras: *O comportamento Verbal* (1978b/1957) e no texto “A evolução do comportamento verbal” (1986b). No primeiro, Skinner apresenta sua definição de comportamento verbal. No segundo, oferece subsídios para

identificar quando um comportamento pode ser classificado como verbal. Portanto, nesse segundo texto, Skinner reafirma sua definição de comportamento verbal e, mais do que isso, identifica características que *todo* comportamento verbal deve apresentar para ser classificado como tal. De início, esses dois textos pavimentarão as análises que se seguem.

A definição de comportamento verbal pode ser segmentada em três partes. É uma divisão possível, embora não necessária. Em primeiro lugar, comportamento verbal é comportamento *operante*, o que significa dizer que ele é alterado pelas consequências que produz. Esse aspecto é fundamental, pois confere legitimidade à ideia de que o comportamento verbal obedece aos mesmos princípios ou leis que regem qualquer outro comportamento operante não verbal. Comportamento verbal e não verbal têm o mesmo estatuto ontológico: são da mesma natureza (material) e, portanto, obedecem às mesmas relações de causalidade de variação e seleção. Os processos observados no comportamento não verbal - como discriminação, generalização, extinção, reforçamento - também ocorrem no comportamento verbal. Isso não significa, no entanto, que comportamento verbal não contenha especificidades, mas apenas que tais especificidades não violam os princípios básicos que governam qualquer comportamento. Ao introduzir sua proposta teórica e metodológica para o comportamento verbal, Skinner afirma que “nenhuma suposição é feita acerca de qualquer característica exclusivamente verbal, e os princípios e métodos empregados adaptam-se ao estudo do comportamento como um todo. [...]” (Skinner, 1978b/1957, p.27).

As especificidades do comportamento verbal começam a se revelar no segundo aspecto de sua definição: comportamento verbal é mantido por consequências *mediadas*. Isso significa dizer que as consequências do comportamento verbal, ao menos quando ele começa a se desenvolver no repertório de um indivíduo, *dependem* do comportamento²³ de outra pessoa. Isso permite que tal comportamento se liberte dos entraves mecânicos e geométricos que estreitam as possibilidades de produção de consequências dos demais comportamentos não verbais. Dizer que comportamento verbal é mantido por consequências mediadas é isto: as relações

²³ Dependem, mais especificamente, do comportamento *operante* de outra pessoa. Skinner faz questão de diferenciar o comportamento que produz consequências mediadas do comportamento que produz consequências que dependem do comportamento de outra pessoa que teria as mesmas consequências se ela fosse substituída por um objeto inorgânico. Ainda que essa distinção seja delicada, por vezes difícil de se estabelecer, não se entrará nessa discussão, realizada em Skinner, 1978b/1957, pp. 268-70.

mecânicas não dão conta de explicar porque um dado estímulo foi produzido por uma resposta. Uma resposta como “Atenção!” de um professor em sala de aula pode ser capaz de silenciar seus agitados alunos; um “socorro!” pode salvar a vida de uma pessoa. Eis, portanto, um fator que já assegura ao comportamento verbal um *poder* maior do que os demais comportamentos: com uma movimentação e coordenação muscular e respiratória é possível operar sobre o mundo de modo incomparável com o comportamento não verbal. Além disso, a compreensão do comportamento verbal exige a consideração do comportamento do ouvinte (que pode, embora não no início do desenvolvimento do comportamento verbal, ser o próprio falante), pois é ele que fornece as consequências mantenedoras desse comportamento. Assim, comportamento verbal, muitas vezes, implica *entrelaçamento* de contingências: falante e ouvinte constituem, portanto, o episódio verbal total (Skinner, 1978b/1957) que precisa ser delimitado para a compreensão do comportamento verbal. Aludindo a um sujeito que pede, oralmente, água, Skinner (1978b/1957) destaca todos esses aspectos:

[...] os sons em si mesmos são facilmente descritíveis em termos físicos, mas o copo de água só chega ao falante como consequência de uma série complexa de acontecimentos que incluem o comportamento do ouvinte. A consequência última, o recebimento de água, não mantém qualquer relação geométrica ou mecânica com a forma do comportamento de “pedir água”. Na verdade, é característico desse comportamento o fato de ele ser impotente contra o mundo físico²⁴. Raramente nossos gritos derrubam as muralhas de Jericó, ou somos bem sucedidos ao ordenar ao sol para que não se mova ou para que as ondas se acalmem. Palavras não quebram ossos. (Skinner, 1978b/1957, pp. 15-6).

²⁴ “Físico”, nesse caso, é permutável por inorgânico. Se a citação continuasse, o texto de Skinner subsidiaria essa possível substituição dos termos: “as consequências de tal comportamento surgem por intermédio de uma série de acontecimentos não menos físicos ou inevitáveis que as ações mecânicas[...]” (Skinner, 1978b/1957, p.16).

No entanto, mesmo definindo (parcialmente) o comportamento verbal como aquele que é mantido por consequências mediadas, parece que esse comportamento não revelou ainda a especificidade que lhe é devida. Isso porque ele poderia estar abarcado na definição de comportamento social sem nenhuma característica especial, além de ser social. Nesse sentido, a especificidade do comportamento verbal se incrementa quando seu terceiro aspecto é enunciado: comportamento verbal é mantido por consequências mediadas por outro organismo que foi *especificamente condicionado* por uma comunidade verbal de modo a exercer essa mediação.

O condicionamento do ouvinte é o x do problema. O comportamento verbal é modelado e mantido por um meio verbal – por pessoas que respondem de certa maneira por causa das práticas do grupo do qual elas são membros. Essas práticas e a interação resultante entre o falante e o ouvinte produzem os fenômenos aqui considerados sob a rubrica de comportamento verbal. (Skinner, 1978b/1957, p.270)

Ao acrescentar esse aspecto na definição de comportamento verbal (o condicionamento do ouvinte por uma comunidade verbal) a intimidade entre esse comportamento e cultura ganha um vigor enorme. A preparação do ouvinte de modo a oferecer consequências para o falante significa que o comportamento desse último é condicionado em consonância com as práticas de um grupo (outra forma de dizer que a mediação do ouvinte depende especialmente da história do grupo, o que torna impensável, desde o momento que Skinner acrescenta esse terceiro aspecto em sua definição, dispensar o terceiro nível de seleção por consequências para explicar as interações verbais). A implicação desse aspecto é que o falante passa a ser condicionado a reproduzir comportamentos semelhantes (tanto funcionalmente quanto topograficamente) aos comportamentos dos membros que compõem sua comunidade verbal. Isto é: o comportamento verbal é um comportamento cuja determinação cultural é tão forte que contém aspectos que em muito compartilham com a própria definição de cultura: o falante age de modo semelhante aos membros de sua cultura, tanto os membros de sua geração quanto os membros de gerações anteriores. Se a cultura é, em parte, definida pela propagação de comportamentos entre e intra

geração, o comportamento verbal funciona como o fenômeno que, em boa parte das vezes²⁵, viabiliza esse aspecto.

Mas como o ouvinte treina o falante a se comportar de um modo ajustado às práticas do grupo? O ouvinte não reforça *qualquer* operante do falante em *qualquer* situação: ele mantém classes de respostas *específicas* emitidas em contextos também *específicos* e que apresentam características topográficas também específicas. É possível ainda acrescentar que o próprio reforçador fornecido pelo ouvinte treinado também é condicionado pelas práticas da comunidade verbal: operantes como tatos, intraverbais, textuais, ecoicos e transcritivos exigem, para sua instalação e manutenção, reforços condicionados generalizados, ao passo que a instalação e manutenção de mandos podem ser mantidos pelo recurso a reforçadores não generalizados. Todos esses procedimentos asseguram que as condições controladoras de operantes verbais, bem como a própria topografia desses operantes, estejam harmonizadas com a prática de seu grupo. O estabelecimento da contingência envolvendo a condição estimuladora antecedente, a classe de respostas evocadas e o efeito sobre o ambiente verbal não obedece aos maneirismos do acaso, mas é dependente da história das práticas da comunidade verbal, que constitui o ambiente selecionador desse comportamento. Portanto, o treino do falante e os comportamentos resultantes desse treino garantem certa *estabilidade* ou *continuidade* das práticas de uma comunidade verbal: o que um novo membro aprende é resultado de um conjunto de práticas que lhe antecedem; de modo semelhante, o resultado dessa aprendizagem viabiliza que essas práticas se perpetuem além do tempo de vida de cada membro da comunidade verbal. Em certo sentido, o comportamento verbal “gruda” as gerações uma nas outras e em si mesmas. O condicionamento do ouvinte torna o falante verbalmente competente para agir *de modo específico* (leia-se: dentro das exigências) em uma comunidade verbal, isto é, de um modo em que a estimulação que produza *tenha função* para os outros membros, que também foram especificamente condicionados para responder a essa estimulação de modo específico. Como novo membro de uma comunidade, ele está preparado para novas infinitas possibilidades de interação com um grupo que compartilha de um repertório verbal semelhante. Existindo *consistência* entre o treino do falante e as práticas do grupo, aumenta-se a margem de possibilidades de interação do falante com o grupo, com novas

²⁵ Em boa parte das vezes porque há possibilidade de transmissão de comportamentos por via de modelagem, imitação e modelação, que podem dispensar o recurso ao comportamento verbal.

possibilidades de, em grupo, operar sobre o mundo. Como será visto mais para frente, esse aspecto é uma das condições para a coordenação de ações entre indivíduos de uma mesma cultura, coordenação essa que viabiliza consequências que ultrapassam em muito as possibilidades de produção de consequências caso o operar sobre o mundo não contasse com a cooperação dos outros. Nesse sentido, comportamento verbal assegura fluência, dinamismo, nas interações sociais. Sinteticamente, essas ideias estão presentes ou constituem um desdobramento do trecho de um texto de Skinner em que ele se ocupa, dentre outras coisas, a estabelecer alguns critérios para que uma resposta possa ser classificada como verbal. Ela o será principalmente quando

[...] foi modelado e mantida por um ambiente verbal transmitido de uma geração a outra (quando ela se tornou parte de uma “linguagem”). [...] Comportamento verbal é o comportamento que é reforçado pela mediação de outra pessoa, mas apenas quando a outra pessoa está se comportando de modo que tenha sido modelado e mantido por um ambiente verbal evoluído ou linguagem. (Skinner, 1986b, p.121)

Em suma, esse terceiro aspecto da definição de comportamento verbal está relacionado a duas possibilidades: 1. à propagação de comportamentos semelhantes (funcionalmente e topograficamente) entre indivíduos diferentes; e 2. à coordenação ou cooperação entre indivíduos. Esses dois enunciados constituem peças chave para a argumentação que se segue.

Além desses três aspectos que definem o comportamento verbal, outras propriedades emprestam a esse comportamento novos contornos - em relação aos comportamentos não verbais - que reafirmam sua especificidade. Ainda que esses aspectos não façam parte de sua definição, eles estão por trás, ou viabilizam, um novo horizonte de possibilidades derivadas desse comportamento. Duas características serão destacadas.

A primeira delas é que comportamento verbal, geralmente, envolve respostas com baixíssimo custo, ou seja, respostas que podem ser emitidas rapidamente e com

pouco gasto de energia pelo falante. A emissão de uma resposta verbal vocal²⁶ exige apenas a coordenação dos movimentos musculares e respiratórios (dado a presença de condições estimuladoras antecedentes e um histórico de reforçamento). Cada pequena variação nesses movimentos implica nova topografia de resposta potencialmente produtora de reforço. O resultado é que mínimas variações topográficas resultam em diferentes consequências. Além disso, a relativa facilidade de emissão de respostas verbais permite que novas respostas possam ser facilmente combinadas e recombinaadas, conferindo a esse comportamento uma grande variedade, produtividade e dinamismo.

Normalmente, o comportamento verbal é [...] muito rápido, excedendo de muito a velocidade do comportamento não verbal com idêntica variedade de formas e consequências. O limite parece depender da massa de músculos posta em movimento. A fala é mais rápida que o gesto, e um meio externo, como escrever, bater à máquina ou fazer sinais com fumaça, cobra seu preço. A velocidade também é encorajada pela rápida série de cadeias de comportamento, série esta que é possível porque o falante não precisa esperar pela reação física do ouvinte em cada estágio. (Skinner, 1978b/1957, p.246)

A relativa facilidade de emissão de respostas verbais também é produto do fato do comportamento verbal não exigir suporte externo para sua emissão. Skinner é claro em destacar esse aspecto:

Afora um público pertinente ocasional, o comportamento verbal não requer suporte ambiental. Precisa-se de uma bicicleta para andar de bicicleta, mas não para dizer “bicicleta”. Por isso, o comportamento verbal pode ocorrer em quase todas as ocasiões. (Skinner, 1982a/1974, p.80)

²⁶ O objetivo desse item é apenas apresentar algumas propriedades do comportamento verbal. Como base para a descrição dessas propriedades, o comportamento verbal vocal foi eleito como mais representativo do comportamento verbal. No entanto, outras topografias de respostas poderiam servir

Se a emissão de boa parte das respostas não verbais requer auxílio de algum objeto externo, as respostas verbais requerem simplesmente o corpo do falante (além de estimulações evocadoras e histórico de reforçamento). Daí deriva-se a suposta “liberdade” ou “autonomia” do comportamento verbal: em diferentes ocasiões a mesma topografia de resposta verbal pode ser emitida e, mesmo em condições semelhantes, diferentes respostas podem ser evocadas.

O comportamento verbal pode libertar-se mais facilmente do controle de estímulo porque, por sua própria natureza, não requer apoio; isto é: nenhum estímulo precisa estar presente para dirigi-lo ou formar elos na cadeia de respostas (Skinner, 1978b/1957, p.68)

A agilidade do comportamento verbal viabilizada pelo seu baixo custo e pelo fato de ele dispensar suporte externo abre a possibilidade que muitas partes do mundo possam controlar o comportamento do falante (em outras palavras, muitas partes do mundo podem se tornar estímulos), partes essas que dificilmente evocariam operantes caso o comportamento verbal não exigisse tão pouco para ser emitido²⁷. A infinita variedade de topografias verbais pode ficar sob controle de partes muito sutis do mundo: aparentemente, para muitos detalhes da realidade, há uma topografia verbal correspondente, isto é, que pode ser evocada. Um bom exemplo disso são as contingências que geram o comportamento de “abstração”:

Não há contingências “naturais” que reforcem uma resposta na presença de uma única propriedade, sem relação com outras propriedades. Aparentemente, a contingência necessária requer a mediação de outros organismos. Portanto, a abstração parece ter se tornado possível apenas com o desenvolvimento do comportamento verbal (Skinner,

de exemplo, como a escrita e gestos.

²⁷ É bom lembrar que não é só por causa da não necessidade de suporte externo que cada pequeno detalhe do mundo pode evocar diferentes operantes verbais. Isso também depende do arranjo de contingências de uma comunidade verbal que coloque diferentes topografias verbais sob controle de diferentes estímulos recorrendo, *sempre*, a reforçamento.

Isso contribui para o fato de o comportamento verbal poder ser afetado por muitas variáveis, já que eventos sutis do ambiente tendem a conferir força a diversos operantes verbais²⁸: a multideterminação do comportamento encontra no comportamento verbal sua manifestação por excelência. (rever argumentos)

Em certo sentido, a “liberdade” do comportamento verbal também opera como um facilitador para que as variações topográficas alcancem altíssima amplitude, sendo que cada variação pode, ao menos potencialmente, produzir conseqüências também distintas (resultado de terem funções distintas sobre o ouvinte). Soma-se a isso, o fato de as topografias verbais poderem ser facilmente combinadas por um arranjo especial de contingências, especialmente pelo fato de serem fáceis de ser emitidas. Assim, a facilidade de emissão da resposta verbal e seu enorme poder de produzir estímulos com funções distintas sobre o ouvinte (que pode ser o próprio falante) imprimem a esse comportamento uma altíssima produtividade, variedade e poder: com pouco custo de resposta, o ambiente (verbal e não verbal) pode mudar numa proporção enorme.

E há ainda outro fator que, conjugado com a facilidade de emissão de respostas verbais, explica sua produtividade e poder: o som produzido pela fala, por produzir reforço pela mediação do ouvinte que responde sob controle desse som, implica pareamento entre som (produto automático do responder verbal vocal e que, a rigor, é estímulo e não resposta) e reforço. Isso confere ao próprio som a função de estímulo reforçador condicionado. Existindo a possibilidade de produção de reforço pela mera emissão de sons (ou pela mera emissão do responder verbal enconberto), o comportamento verbal tende a ocorrer praticamente o tempo todo. Assim, o ser humano está continuamente emitindo comportamento verbal; está, em certo sentido, mergulhado em um universo que é especialmente verbal.

²⁸ O fato de “uma única variável [poder] afetar mais de uma resposta” (Skinner, 1978b/1957, p.273) faz com que configurações complexas de estímulos - sendo que cada estímulo confere força a determinadas classes de repostas verbais -, possam, potencialmente, produzir combinações inusitadas de respostas verbais, que, se não fossem fáceis de ser emitidas e, portanto, combinadas, não produziriam a riqueza de efeitos tão característicos do comportamento verbal. Sobre esse ponto, Skinner diz que “qualquer amostra do comportamento verbal é junção de muitas variáveis que operam ao mesmo tempo. Qualquer resposta sob o controle de uma variável tem uma boa probabilidade de estar relacionada com outras variáveis também presentes. [...] Como resultado, uma causação múltipla produz muitos efeitos verbais interessantes, inclusive o jogo de palavras, o humorismo, o estilo, a invenção poética, as distorções formais, os lapsos e muitas técnicas do pensamento verbal (1978b/1957, pp. 274-5)

A facilidade de emissão do comportamento verbal devido ao fato de ele envolver respostas com baixo custo é, portanto, fortemente incrementada por conta de ele não requerer suporte externo. Esses dois aspectos que, combinados, justificam o fato de o comportamento verbal ser facilmente emitido ajudam a assegurar: 1. certa “liberdade” ao comportamento verbal; 2. maior sensibilidade ao mundo (ou seja, contribui para que uma parcela maior do mundo constitua estímulos); 3. maior produtividade, variabilidade e possibilidade de combinação das respostas verbais; 4. alto poder de operar sobre o mundo por meio de uma resposta relativamente fácil de ser emitida; e 5. a emissão contínua do comportamento verbal, possibilidade assegurada também pelo fato de o próprio som emitido pela resposta verbal seja um reforçador automático condicionado.

Até aqui, destacou-se cinco aspectos do comportamento verbal, sendo que três deles fazem parte de sua definição, ao passo que os demais constituem propriedades desse comportamento. Para cada aspecto, deu-se ênfase a alguns de seus desdobramentos, às possibilidades que eles viabilizam. Por tudo isso, o comportamento verbal constitui um operante especial. Mas não só por isso. Se avançar-se alguns passos a mais nas reflexões sobre o papel do comportamento verbal na vida humana, rapidamente se elucida como o comportamento verbal altera consideravelmente a relação do homem com seu mundo, com os outros e consigo mesmo. Boa parte das novas possibilidades inauguradas pelo comportamento verbal reverbera sobre a vida *cultural* humana. Será sobre o impacto das características especiais do comportamento verbal sobre a cultura que a argumentação a seguir irá se pautar.

Muitos dos operantes verbais (tato, intraverbal, ecoico, transcritivo e textual) são instalados e mantidos por um reforço característico. Um tato, por exemplo, é reforçado na presença de um dado objeto, evento ou propriedade de objeto e evento. A comunidade verbal estabelece contingências que asseguram que tal operante fique quase que exclusivamente sobre controle desses estímulos e não de variáveis motivacionais. E o faz com o recurso do reforço generalizado. Pelo fato de esse reforço estar pareado com diversos outros reforços primários, o valor desse reforço é quase permanente. Atenção, afeto, dinheiro (os exemplos mais frequentes de reforço generalizado) podem reforçar operantes independentemente da vigência de qualquer condição motivacional específica. Assim, o reforço generalizado “quebra” ou enfraquece o controle exercido por condições de privação e estimulação aversiva de

um indivíduo, estreitando o controle evocativo para estímulos com função discriminativa.

[...] No tato [...] (assim como no comportamento ecoico, textual ou intraverbal) enfraquecemos a relação com qualquer privação ou estimulação aversiva específica e estabelecemos uma relação excepcional com um estímulo discriminativo. Fazemos isso [...] com um reforçador generalizado. O controle resultante é feito por meio do estímulo. [...] Falando aproximadamente, o mando permite que o ouvinte infira algo acerca da condição do falante, independentemente das circunstâncias externas, enquanto que o tacto permite que ele infira algo acerca das circunstâncias, independentemente da condição do falante. (Skinner, 1978b/1957, p.109)

[...] Ao destruir a especificidade de uma relação, tornamos possível o estabelecimento de outra. Podemos usar nosso reforçador generalizado para fortalecer a resposta a na presença de a, e a resposta b na presença de b, e assim por diante. Quer o falante emita a resposta a ou a resposta b, não se trata mais de uma questão de privação, mas de um estímulo presente. Esta relação de controle no comportamento verbal é que será de grande importância para o grupo. (Skinner, 1978b/1957, p. 76).

Dada a correlação sistemática entre um operante e a estimulação antecedente (algo que qualquer grupo humano, como sugere a citação acima, deve assegurar e prezar) o ouvinte muitas vezes responde ao operante (ou, mais precisamente, à estimulação automática por ele produzida) como responderia às variáveis que o controlam. Nesse sentido, *em certas circunstâncias*, as palavras passam a ter a mesma função que os estímulos que a controlam. As palavras *podem* substituir os eventos do

mundo, no sentido de que podem exercer as mesmas funções dos eventos que controlam o responder verbal²⁹.

Esse fato implica enorme vantagem para o grupo e para o indivíduo. Cada indivíduo não precisa, agora, ter contato *direto* com certos eventos para que seja afetado por eles. O comportamento verbal de outro pode já especificar certos eventos correntes e passados, viabilizando um responder efetivo que, por estar sob controle do comportamento verbal de outra pessoa, pode ser afetado por eventos que apenas essa outra pessoa tem acesso³⁰. O resultado é que eventos dissociados no tempo e no espaço da emissão de certos operantes podem exercer um poder enorme sobre o comportamento humano. Nesse sentido, há um alargamento das variáveis que passam a exercer seu poder sobre o comportamento, não mais tão confinadas ao contexto imediato em que uma resposta é emitida^{31 32}. Intimamente associado a isso, o

²⁹ A ideia de permutabilidade entre palavra e referente constituiu um foco de crítica de Skinner à algumas teorias da linguagem. Embora o autor reconheça que, sim, uma palavra pode ter um efeito semelhante ao evento a que se “refere” (as seguidas vezes em que Skinner fala de uma “extensão sensorial e motora viabilizada pelo comportamento verbal no capítulo *Pensamento*, do *Comportamento Verbal*, 1978b/1957, o atestam), o fato de isso nem sempre ser verdade é digno de atenção, especialmente por conta de esse simples fato colocar em xeque a noção de que as palavras funcionam de modo a condensar o mundo na linguagem. Por trás dessas teorias, sugere-se a existência independente de significados correlatos às palavras: espécie de “entidades pré verbais” que determinam o uso de ferramentas correlatas dessas entidades, as palavras. Se existisse esse “cimento” grudando as palavras às coisas, se as palavras fossem *sempre* substitutas das coisas, comeríamos a palavra “pão” e entraríamos em desespero ao ouvir ou ler a palavra “leão”. A análise dos fenômenos ditos linguísticos ganha, portanto, muito mais complexidade e rigor se os significados não forem concebidos como entidades independentes, mas se forem buscados nas variáveis das quais o comportamento é função. Nesse sentido, a razão pela qual, em certas circunstâncias, respondemos à palavra “chuva” como se, de fato, estivesse chovendo e, em outras circunstâncias, respondemos à mesma palavra apenas escrevendo-a no papel é elucidado com mais facilidade. Essa discussão é frequente na obra de Skinner dedicada especialmente ao comportamento verbal (1978b/1957). Em particular, ela é mais bem realizada no primeiro capítulo do livro, no item “Formulações Tradicionais” e no capítulo sobre o operante verbal tato, no subitem “A resposta do Ouvinte a um Tato”.

³⁰ É interessante notar que a possibilidade de afetar o comportamento do outro por meio do comportamento verbal, fazendo o ouvinte se comportar do modo como se comportaria aos eventos que as palavras se “referem”, constitui também a possibilidade de “enganar” o outro, “dissimulá-lo”, já que, em muitos casos, o ouvinte não tem o acesso privilegiado a certos eventos que o falante tem. O campo da linguagem, nesse sentido, é o campo por excelência do engano, da dissimulação, do afastamento dos indivíduos de seu contexto direto. Certamente, sem a “linguagem” não haveria nenhuma possibilidade de controle ideológico sobre pessoas. Mais do que isso, a própria possibilidade de um indivíduo não só enganar o outro, mas a si mesmo, constitui uma curiosa prerrogativa quase monopolizada pelo comportamento verbal. Um interessante material sobre esse último ponto é o livro de Gianetti (1997) intitulado “Auto engano”.

³¹ É comum dizer que o comportamento verbal expande o ambiente humano, no sentido de permitir que eventos distantes no tempo e espaço passem a *controlar* o comportamento. Há algo de correto nessa afirmação, mas ela exige algumas retificações. O termo *controle* está reservado às variáveis correntes que afetam o responder. Eventos dispersos no espaço e no tempo, portanto, *por definição*, não exercem controle sobre a resposta: uma resposta sob controle de outra resposta verbal não está sob controle dos eventos que controlam a primeira resposta, mas sob controle da própria resposta (a rigor, sob controle da estimulação automática dessa primeira resposta, na medida em que, também por definição, respostas só são controladas por estímulos). Essa ressalva é importante, pois ela é uma condição necessária para explicar-se porque é possível ter sucesso em mentir, “manipular”, “dissuadir”, outra pessoa. Mais para

comportamento verbal também viabiliza que as *consequências* do agir se expandam também para além das limitações temporais e espaciais. O treinamento do ouvinte para mediar *especificamente* a resposta do falante lhe empresta um poder enorme de operar sobre o mundo, já que muitas das consequências do comportamento agora podem ser redobradas devido ao fato do ouvinte ajudar a produzi-las (esse ponto será melhor desenvolvido adiante, ao se falar de comportamento governado por regras). A própria escrita constitui um “registro” durável do comportamento verbal e ilustra muito bem esse aspecto. Livros, revistas, jornais contêm produtos do comportamento verbal que afetam leitores distantes no tempo e no espaço. O que um autor escreve num dado período histórico, pode afetar o comportamento de outros indivíduos em outro momento histórico. O que um jornalista escreve a respeito de um fato pode afetar o comportamento de alguém situado na outra parte do globo terrestre³³.

O comportamento verbal amplia tanto os poderes sensoriais do ouvinte, que agora pode responder ao comportamento de outrem mais do que diretamente às coisas e aos acontecimentos, quanto o poder de ação do falante, que agora pode falar em lugar de agir. (Skinner, 1978b/1957, p.514)

frente, no presente trabalho, se verá que uma das críticas de Skinner à nossa cultura envolve o grande poder de instruções sobre o comportamento, em detrimento do poder retroativo das consequências diretas do responder, algo muito próximo do que se tem denominado de “alienação”.

³² Mais do que “substitutas” de objetos e eventos, as palavras podem “revestir” certos objetos e eventos do mundo com outras palavras, ou, mais precisamente, podem alterar a função do objeto ou evento a que se encontram vinculadas. Lipovetsky (2006), ao analisar o desenvolvimento histórico do consumo, diz que um salto extraordinário nessa história foi a invenção das marcas, que afrouxaram os laços do consumidor com o varejista. A garantia da qualidade dos produtos deixou de ser dependente do comerciante e foi transferida para o fabricante. Esse último, por sua vez, não economizou esforços em seduzir o consumidor pelas estratégias publicitárias, que, grosso modo, nada mais são do que relacionar mercadorias com estímulo verbais. Os produtos, desse modo, puderam fazer parte do universo inebriante do consumo, passaram a ser relacionados com predicados de “saúde”, “beleza”, “sofisticação”, “juventude”, “felicidade”. De objetos com valor meramente funcional, os produtos passaram a “falar”: o vínculo insistente, feito pela publicidade, entre produtos e palavras permitiram que os próprios produtos adquirissem a função das palavras. Em certo sentido, a partir daí, o consumidor passou além de consumir as coisas, consumir palavras.

³³ A profusão de *imagens*, tão característica de nosso tempo, oferece outro exemplo sobre esse ponto. Em um livro dedicado especialmente aos impactos da vida repleta de telas por toda parte, Lipovetsky afirma: “As imagens da TV funcionam em tempo real. [...] Com a transmissão elétrica das imagens à distância, o mundo exterior e longínquo é visto imediatamente e ao mesmo tempo por milhões de pessoas. Imediatez, ubiquidade, simultaneidade: a telinha pôs os homens e as mulheres em contato com o grande mundo agora sem fronteiras, transformado, segundo a expressão famosa de McLuhan, numa ‘aldeia global’”. (Lipovetsky, 2009, p.211)

Ora, se o comportamento verbal amplia o poder do falante, bem como incrementa o poder de eventos afastados no tempo e espaço alterarem o responder, as inter-relações entre comportamento verbal e cultura ganham ainda mais saliência. Cultura envolve a propagação de comportamentos entre e intra geração. A propagação intergeração sugere que eventos (que podem ser do mundo inanimado bem como do mundo social) remotos no tempo afetam comportamentos de indivíduos, ao passo que a propagação intra geração se refere ao fato de eventos distantes no espaço afetarem o agir de diferentes indivíduos. Mais do que isso, as duas formas de propagação aludem ao fato de que comportamentos *aprendidos* ultrapassam os limites de uma só geração, determinando repertórios de gerações sucessivas, bem como atravessam as limitações do espaço e tornam semelhantes comportamentos de indivíduos que talvez nunca tenham tido um contato direto. *Como* isso é possível? Em parte, é o comportamento verbal que permite essa expansão da órbita de influência de eventos tão dissociados. Se não existe a possibilidade de eventos afastados no tempo-espaço influenciarem *diretamente* o agir, ao menos indiretamente, sob mediação do comportamento verbal, tais eventos podem ser tateados por alguém. Ao ser tateado, o evento distante é “presentificado” na palavra: a possibilidade de permanência da palavra (via registros escritos, por exemplo) torna o evento “persistente” no tempo e espaço: um modo metafórico de dizer que esses eventos distantes, ao controlarem o responder verbal de alguém que tem contato direto com eles, afetam indiretamente o comportamento daqueles que não lhes têm acesso direto, embora o tenham em relação à palavra. Se a palavra pode compartilhar funções semelhantes das do evento, o resultado é que esses eventos influenciam o agir mesmo daqueles que não lhe tiveram contato direto. Isso é possível, em parte, devido ao fato de uma comunidade verbal treinar seus membros a responderem de modo consistente, relativamente padronizado, diante de estímulos verbais e não verbais: apenas desse modo é que esses eventos distantes, ao serem tateados pelas palavras, evocam um agir que é também consistente com o evento tateado. Assim, o comportamento verbal viabiliza este aspecto tão próprio da cultura: um intercâmbio inter e intra geracional (...). Some-se a isso, o fato de o comportamento verbal ser relativamente fácil de ser emitido (porque não exige suporte externo e por envolver respostas com baixo custo): o resultado é um dinamismo enorme nesse intercâmbio entre indivíduos tão separados pelas muralhas do tempo e do espaço, mas que podem superá-las, em certo sentido, se comportando verbalmente.

O comportamento verbal deve ter-se tornado muito mais valioso, tanto para o grupo como um todo quanto para seus membros individualmente, quando as respostas começaram a ser transmitidas de uma pessoa para outra. A transmissão de “viva voz” tornou-se possível com o desenvolvimento de comportamento ecoico e intraverbal, enquanto que a invenção da escrita e o subsequente desenvolvimento do comportamento textual permitiram um modo ainda mais eficiente. O “falante” que deixa um registro durável de seu comportamento pode afetar “ouvintes” em locais e tempos distantes e estes, por sua vez, podem beneficiar-se dos pontos especiais de vantagem do “falante” remoto. A aquisição da transmissão do comportamento verbal é vista hoje em códigos de leis, livros sapienciais, formulários e escritos religiosos, que ampliam quase ilimitadamente os efeitos do comportamento que originalmente os produziu, e nas histórias, biografias, diários e relatos experimentais, que dão ao leitor um contacto quase ilimitado com o meio ambiente de outras pessoas. (Skinner, 1978b/1957, p.515)

Em suma, o ambiente passado e longínquo passa a ser um elemento determinante na composição do ambiente presente e próximo na vida das culturas humanas. Deve-se notar, entretanto, que a ênfase da argumentação imediatamente precedente recaiu, *principalmente*, sobre a estimulação, e não tanto sobre sua *interação* com o responder (embora, por definição, tratar da função estimuladora requeira tratar do responder). A influência da estimulação verbal sobre a produção do comportamento merece ser mais bem caracterizada, especialmente porque, se isso for feito, a estreita relação entre cultura (que envolve a reprodução de comportamentos aprendidos) e comportamento verbal ganha mais um elemento em seu favor. Assim, se as ideias acima enfatizaram a possibilidade de eventos remotos afetarem o responder, o foco da argumentação que se segue se inclinará a mostrar a participação do comportamento verbal na criação de novos comportamentos: em lugar de mostrar a influência de eventos dissociados no tempo e no espaço sobre o responder, a ênfase

agora recairá sobre a possibilidade de se ensinar a novos membros de uma comunidade verbal comportamentos aprendidos por pessoas distantes no tempo e espaço. Em síntese, a questão agora que irá nortear o texto é: qual o papel do comportamento verbal na *reprodução* do comportamento?

A história filogenética da espécie humana envolve a transmissão de genes que determinam características humanas anatômicas, fisiológicas, morfológicas e comportamentais. A história ontogenética, conjugada à história filogenética, produz repertórios individuais que se propagam no tempo. O que um organismo aprende hoje, poderá ser reproduzido no futuro. No entanto, foi especialmente com o comportamento verbal e com o surgimento das culturas que foi possível a um organismo aprender comportamentos desenvolvidos pela interação de outros organismos que distam do primeiro temporalmente e espacialmente. Essa aprendizagem com os outros, aprendizagem essa que assegura continuidade de operantes para além da vida dos indivíduos, foi fortemente beneficiada pelo comportamento governado verbalmente, isto é, por comportamentos que estão sob controle de descrições de contingências.

Skinner (1982a/1974) aponta que

A chamada vida intelectual da mente sofreu importante mudança com o advento do comportamento verbal. As pessoas começaram a falar daquilo que estavam fazendo e por que o estavam fazendo. Descreviam seus comportamentos, o cenário em que ele ocorria e suas consequências. Em outras palavras, além de serem afetadas pelas contingências, passaram a analisá-las. (Skinner, 1982a/1974, p.105)

Essa citação não contém nenhum elemento muito novo em relação ao que foi dito até aqui. De qualquer modo, uma questão pode ser instigada a partir dela: por que as pessoas começaram a descrever o que faziam? Que consequência *nova* passou a ser produzida quando as pessoas passaram a descrever as contingências pelas quais eram submetidas a ponto de selecionar e, cada vez mais, refinar tal comportamento?

Em outro texto de Skinner, é possível começar a responder a essas perguntas:

Extraímos regras das contingências de reforço [...]. [...] lucrámos ao fazer isto porque nós e os outros podemos então seguir as regras ao invés de nos submetermos ao processo, possivelmente tedioso, de termos o comportamento modelado pelas contingências [diretas]. (Skinner, 1984a/1969, p.45)

Eis então uma consequência que, por si só, já assegura uma grande vantagem para o desenvolvimento do comportamento de descrever contingências: ao fazê-lo, é possível produzir algo que o procedimento da modelagem também produz, só que mais rapidamente. E o que a modelagem produz? *Novos comportamentos*. Ou seja: descrever contingências tem o mesmo efeito da modelagem (produz novos comportamentos), mas não é tão demorado (“tedioso”) como ela. Agilidade, economia de tempo, na produção de comportamentos, portanto, parece ser o efeito especial produzido pelo comportamento de descrever contingências.

No entanto, a análise de Skinner prossegue. Há outras vantagens em se produzir novos comportamentos sem recorrer à modelagem, mas a partir de descrições de contingências. Sabe-se que, no procedimento da modelagem, respostas que se aproximam topograficamente da resposta final que se deseja instalar produzem reforço. Modelagem, portanto, envolve reforço diferencial de respostas por aproximações sucessivas: a “distância” entre uma topografia de resposta emitida e a resposta final a ser instalada é superada via o reforçamento de topografias de respostas intermediárias do ponto de vista de sua forma. Isso significa que variações topográficas de respostas ocorrerão em tal amplitude que, dentro desse escopo de variação, apenas algumas topografias produzirão reforço. Segmentos dessa amplitude apresentarão maior probabilidade de ocorrer no futuro; como resultado, gradativamente, a topografia da resposta se aproximará da topografia que se deseja instalar. Ora, aguardar que a variação da resposta ocorra até que se aproxime da topografia a ser selecionada é, além de “tedioso” (no sentido de demorado), arriscado: algumas topografias de resposta poderão produzir efeitos indesejáveis. Um deles é a produção de estímulos aversivos, seja para aquele que emite a resposta, seja para outros. Modelar os repertórios necessários para manipular uma furadeira de modo eficiente pode oferecer risco tanto ao aprendiz como aos que lhe estão em volta. Além disso, as variações topográficas podem produzir consequências reforçadoras acidentais, de modo a selecionar topografias que não se aproximam da topografia

final a ser selecionada (quantos cliques no mouse são mantidos por reforçamento accidental por alguém que está se familiarizando a trabalhar em um computador?). Quando não se recorre à modelagem para se ensinar um comportamento, é possível evitar os dois produtos indesejáveis desse procedimento: a resposta final pode já ser especificada pela regra, evitando topografias arriscadas, e a descrição de contingências pode levar a uma “regra oposta aos efeitos das coincidências” (Skinner, 1984a/1969, p.53).

As vantagens da produção de comportamento novo via descrição de contingências ficam ainda mais pronunciadas quando o que está em jogo é um comportamento cujas consequências reforçadoras são tão distantes que teriam seu efeito muito diluído para manter certos operantes. Aqui, as relações entre comportamento governado verbalmente e cultura começam a ter contornos mais definidos. A manutenção de um complexo encadeamento de respostas envolvidos no estudo de um vestibulando (separar material de estudo, ler, grifar, resolver exercícios e assim por diante) pode contar com o suplemento de uma regra que especifica uma consequência a longo prazo que pode ser produto de todo esse encadeamento (passar no vestibular, entrar em uma boa faculdade, arranjar um bom emprego, obter reconhecimento social, etc.). É certo que uma cultura, para manter seus jovens estudando arduamente, necessitará de consequências mais próximas que mantenham cada elo do encadeamento: pais e professores poderão elogiar cada resposta do estudante que se aproxime de um estudar efetivo. Mas, certamente, a manutenção do estudar conta também com o suplemento da descrição de que consequências serão produzidas somente a longo prazo³⁴: desse modo, pode-se manter operantes cujas consequências que interessam à pessoa ou ao grupo seriam muito distantes para mantê-los. Para que isso ocorra, é necessário, antes de tudo, que respostas de seguir regras tenham produzido reforço. É importante destacar que *múltiplas* regras devem ser seguidas produzindo sempre reforço. O fato de regras que especificam muitas contingências sempre, ou quase sempre, produzirem reforço, torna o próprio *seguir regras* um operante (cf. Catania, 1999). Agora, quase que independentemente da

³⁴ Há uma discussão bastante complexa sobre esse ponto. É possível argumentar que não são as consequências a longo prazo que mantêm o comportamento, mas o fato de, a própria descrição, simplesmente relacionar, verbalmente, o estudo com as consequências reforçadoras (ou seja, o que mantém o estudar não é o sucesso futuro, mas a descrição de que estudar trará sucesso). Nesse ponto, talvez fosse necessário recorrer a avanços recentes na teoria da AC envolvendo equivalência de estímulos e transferência de função. Dada a extensão da discussão e o fato de desviar dos propósitos da presente pesquisa, ela não será explorada aqui. Basta reter o argumento de que a descrição de

contingência que a regra especifica, ela tenderá a ser seguida. Isso porque, no passado, também quase que independentemente da contingência especificada na regra, segui-la produziu reforço. Novas contingências expressas nas regras passam então a evocar respostas de segui-la. Como resultado, mesmo que uma regra especifique um consequência futuramente remota, ela tenderá a ser seguida.

A vantagem de regras que especificam consequências a longo prazo ganha uma nova fonte de incremento quando o que está em jogo são respostas que produzem imediatamente estimulação aversiva, mas, a longo prazo, tendem a beneficiar o sujeito. Se submeter a uma cirurgia, tomar um remédio, fazer exercícios físicos monótonos, fazer dieta e ler um contrato envolvem respostas que, de imediato, podem não produzir reforço positivo nem eliminar um reforço negativo e até mesmo produzirem consequências aversivas; a longo prazo, no entanto, podem mostrar-se úteis para o sujeito. Em muitos casos, manter respostas desse tipo seria impensável sem a especificação de uma descrição. Descrições também podem ser úteis para a situação oposta: podem impedir a evocação de respostas que produzem consequências reforçadoras positivas prontamente, mas que, a longo prazo, podem trazer consequências nocivas ao sujeito³⁵.

Consequências muito adiadas, ineficazes na modelagem de comportamento, podem também levar a regras úteis. A utilidade última é raramente importante na modelagem do comportamento, mas pode ser maximizada se certas regras forem seguidas. Regras desse tipo são particularmente valiosas quando se opõem a contingências poderosas. É fácil

contingências exerce um papel

³⁵ Todos esses exemplos de respostas poderiam ser pensadas como constituintes do que se chama de autocontrole. Ainda que haja uma discussão sobre a necessidade de comportamento verbal para respostas de autocontrole, o que é certo é que o comportamento verbal, em muitos casos – talvez na grande maioria das vezes – constitua um elemento chave para a instalação de um repertório de autocontrole. Sem aprofundar muito nesse ponto, respostas de autocontrole, na definição de Skinner, envolvem respostas que impedem a estimulação necessária (seja a estimulação discriminativa, seja a estimulação envolvida em uma variável motivacional) para a evocação de respostas que produzem reforço positivo e estimulação aversiva, que pode ser tão atrasada a ponto de minimizar ou não ter seu poder retroativo sobre o operante que produz essas duas consequências. Colocar um maço de cigarros em um lugar pouco acessível no ambiente de trabalho tende a diminuir a evocação de respostas que compõem o encadeamento envolvido no “fumar” (ver o maço, abrir o maço, pegar um cigarro, colocá-lo na boca, acender o isqueiro...). A resposta de “esconder o maço” pode contar com o apoio da regra “fumar causa câncer no pulmão”, cuja consequência é tão atrasada que dificilmente impediria o fumar. No entanto, o fato de a regra especificar uma consequência aversiva pode motivar respostas que entrariam na definição de autocontrole (cf. Skinner, 1998/1953).

consumir agora e sofrer privação depois, ou fumar agora e morrer de câncer mais tarde; mas regras derivadas de dados atuários ou econômicos e fisiológicos podem capacitar as consequências a longo prazo e compensar as imediatas. (Skinner, 1984a/1969, p.53).

Outra vantagem, estreitamente associada ao desenvolvimento das culturas, é evidenciada por Skinner. Vejamos como, a partir de uma citação do autor.

Os estímulos que um homem constroi ao resolver problemas podem ser úteis a outras pessoas precisamente porque as variáveis manipuladas no autocontrole são as que controlam o comportamento dos homens em geral. Ao construir estímulos externos para suplementar ou substituir mudanças privadas em seu comportamento, o homem automaticamente prepara a transmissão do que ele aprende. Suas construções verbais tornam-se de propriedade pública e suas discriminações privadas não o poderiam. O que ele diz ao descrever o seu próprio comportamento bem sucedido [...] pode ser transformado em uma instrução útil [...]. (Skinner, 1984a/1969, p.32; destaque acrescentado)

Ao descrever contingências (sejam àquelas que o próprio homem passa, sejam aquelas que ele observa ou deriva de outras descrições), o homem deu o primeiro passo para começar a *transmitir* comportamentos para outros. Uma contingência não descrita simplesmente ocorre e altera o comportamento dos sujeitos envolvidos. Quando ela passa a ser descrita, cria-se a possibilidade da descrição alterar o comportamento de outros indivíduos, que podem passar a segui-las (vale lembrar, se forem condicionados a responderem de modo específico aos estímulos verbais). O efeito é extraordinário: os sujeitos de uma cultura não precisam mais passar pelas mesmas contingências dos que foram modelados por elas para se comportarem de modo eficaz em ambientes semelhantes. Isso ocorrerá caso esses primeiros sujeitos descreverem de maneira relativamente acurada as contingências que modelaram seu comportamento (ou então, que outros tenham descrito essas contingências). Ao

descrever contingências, a descrição viabiliza um modo específico de aprender com o outro, um aprender que tem todas as vantagens descritas acima. Não é mais necessário ser modelado por contingências para agir de modo eficaz sobre o mundo; as descrições conferem continuidade a comportamentos que já se provaram eficazes anteriormente. A descrição, em suma, constitui um importante efeito do comportamento que assegurou algo tão característico das culturas: a transmissão de comportamentos aprendidos.

O caráter vital das descrições de contingências é testemunhado pela especialização de instituições que se mantêm justamente por produzirem descrições que podem ser eficazes para os membros de uma cultura. É o caso do estado, da religião, da educação e da ciência. Skinner aponta que

Com aprender as leis da Ciência, uma pessoa se torna apta a comportar-se de forma eficaz nas contingências de um mundo extraordinariamente complexo. A Ciência leva para além de sua experiência pessoal e da deficiente amostragem da natureza, deficiência inevitável na duração de uma só vida. A ciência também a coloca sob controle de condições que não poderiam desempenhar qualquer papel no sentido de formar-lhe e manter-lhe o comportamento. (Skinner, 1982a/1974, p.109)

É interessante, e absolutamente crítico para a argumentação de Skinner sobre o valor das instruções, que ele aponte o fato de a experiência individual implicar “amostragem deficiente” da natureza. Apenas um organismo, como diz o autor, não é capaz de entrar em contato, ou aprender a agir eficientemente, com a complexidade dos eventos do mundo. Se o repertório humano fosse constituído apenas por comportamentos modelados pelo mundo inorgânico, ele apresentaria algumas limitações. As descrições viabilizam que as interações do homem com o mundo ganhe a inestimável contribuição da aprendizagem de sujeitos da mesma geração ou de gerações passadas, aprendizagens essas que são transmitidas via descrições de contingências. O universo humano, nesse sentido, especialmente em sua dimensão cultural, é um universo repleto de regras para a ação, de descrições que *atualizam e presentificam* o aprendizado de gerações passadas e de outros membros de uma

mesma cultura. Nesse sentido, a citação acima poderia ser estendida das leis da ciência para qualquer outra forma de descrição de contingências que Skinner apresenta (seja em 1984a/1969, seja em 1982a/1974): as máximas, os provérbios, os folclores e as leis dos mais diversos tipos, como as leis morais, religiosas e jurídicas. Em outras palavras, o auxílio recebido via descrição de contingências que uma geração recebeu de outra de modo a operar com sucesso sobre a realidade (ou melhor, de modo a produzir reforços) deu início a uma história especificamente humana, uma história das *culturas*.

Outro ponto que merece destaque nessa discussão de cultura é sua relação com a subjetividade. Por essa razão, o item que se segue se debruçará sobre esse ponto como estratégia de aprofundar o conceito de cultura na obra de Skinner.

Cultura e Subjetividade

Tudo o que foi dito até aqui procurou elucidar os aspectos singulares do ambiente cultural. Neste subitem, será destacada uma nova possibilidade inaugurada pela vida cultural: a subjetividade.

Foi visto, no subitem anterior, que a vida de um sujeito humano é, em grande parte, determinada pela relação não só com o mundo inanimado, mas, especialmente, pela relação com outros sujeitos humanos que constituem seu ambiente social. A dependência de um ser humano em relação aos seus pares é tão crítica, que tal relação não deixa de reverberar mesmo sobre as zonas consideradas mais íntimas, as regiões privadas de cada um. Como se verá mais para frente, o campo tradicionalmente tratado como a “subjetividade” humana é uma construção em que o ambiente social não pode ser deixado de lado por um instante, caso haja intenção de compreendê-lo suficientemente: as supostas muralhas que separam o ambiente interno e a vida de “fora” são dissolvidas na concepção de subjetividade que deriva das ideias skinnerianas; as dicotomias envolvendo mundo interno e externo são derrubadas por uma visão de homem que se cria (nunca de modo acabado) pela relação com os outros. Essas ideias contêm um paradoxo que merece ser mais bem esmiuçado, paradoxo que será desenvolvido neste subitem: a ideia de que o mundo interno, aquilo que soa como mais individual, mais íntimo, num ser humano – sua “individualidade”, sua “subjetividade”, sua “singularidade” – é um *produto* das relações com os *outros*:

“eu” e “outro” se relacionam ininterruptamente, numa construção recíproca permanente. Aquilo que se habituou chamar de “interno”, “subjeto”, “privado” - concebido como uma espécie de território bem protegido das influências externas, algo que deve ser preservado fora da órbita de influência alheia, a cápsula mais autêntica do ser humano, impenetrável, constante, contínua, imutável (e, portanto, descontínua em relação ao mundo social, cuja influência sobre essa esfera da vida dita autenticamente “individual” é relativa) -, é, na visão skinneriana, um produto da vida em sociedade. Ali onde o sujeito enxerga o que há de mais seu, mais próprio e singular não pode ser acessado sem a vida em sociedade. À noção de uma constância do ser humano, da existência de certas camadas de sua vida serem impermeáveis às forças externas, noção sobre a qual se apóiam tantos termos psicológicos como “personalidade”, “caráter”, “índole” etc., contrapõe-se a noção de que indivíduo e sociedade constituem elementos indissociáveis entre si, em nenhum momento guardando qualquer autonomia em relação ao outro. No entanto, esse é o ponto final da argumentação de Skinner a respeito do que se tem chamado de “subjatividade”; é preciso refazer os passos de sua argumentação que o conduziu a essa concepção peculiar dentro da psicologia para resgatar a consistência que lhe é devida. É sobre esse problema que este trabalho vai, agora, se deter: a construção do mundo interno dos homens, as relações desse mundo com os outros, as condições de sua existência e seus aspectos mais singulares.

Começar-se-á com a apresentação (agora não mais introdutória) do problema a ser abordado nesta seção. E, para tanto, cabe resgatar as contribuições de um sociólogo que se debruçou sobre um problema que, em muitos sentidos, identifica-se com o que aqui será abordado: Norbert Elias. Serão retomados apenas alguns trechos de seus textos considerados de grande ajuda para a mera *apresentação* do tema de investigação desta parte do trabalho; o modo como o pensamento skinneriano *interpreta* tal problema, sua *abordagem específica*, não pode ser retirado das palavras de Elias, ainda que seu pensamento mostre estreita afinidade com o skinneriano.

Pode soar um pouco estranho que um trabalho como este, de psicologia, se volte para questões relacionadas à cultura. O pensamento cotidiano, e mesmo o da academia, muitas vezes alimenta a ideia de que indivíduo e sociedade/cultura constituem objetos de estudos opostos. Nesse tipo de pensamento, de um lado, há o indivíduo humano, dotado de sua subjatividade, constituída por pensamentos, sentimentos, sensações, vontades, desejos, sonhos etc.; de outro, há a sociedade, cujos

dinamismos escapam aos princípios que operam no funcionamento da “mente” individual. Esse campo tão amplo e sedutor, a subjetividade, por vezes é representado como, em suas profundezas, uma instância absolutamente singular, imune à ação das influências externas. O mundo social até tem poder de operar sobre a subjetividade, mas por meio de dinâmicas que subvertem a verdadeira identidade dos indivíduos. Muito frequentemente, também, diz-se que a subjetividade constitui um objeto de estudos rebelde às tradicionais disciplinas da metodologia científica: o indivíduo e seu mundo interno não são apreensíveis por regras rígidas; são frutos do poder da liberdade individual determinar a si mesma, a partir de uso do discernimento, do livre arbítrio.

Essas ideias constituem algumas marcas derivadas de uma dicotomia do pensamento ocidental: a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Descontinuidade, oposição, tensão e exclusão entre esses dois campos são os traços que caracterizam tal dicotomia.

Em um livro intitulado *A Sociedade dos Indivíduos* (1994/1987), Elias se volta para essa problemática envolvendo a delicada relação entre indivíduo e sociedade. As primeiras palavras do livro já permitem ilustrar a dicotomia que marca o pensamento dessa relação.

A relação da pluralidade de pessoas com a pessoa singular a que chamamos “indivíduo”, bem como da pessoa singular com a pluralidade, não é nada clara em nossos dias. Mas é frequente não nos darmos conta disso, e menos ainda do porquê. Dispomos dos conhecidos conceitos de “indivíduo” e “sociedade”, o primeiro dos quais se refere ao ser humano singular como se fora uma entidade existindo em completo isolamento, enquanto o segundo costuma oscilar entre duas ideias opostas, mas igualmente enganosas. A sociedade é entendida, quer como mera acumulação, coletânea somatória e desestruturada de muitas pessoas individuais, quer como objeto que existe para além dos indivíduos e não é passível de maior explicação. Neste último caso, as palavras de que dispomos, os conceitos que influenciam decisivamente o pensamento e os atos das pessoas que crescem na esfera

delas, fazem com que o ser humano singular, rotulado de indivíduo, e a pluralidade das pessoas, concebida como sociedade, pareçam ser duas entidades ontologicamente diferentes. (Elias, 1994/1987, p.7)

Mais para frente, diz o autor que

[...] na metafísica popular – e até erudita – de nossa era, a “sociedade” é comumente apresentada como aquilo que impede as pessoas de desfrutarem uma vida “natural” ou “autêntica”. O que se é dentro de si, independentemente das outras pessoas, o que se acredita ser seu “eu interior”, está associado ao complexo emocional que cerca a palavra “natureza”. O eu interior é percebido como “natural”, enquanto o trato com as outras pessoas é visto como coisa imposta “de fora”, como máscara ou capa colocada pela “sociedade” sobre o núcleo interno natural. Agora é a “sociedade” que se opõe, como “mundo externo”, ao “eu interno”, incapaz, ao que parece, de tocar o “núcleo autêntico”. (Elias, 1994/1987, p.107)

Esta seção irá discutir exatamente essa relação entre indivíduo e sociedade na perspectiva skinneriana. Defrontar-se-á, portanto, com questões como: há continuidade ou descontinuidade entre a subjetividade e a vida social? Há razão para abordá-las como instâncias ontologicamente distintas? As faculdades tradicionalmente atribuídas ao indivíduo ou à sua subjetividade (cognição, sentimento, percepção, sensação etc.) antecedem a experiência com o mundo, constituindo-se como entidades pré-existentes? O contato que o indivíduo tem consigo mesmo (ou com sua subjetividade) é algo único, singular? Como esse contato com o mundo interno é possível? Tais questões são meras ramificações do problema maior que é discutir, sem a ambição de esgotar essa questão, como se constroi a subjetividade humana e qual a ligação, se é que existe, entre ela e as relações sociais.

Nada melhor do que, agora, recorrer ao próprio texto skinneriano para discutir esse tema. O que diz Skinner sobre o mundo que abrigamos dentro da pele? Alguns

aspectos podem servir como fios condutores para discuti-lo: o estatuto ontológico dos eventos privados e a construção do mundo interno, isto é, como eventos privados tornam-se estímulos para os seres humanos. Serão esses temas que constituirão a linha de pensamento do texto que se segue.

Quanto à natureza do mundo interno, diz Skinner que

Uma pequena parte do universo está contida dentro da pele de cada um de nós. Não há razão de ela dever ter uma condição física especial por estar situada dentro desses limites [...] (Skinner, 1982a/1974, p.23)

Não temos necessidade de supor que os eventos que acontecem sob a pele de um organismo tenham [...] propriedades especiais. Pode-se distinguir um evento privado por sua acessibilidade limitada, mas não, pelo que sabemos, por qualquer estrutura ou natureza especiais (Skinner, 1998/1953, pp.281-2)

Essas citações apontam para um aspecto do BR já discutido. Quando se falou sobre o objeto da AC, foi dito que ele se identifica com o comportamento, entendido como a interação de um sujeito com o ambiente. O conceito de ambiente, em AC, contém uma especificidade: não se refere simplesmente aos objetos ou eventos que acontecem no universo, mas aos eventos ou objetos que afetam o responder de um sujeito. Não há restrição metodológica a essa noção de ambiente, o que significa dizer que a dificuldade de acessá-los não implica tratá-los como eventos com dimensões distintas das dos eventos mais facilmente acessíveis. O voo de um pássaro ou um dor de estômago tem o mesmo estatuto ontológico; o que os difere é apenas o fato de que o primeiro evento pode ser diretamente acessível a mais de um indivíduo, ao passo que o segundo é diretamente acessível apenas a um indivíduo. Ambos os eventos são de dimensões físicas, e, nessa condição, participam das relações comportamentais segundo as mesmas leis.

Entretanto, afirmar que estímulos públicos (acessíveis diretamente a mais de um indivíduo) e privados (acessíveis diretamente a apenas um indivíduo) são de mesma natureza, não implica dizer que eles adquirem tal condição de estímulos da mesma maneira. A questão da privacidade coloca um problema significativo às

culturas, que exigem que eventos a elas inacessíveis adquiram o poder de controlar o responder de seus membros.

Antes de discutir a construção de estímulos internos, cabe fazer um comentário. O tema em pauta é a subjetividade e sua abordagem na perspectiva do BR. Tradicionalmente, tem-se concebido que mais do que a vida interior dos indivíduos, a subjetividade envolve o *conhecimento* desse mundo. Há uma estreita afinidade entre subjetividade e autoconsciência, que, por sua vez, envolve a capacidade de relatar os eventos que ocorrem no interior do indivíduo que relata. Isso significa dizer que é impossível abordar o tema da subjetividade sem dizer nada a respeito de consciência. E, se está se tratando de consciência, um tema que também não pode ser deixado de lado é o de *comportamento verbal*. Abordar a subjetividade significa, ao menos em parte, se deparar com a questão de *como os indivíduos relatam aquilo que se passa em seu interior*.

Isso posto, a questão de como o indivíduo entra em contato com seu mundo interno pode ser deslocada para a questão de como os eventos privados se transformam em estímulos (discriminativos) para respostas verbais. Entra-se, agora, no segundo aspecto da discussão sobre subjetividade no pensamento de Skinner. A questão não é simples, na medida em que a construção da autoconsciência esbarra em obstáculos que não estão presentes no modo como estímulos públicos tornam-se estímulos (discriminativos) para respostas verbais. Traduzindo e exemplificando: para que uma caneta se torne um estímulo discriminativo para a resposta verbal vocal “caneta” são necessárias as seguintes condições: dois indivíduos compartilharem uma mesma circunstância; um desses indivíduos já ter passado por uma história com uma comunidade verbal na qual foi preparado especificamente para responder verbalmente e vocalmente “caneta” na presença do objeto caneta; e o outro indivíduo ser sensível ao comportamento desse primeiro, em particular em sua capacidade de desenvolver repertórios de respostas verbais ecóicas³⁶. Assim, na presença da caneta, um deles diz “caneta” e o segundo, em um comportamento verbal ecoico, diz “caneta”, produzindo reforço generalizado³⁷. A resposta verbal pode ter sido controlada, no entanto, principalmente pelo estímulo verbal “caneta”, não chegando, portanto, ao objetivo

³⁶ O operante ecóico se caracteriza pelo responder verbal vocal que reproduz o estímulo verbal que exerce controle discriminativo sobre ele.

³⁷ Não se pretenderá aprofundar a questão do porquê é necessário um reforço generalizado. Basta dizer, para os propósitos desta parte do trabalho, que o reforço generalizado viabiliza que o responder futuro verbal esteja sob controle especialmente do estímulo discriminativo, minimizando o controle de

final da comunidade verbal (representada por esse membro) de fazer com que um indivíduo relate a presença de uma caneta (ou, em outras palavras, diga “caneta” na presença do objeto caneta). A repetição desses eventos, entretanto, viabiliza que o próprio objeto caneta passe a controlar a resposta verbal “caneta” (o que configuraria um comportamento verbal de tato). Quando isso ocorresse (quando, na presença do objeto e sem a dica do um indivíduo, o outro dissesse “caneta”), seria necessário que a resposta verbal “caneta” produzisse novamente reforço generalizado. Assim, o próprio objeto caneta exerceria controle sobre a resposta verbal “caneta”. Um observador externo diria que o indivíduo aprendeu o que é “caneta”; tem consciência, agora, do que é “caneta”.

Ora, uma parte dessas condições, no entanto, não é possível quando o evento que futuramente se tornará estímulo discriminativo controlador da resposta verbal só é acessível a um dos indivíduos. Como fazer para que um indivíduo consiga responder verbalmente (“ter consciência de”) um sentimento de raiva, uma dor de dente, uma sensação de “vazio existencial”? Em outras palavras, como fazer um indivíduo desenvolver autoconsciência quando aquilo que se deve conhecer não é acessível àqueles que são essenciais estarem presentes para que o evento possa ser conhecido³⁸?

Skinner coloca essa questão ao discutir o comportamento verbal de tato, em *O Comportamento Verbal* (1978b/1957). Problematiza tal questão da seguinte maneira:

Ao construir um operante verbal chamado tacto, a comunidade verbal reforça caracteristicamente uma dada resposta em presença de um estímulo dado. Isto só pode ser feito se o estímulo age tanto sobre o falante quanto sobre a comunidade de reforço. Um estímulo privado não pode satisfazer essas condições. De que modo, então, a comunidade verbal estabelece as contingências de reforço que produzem as respostas verbais a estímulos privados? (Skinner, 1978b/1957, pp.163-4)

variáveis motivacionais.

³⁸ A presença de um outro indivíduo para a *instalação* de repertório verbal é necessária; no entanto, *a partir dessa instalação*, novas relações comportamentais podem emergir sem treino explícito, o que envolveria processos de equivalência de estímulos. Para os propósitos deste subitem, tal questão não será nem sequer mais esmiuçada do que esta nota de rodapé.

A resposta para essa questão pode ser encontrada em diversos textos de Skinner. Será utilizada a discussão desse tema realizada em *O Comportamento Verbal* (1978b/1957), seguindo rigorosamente o percurso skinneriano para a abordagem dessa problemática. Outros textos, como os capítulos XVII de *Ciência e Comportamento Humano* (1998/1953) e o segundo de *Sobre o Behaviorismo* (1982a/1974) também servirão na medida em que possam aprofundar e esclarecer alguns pontos abordados na obra sobre comportamento verbal.

Quatro maneiras são apresentadas por Skinner, nesses textos, para explicar como a comunidade verbal ensina seus membros a discriminarem eventos privados. Em todos os casos, a comunidade verbal recorre a eventos públicos como estratégia para tornar eventos privados estímulos discriminativos para respostas verbais.

No primeiro deles, há um *acompanhamento público* de um *estímulo* que, fidedignamente, produz estimulação privada. Sob controle desses eventos que acompanham sistematicamente a estimulação privada de um indivíduo, a comunidade verbal pode reforçar os mesmos operantes verbais, que, assim, ficam sob controle da estimulação privada, única classe de estímulos que se mantêm constante na variedade de circunstâncias que produzem o mesmo estímulo privado. Nada melhor do que recorrer a um exemplo. Para ensinar uma criança a emitir a resposta verbal “dói” ao sentir dor, pode-se acompanhar algum evento público que costume produzir dor. Se ela sofre uma pancada forte, um beliscão, um tombo, muito provavelmente sentirá dor. Nesse instante, *outro* indivíduo pode reforçar a emissão da resposta verbal vocal da criança “dor” ou “eu sinto dor”³⁹. A criança, por sua vez, poderá dizer, caso a situação se repita sistematicamente, que sente dor sob controle das condições corporais que uma comunidade verbal “elegeu” para circunscrevê-la como estímulo discriminativo para a resposta verbal de “dor”. Vale notar que a situação deve ser repetida com diversos estímulos públicos que provocam dor. Uma ocasião não basta: dizer à criança que ela sente dor apenas após ela ter batido a cabeça pode levá-la a dizer que sente dor apenas quando bate a cabeça. A comunidade verbal, no entanto, exige que a resposta verbal “dor” esteja sob controle de determinadas condições

³⁹ Para que isso ocorra, é necessário que esse outro dê o modelo da resposta, isto é, diga “dor” ou “você sente dor” quando ela provavelmente tem essa sensação, e, caso a criança tenha aprendido um repertório de imitação, ela também diga “dor”. É muito improvável que a resposta verbal vocal “dor” seja emitida por via da modelagem. Recorrer à imitação, ao invés da modelagem, constitui, certamente, um caminho mais econômico e viável.

corporais privadas. Para tanto, vários eventos que produzam essa condição corporal devem ocorrer para que o único evento (a dor) que esteja presente em todas elas adquira controle sobre a resposta verbal. O ensino do nome do gosto de muitos alimentos segue, provavelmente, esse procedimento.

O segundo modo de arranjar contingências envolvendo comportamento verbais sob controle de estímulos internos se dá com base em *respostas* do aprendiz que ocorrem, também fidedignamente, em correlação com estimulação privada. O procedimento da comunidade verbal é semelhante ao anterior: a comunidade verbal acompanha uma resposta aberta de um indivíduo que costuma ocorrer sempre que uma estimulação privada ocorre (por exemplo, a sensação de coceira, um estímulo privado, costuma acompanhar a resposta de o indivíduo levar sua mão à região da coceira, uma resposta colateral pública). Sob controle da resposta pública (que, portanto, tem a função de estímulo para outro membro da comunidade verbal), a comunidade verbal reforça uma classe de respostas verbais (diz “coceira”, ou “você está com coceira aí no braço”). A repetição desse procedimento faz com que a resposta verbal fique sob controle de estímulos privados.

A terceira estratégia da comunidade verbal que permite que eventos privados exerçam controle discriminativo para operantes verbais necessita, para que seja compreendida, que alguns conceitos relacionados com o comportamento verbal sejam detalhados. Tratam-se dos conceitos de *tato metafórico* e *metonímico*. Agora, a presente linha de raciocínio sofrerá um leve desvio: ela vai se deter brevemente na caracterização desses dois operantes verbais para se voltar, então, às estratégias dispostas pela comunidade verbal para se desenvolver autoconsciência. Essa “suspensão” se justifica na medida em que dará maior consistência à argumentação que se seguirá.

Tato metafórico e metonímico correspondem a duas possibilidades de extensão de tato. Isso significa dizer que, ao fortalecer operantes de tato, a comunidade abre a possibilidade de que estímulos distintos dos que estavam presentes nas numerosas ocasiões em que o tato foi reforçado poderem, também, adquirir controle sobre a mesma classe de respostas verbais. Nas palavras de Skinner,

O controle de estímulo não é tão preciso (...). Se uma resposta é reforçada numa dada ocasião ou classe de ocasiões, qualquer traço dessa ocasião, ou comum a essa classe, parece ganhar alguma medida de controle. Um estímulo novo que possua um desses traços pode evocar uma resposta. Há várias maneiras pelas quais um novo estímulo pode assemelhar-se a um estímulo previamente presente quando uma resposta foi reforçada, e assim há muitos tipos daquilo que podemos chamar de “tactos ampliados” (Skinner, 1978b/1957, p.118)

Tato ampliado, portanto, alude ao fato de as respostas de tato poderem ser emitidas sob controle de propriedades dos estímulos que estavam presentes na ocasião do reforço⁴⁰. O tato ampliado, categoria que inclui tanto o metafórico como o metonímico, testemunha a especial flexibilidade do responder verbal, atestando que o processo de reforçamento de operantes verbais gera sensibilidade a estímulos bastante distintos daqueles que serviram de estimulação antecedente às classes de respostas verbais reforçadas. O tato ampliado alarga os limites das parcelas do mundo em que um sujeito pode responder discriminativamente. Além disso, permite que o responder fique sob controle de apenas algumas propriedades de estímulos. Essa espécie de decomposição do estímulo (decomposição em suas propriedades), viabiliza que o responder possa ficar sob controle de aspectos muitos sutis do ambiente. Sobre esse ponto, diz Skinner que “o tato *ampliado* liberta, uma das outras, as propriedades dos objetos e torna assim possível uma recombinação, não limitada pelas exigências do mundo físico⁴¹” (Skinner, 1978b/1957, p.126). Como será visto mais para frente, isso viabiliza que uma discriminação de estímulos públicos possa, sob mediação de uma propriedade comum, servir de base para discriminação de eventos privados.

Na extensão metafórica, o responder fica sob controle de propriedades dos estímulos que estavam presentes nas ocasiões de reforçamento, *mas cuja presença não era crítica para que a comunidade verbal apresentasse o reforço caso a resposta verbal fosse emitida*. “É útil aqui (...) distinguir entre a propriedade de que se serviu a

⁴⁰ A última citação confere destaque a essa modalidade de extensão de tato em que tal extensão se deve a propriedades comuns de estímulos. No entanto, estímulos que forem pareados com os estímulos com função discriminativa também podem passar a exercer controle sobre a mesma classe de resposta, ainda que não compartilhem nenhuma propriedade comum com o estímulo discriminativo.

⁴¹ “Físico”, nesse caso, provavelmente tem o mesmo significado de “inorgânico”.

comunidade como base do reforço e a propriedade responsável pela extensão da resposta a um novo estímulo” (Skinner, 1978b/1957, p.120).

A situação a seguir procura traduzir esse processo e organizá-lo a partir dos elementos da trílice contingência: em uma dada situação antecedente, composta por estímulos dos quais apenas parte deles controla a comunidade verbal, uma dada classe de respostas verbal emitida por um falante seria reforçada por um estímulo reforçador generalizado. Embora a comunidade verbal esteja sob controle *de apenas alguns estímulos* antecedentes à resposta (além da própria resposta) para disponibilizar o reforço, outros estímulos antecedentes também podem estar presentes e, devido ao reforçamento, adquirem controle sob a classe de respostas reforçada. Uma vez que essa situação tenha se repetido, esses outros estímulos não críticos para a liberação do reforço poderão novamente estar presentes, *sem a necessidade da presença daqueles indispensáveis para o processo de reforçamento*, na ocasião em que o falante emite a resposta verbal. Desse modo, estímulos adventícios passam a exercer controle sobre a resposta verbal.

Um exemplo de tato metafórico dado por Skinner (1978b/1957) é o emprego da palavra “camundongo” em certas ocasiões. Pode-se supor que o critério mais crítico para que a comunidade verbal tenha reforçado essa resposta do falante tenha sido algumas propriedades formais de estímulos (provavelmente, características anatômicas do camundongo). No entanto, *quase sempre* que esse estímulo estava presente, outros também estavam: o movimento silencioso do camundongo, sua pequenez, timidez etc. (Skinner, 1978b/1957, p.120). Esses outros estímulos, colaterais ao estímulo crítico utilizado pela comunidade verbal para estabelecer o tato, quando presentes, podem controlar a resposta: um homem tímido, de baixa estatura, silencioso e ágil nos gestos, pode evocar a resposta verbal “camundongo” ou “ele se parece com um camundongo”, ainda que as propriedades formais de que a comunidade verbal se utiliza geralmente para o reforço do operante verbal não estejam presentes.

Outra forma de extensão do tato é o metonímico. Nesse caso, estímulos antecedentes que *acompanham* o estímulo discriminativo que evoca determinados operantes verbais também passam a exercer controle sobre a mesma classe de respostas. Isto é, agora, não são mais as propriedades dos eventos ou objetos que

servem de base para a extensão do tato; mas sim, eventos ou objetos próximos no tempo e no espaço. “Aqui ocorre uma ampliação do *tacto* quando um estímulo adquire controle sobre a resposta, porque frequentemente *acompanha* o estímulo sobre o qual o reforço é normalmente contingente” (Skinner, 1978b/1957, p.120). Um dos exemplos dado por Skinner é “A Casa Branca desmentiu o boato” (Skinner, 1978b/1957, p.128). Nesse caso, possivelmente o falante se refere ao fato de o presidente, ou seu porta-voz, ter desmentido um boato. Mas o fato de o presidente estar costumeiramente relacionado com a Casa Branca permite que ele possa ser referido por esse local. Outras verbalizações como “a sala de aula está eufórica” (referência ao fato de *os alunos* de uma sala estarem eufóricos) e “a música caiu bem aos meus ouvidos” exemplificam, *provavelmente*, um tato metonímico.

Diferentemente da extensão metafórica, em que há compartilhamento de propriedades comuns de estímulos que evocam a mesma classe de respostas verbais de tato, na extensão metonímica não há correspondência de propriedades dos estímulos; o evento crítico para a extensão do controle é a relação temporal e espacial sistemática entre os estímulos. A extensão metonímica, portanto, abre margem para uma notável diversidade de controle de estímulos: *qualquer* estímulo que se relacione temporalmente e espacialmente com outro, passa a compartilhar seu poder de evocar os mesmos operantes verbais. Essa diversidade é mais aberta de possibilidades que a extensão metafórica, cuja ampliação do controle se escora sobre uma propriedade comum, circunscrevendo aí os limites da extensão. Nesse sentido, é muito mais provável que o tato gerado por extensão metonímica confunda o ouvinte, uma vez que ele não foi submetido à mesma história de pareamento de estímulos.

A extensão metonímica, todavia, pode constituir o resultado de uma associação puramente acidental de estímulos, e o tacto metonímico, por conseguinte, muito provavelmente confundirá o ouvinte e falhará em prepará-lo para uma ação efetiva. (Skinner, 1978b/1957, p.129)

O ponto mais crítico dessas duas modalidades de tatos, e que merece ser retido para a argumentação que se segue, reside no fato desses tatos exemplificarem que eventos ou objetos muito distintos daqueles que estavam presentes em contingências de reforçamento poderem, ainda assim, serem discriminados (verbalmente). Seja no

caso do tato metafórico, em que propriedades compartilhadas de estímulos distintos evocam a mesma resposta, seja no caso do tato metonímico, em que estímulos pareados com os que funcionaram como estímulos discriminativos adquirem também o poder de evocar os mesmos operantes verbais, a sensibilidade do falante ao mundo (ou sua “consciência do mundo”) se estende para estímulos que nunca fizeram parte de contingências de reforçamento, ou mesmo se assemelhavam significativamente a elas. Uma parte desse mundo que pode passar a ser, de fato, ambiente para o falante é seu mundo interno.

Nesse ponto, têm-se subsídios para a exposição da terceira possibilidade de uma comunidade verbal desenvolver tatos de estímulos privados. Agora, volta-se à linha de pensamento antes desviada.

Uma citação de Skinner servirá de ponto de partida para apresentação dessa terceira possibilidade:

[...] a comunidade pode não precisar recorrer aos estímulos privados [de modo a gerar comportamento verbal em relação a eles]; ela pode reforçar uma resposta em conexão com um estímulo público só para transferir a resposta a um acontecimento privado em virtude das propriedades comuns, como na extensão metafórica e metonímica. [...] grande parte do vocabulário emocional é metafórico por natureza. (Skinner, 1978b/1957, p.165)

Nesse terceiro caso, é condição necessária para que haja discriminação verbal a prévia discriminação verbal de eventos públicos. Essa discriminação servirá de base para a discriminação de eventos privados. Como? As duas modalidades de tato correspondem às duas possibilidades. Uma propriedade de um estímulo que já foi previamente discriminado verbalmente pode também estar presente em um evento privado. Quando a comunidade verbal ensina que “palpitação” é uma propriedade de algo que muda de intensidade continuamente e repetidamente, a mesma palavra pode passar a descrever a sensação de uma dor de cabeça ou de dente; a sensação de “formigamento” de membros do corpo possui propriedades semelhantes às de um formigueiro: pontos mínimos e numerosos em movimento; algo semelhante pode

valer para a sensação de membros “adormecidos”: como alguém que adormece, eles parecem não reagir ao que está em volta. Um instigante testemunho desse processo de extensão do controle de estímulos é o fato de muitos termos utilizados para descrever o mundo interno estar originalmente relacionado à descrição de fenômenos externos. Nesse sentido, a linguagem dos eventos privados reflete, em muitos casos, aquilo que se observa no mundo externo.

Os termos que se referem a estados emotivos ou motivadores frequentemente mostram alguma conexão com as circunstâncias externas responsáveis por eles. Por exemplo, sentimo-nos tristes [sad] no sentido original de fartos, saciados [sated], ou excitados [excited] no sentido de provocados, instigados, mas estas expressões talvez sejam apenas metáforas.[...] Podemos ter adquirido tais palavras em circunstâncias que não têm conexão alguma com comportamento ou sentimentos. Quase todos os termos que descrevem emoções e que fazem referência direta a condições estimuladoras foram originalmente metáforas. (Skinner, 1982a/1974, pp.25-6)

A literatura de ficção certamente oferece numerosos exemplos do recurso aos eventos externos para transmitir a “atmosfera” privada dos personagens. Uma expressão dessa técnica é exibida em um romance de Salman Rushdie (*Haroun e o Mar de Histórias*), em que o mundo reverbera os “estados de espírito” de seus habitantes. As alterações ambientais da “Terra Temperamental” ajudam o leitor a entender mais precisamente o que se passa dentro da pele de seus habitantes.

Bem, acontece que a Terra Temperamental era uma das histórias mais queridas de Rashid Khalifa. Era um país mágico que mudava constantemente, conforme o estado de espírito dos habitantes. Nessa terra o sol brilhava a noite toda se houvesse bastante gente alegre, e continuava a brilhar até que aquela luz interminável deixava todo mundo nervoso; daí caía uma noite irritada, cheia de reclamações e resmungos, e o ar parecia tão pesado que nem dava para respirar. E

quando as pessoas ficavam zangadas a terra tremia; e quando ficavam confusas ou inseguras a Terra Temperamental também ficava confusa – o contorno dos prédios, dos postes de luz, dos automóveis ficava borrado como um quadro com as tintas escorridas, e em momentos assim, às vezes era difícil distinguir onde uma coisa terminava e a outra começava.
(Rushdie, 2010/1990, p.36)

A extensão do controle exercido por estímulos públicos para estímulos privados também pode ocorrer pelo fato de eles serem pareados: é o caso do tato por extensão metonímica. Ao discutir essa possibilidade, Skinner (1978b/1957) apresenta o exemplo da dor aguda. Em muitos casos, sente-se uma dor dita “aguda” pelo fato de ela ser constantemente acompanhada pela presença de um objeto agudo (uma faca, uma agulha, um lápis, por exemplo), já que é gerada por ele. O acompanhamento sistemático desses dois estímulos (objeto agudo e dor) faz com que o estímulo privado (dor produzida por um objeto agudo) evoque a mesma classe de resposta evocada pela classe de estímulos públicos (“agudo”). Após a ocorrência concomitante dos dois estímulos, mesmo na ausência do estímulo público que anteriormente evocava o operante verbal “agudo”, é possível que se diga “dor aguda”⁴².

A quarta possibilidade descrita por Skinner para o tato de estímulos privados deriva-se da instalação de um tato a um estímulo público que é também o comportamento do falante. Uma vez instalada essa contingência original, o estímulo pode regredir em sua força, em sua magnitude, para níveis privados (por efeito de punição, por exemplo), o que significa que ele torna-se acessível apenas ao próprio sujeito. Mesmo que a contingência responsável pela instalação do operante verbal de tato tenha requerido como estimulação antecedente um estímulo público (que, vale repetir, é também o responder do falante), a manutenção do tato ao estímulo pode perdurar ainda que ele se torne privado por ter sido enfraquecido. Sendo ainda capaz

⁴² Todos os exemplos de verbalizações apresentadas constituem *prováveis* exemplos de tatos metafóricos e metonímicos. O que permite que esses exemplos possam ser categorizados como tais são o histórico de reforçamento envolvendo tais operantes verbais e as condições correntes que controlam as classes de respostas, isto é, como elas foram construídas e em que condições são emitidas. Nada impede que uma verbalização com uma topografia aparente de metáfora (como “o olho da agulha”), seja adquirida *diretamente*, e não por extensão. Nesse caso, a verbalização não tem nada de metafórica: dizer “olho da agulha” sob controle dessa região da agulha pode ter sido reforçado diretamente: quando outro sujeito indica essa região da agulha, reforça operantes verbais vocais “olho da agulha”, ao invés de instalar os operantes “olho” e, depois, “agulha”, e aguardar a uma possível extensão.

de estimular o falante, esse estímulo, privado, ainda evocará os mesmos operantes verbais.

A contingência original pode basear-se em comportamentos externamente observáveis do organismo. [...] Se o comportamento se reduz agora, em magnitude ou escala, atingir-se-á um ponto em que os estímulos privados sobrevivem, mesmo que os estímulos públicos se desvançam. [...] Em tal caso, a resposta eventualmente é dada a um estímulo privado, estímulo que é similar, exceto na magnitude, aos estímulos privados diferentemente acompanhados por manifestações públicas úteis à comunidade. (Skinner, 1978b/1957, pp.166-7)

Essas quatro estratégias descritas por Skinner permitem caracterizar sua noção de subjetividade. Em todas elas, o conhecimento que um sujeito adquire de si deriva-se de sua relação com os outros e com o conhecimento de estímulos públicos. Não há espontaneidade na relação do sujeito para consigo mesmo: o contato com esse ambiente é condicionado pelas relações com os outros e com o ambiente externo. O mundo interno só se torna importante para o indivíduo especialmente quando é importante para o grupo (Skinner, 1982a/1974, p.31). Esse posicionamento acerca da relação entre indivíduo e sociedade demarca um contraste profundo com a noção de que a subjetividade guardaria alguma autonomia em relação ao mundo externo: é apenas com a vida social que cada sujeito é chamado a descrever o que se passa dentro de si. Em última análise, portanto, o autoconhecimento responde, sobretudo, a exigências que emergem nas práticas do grupo; a auto imagem (leia-se: o modo como os membros de uma cultura descrevem seus próprios comportamentos) que os membros de uma cultura alimentam sobre si mesmos não refletem uma relação absolutamente singular do indivíduo consigo mesmo, mas são produzidas e mantidas pela comunidade verbal.

Uma breve discussão

Pretendeu-se, com o subitem anterior, apresentar a fundamentação que Skinner desenvolve de modo a sustentar seu posicionamento sobre a relação entre

indivíduo e sociedade. A argumentação seguiu, basicamente, duas linhas, apontando 1. o estatuto ontológico do ambiente social; e 2. as estratégias de que a comunidade verbal lança mão de modo a fazer seus membros discriminarem verbalmente seu universo privado. Nesta discussão, pretende-se abordar alguns temas ainda relativos à relação subjetividade e sociedade, bem como sintetizar os desdobramentos da abordagem skinneriana dessa relação.

Alguns dos temas a serem abordados imediatamente a seguir servirão para evitar eventuais mal entendidos a respeito da argumentação precedente. Em primeiro lugar, foi dito que conhecer o mundo privado requer a mediação de uma comunidade verbal. Isso não implica dizer que cada sujeito humano apenas entra em contato (no sentido de responder diferencialmente) com seu mundo pela mediação dos outros: há contingências que podem ser estabelecidas na relação de um ser humano com o mundo inanimado que fazem com que estímulos privados controlem seu responder. O mero andar muito provavelmente envolve respostas que estão sob controle tanto de eventos públicos (o *feedback* visual resultante, por exemplo) como de estímulos privados (a estimulação muscular, as sensações resultantes do impacto do pé com o chão). Ainda assim, a relação com o mundo inorgânico não dá conta de explicar a origem da multiplicidade de estímulos que ocorrem no interior de um organismo humano. Assim como discriminar cores em uma paisagem pode ser grandemente incrementada pelo reforçamento obtido pela mediação de outros seres humanos, a discriminação de eventos privados também é refinada por contingências arranjadas socialmente. Ao arranjar contingências que façam com que o comportamento verbal de um sujeito fique sob controle de estímulos privados, a comunidade verbal multiplica a diversidade de estímulos privados que afetam o responder de um indivíduo. Sobre esse ponto, Skinner diz que

[...] O ambiente, seja público ou privado, parece permanecer indistinto até que o organismo seja forçado a fazer uma distinção. Qualquer um que tenha sido repentinamente chamado a fazer refinadas discriminações de cores geralmente concordará que agora “vê” cores que anteriormente não tinha “visto”. [...] O comportamento discriminativo espera pelas contingências que forçam as discriminações. Então, como a auto-observação também é um

produto de contingências discriminativas, e se uma discriminação não pode ser forçada pela comunidade, pode não aparecer nunca. Por mais estranho que seja, é a comunidade que ensina o indivíduo a se conhecer.

Algumas contingências que envolvem estimulação interior não têm que ser arranjadas, é evidente, por uma comunidade reforçadora. Ao arremessar uma bola coordenamos o tempo de uma sequência de respostas pela estimulação que nossos próprios movimentos geram. No caso, as contingências reforçadoras são determinadas pelas exigências mecânicas e geométricas do arremesso, e como a comunidade reforçadora não está envolvida, não se coloca a questão da acessibilidade do indivíduo que se comporta. Mas o conhecimento [...] identifica-se particularmente com o comportamento verbal que se origina do reforço social. [...] A espécie de autoconhecimento representada pelo comportamento verbal discriminativo – o conhecimento que é “expresso” quando falamos sobre nosso próprio comportamento – é estritamente limitada pelas contingências que a comunidade verbal pode dispor. (Skinner, 1998/1953, p.285)

Outro ponto que merece ser destacado, e que pode ser fonte de confusões, envolve o fato de não apenas o conhecimento do mundo interno ser de origem social, mas qualquer tipo de conhecimento, se tomar-se como “conhecimento” o comportamento que descreve algo⁴³. Descrever é uma atividade cuja origem é social na medida em que o comportamento verbal só pode ser instalado por uma comunidade que transmite um repertório verbal de geração a geração. Por mais que isso possa parecer óbvio, algumas implicações desse fato não o são. Uma comunidade verbal desenvolve comportamentos verbais específicos. Desse modo, os estímulos que controlam uma resposta verbal só serão discriminados verbalmente na medida em que

⁴³ O emprego da palavra “conhecimento” envolve outros fenômenos além dos de tato. Para os propósitos deste subitem, esses outros fenômenos não serão abordados. Uma abordagem abrangente do termo, sua “tradução” em termos comportamentais, é feita em Skinner, 1982a/1974, pp.119-27.

forem importantes para o grupo social⁴⁴. Isso circunscreve os limites e possibilidades da consciência que um indivíduo poderá ter da realidade. Só a partir do que o grupo considera importante que seu membro discrimine é que tais discriminações poderão ser importantes para o indivíduo. Nesse sentido, por mais que uma discriminação do ambiente público e privado possa parecer uma capacidade eminentemente individual, ela é tributária daquilo que a comunidade considera importante.

[...] o reforço social é que leva o indivíduo a se conhecer. Somente mediante o crescimento gradual de uma comunidade verbal é que o indivíduo se torna “consciente”. Ele acaba por se ver apenas como os outros o vêem ou, pelo menos, apenas como os outros insistem em que ele se veja⁴⁵. (Skinner, 1978b/1957, p.175)

No entanto, por mais que a consciência de si, dos outros e do mundo sejam, primeiramente, importantes para o grupo, ela torna-se, posteriormente, importante para o indivíduo. Aprender a descrever objetos e fenômenos públicos e privados incrementa enormemente a capacidade de um indivíduo desenvolver repertório de autocontrole: o comportamento verbal viabiliza, portanto, o desenvolvimento de comportamentos que ajudam ao indivíduo prever e controlar seu próprio comportamento.

Autoconhecimento é de origem social. Só quando o mundo privado de uma pessoa se torna importante para as demais é que ele se torna importante para ela própria. Ele então ingressa no controle de comportamento chamado conhecimento. Mas o autoconhecimento tem um valor especial para o próprio indivíduo. Uma pessoa que se “tornou consciente de si mesma” por meio de perguntas que

⁴⁴ Vale lembrar que um processo de discriminação de estímulos *necessariamente* implica outros processos em que estímulos distintos adquirem também o poder de evocar o mesmo responder discriminado. As extensões do tato (metafórica e metonímica) são alguns exemplos dentre muitos outros que viabilizam a extensão do controle para estímulos bastante distintos dos que participaram da contingência de reforçamento responsável pela discriminação.

⁴⁵ Essa citação confere maior relevo ao autoconhecimento. No entanto, o conhecimento não só do ambiente interno como externo pode ser caracterizado como essa citação o faz.

lhes foram feitas está em melhor posição de prever e controlar seu próprio comportamento. (Skinner, 1982a/1974, p.31)

Apesar disso, a origem da consciência de si não é um palco tão pacífico ao indivíduo como as linhas anteriores sugerem. E Skinner é bastante claro nesse ponto, em particular em sua discussão profundamente crítica sobre o que se tem chamado de “pensamento”. O reforço que a comunidade verbal fornece aos seus membros de modo a descreverem seu próprio comportamento implica, especialmente no caso do comportamento verbal, a constituição de uma só pessoa que é falante e ouvinte ao mesmo tempo: um ouvinte daquilo que se fala. O indivíduo passa não só a descrever a si mesmo para os outros, mas para si mesmo: diz e sabe o que diz. Seu próprio comportamento passa, assim, a ser alvo de escrutínio, avaliação, *reflexão*: “abre-se o palco para o *drama* no qual uma só pessoa representa vários papéis” (Skinner, 1978b/1957, p.516; destaque acrescentado). Se a comunidade verbal incentiva um “automonitoramento” contínuo do indivíduo e se ela alimenta a ideia de que é o próprio indivíduo quem deve tomar as rédeas de si mesmo, ele é o *responsável* por si, o drama do eu adquire infinitas ramificações. Os homens passam a mergulhar em solilóquios infundáveis, passam a bancar o fardo de ter consciência daquilo que fazem, começam a pensar no que fizeram, no que poderiam ter feito, no que pode ser diferente, no que pode ser mudado; aos poucos, começam a ver o passado na perspectiva do presente; mergulhados em si mesmos, criam a ideia de que são livres e passam a ser críticos em suas escolhas. Supondo donos de si mesmos, representam a vida como um emaranhado de opções das quais raramente escolhem a melhor. Nasce o indivíduo, suposto dono de si, soberano em suas decisões.

Todas as discussões realizadas após a abordagem e a definição do conceito de cultura, discussões essas que versaram sobre o comportamento social, comportamento verbal e sobre a relação entre cultura e subjetividade serviram de aprofundamento do conceito de cultura. Especialmente nessa última discussão, deu-se foco a um desdobramento do conceito de cultura assumido por Skinner: o fato de que, sem ela, não há a possibilidade de se pensar a subjetividade humana. Como o próprio autor diz, “uma ciência independente do subjetivo seria uma ciência independentes das comunidades verbais” (Skinner, 1982a/1974, p.188).

O presente texto, agora, sofrerá uma pequena inflexão. Voltará sua atenção

para algo a possibilidade de se fazer uma crítica à cultura. O texto que se segue é uma forma de introduzir a extensa análise e discussão do próximo capítulo.

A possibilidade de se fazer uma crítica à cultura

Foi visto que uma cultura envolve contingências entrelaçadas entre seus membros, em que o ambiente de um membro é produto do responder de outro. O entrelaçamento de contingências tem um produto que *depende* desse entrelaçamento. Tal produto pode retroagir sobre tal entrelaçamento, fazendo-o perpetuar-se. Esse produto manterá o entrelaçamento se tiver valor de sobrevivência à cultura: como apontou Skinner, práticas culturais (entendidas, aqui, como entrelaçamento de contingências que se perpetuam entre e intra gerações) serão mantidas quando ajudarem o grupo a solucionar seus problemas. Numa palavra, práticas culturais se mantêm pelo seu valor de sobrevivências ao grupo (cf., Skinner, 1998/1953, 1971, 2007/1981).

Uma questão que pode surgir diante dessas proposições de Skinner é a seguinte: se uma cultura mantém práticas que promovem sua sobrevivência, não é uma mera questão de tempo que ela se adapte ao ambiente e, portanto, sobreviva? Se as práticas culturais também estão submetidas às relações de variação e seleção, elas não serão *sempre* adaptativas, não tenderão *sempre* a sobreviver?

Se a resposta a essas perguntas fosse afirmativa, então nem faria sentido realizar uma *crítica* à cultura. A própria existência da prática seria sinal de seu sucesso. Do mesmo modo, não faria sentido nenhum planejar uma cultura, uma vez que as relações que determinam o comportamento já se encarregariam, naturalmente, dessa tarefa.

Por outro lado, então, como compreender a defesa insistente de Skinner em planejar a cultura (como em 1998/1953, 1971 e 2007/1981)? Na mesma linha, como entender o fato de que Skinner analisa algumas práticas correntes da cultura contemporânea ocidental, identificando “problemas” (como em 1978b, 1982a e 1986)? Não haveria uma inconsistência epistemológica no fato de Skinner falar em “planejamento da cultura” ou mesmo dizer que ela está em perigo?

O que pode aparentar ser uma inconsistência epistemológica de Skinner, no entanto, revela-se justamente o contrário: pareceria até estranho se, com o arsenal

epistemológico, teórico e empírico inaugurado por Skinner ele fosse indiferente aos “rumos” trilhados pela cultura contemporânea ocidental. A argumentação que se segue sustentará essa posição e, ao fazê-lo, demonstrará que a teoria da AC não apenas tem subsídios para realizar uma crítica à cultura sem violar seus princípios mais básicos, como, tal como sustentado na introdução, tem na cultura o *locus* privilegiado de sua intervenção.

Para dar início a presente argumentação, cabe apresentar uma citação de Skinner:

Não parece haver um meio pelo qual possamos testar o valor de sobrevivência de uma cultura in vacuo para determinar sua excelência absoluta. De outro lado, a sobrevivência temporária de uma cultura não é prova de sua excelência. Todas as culturas atuais obviamente sobreviveram, muitas delas sem mudar muito por centenas de anos, mas isto pode não significar que sejam melhores que outras que pereceram ou sofreram modificação drástica em circunstâncias mais competitivas. O princípio de sobrevivência não nos autoriza a alegar que o status quo deve ser bom porque existe agora (Skinner, 1998/1953, p.469)

Muitos pontos merecem destaque nessa citação. Primeiro: Skinner diz que não é possível determinar o valor de sobrevivência de uma cultura *in vacuo*. Isso quer dizer que, por mais que uma prática cultural possa ser analisada e, dessa análise, se suponha a força da prática em se manter pelos seus produtos, o crivo final de seu valor de sobrevivência não é dado por uma delegação intelectual, mas pelo fato de a prática se perpetuar, ou, em outras palavras, se a prática for selecionada. “Podemos introduzir novas práticas culturais ou, raramente, arranjar contingências especiais de sobrevivência [...]. Mas, tendo feito essas coisas, temos que esperar que a seleção ocorra” (Skinner, 2007/1981).

Apesar disso, Skinner prossegue dizendo que o fato de uma cultura sobreviver *temporariamente* não é sinal de excelência. A frase é mais impactante do que parece: se uma prática sobrevive, ela produziu algo que foi importante para o grupo: de algum modo, ela produziu condições para o grupo sobreviver. No entanto, nada garante que

essa sobrevivência seja uma sobrevivência a longo prazo: se uma prática cultural produz algo que favorece à cultura sobreviver, outros produtos dessa prática, que por alguma razão não tiveram poder retroativo sobre ela, podem se acumular em surdina, a ponto de, a longo prazo, produzirem ameaça ou mesmo comprometer a sobrevivência da cultura. Em outras palavras, Skinner está diferenciando o que ele chama de “excelência” da cultura, ou sua “força”, do fato de ela manter práticas que promovem sua sobrevivência *imediate*. Essa distinção é crítica: o fato de uma prática se manter não significa que ela contribua para a sobrevivência da cultura a longo prazo, mas apenas que ela contribuiu para sobrevivência imediata.

É por essa razão que seria tolice dizer que se uma cultura mantém uma prática foi para seu “bem”, ou porque essa prática provou ser útil à sobrevivência ao grupo: certamente, a prática produziu algo importante para a manutenção do grupo; *nada* garante que essa prática, a longo prazo, produza sobrevivência da cultura. Nesse sentido, o *status quo* de que fala Skinner não é argumento para uma prática ser defendida. Uma prática pode ser letal mesmo tendo sido selecionada: e isso pelo fato de que as contingências que as mantêm só a selecionarem pelo seu valor a curto prazo.

É exatamente por essa razão que Skinner ressalta o valor do planejamento cultural. E quando o faz, não é difícil identificar a diferença entre um produto de uma prática que a mantém pelo seu valor de sobrevivência *imediate*, e um produto de uma prática que, com arranjo de contingências especiais, podem favorecer a sobrevivência da cultura em longo prazo.

Uma ciência rigorosa do comportamento torna eficaz um tipo diferente de consequência remota quando nos leva a reconhecer o valor de sobrevivência como um critério de avaliação de um procedimento controlador. [...] Felicidade, justiça, saber etc. não estão longe de certas consequências imediatas que reforçam o indivíduo ao selecionar uma cultura dada ou prática em vez de outra. Mas assim como a vantagem imediata obtida pela punição é igualada finalmente por desvantagens posteriores, essas consequências imediatas de uma prática cultural podem ser seguidas por outras de um tipo diferente. Uma análise científica pode nos levar a resistir

à atração mais imediata da liberdade, da justiça, do conhecimento ou da felicidade ao considerarmos as conseqüências da sobrevivência a longo prazo (Skinner, 1998/1953, p.474⁴⁶)

A seleção de práticas culturais pode operar de modo a produzir o próprio colapso do grupo. Assim acontece com a seleção natural e com a seleção operante: genes ou operantes que se provem importantes numa dada ocasião podem, por uma mudança brusca e “imprevista” do ambiente, deixarem de sê-lo. Não há razão para que as práticas culturais fujam a essa regra. E, mais: mudanças em operantes cujo valor de sobrevivência para o organismo, por exemplo, podem ocorrer em um curto intervalo de tempo, seja por extinção ou fortalecimento de novo repertório, seja por que alguém especifica um comportamento adequado para uma nova situação. Mudar práticas requer mudar um conjunto complexo de contingências, já que, de modo geral, constituem em entrelaçamentos de contingências. Se não houver previsão, planejamento nas práticas culturais, não é improvável que mudanças ambientais ou efeitos “imprevistos” das práticas ocorram de modo a comprometer a sobrevivência do grupo em um intervalo de tempo menor do que ele for capaz de produzir alguma solução.

Então, é especialmente por conta do fato de que as práticas culturais podem ser mantidas *a despeito* de seus efeitos em longo prazo sobre a sobrevivência da cultura, que elas podem ser alvo de *crítica*. E “crítica” neste sentido específico: as práticas podem produzir, em surdina, a ameaça à sobrevivência do grupo. Crítica, aqui, não implica, ao menos imediatamente, nenhum “juízo de valor”: é apenas uma relação estabelecida entre uma prática e seu efeito a longo prazo. Quando esse efeito estiver relacionado à ameaça à sobrevivência de uma cultura, a prática poderá ser alvo de crítica.

Essa argumentação mostra-se importante para dar prosseguimento ao trabalho. O capítulo que se segue está voltado para a crítica de Skinner à cultura contemporânea. Dois avisos devem ser feitos, avisos que se derivam da argumentação sustentada neste item.

⁴⁶ Não é uma prática muito bem vista no meio científico utilizar “*apud*”, “citado por...” e congêneres, ainda mais quando quem é citado indiretamente é o autor de referência do trabalho. No entanto, deve-se apontar, aqui, o fato do texto de Andery (1997) ter atentado para esta citação de Skinner que passou

Em primeiro lugar, a crítica de Skinner à cultura não incide sobre operantes que não se perpetuem entre ou intra gerações. Ela é uma crítica sobre *práticas culturais*. Por definição, elas envolvem entrelaçamento de contingências e perpetuação intra e entre gerações⁴⁷.

O outro aviso, talvez o mais importante, refere-se a quando uma prática poderá ser alvo de crítica. Foi visto que, em última análise, o será quando for produtora de ameaça à sobrevivência da cultura. Enquanto não se fizer um elo entre uma prática cultural e a ameaça à sobrevivência da cultura, não se estará justificando as razões pelas quais a prática é alvo de crítica.

Esses dois avisos servem, inclusive, de critério para avaliação da consistência, ou não, do texto correspondente ao próximo capítulo.

batida quando o texto citado foi lido diretamente.

⁴⁷ Mesmo quando se der ênfase a operantes, e não exatamente às práticas, a análise da cultura não perderá terreno: operantes mantidos pelo grupo têm sua *gênese* em entrelaçamento de contingências. É difícil pensar em um operante, no caso humano, que não tenha sido gerado pela participação de outro ser humano. É nesse ponto que é importante atentar para o fato de operantes, enquanto classes de respostas, serem distintos de instâncias de classes de respostas: as classes indicam um grupo de respostas selecionado *ao longo* do tempo: tem, portanto, uma história que dificilmente escapará da influência de contingências arranjadas pela cultura. Ainda assim, um critério deve especificar quando esses operantes podem ser selecionados para a análise e crítica da cultura: quando eles se perpetuarem entre gerações e intra gerações. Isso é o maior atestado de que eles são produtos da cultura (embora, obviamente, não exclusivamente dela).

Capítulo 3 - A CRÍTICA DE SKINNER À CULTURA CONTEMPORÂNEA

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O objetivo central do presente capítulo foi realizar uma sistematização (no sentido definido na seção de método da presente pesquisa) da crítica de Skinner à cultura contemporânea. Nove textos do autor serviram de “matéria prima” para a realização dessa empreitada (Skinner, 1972a; 1973; 1975; 1976a; 1976b; 1982a; 1985; 1986). Todos esses textos foram citados como referência em um artigo que trata exatamente desse tema: Andery (1997b). Um artigo de Skinner, que não aparece no texto de Andery, foi acrescentado ao conjunto: Skinner (1979). O texto foi mencionado em uma disciplina do curso de Graduação de Psicologia na PUC-SP como uma abordagem do controle aversivo nas práticas culturais do Ocidente contemporâneo.

Dois vetores nortearam a tarefa de sistematização: um de *organização* do material lido, e outro de *fundamentação* da organização desse material.

No que se refere à *organização*, o tratamento que esse material sofreu foi o seguinte: de sua leitura, extraíram-se trechos que descrevessem práticas sociais que, segundo o autor, ameaçam a sobrevivência das culturas humanas (critério caracterizado, no capítulo anterior, como suficiente para dizer que uma dada prática social é criticada pelo autor). Tal tratamento deu origem a um conjunto enorme de informações, compostas por todos os trechos que obedeciam a esse critério.

De modo a organizar esse amálgama de informações, foram dados “títulos” e “subtítulos” que indicassem a temática sobre a qual cada trecho versava, acompanhados, em alguns casos, pelos argumentos desenvolvidos no trecho. Tal procedimento facilitou o manejo das informações. Os nomes dos títulos, subtítulos e, quando fosse o caso, argumentos formaram o que, aqui, será chamado de “tópico”. Por exemplo, em Skinner (1986a), os seguintes tópicos foram formados (dentre outros):

Tópico 1

- Divisão e especialização do trabalho: alienação do trabalhador
 - Produtos diretos do trabalho não mantêm o comportamento de trabalhar

Tópico 2:

- Difusão do comportamento governado por regras: empobrecimento do repertório
 - Ações são geradas em contextos em que suas conseqüências não são eficazes

Tópico 3:

- Reforçamento de poucas classes de respostas: perda da inclinação para agir
 - A alta disponibilidade de reforçadores, na cultura contemporânea, impede a variabilidade de respostas

Em seguida, foi feita uma lista com todos os tópicos. A lista ainda foi caracterizada por apresentar certa dispersão: muitos tópicos eram semelhantes, se relacionando intimamente entre si. Portanto, alguns tópicos puderam ser aglutinados a outros, já que gravitavam em torno de uma mesma temática (p. ex., os tópicos “práticas de ajuda àqueles que podem ajudar a si mesmos: inibição do desenvolvimento de repertórios comportamentais” e o “alienação do trabalhador: repetição sistemática das mesmas respostas”, em última análise, se referiam a um mesmo tema: “empobrecimento do repertório”).

De modo a imprimir maior coerência, unidade, a essa lista de tópicos, o tratamento seguinte consistiu na operação de *agrupamento da* lista de tópicos em *unidades temáticas*, construídas pelas operações de *junção*, *aglutinação*, e, por tabela, de *discriminação*, *separação*, entre os grupos de tópicos, de modo que as unidades temáticas abraçassem tópicos semelhantes entre si e, desse modo, se diferenciasses das demais. Foi exatamente essa operação que deu origem às unidades temáticas. No entanto, ainda que essas unidades começassem a emprestar coesão aos conjuntos de

informações, ainda apresentavam uma carga de dispersão: os tópicos aglutinados estabeleciam quais relações entre si? Isto é, se cada unidade temática consistia em tópicos relacionados, restava, ainda, identificar que *tipo* de relações esses tópicos unidos dentro de uma mesma unidade temática guardavam entre si. Isso exigiu uma segunda operação para organizar a lista de tópicos.

Para integrar os tópicos de cada unidade, outra operação foi feita na sequência, consistindo em uma tarefa de *articulação* desses tópicos, vinculando-os por relações de determinação (o tópico X explica, ou ajuda a explicar, o tópico Y) e de pertencimento/hierarquia (o tópico W faz parte do tópico Z: abrange um tema que é uma ramificação de Z). Isto é, foram desvendados os tipos de relações entre cada tópico que pertencia a uma mesma unidade temática. O agrupamento (primeira operação) e articulação (segunda operação) consistiram, portanto, nas operações básicas que foram aplicadas à lista de tópicos e que organizaram as informações extraídas do material selecionado. A primeira operação deu origem às unidades temáticas; a segunda operação organizou os componentes das unidades temáticas (os tópicos) de modo a já começarem a esboçar, ainda que esquematicamente, o texto relativo a cada unidade temática. Desse modo, formadas as unidades temáticas e identificadas as relações entre seus componentes, a redação do texto que compõe esse capítulo ficou facilitada.

Cinco grandes unidades temáticas foram formadas seguindo esses procedimentos:

- 1- Internalização dos principais determinantes do comportamento
- 2- Negligência em relação ao futuro remoto
- 3- Empobrecimento do repertório comportamental
- 4- Difusão do controle aversivo

Todas elas se caracterizavam por tratarem de práticas sociais, ou agruparem sob um mesmo rótulo um conjunto de práticas sociais que tinham um produto em comum. Tanto as práticas, como os produtos delas, deveriam, de algum modo, estar relacionadas à ameaça da sobrevivência da cultura contemporânea, critério último que viabilizou dizer que uma prática social foi alvo de crítica da Skinner. Mais do que isso, a caracterização de tais práticas sociais, ou de produtos de práticas diversas, dariam conta de explicar todos os conteúdos da crítica de Skinner à cultura, extraídos dos nove textos mencionados acima e listados no primeiro tratamento em que os textos de Skinner foram submetidos (ou seja, na formação dos tópicos). Em suma, a caracterização de cada unidade temática abrangia muitos tópicos que compuseram a

primeira lista; mais do que isso, tal caracterização relacionaria cada tópico (abrangidos na mesma unidade temática) por relações de determinação e hierarquia/pertencimento.

Uma vez formadas as unidades temáticas, restaria, por fim, identificar que tipos de relações elas estabeleciam entre si: as relações entre tópicos de uma mesma unidade temática já haviam sido desvendadas; no entanto, restava estabelecer relações *entre* as unidades temáticas. Essas últimas relações foram úteis para ordenar as unidades temáticas, orientando a caracterização de cada uma *a partir* da outra: foi esse procedimento que deu origem à *sequência* entre as unidades temáticas descritas nesse capítulo.

Outro procedimento norteou a redação de alguns textos correspondentes a cada unidade temática, procedimento esse que serviu ao propósito de *fundamentação* da crítica de Skinner à cultura. Como apontado na seção de método da presente pesquisa, muitos dos argumentos de Skinner em textos que tratam da análise da cultura requerem, para sua compreensão, resgatar outros argumentos do autor que lhe fundamentem. São argumentos de cunho conceitual e filosófico e que, em muitos casos, não estão presentes nesses textos voltados para a análise da cultura. Assim, alguns elementos da crítica de Skinner a algumas práticas sociais exigiram *fundamentação*. Nesse sentido, a caracterização de algumas unidades temáticas demandou mais do que acumular e relacionar conteúdos empregados nesses nove textos (operação característica do que se está chamando de organização): exigiu também o desenvolvimento de outros argumentos que lhe fundamentariam, que exerceriam alguma contribuição para lhe oferecer inteligibilidade. A busca desses argumentos com função de *fundamentação* contou com a colaboração do material selecionado para a pesquisa (não necessariamente selecionados para confecção deste capítulo), bem como os textos dos capítulos anteriores.

A redação correspondente a cada unidade temática seguiu mais ou menos essa trajetória que deu origem às unidades temáticas. Para cada uma delas, o texto se iniciou com citações de Skinner que atestam o fato de ele ter considerado as práticas sociais que compõem cada unidade ameaças à sobrevivência da cultura. Em seguida, foram levantados alguns elementos dessas citações (os principais argumentos que versavam, bem como os conceitos indispensáveis para compreendê-los) cuja compreensão permitiu fundamentar a crítica de Skinner circunscrita ao tema da unidade. O passo seguinte foi desenvolver esses argumentos e definir tais conceitos

que se mostraram críticos para entender a análise de Skinner a respeito de algumas práticas sociais. Por fim, exploraram-se as *razões* pelas quais tais práticas constituem ameaças à sobrevivência da cultura. Assim, o texto de cada unidade contém três divisões:

1. Seleção das citações e levantamento de conteúdos
2. Fundamentação ou aprofundamento dos argumentos levantados
3. Razões para a prática em questão constituir uma ameaça à sobrevivência das culturas

É importante apontar que as etapas 2 e 3 foram fundidas em um subitem. Isso porque, conforme os conteúdos indispensáveis para se entender as críticas de Skinner à cultura foram fundamentados, os elos que justificavam as razões pelas quais a prática em questão foi alvo de crítica foram se elucidando automaticamente. Criar uma nova seção para retomar tais conteúdos poderia comprometer a fluência do texto, tornando-o maçante e, possivelmente, fragmentado – algo dissonante no que se refere aos propósitos desse trabalho, que se constituem, essencialmente, numa tarefa de sistematização.

INTERNALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO

Seleção de fontes e levantamento de argumentos

Conforme apontado acima, nas considerações metodológicas, a caracterização dessa unidade se iniciará com a apresentação de algumas citações de Skinner que atestem sua preocupação com a prática social de situar dentro dos sujeitos as principais variáveis determinantes de seus comportamentos. Com os elementos introduzidos por essas citações, a argumentação que fundamenta o fato do autor criticá-las será remontada no subitem subsequente.

Em primeiro lugar, é necessário sublinhar que a crítica skinneriana à tendência a se buscarem os determinantes do comportamento dentro dos sujeitos percorre uma longa parcela de sua obra. Isso não deveria causar espanto, na medida em que as bases

epistemológicas do BR se escoram no modelo de seleção por consequências, modelo esse que mina qualquer esforço de retirar do ambiente externo seu papel de determinante do comportamento. O que nem sempre é claro, no entanto, é porque essa prática de se recorrer ao mundo interno dos sujeitos humanos na busca dos determinantes de seus comportamentos constitui uma ameaça à sobrevivência da cultura humana. Será sobre essa ligação entre 1. uma crítica que aparenta se circunscrever apenas no nível teórico e epistemológico e 2. o nível das práticas concretas da cultura contemporânea que o texto dessa unidade temática irá se debruçar⁴⁸.

Em todos os nove textos selecionados, é possível identificar trechos que, de alguma forma, se relacionam com essa crítica (embora as objeções conceituais e filosóficas de Skinner aos determinantes internos prevaleçam sobre a crítica da *prática social* de se buscar e “encontrar” os determinantes internos do comportamento). Ainda assim, reproduzir exaustivamente esses trechos seria uma tarefa que escaparia aos propósitos deste trabalho: não há sentido em apresentar trechos dos nove textos que repetem argumentos equivalentes. A estratégia aqui seguida foi a de apresentar algumas citações (citações que apresentem, uma em relação à outra, elementos *novos*) que permitam capturar os principais elementos que compõem essa crítica para que, em seguida, eles possam ser explorados com um grau de profundidade que não está presente nos nove textos.

Em um texto chamado *Humanism and Behaviorism* (1972a), Skinner discute um modo costumeiro de se explicar e prever o comportamento dos sujeitos humanos. Ele envolve a dissecação do mundo mental dos homens: envolve entrar em contato com seus sentimentos, pensamentos, ideias, intenções, atitudes etc.. Nessa perspectiva, *explicar* o comportamento humano requeriria desvendar as nuances da vida mental. O que um homem faz é reflexo daquilo que se passa dentro de si. Ao

⁴⁸ É preciso desfazer a ideia de que uma crítica que incide sobre termos, conceitos, argumentos etc. que fazem parte de um corpo conceitual não configura uma crítica a uma prática social. Se Skinner é um crítico das explicações internalistas, necessariamente ele é um crítico de uma prática social que consiste, de modo geral, em criar conceitos, teorias, pressupostos epistemológicos, metodologias e tecnologias que podem ser agrupadas pelo fato de estarem ancoradas na suposição de que o que se passa dentro dos sujeitos humanos é a causa de seus comportamentos. Fazer ciência, filosofia, ou mesmo “teorizar” ordinariamente a partir das prescrições difusas do senso comum não deixa de ser comportamento, especialmente comportamento verbal. Criticá-los é questionar uma prática concreta que não transcende a realidade material, nem versa sobre mundos abstratos. Além do mais, é ingenuidade acreditar que o conhecimento do mundo não tenha desdobramentos práticos: conhecimento, enquanto comportamento verbal, governa ações. Se os conhecimentos são alvo de crítica, dificilmente as ações que ele induz escaparão de pertencer à órbita da crítica.

longo de todo o texto, Skinner aponta algumas objeções a esse modo de se explicar o comportamento humano. O epicentro de sua argumentação reside no fato de os eventos ditos “mentais” serem *produtos* de contingências de reforçamento. Após fundamentar essa posição, Skinner arremata apontando que

Quero com isso dizer que Platão nunca descobriu a mente? Ou que Aquino, Descartes, Locke e Kant estavam preocupados com subprodutos incidentais de comportamento humano, frequentemente irrelevantes? Ou que as leis mentais dos psicólogos fisiologistas, como Wundt, ou que o fluxo de consciência de William James, ou o aparelho mental de Sigmund Freud não têm lugar útil na compreensão do comportamento humano? Sim, estou. E exponho o tema com ênfase porque, se é para resolver os problemas com que nos deparamos no mundo de hoje, esta preocupação com a vida mental não deve mais afastar nossa atenção das condições ambientais das quais o comportamento humano é função (Skinner, 1978b, p.51)

O fato de Skinner empregar as palavras “solução de problemas [do grupo]” nessa citação já lhe conferiu importância suficiente para ela ser destacada nesta etapa da pesquisa de levantamento de informações que subsidiem radiografar a crítica de Skinner à cultura contemporânea. Gerar obstáculos para resolução de problemas de um grupo parece ser um critério legítimo para dizer que uma prática produz impasses para um grupo se perpetuar. Isso justifica a seleção dessa citação; no entanto, resta identificar as razões pelas quais Skinner considera a prática de se buscarem e de se identificarem as causas do comportamento na vida interna dos sujeitos humanos algo que pode impedir ou ser pouco útil na resolução do grupo como um todo.

O primeiro ponto dessa citação que parece ajudar a identificar essas razões é uma objeção de caráter filosófico à causação interna do comportamento: buscar os determinantes do comportamento dentro dos sujeitos humanos seria um *equivoco*. De nada eles seriam importantes para se explicar o comportamento (o papel de eventos internos na determinação do comportamento é considerado “inútil” ou “irrelevante”). Até aqui, a objeção de Skinner é de caráter filosófico (pois versa sobre a

determinação dos eventos comportamentais). Não há, ao menos na primeira parte dessa citação, uma crítica à cultura, no sentido de que não fica claro porque essa prática consiste em uma ameaça à sobrevivência dos homens. Por si só, portanto, atribuir “causas” internas ao comportamento não pode, ainda, ser considerada uma prática alvo de crítica de Skinner.

No entanto, a citação prossegue e, após Skinner apontar ser um equívoco buscar determinantes internos para os comportamentos, diz que tal prática “afasta”, *desvia*, o olhar para os eventos que realmente interessam caso se procure explicar o comportamento humano. Nesse ponto, a prática social focada nessa unidade temática começa a se aproximar do critério a partir do qual uma prática pode ser considerada alvo de crítica de Skinner. Ao induzir a procura da explicação do comportamento para dentro dos sujeitos, essa prática *inibe* e *distancia* tal procura das vias mais eficazes de explicação do comportamento (que, em última análise, estão na relação do sujeito com o ambiente). Afastando a explicação das variáveis relevantes, afasta-se também a possibilidade de intervir sobre o comportamento humano de modo que seja eficaz na solução dos problemas que ele tem produzido (“[...] se é para resolver os problemas com que nos deparamos no mundo de hoje, esta preocupação com a vida mental não deve mais afastar nossa atenção das condições ambientais das quais o comportamento humano é função”). Ora, se Skinner considera a busca de “causas” internas ao comportamento um esforço vão para sua inteligibilidade, parece lícito afirmar que esse tipo de esforço consiste num dispêndio de energia e tempo desnecessários, e, portanto, desperdiçados: se, supostamente, o que motiva a procura de explicação do comportamento é criar condições para que ele possa ser controlado de modo a favorecer que um grupo “solucione seus problemas”, tal explicação seria inócua na consecução desse objetivo.

Essa citação, assim, revela-se importante para a compreensão da crítica de Skinner por aproximar sua crítica filosófica às explicações internalistas do comportamento a uma crítica à cultura, a uma crítica de uma prática que produz obstruções para o grupo solucionar seus problemas. Dois argumentos de Skinner, portanto, foram sublinhados até aqui: 1. o equívoco das explicações internalistas e 2. os obstáculos que elas produzem para explicações e intervenções eficazes sobre o comportamento. Vale sublinhar, mais uma vez, que criticar as explicações internalistas só constitui uma crítica à cultura devido ao seu vínculo com o fato de elas nortearem intervenções sobre o comportamento inócuas, intervenções que não

subsidiar práticas que favoreçam a cultura solucionar seus problemas.

O que está vago, no entanto, é como as explicações internalistas inibem o grupo para resolução de seus problemas. De fato, Skinner aponta que elas não dão devido valor às variáveis ambientais, já que privilegiam a vida mental dos sujeitos: por efeito, elas são ineficazes no controle do comportamento. Isso ajuda a entender as razões para o fracasso de tais explicações subsidiarem intervenções sobre o comportamento que ajudem o grupo solucionar seus problemas. Ainda assim, restaria identificar *por que* as explicações internalistas são inócuas quando direcionadas para sua resolução. A citação que se segue oferece informações que ajudam responder essa questão.

[...] O que caracteriza a espécie humana [...] é o desenvolvimento de uma cultura, um ambiente social que contém as contingências que geram autoconhecimento e autocontrole. É este ambiente que tem sido, por tanto tempo, negligenciado por aqueles que têm se interessado pela determinação interna da conduta. Tal negligência tem significado que melhores práticas produtoras de autoconhecimento e autocontrole têm sido perdidas.

[...] As pessoas entendem a si mesmas e governam a si próprias mais eficazmente quando entendem as contingências relevantes.

[...] Uma das grandes realizações de uma cultura tem sido a de fazer consequências remotas virem a cair sobre o comportamento do indivíduo. Podemos planejar uma cultura na qual os mesmos resultados serão alcançados, com maior eficácia, transferindo nossa atenção da solução do problema ético ou conflito moral para as contingências externas (Skinner, 1978a, p.52)

Quando o mundo interno dos sujeitos passa a abrigar aquilo que ocasiona o comportamento, não faz sentido procurar no ambiente, ou melhor, no ambiente social os determinantes do comportamento. Ora, se, como foi visto no capítulo anterior, autoconhecimento e autocontrole são produtos da vida cultural, não é de se espantar

que negligenciar o papel do ambiente social na determinação do comportamento implique dificuldades, confusões, obstáculos, na produção de repertórios de autoconhecimento e autocontrole. Pode-se dizer, portanto, que além de equivocadas, as explicações que apelem para o mundo interno e o privilegiem geram práticas que visam produzir autoconhecimento e autocontrole ou falhas ou que poderiam ser aperfeiçoadas caso se privilegiasse as relações do homem com o mundo para se explicar seu comportamento. Um novo argumento de Skinner, portanto, desponta a partir dessa citação: a prática de buscar as “causas” do comportamento dentro dos sujeitos tem barrado a geração de repertórios que o autor considera importante serem desenvolvidos nos membros de uma cultura, em particular repertórios de autoconhecimento e autocontrole.

Além desse argumento, a citação contém outro: Skinner diz que o planejamento de uma cultura pode ser mais eficaz ao se atentar para as variáveis externas ambientais que determinam o comportamento; se os determinantes do comportamento se alojam dentro dos organismos, não há como os outros preverem e planejarem o comportamento dos homens. Se o que se faz é fruto da vida interna do homem, de seus desejos, convicções, crenças, vontades, não há nada que se possa fazer para *prever* o que cada um fará. Planejar o comportamento de um grupo, nessa perspectiva, estaria fadado ao fracasso: como se verá mais para frente, planejar uma cultura pode até ser considerado, quando o homem é supostamente soberano como fonte daquilo que faz, indesejável e refratário à sua realização.

Em resumo, quatro argumentos básicos relativos à crítica de Skinner no que se refere à tendência de se buscarem os determinantes do comportamento à vida interna dos sujeitos foram levantados a partir da análise dos nove textos:

1. São explicações equivocadas
2. Elas desviam o olhar do pesquisador para variáveis irrelevantes para se explicar e prever o comportamento, sendo, portanto, inócuas para auxiliar a resolução de problemas de um grupo
3. Inibem a produção de repertórios de autoconhecimento e autocontrole, importantes para a cultura sobreviver
4. São ineficazes no planejamento da cultura

Antes de desenvolver cada argumento, deve-se tecer alguns comentários

relativos à ligação entre eles. O primeiro argumento deles, por si só, não é suficiente para se dizer que a internalização dos principais determinantes do comportamento é uma prática alvo de crítica de Skinner (no sentido aqui definido). Trata-se de uma crítica que, em si mesma, é de caráter filosófico: da forma como foi enunciada (a internalização dos principais determinantes é um equívoco), não há nada que a ligue com uma crítica à cultura. No entanto, ela é de fundamental importância na medida em que esse equívoco permite entender os demais argumentos. O fato de as explicações internalistas mobilizarem esforços de explicação, predição e controle do comportamento para variáveis irrelevantes, por exemplo, só é compreensível se os equívocos das explicações internalistas forem explicitados. É por essa razão que os três últimos argumentos estão profundamente subordinados ao primeiro (não por acaso, Skinner, em muitos textos em que analisa práticas sociais, dá início a eles apontando o equívoco das explicações internalistas⁴⁹). Uma vez desvendadas as razões pelas quais Skinner considera um equívoco atribuir a eventos internos aos sujeitos a causa de seu agir, entender os desdobramentos dessa prática torna-se mais facilitado.

Isso é apenas outra forma de dizer que o primeiro argumento levantado (referente ao fato de as explicações internalistas serem equivocadas) não está no mesmo plano que os demais, no sentido de que não guarda com eles o mesmo *status*: é possível dizer que *porque* as explicações internalistas são equivocadas elas produzem esses três efeitos que são contraproducentes para a sobrevivência da cultura. Portanto, a próxima seção, voltada para fundamentação dos principais argumentos de Skinner sobre a prática desta unidade temática, percorrerá uma trajetória que pode, à primeira vista, parecer que se distancia desse propósito. Ela se iniciará com uma longa argumentação que fundamentará o fato de Skinner considerar as explicações internalistas do comportamento equivocadas. Essa argumentação, com feições de uma desnecessária digressão (tendo-se em vista o propósito deste capítulo, voltado para sistematização da crítica de Skinner à cultura contemporânea), é *condição* para se entender as críticas que incidem mais diretamente sobre a prática de internalizar as “causas” do comportamento. O que aparentará ser um desvio dos objetivos deste capítulo constituirá uma preparação para que as razões de Skinner identificar nessa prática uma ameaça à sobrevivência da cultura possam ser

⁴⁹ (cf., Skinner, 1986, 1978a)

devidamente exploradas. Em resumo, apesar de se ter levantado quatro argumentos na análise dos nove textos, o primeiro deles serve como uma condição indispensável para a fundamentação dos demais. A rigor, são apenas os três últimos argumentos levantados acima que constituem as razões de Skinner criticar a prática de internalizar as causas do comportamento. Ainda assim, eles guardam com o primeiro uma relação de “suporte”, no sentido de que se escoram sobre ele para, em última análise, poderem ser legitimados.

Fundamentos da crítica skinneriana aos determinantes internos do comportamento

O primeiro movimento que deve ser feito para a tarefa de *fundamentação* dessa unidade temática é explorar cada argumento levantado no subitem anterior. Como foi apontado logo acima, a estratégia de se iniciar com a justificativa do porquê Skinner considerar um equívoco as explicações internalistas servirá de fio condutor para o desenvolvimento dos demais argumentos. É importante deixar avisado ao leitor que esses primeiros argumentos que sustentam o fato de Skinner considerar as explicações internalistas um equívoco só têm sentido de serem desenvolvidos por conta de ajudarem a fundamentar os outros três argumentos levantados acima, esses sim mais claramente ligados a uma crítica à cultura. O texto que se segue pode aparentar se distanciar dos propósitos do presente capítulo: tal distanciamento, nunca é demais sublinhar, é apenas ilusório, na medida em que os outros três argumentos levantados – mais imediatamente relacionados com a crítica de Skinner à cultura contemporânea – se ancoram nele.

Os equívocos das explicações internalistas

É possível começar a descrever as críticas de Skinner às explicações internalistas a partir da razão que ele aponta para a existência de uma tendência a explicar as ações observáveis com base no que se passa dentro da pele dos sujeitos. Conforme essas razões forem sendo elucidadas, os contornos das explicações internalistas também o serão. Duas citações de Skinner servirão de fio condutor para essa empreitada.

[...] *por que temos atribuído tanta importância aos nossos sentimentos e estados da mente, a ponto de negligenciarmos o ambiente? A resposta parece estar na imediaticidade e proeminência dos estímulos. Muitos eventos relevantes em nossa história pessoal passaram sem serem notados. Por um lado, o comportamento em relação ao qual eles, em algum momento, se mostrarão relevantes ainda não ocorreu e não pode contribuir para as contingências que nos levariam a observá-los. E, se os tivermos notado, podemos rapidamente nos esquecer deles. Mas nossos sentimentos, “ideias”, “intenções sentidas” etc., frequentemente, se superpõem ao comportamento com os quais estão relacionados e ocorrem, usualmente, no exato lugar que seria ocupado por uma causa (de acordo com o princípio post hoc, ergo propter hoc) (Skinner, 1978a, 51)*

Tendemos a dizer, muitas vezes de modo precipitado, que se uma coisa se segue a outra, aquela foi provavelmente causada por esta – de acordo com o antigo princípio segundo o qual post hoc ergo propter hoc (depois disto, logo causado por isto. [...] A pessoa com a qual estamos mais familiarizados é a nossa própria pessoa; muitas das coisas que observamos pouco antes de agir ocorrem em nossos próprios corpos e é fácil tomá-las como causa de nosso comportamento. (Skinner, 1982a/1974, p.13)

As duas citações destacam razões pelas quais a causa do comportamento é situada dentro do sujeito. Em analogia com o modo tradicional de se explicar fenômenos não comportamentais (como os movimentos dos corpos na Mecânica Clássica), o comportamento passou a ser um efeito de uma causa que imediatamente lhe antecede. Come-se porque se sente fome, dorme-se porque se tem sono, fica-se agitado por causa da alegria que anima o espírito. O que acontece dentro da pele de um sujeito é aquilo que constitui o acontecimento mais óbvio que antecede o que ele

faz. Sentimentos, vontades, opiniões, crenças, pensamentos etc. são, assim, tomados facilmente como causas do comportamento. Soma-se a isso o impasse colocado pelo fato de ser evidente que eventos dispersos no tempo e no espaço afetam o agir. Como algo distante pode afetar o que se faz aqui e agora? A manobra epistemológica para superar esse impasse foi a seguinte: o mundo interno do homem exerce uma função *mediadora* entre eventos distantes no tempo e espaço e aquilo que ele faz. Assim, a ideia de que a causa do que se faz antecede imediatamente a ação mantém-se, supostamente, sustentável. As “lembranças” dos acontecimentos, o “armazenamento” de experiências pela memória, são correlatos internos de eventos que aconteceram fora dos sujeitos: preenchem, portanto, a lacuna temporal e espacial que separa os eventos com os atos que lhe estão relacionados. Nesse caso, “é natural tentar preenchê-las [as lacunas temporais e espaciais] com um relato do estado mediador do organismo” (Skinner, 1978a, p. 49). Esses “estados mediadores” ocorrem pouco antes de se agir; a ação, portanto, é uma derivação desses processos interiores. Em muitos casos, tais eventos tidos como causa podem ser acessados de modo independente, via introspecção. Tem-se consciência de um pensamento que antecede um ato, de um sentimento que é considerado a causa de uma ação, de uma imagem mental ou uma ideia que, supostamente, produz uma fala. É importante ressaltar que esse modo de causalidade é direto: um evento causa o evento seguinte, em uma espécie de corrente causal (A -> B -> C -> D -> ...).

No entanto, nem sempre é possível, na perspectiva daquele que age, identificar um acontecimento iniciante daquilo que se faz. Algumas das razões pelas quais as pessoas agem nem sempre são acessadas conscientemente. Muitas “psicologias” encontraram uma “solução de compromisso” para esses impasses: sem abandonar a ideia de que o que causa o comportamento são eventos internos que lhe são imediatamente anteriores, mas reconhecendo que eles nem sempre seriam acessíveis àquele que se comporta, inventaram instâncias mentais, não físicas, que deveriam estar presentes no momento de uma dada ação. O agente da ação não precisa estar ciente do que causa seu ato, mas aplicando-se a matriz explicativa de que a causa de algo está imediatamente antes desse algo, é possível *inferir* que algum evento interno esteja acontecendo nas bordas da consciência do sujeito. São eventos de dimensões diferentes, mas que estão por trás das ações, as governam, lhe conferem direção e sentido. O mundo interno dos homens passa a ganhar novas feições: mais do que aquilo que eles acessam introspectivamente, esse mundo é composto por instâncias

inconscientes e que subjazem cada ato do sujeito. Nasce a mente com suas ramificações inconscientes, o psiquismo, seus componentes dinâmicos, a ideia, as representações mentais. Não se pode perder de vista a permanência do comprometimento desse tipo de explicação com um modelo explicativo que privilegia os antecedentes imediatos dos comportamentos. Muitas das contorções explicativas que esse modelo explicativo empreende consistem em uma tentativa de manter a visão de que o mundo seria uma sucessão linear de eventos em que cada elo da corrente causal seria efeito do anterior e causa do seguinte. Skinner sintetiza esse modelo de pensamento que tem sido amplamente adotado na psicologia, e, no final desta citação, começa a apontar as suas objeções.

A psicologia introspectiva já não pretende fornecer informações diretas sobre eventos que sejam os antecedentes causais, e não meros acompanhantes do comportamento. Definiu seus eventos “subjetivos” de tal forma, que ficam excluídos de qualquer possibilidade de utilização em uma análise causal. Os eventos invocados nas primeiras explicações mentalísticas do comportamento permanecem além do alcance da observação. [...] Qualquer evento mental que seja inconsciente é necessariamente inferido e, por isso, a explicação não se baseia em observações independentes de uma causa válida. [...] “mente” e “ideia”, com suas características especiais, foram inventadas ad hoc para proporcionar explicações espúrias (Skinner, 1998/1953, pp.31-2)

Esse ser que abriga as variáveis que ocasionam seus atos (sentimentos, pensamentos, vontades, ideias, representações etc. por vezes inconscientes) conferem aos sujeitos a impressão de um “senso de eu” (Skinner, 1978a, p.52): trata-se da sensação de que a origem do que fazem está dentro de si, e, portanto, se insere dentro da órbita de seu domínio. O “senso de eu” passa a abrigar o que causa as ações dos homens. Para alterar as ações, deve-se operar sobre os conteúdos desse “eu”.

Em suma, nas perspectivas internalistas, o homem age e o que faz reflete seus desejos, vontades, pensamentos etc.. Mais do que isso, a complexidade das ações

humanas e a distância temporal e espacial de eventos que lhes estão relacionados parecem sinalizar a existência de algo imaterial no homem, uma instância *mental* que dirige o mundo observável, que apenas reflete esse mundo profundo e obscuro dos homens. Se a análise das ações humanas adquire essas feições, os acontecimentos iniciantes dos atos dispensam, em muitos casos, explicações. O que determina a mente, a vontade, os desejos, fica fora de cogitação científica. Há, nesse tipo de explicação, uma certa margem para supor a existência de dimensões dentro do homem que são livres de determinação. A afinidade desse modelo explicativo com idéia de livre arbítrio, da idéia de que o mundo privado do homem está isento de determinações externas, ganha força para germinar: o homem abriga um mundo essencialmente seu, mundo autêntico que é livre da influência dos outros e que dirige sua ação. Em síntese, o que o homem faz, como ele interage com os outros, deve, nessa concepção, ser explicado a partir do que acontece em seu interior. O que explica o mundo interior dos homens é negligenciado. Avançar nesse sentido é ameaçar tirar do pedestal o poder humano de se autodeterminar livremente⁵⁰.

Apontar as razões pelas quais existiu uma tendência em situar as causas do comportamento dentro do homem já é um bom início para introduzir as objeções skinnerianas a esse modelo explicativo. Em um texto intitulado “Cinquentenário do comportamentalismo” (1984a/1969), Skinner é bem claro quanto às suas objeções às explicações internalistas. O autor apresenta três argumentos básicos, que serão desenvolvidos aqui.

O primeiro deles refere-se ao que ele chama de “sequências causais incompletas” (Skinner, 1984a/1969, p.105). As explicações internalistas costumam remontar a cadeia de acontecimentos que desembocaram em um ato observável para explicá-lo. A cadeia é composta por toda a sequência de acontecimentos que

⁵⁰ É interessante observar que, segundo Figueiredo (1991), a suposição de um mundo subjetivo livre de influências externas foi um dos vetores que deu origem à psicologia. Diz ele que “ter uma experiência da subjetividade privatizada bem nítida é para nós muito fácil e natural: todos sentem que parte de suas experiências é íntima, que mais ninguém tem acesso a ela. [...] A possibilidade de mantermos nossa privacidade é altamente valorizada por nós e relacionada ao nosso desejo de sermos livres para decidir nosso destino. A experiência da solidão, ansiada ou temida, é também altamente expressiva daquilo que acreditamos ser nossa individualidade. [...] Temos a sensação de que aquilo que estamos vivendo nunca foi vivido antes por mais ninguém, de que a nossa vida é única, de que o que sentimos e pensamos é totalmente original e quase incomunicável [...]” (Figueiredo, 1991, pp.18-9). Essa experiência deu origem a uma série de correntes teóricas dentro da psicologia que procuravam e procuram preservar tal experiência. Skinner, muito provavelmente, não discordaria de que essa experiência é característica na atualidade. No entanto, é possível dizer, como se verá mais para frente, que o autor a considera uma mera *ilusão*, um testemunho de como se tem ofuscado o papel das variáveis ambientais na determinação do comportamento.

ocorreram antes da ação e que se situam dentro do indivíduo. Skinner chama esses eventos internos de “entrepostos mentais” (1984a/1968, p.102), aludindo ao fato de que são esses entrepostos que, especialmente para a teoria cognitivista, mediam a relação do sujeito com o mundo, “processando” os estímulos ambientais de modo a ocasionar uma ação. Desse modo, ações podem ser atribuídas aos sentimentos, expectativas, pensamentos etc.. Quando se chega nesses eventos, a explicação cessa. Skinner questiona o porquê disso. Por que a sequência causal deve se encerrar nos eventos que se passam dentro do sujeito? Por que não recuar ainda mais e relacionar eventos ambientais com esses eventos internos que, por sua vez, ocasionaram, supostamente, uma ação? Se sentimentos, pensamentos, vontades, desejos etc. participam de uma cadeia causal, por que eles não precisam ser explicados? “Sequências causais completas poderiam, naturalmente, incluir referências a entrepostos, mas o fato é que estes geralmente interrompem a descrição numa direção ou outra” (Skinner, 1984a/1968, p.105). Parece que existe algo na explicação que inibe que ela avance para fora do sujeito.

A segunda objeção de Skinner refere-se à confiabilidade dos repertórios autodescritivos, geralmente utilizados para se ter acesso aos “entrepostos mentais”. Se a mente submete os estímulos a um “processamento” e, a depender desse “processamento”, a ação será determinada, fica difícil ter acesso ao que se passa nessa mediação que ocorre dentro dos sujeitos. O único recurso de que se pode lançar mão para se acessar como essa mediação é realizada são os autorrelatos, que se caracterizam por, muitas vezes, serem imprecisos e até incorretos. Além disso, nada impede, se bem que isso não seja válido para muitos cognitivistas, que um sujeito não tenha conhecimento algum das variáveis que lhe afetam nem de como elas lhe afetam.

[...] uma preocupação com entrepostos mentais sobrecarrega uma ciência do comportamento com todos os problemas colocados pelas limitações e incorreções dos repertórios autodescritivos. [...] Variáveis independentes mudam o organismo em comportamento, frequentemente de maneira que sobrevivem por muitos anos, e tais mudanças afetam o comportamento subsequente. [...] o comportamento pode ser

extensamente modificado por variáveis das quais e de cujo efeito o sujeito nunca tem conhecimento. (Skinner, 1984a/1968, p.105)

O terceiro argumento desenvolvido nesse texto também alude à confiabilidade dos relatos das próprias ações. Em muitos casos, os relatos de ações acontecem em seguida a elas. Desse modo, é bem possível que o próprio relato conte com o efeito da ação, ao invés de descrever o entreposto mental supostamente causador da ação. Skinner dá o exemplo da frase “Eu estava com mais fome do que pensava”. Se a frase foi emitida depois de se comer rapidamente e um grande volume de comida, essa verbalização descreve o ato, e não o estado interveniente, suposto com base no ato. Ora, então muitas vezes só se tem acesso ao estado interveniente com base naquilo que deve ser explicado (o ato). Se se supõe a causa de um evento A por um evento B ($B \Rightarrow A$) de modo que B só é acessado através de A, a explicação adquire um caráter circular: já que não se tem acesso independente de B, ele apenas é suposto a partir de A. B, nesse sentido, é apenas um evento suposto, e, pior, com base no evento que deveria ser explicado. Apenas se criou um elo causal inferido que dá a ilusão de que A está sendo explicado. O único fenômeno que, de fato, foi observado foi A.

Ainda assim, as discordâncias de Skinner às explicações internalistas ganham mais substância quando o autor expõe seu modo de explicar as ações de sujeitos, ou, mais precisamente, seus comportamentos. A partir da explicação que o autor sugere, escorada no modelo explicativo de seleção por consequências, um novo papel é atribuído aos eventos privados, bem como – e especialmente – ao ambiente. Essa incursão no modelo explicativo do BR oferecerá novos subsídios para que as objeções às explicações internalistas sejam esclarecidas.

“Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez são modificados pelas consequências de sua ação” (Skinner, 1978b/1957, p.15). Com essa frase que abre o livro *Comportamento Verbal*, Skinner expressa de modo simples e objetivo a maneira como compreende uma grande parcela do comportamento humano. Ao menos dois aspectos podem ser retidos dessa frase: 1. o homem é transformado pela sua ação sobre o mundo: ao mesmo tempo em que opera, cria, transforma a realidade é transformado por ela; 2. a relação básica que transforma o homem e o mundo é entre uma ação (ou resposta) e sua consequência: os eventos mais críticos para compreender a transformação contínua do ser humano se situam

não antes de uma ação, mas depois dela. O poder de determinação do ambiente sobre o comportamento humano é retroativo, deriva-se do poder de o homem operar sobre o mundo. O esquema de “causa e efeito” parece incabível nessa maneira de compreender o homem. O ambiente não força a ocorrência de uma ação: ele seleciona, o que significa dizer que o poder de determinação do ambiente deriva-se do poder do homem de operar sobre o mundo. A reciprocidade característica do intercâmbio contínuo do homem com o mundo esvazia questões clássicas que confundiram a inteligibilidade do comportamento humano: o homem é sujeito ou objeto em sua relação com o mundo? Produz o mundo ou é produzido por ele? É agente ou reflexo da realidade? Todas essas questões, ao colocarem as alternativas de resposta como exclusivas (*ou isso ou aquilo*), apenas ofuscam a dimensão relacional da constituição do homem, ou melhor, de seu comportamento. Ao transformar o mundo o homem transforma a si mesmo; do mesmo modo, o ambiente não altera o homem sem ser alterado por ele. Em lugar da linearidade das relações mecânicas entre eventos, o BR sugere compreender os fenômenos comportamentais não como relações unívocas, mas envolvendo seleção, o que implica um caráter bidirecional da relação homem/mundo. Nem exclusivamente agente, nem exclusivamente receptáculo das estimulações do mundo; nem exclusivamente produtor, nem exclusivamente produto. As dicotomias envolvendo sujeito e ambiente se desvanecem nessa maneira de compreender o ser humano.

Essas proposições filosóficas do BR se alicerçam em uma teoria: tudo o que é enunciado filosoficamente no BR tem seus correlatos conceituais na teoria da AC. Com base na descrição de alguns conceitos fundamentais da AC, ficará mais fácil compreender seu contraste com as explicações internalistas.

Nas relações operantes, uma resposta produz consequências que alteram a probabilidade de respostas da mesma classe ocorrerem no futuro. Se o estímulo aumenta a probabilidade de ocorrência de respostas da mesma classe daquela que produziu tal consequência, essa consequência é chamada de reforço. Esse processo, em que um operante é fortalecido pelas consequências que produz, tem o nome de reforçamento. As ocasiões em que o reforçamento de um operante ocorre adquirem o poder de evocá-los no futuro, num processo chamado de discriminação. Vale dizer que o poder evocativo dos estímulos que constituíram a ocasião em que houve reforçamento é tributário da relação entre resposta e consequência. Essa é a relação primária no condicionamento operante. Nesse sentido, é possível dizer que é da

seleção de um operante que se deriva a relação de controle entre estímulos antecedentes com função discriminativa e uma classe de respostas. A condição de existência de uma relação entre um estímulo antecedente e um operante é a seleção desse operante, que ocorreu em uma situação passada, distinta daquela em que uma resposta é evocada por um estímulo discriminativo. Em síntese, o que determina relações entre respostas e estímulos (que caracterizam o comportamento) são relações de seleção envolvendo operantes e reforços.

Um estímulo discriminativo, nesse sentido, tem apenas um efeito imediato sobre o responder de um organismo. Ele simplesmente evoca uma resposta cuja classe foi selecionada no passado. Já o reforço tem um efeito prolongado sobre o responder: ele aumenta a probabilidade de respostas futuras. A relação entre estímulo discriminativo e operante é estabelecida pelo reforço; no mesmo sentido, só será desfeita quando a relação entre resposta e reforço for desfeita (algo que envolve o processo de extinção). A distância temporal entre um reforço e seus efeitos tende a produzir confusões analíticas: o efeito do reforço ocorre quando ele está ausente e temporalmente distante. Como já foi visto, essa lacuna temporal tendeu a ser preenchida, em outras teorias, por processos mediadores. Nessas perspectivas, não seria o reforço que produziria a ocorrência de uma ação, mas o “propósito”, a “intenção” de um sujeito que ocorre pouco antes de uma ação ocorrer. De imediato, vale pensar se a “intenção” ou “propósito” são a causa de uma ação, ou se ação e “intenção” ou “propósito” são produtos de outros eventos. A questão ficará em suspenso. Uma releitura desses fenômenos ditos “mentais” será feita mais adiante.

Esses processos de reforçamento e discriminação têm outros meandros que merecem ser explorados. Os estímulos que antecederam o reforçamento, além de adquirirem poder evocativo, passam a eliciar respostas que preparam o organismo para receber o reforço⁵¹. Isso por conta do pareamento entre reforço e estímulo antecedente (processo denominado de condicionamento reflexo). Isto é, em situações semelhantes àquelas em que houve reforçamento, não há só aumento da probabilidade de uma resposta ocorrer, como também outras respostas (eliciadas) tendem a ocorrer simultaneamente à resposta operante.

Para completar o quadro que descreve as implicações das relações operantes, é

⁵¹ Outra função dos estímulos antecedentes às situações em que houve reforçamento é a de eles se tornarem reforço condicionado. Como essa função do estímulo antecedente não é importante para a argumentação presente, ela foi omitida.

necessário apontar a função de eventos como privação e estimulação aversiva, atualmente tratados, dentro da AC, como Operações Motivacionais. A eficácia reforçadora de um estímulo deve-se à ocorrência de um evento ou operação. Só em certas circunstâncias é que um estímulo torna-se um reforço. Privar um organismo de comida implica tornar a comida um reforço. Além disso, a privação confere alta probabilidade de ocorrência de instâncias de todas as classes de respostas que, no passado, produziram comida. Dois aspectos, portanto, definem as operações motivacionais: 1. elas alteram o valor reforçador ou punitivo de um estímulo; e 2. aumentam ou diminuem a probabilidade de instâncias de classes de respostas que produziram esse estímulo no passado. Em qualquer caso, uma Operação Motivacional *depende*, para ser formada, da relação entre operante e reforço, já que o evento com essa função, pelo critério 2., exigirá um histórico de reforçamento: apenas respostas de classes que produziram o reforço, no passado, tenderão a ser evocadas. Em certo sentido, portanto, toda a Operação Motivacional é condicionada.

O quadro pode ser tornado ainda mais complexo se o sujeito em questão for alguém que pertence a uma comunidade verbal, que mantém contingências de reforço para operantes que tateiem os estímulos e as respostas. Na presença de um estímulo discriminativo ou de uma Operação Motivacional, um sujeito poderá dizer que se sente inclinado a agir de uma dada maneira, já que tal estímulo aumenta a probabilidade de agir dessa maneira. Poderá também dizer que essa propensão a agir *se dirige* para a aquisição de algo (no caso, o reforço). Como seu corpo será alterado pela presença de um estímulo que, no passado, consistiu a ocasião em que houve reforçamento, poderá dizer que se sente de um dado modo. Se o controle de estímulo for deficiente, a resposta poderá ocorrer em um nível de força baixo, a ponto de não ser pública. O sujeito poderá ser treinado a dizer que está “pensando” em algo.

Em suma, o estabelecimento de uma relação entre uma classe de respostas e um reforço tem muitos desdobramentos. Essa relação implica, de modo geral: maior ocorrência de instâncias da classe de resposta reforçada; a formação e controle de classes de estímulos com função discriminativa; eliciação, produzida pelo estímulo que foi pareado com o reforço, de respondentes condicionados; e controle de uma operação motivacional sobre todos os operantes que, no passado, produziram o reforço relacionado com essa operação. Todos esses efeitos da relação entre operante e reforço são, muitas vezes, apenas observados a longo prazo, em situações em que o reforço pode não estar presente. Por fim, os estímulos e respostas envolvidos em

todos esses eventos podem ser tateados por um organismo que foi submetido a certas contingências de uma comunidade verbal.

Todos esses detalhes que podem estar presentes em contingências de reforço, como se procurou enfatizar, são especialmente *produtos* da relação envolvendo seleção de operantes. Essa é a relação básica, primária, fundante, de outras relações entre respostas e estímulos. O que determina uma ação (resposta), ou sua relação com estímulos que podem desempenhar diversas funções (comportamento) é, *especialmente*, o poder seletivo do reforço. O que antecede imediatamente um comportamento não tem poder de “causá-lo”, na medida em que a relação determinante do comportamento operante é a relação entre resposta e reforço que ocorreu num passado provavelmente remoto. Se somarmos a isso o fato de que a sensibilidade às consequências bem como a função reforçadora de um estímulo são produtos, em última análise, da seleção natural, e que boa parte das contingências de reforçamento é mantida por uma cultura, que mantém contingências entre e intra gerações, é possível, agora, identificar o que determina o comportamento: *o comportamento é produto do histórico de variação e seleção em três níveis (filogenético, ontogenético e cultural) que necessariamente se conjugam* (cf. Skinner, 2007/1981) É esse histórico que irá conferir, em última análise, *função* aos estímulos correntes em uma relação comportamental e determinará a ocorrência de instâncias das classes de respostas. Assim, se a estimulação que imediatamente antecede a ocorrência de respostas de um dado operante fizer parte de sua determinação, é especialmente por conta do resultado da operação conjugada das três histórias de variação e seleção que as relações entre estímulos e respostas se estabelecem. O comportamento, portanto, é produto de uma história longa e que se forma a todo instante.

[...] *o comportamento humano é produto conjunto de a) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção das espécies, e b) contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo c) contingências mantidas por um ambiente cultural evoluído.*
(Skinner, 2007/1981, p. 131)

E qual o papel, então, dos eventos que antecedem imediatamente um

comportamento, e que se situam dentro de um sujeito? Tais eventos, sejam eles pensamentos, sentimentos, emoções, vontades, propósitos etc., são *produtos* de contingências de reforçamento (que, em última análise, se relacionam com a seleção natural). O termo “vontade” é geralmente empregado para se referir a circunstâncias em que uma resposta é provável de acontecer. Pode ocorrer que, talvez pela falta de um estímulo discriminativo, a resposta não ocorra. Se, por uma razão qualquer, esse estímulo for apresentado, diz-se que a “vontade se converteu em ato”. Ora, o que cria a probabilidade de ocorrência de uma resposta é, especialmente, o reforçamento da classe a que essa resposta pertence. Portanto, tanto a “vontade” quanto o ato supostamente engendrado por ela são produtos do reforço. Uma análise semelhante pode ser feita a respeito do “propósito”. Se o reforço for apresentado contingentemente à ocorrência de classes de respostas, aparentemente a resposta ocorre “para” produzir o reforço novamente. Muitas vezes, quando se observa alguém emitindo uma resposta precorrente àquela que, finalmente, produzirá o reforço, diz-se que essa pessoa age com o “propósito” de produzir uma dada consequência. Um jogador de vôlei joga a bola para cima “para” sacar; um escritor coloca um papel na mesa “para” escrever, e assim por diante. Ora, tanto esse responder precorrente como o responder terminal que produziu o reforço são *produtos* de um histórico de reforçamento que mantém esse encadeamento de respostas. Portanto, o que se chama de intenção é um produto do reforço, e não a causa de uma ação. A análise dos sentimentos envolve relações mais complexas, já que se diz sentir “coisas” em muitas circunstâncias. Quando uma estimulação que antecedeu reforçamento está presente, como foi visto, ela tende a eliciar respondentes que preparam o organismo para receber o reforço. Esses respondentes, muitas vezes, são tateados como sentimentos (situações envolvendo reforçamento negativo constituem exemplos mais claros desses fenômenos: uma criança que é alvo de humilhação na escola, pode muito bem entrar na sala de aula com palpitações, sudorese, tremores, tontura, rubor, respostas essas que podem ser tateadas pela própria criança como “medo”, “temor”, “ansiedade”). Outros sentimentos são induzidos por esquemas de reforçamento. Esquemas intermitentes tendem a gerar pessoas ditas “persistentes”, “ambiciosas”. Esquemas de razão baixa tendem a gerar pessoas “covardes”, “mimadas”. Quando uma resposta de uma classe que, no passado, produziu reforço deixa de produzi-lo, a pessoa sente-se “frustrada”, fica “raivosa”. O que ela sente não brota dentro de si espontaneamente: é produto de modulações em contingências de reforçamento (todos esses exemplos são

muito melhor desenvolvidos no capítulo 4 do livro de Skinner *Sobre o Behaviorismo*, 1982a/1974).

A análise poderia se estender para outros termos mentais que, para muitas teorias, constituem a causa do comportamento. No entanto, o argumento de Skinner seria sempre o mesmo para cada um deles: as alterações que se passam dentro do organismo antes de uma ação são, especialmente, um *produto* de contingências de reforço. Esses estados do corpo podem ser descritos, observados introspectivamente; no entanto, tanto esses estados corporais (às vezes considerados “vontades”, “impulsos”, “instintos”) como as descrições desses estados têm a mesma determinação dos atos que, supostamente, são causados por eles: o histórico de contingências de reforçamento. É o reforço que cria a “vontade”, o “desejo”, o “impulso”, o “pensamento” e os atos que são considerados efeitos desses termos mentalistas⁵².

Em resumo, as objeções de Skinner às explicações internalistas se escoram sobretudo no fato de que elas ignoram o papel seletivo do ambiente. É o caráter seletivo do ambiente que *cria* tudo aquilo que as explicações internalistas consideram que tem gênese dentro dos sujeitos humanos. A vida subjetiva do homem, na perspectiva dessas teorias, não precisa ser explicada, na medida em que elas explicam o que o homem faz. Isso abre margem para a suposição de um homem autônomo, livre das influências ambientais. É necessário reter tais conclusões deste subitem para se compreender os obstáculos que essas explicações criam sobre a resolução efetiva dos problemas do grupo, seus impactos sobre o desenvolvimento do repertório de autoconhecimento e autocontrole (que, como se verá, são fundamentais para a sobrevivência da cultura) e sobre o planejamento da cultura.

Obstáculos produzidos pelas explicações internalistas na resolução dos problemas da cultura

Tendo elucidado os principais argumentos de Skinner que fundamentam sua crítica às explicações internalistas do comportamento, resta apontar o porquê de o

⁵² Em um livro que também lança uma série de objeções às explicações mentalistas (mas cujo lastro teórico não é a AC), Giannetti refuta a ideia de que eventos mentais causam comportamento de um modo semelhante às objeções skinnerianas ao mentalismo: “Imaginar que a vontade consciente é a causa de uma ação seria como supor que a espuma formada por uma onda ao se quebrar no mar é a causa da rebentação, ou que o ruído provocado pelo disparo de um revólver é a causa do tiro”

autor, insistentemente, considerar tais explicações tão nocivas à cultura. Por que situar a causa do comportamento dentro dos sujeitos tem trazido prejuízos para a cultura contemporânea? Tudo o que foi dito até aqui, nesse subitem, seria vão, tendo-se em vista o propósito deste capítulo, caso não seja elucidada sua relação com outros argumentos que viabilizam Skinner criticar a cultura contemporânea. Portanto, agora, sim, é necessário retomar os outros três argumentos levantados, na seção de “seleção de citações e levantamento de argumentos, dos nove textos selecionados correspondentes a essa unidade temática. Vale lembrar que boa parte da argumentação que se segue encontra sua sustentação no fato de ser um *equivoco* explicar o comportamento a partir de variáveis, entidades, instâncias etc. interna aos sujeitos.

O segundo argumento levantado na análise dos trechos dos nove textos selecionados foi o de que situar os principais determinantes do comportamento dentro dos sujeitos *desvia* o olhar do pesquisados das variáveis que são críticas para se explicar o comportamento e, a partir daí, intervir sobre ele. Mas o que isso significa? Por que atentar para instâncias mentais dos membros de um grupo pode lhe trazer prejuízos para lidar com os problemas com que se depara?

Foi visto que, nas explicações internalistas, muito do que se deve às variáveis ambientais é negligenciado. Em seu lugar, eventos mentais são supostos de modo a obturar as lacunas explicativas das teorias internalistas. Contingências que produzem apatia, infelicidade, sofrimento, convertem-se em entidades internas aos sujeitos. Aquilo que se deve aos efeitos de contingências de reforçamento é tido como causa do comportamento. Naturalmente, não é de se espantar que essas explicações tenham responsabilizado ou culpado os sujeitos pelos seus malogros. Dito de outro modo, diante de um problema cuja gênese reside nas contingências *sociais* mantidas por um grupo, as intervenções, norteadas pelas explicações internalistas, tendem a operar sobre o *indivíduo*. A cultura contemporânea ocidental, conforme Skinner ressalta, individualiza seus impasses; de modo análogo, aposta na força de vontade dos sujeitos para lidar com problemas do grupo; acredita ingenuamente que, por exemplo, melhores professores ou alunos, legisladores ou cidadãos, empreendedores ou trabalhadores (Skinner, 1978a) serão aqueles que resolverão os principais impasses do grupo.

Culpar as pessoas a fim de modelar um comportamento eticamente aceitável tem um resultado desastroso. [...] É-se tentado a dizer que só uma pessoa, em cada caso, poderia fazer algo acerca de sua condição; mas não deveríamos antes dizer que nós poderíamos fazer algo além de culpá-las? (Skinner, 1982a/1974, p.168; destaque do autor)

Holland, fiel escudeiro de Skinner, diz algo semelhante, mas estende a análise às últimas consequências. A citação que se segue oferece outras razões, que não intelectuais (exploradas há pouco), para a manutenção dessa prática de internalizar as “causas” do comportamento. Ainda que não seja um texto de Skinner, a análise de Holland mostra estreita afinidade com o pensamento do autor:

O mito das causas internas é alimentado devido ao reforçamento fornecido à elite e também devido ao papel que ele desempenha na manutenção do presente sistema. [...] As causas internas servem como justificativa para aqueles que tiram proveito da desigualdade.

Aos pobres é reservado um conjunto especial de causas internas. Diz-se que eles são preguiçosos, sem ambição, sem talento. Aqueles que extraem ao máximo de nosso sistema social podem considerar punitivo encarar sua boa sorte como o resultado de um sistema que explora as pessoas menos privilegiadas e que cria a pobreza e a infelicidade. (Holland, 1983/1978, p.69)

Eis a vantagem, para certos grupos, em se atribuir causas internas aos comportamentos humanos. O que cada um é é efeito do que cada um conseguiu conquistar. O pobre, alvo de humilhação social, o desempregado, o mau aluno, o “bandido” são pessoas, nessa concepção, fracassadas. Com isso, os problemas de um grupo social - que arranja contingências que produzem pobreza, humilhação, desemprego, fracasso escolar, crime - ficam circunscritos aos fracassos de *indivíduos*. As contingências mantidas pelo grupo podem permanecer quase intocadas.

Pior que isso, tais explicações inibem uma melhor compreensão do papel do

ambiente na determinação do comportamento, e, portanto, inibem também a resolução dos principais problemas produzidos pelos grupos humanos. Qualquer teorização sobre o comportamento humano norteia práticas de intervenção. Assim que um problema ligado ao comportamento surge, as teorias sobre o comportamento (ou sobre algo que o “causa”) são mobilizadas de modo a governarem práticas que visem solucioná-lo. Quando as teorias propõem que um problema ligado ao comportamento tem origem dentro do sujeito humano, é necessário intervir sobre esse sujeito (e não sobre sua relação com o mundo). Nesse sentido, haveria um dispêndio enorme de energia – seja para teorizar, seja para intervir – em práticas que seriam inócuas para transformar comportamentos em uma direção desejável.

Apesar de agora podermos prever muitas das contingências de seleção às quais a espécie humana provavelmente será exposta em todos os três níveis e especificar comportamentos que satisfarão muitas delas, temos falhado em estabelecer práticas culturais sob as quais muitos desses comportamentos são selecionados e mantidos. É possível que nosso esforço para preservar o papel do indivíduo como um originador seja o responsável, e que um maior reconhecimento do papel da seleção por consequências fará uma importante diferença (Skinner, 2007/1981, p. 136).

Culpabilização de indivíduos, inoculação das práticas sociais como determinantes na produção de problemas e dispêndio de energia em alvos inócuos para solução do problema do grupo, assim, são as três razões pelas quais as explicações internalistas produzem obstáculos na resolução dos problemas do grupo.

Se as explicações internalistas negligenciam o papel do ambiente na determinação do comportamento, resultando em um controle ineficaz, poder-se-ia perguntar *em qual sentido* o comportamento poderia ser controlado de maneira “desejável”. Os dois argumentos seguintes (referentes aos obstáculos impostos pelas explicações internalistas sobre o desenvolvimento de repertórios de autoconhecimento e autocontrole, bem como ao planejamento da cultura) levantados na análise dos nove textos elucidam esse ponto.

O impacto das explicações internalistas na produção de repertórios de autoconhecimento e autocontrole

Esses dois argumentos que foram levantados, referentes à presente unidade temática, se relacionam com os produtos das explicações internalistas sobre o *planejamento* da vida do grupo e de seus membros: tais explicações inibiriam melhores repertórios de autoconhecimento e autocontrole (que envolve planejamento) e seriam ineficazes no planejamento da vida do grupo que favorecesse sua sobrevivência a longo prazo. Para compreender o impacto das explicações internalistas sobre o planejamento, seja da vida dos membros da cultura contemporânea, como dela como um todo, é necessário primeiro especificar o que se entende por planejamento. Isso feito, a abordagem desses dois argumentos que integram a crítica de Skinner à cultura contemporânea encontrará sustentação.

A unidade temática que se segue a essa oferecerá melhores subsídios para fundamentar a importância do planejamento do grupo em lidar com eventuais impasses gestados em sua relação com o ambiente inorgânico e social. No entanto, para abordar os dois argumentos que se vinculam ao planejamento da vida do grupo e de seus membros é necessário antecipar algumas informações (embora elas já tenham sido, ainda que não com esse foco, desenvolvidas nos dois capítulos anteriores) sobre o refinamento da preparação dos organismos para lidar com o futuro na evolução do comportamento.

A evolução do comportamento é marcada pelo desenvolvimento de processos comportamentais que preparam os organismos para o futuro. A seleção natural ocasiona um aumento da população de organismos que portam genes que foram úteis na sobrevivência de seus ascendentes. Se o ambiente se mantiver estável, esses genes também serão úteis para os descendentes: em certo sentido, herdando os genes que aumentaram a sobrevivência de seus ascendentes, esses novos organismos estarão mais preparados para lidar com o futuro. Algo semelhante pode ser dito em relação à evolução do comportamento operante. Quando os organismos se tornaram sensíveis às consequências de suas respostas, eles puderam se modificar de acordo com um ambiente mais instável. Pode-se dizer que o comportamento operante viabilizou uma preparação para um futuro dinâmico (cf. Skinner, 2007/1981, 1978a).

Um enorme salto evolutivo foi dado quando a musculatura vocal ficou sob controle operante (Skinner, 2007/1981). As pessoas puderam, a partir desse momento,

descrever contingências, analisá-las e serem afetadas por essas descrições e análises. Descrever e analisar constituem o que, costumeiramente, envolve o conhecimento (Skinner, 1982a/1974). No capítulo anterior, foi visto que descrever relações entre eventos do mundo (que podem, inclusive, envolver o responder de sujeitos humanos) permite que sujeitos humanos não precisem passar pelo procedimento da modelagem para operar sobre o mundo com sucesso: a partir de descrições, os sujeitos humanos podem encurtar o caminho na geração de diversos repertórios. Um aspecto que foi destacado no que se refere aos comportamentos governados verbalmente foi o fato de eles envolverem, algumas vezes, descrições especificando consequências tão distantes temporalmente de um operante que não teriam poder retroativo sobre ele. Ainda assim, o fato de o sujeito ter produzido reforço, no passado, por seguir descrições de contingências pode permitir que ele siga outras descrições que especifiquem consequências atrasadas. O resultado poderá ser que o sujeito irá agir de modo a produzir consequências remotas no tempo (mesmo que essas consequências não sejam aquelas que mantêm o seguimento de uma descrição) que podem beneficiá-lo. O seguimento de regras, portanto, é importante para que membros de uma cultura operem sobre o mundo não apenas por conta das consequências imediatas produzidas no passado; mas também sob controle de regras que podem beneficiar o sujeito e, eventualmente, o grupo num futuro remoto. Descrição de regras altera, nesse sentido, a relação temporal dos homens com o mundo: mediante tais descrições, os sujeitos humanos podem se preparar para um futuro distante (desde que ele seja semelhante ao passado que gerou a descrição).

Um sujeito humano que conhece (no sentido de que pode descrever) seu próprio comportamento, bem como identifica variáveis das quais esse é função, está mais preparado para prever e controlar seu responder⁵³. Identificando que certos estímulos aumentam a probabilidade de agir de um dado modo, o sujeito poderá manipulá-los em uma direção que lhe favoreça: se “quiser” parar de fumar, poderá esconder seus maços de cigarro, diminuindo as chances de entrar em contato com estímulos visuais que aumentam a probabilidade de fumar; de modo a tornar seus estudos mais produtivos, poderá organizar seu ambiente de estudo, eliminando estímulos cujo controle concorrerem com o controle exercido por outros estímulos

⁵³ Controlar o próprio responder de modo algum significa autonomia do sujeito em relação à realidade. Mesmo quando altera as condições das quais seu comportamento é função, um organismo, ao fazê-lo também estará sob controle de eventos ambientais: “O ambiente determina o indivíduo mesmo quando

que favorecem o estudar produtivo (poderá tirar o telefone do gancho; ir para lugares silenciosos, disponibilizar todo o material necessário para o estudo na escrivaninha etc.). Esses exemplos simples podem fazer parte de um repertório que é amplo na vida humana: o repertório de autocontrole. Uma resposta que produz estímulos que impedem a ocorrência de outros que aumentam a probabilidade de evocarem respostas que produziram ou podem produzir reforço a curto prazo, mas consequências aversivas a longo prazo, envolvem o comportamento denominado de autocontrole (cf. Skinner, 1998/1953). Tal repertório é de imensa importância para o homem, na medida em que permite contrabalancear (mas, de modo algum, remover) uma característica tão própria do comportamento operante: o fato de ele ser mantido por consequências que se seguem imediatamente às ações. Sem escapar dessa sensibilidade aos produtos imediatos da ação – característica incontornável do comportamento operante – o repertório de autocontrole permite preparar o sujeito para um futuro remoto. É importante notar a estreita relação que existe entre autoconhecimento e autocontrole: sem descrever (ou, em outras palavras, conhecer) o próprio comportamento e as variáveis das quais é função, não é possível especificar quais estímulos deverão ser produzidos de modo a favorecer a ocorrência de respostas desejáveis: “[...] uma pessoa que se tornou ‘consciente de si mesma’ [...] está em melhor posição de prever e controlar seu próprio comportamento” (Skinner, 1982a/1974, p.31).

O que se disse sobre autoconhecimento e autocontrole sublinhou a importância para o *sujeito* em desenvolver esse repertório. Para começar a entender o impacto das explicações internalistas no desenvolvimento desse repertório como crítica à *cultura*, é condição necessária entender a importância desses repertórios para o grupo. Isso feito, qualquer prática social que iniba o desenvolvimento do autoconhecimento e do autocontrole automaticamente configura-se como uma prática social criticável. Aqui, a linha de raciocínio que conduzia a presente argumentação sofrerá um ponto de inflexão; no entanto, o que aparentará ser uma digressão que escapa aos propósitos da caracterização dessa unidade temática, será de fundamental importância para justificar as razões pelas quais as explicações internalistas podem colocar obstáculos para as culturas contemporâneas lidarem com seus impasses.

A vida em grupo requer cooperação entre sujeitos. Muitas atividades que

este altera o ambiente” (Skinner, 1998/1953, p.487)

promovem a sobrevivência do grupo envolvem o entrelaçamento de comportamentos. Para preparar os membros de uma cultura para ingressar nessa rede complexa que promove a sobrevivência do grupo como um todo é necessário tornar menos prováveis algumas respostas que podem até favorecer um sujeito (no sentido de produzirem reforços), mas à custa dos outros (agredir outra pessoa provoca danos ao outro, dano esse que pode ser reforçador primário; no entanto, embora a agressão produza reforço para um sujeito, produz, também, estímulos aversivos para aquele que é agredido). Muitos operantes, ainda que prováveis (porque produzem, muitas vezes, reforço primário), passam a fazer parte de contingências suplementares envolvendo punição social. Outros operantes, pouco prováveis de ocorrerem naturalmente, têm que participar de contingências especiais arranjadas pelo grupo que os mantenham. Essas contingências especiais, arranjadas socialmente, constituem o campo da moralidade, que, segundo Skinner (1982b), é o campo que lida com o conflito entre consequências imediatas e remotas.

Na medida em que um ambiente evolui, práticas suplementares aparecem. O grupo classifica o comportamento como bom, mau, certo e errado e usa esses termos como reforços condicionados no fortalecimento ou supressão do comportamento. Ele descreve algumas das mais importantes contingências na forma de regras, e mediante o seguimento das regras seus membros se lhes conformam mais rapidamente e esquivam-se da exposição direta de consequências punitivas. Indivíduos podem agir para manter essas contingências que eles se conformam e quando eles assim o fazem sem supervisão, diz-se que eles exibem autocontrole ou a aquisição de um senso moral ou ético (Skinner, 1978a, p.8)

Uma cultura preocupada com sua sobrevivência é uma cultura preocupada com seu futuro. Como produto da seleção natural, os seres humanos desenvolveram alta sensibilidade para certos reforços (os primários), bem como se tornaram muito sensíveis às condições que imediatamente se seguem às suas ações. Isso foi importante para a espécie, o que não significa que seja importante para muitas

culturas. Uma cultura geralmente tem que arranjar contingências que impeçam ou diminuam a probabilidade de comportamentos ditos “egoístas” (isto é, comportamentos que produzam reforços para um membro, mas estimulação aversiva para muitos outros membros) e comportamentos “impulsivos” (isto é, comportamentos que imediatamente produzem reforços, mas a longo prazo produzem estimulação aversiva para o próprio sujeito ou para o grupo) (Cf. Skinner, 1998/1953, 1971; Tourinho, 2009; Elias, 1994/1987). Ora, e o que é evitar comportamentos “impulsivos”, ensinando operantes que eliminem ou impeçam o recebimento de estímulos que evocam respostas prováveis porque tendem a produzir reforço imediato, mas consequências aversivas a longo prazo senão autocontrole? O autocontrole, portanto, pode favorecer não apenas um sujeito; é de fundamental importância para qualquer cultura sobreviver.

O que acontece quando um grupo passa a circunscrever os determinantes do comportamento para dentro dos sujeitos? Qual o impacto sobre o repertório de autoconhecimento e autocontrole das explicações que exortam a investigação da vida mental para se compreender e, eventualmente, prever e controlar o comportamento?

Ora, se, nas perspectivas internalistas, são variáveis internas que devem ser mudadas para o comportamento se modificar, não deve soar estranho que a tarefa de controlar o próprio comportamento acabe recaindo sobre os eventos da vida mental. Na ótica internalista, é preciso extrair forças internas, inflamar a vontade, ter determinação, aguçar a inteligência, a concentração, fortificar o empenho, neutralizar os sentimentos que inibem as ações. O resultado tende a malograr, na medida em que o que determina a vontade, determinação, inteligência, concentração, empenho e sentimentos, está, em última análise, nas variáveis externas aos sujeitos, que são negligenciadas. As técnicas de autocontrole podem até ter certo resultado – como a citação a seguir sugere –, mas, por deixarem de lado as variáveis externas no planejamento do comportamento, tendem a ter pouco ou nenhum sucesso.

Este ponto de vista [da AC] entra em conflito com os tradicionais tratamentos da matéria, é claro, os quais se preocupam especialmente em citar o autocontrole como um exemplo importante da operação da responsabilidade pessoal. Mas uma análise que apele para variáveis externas torna a pressuposição de um agente originador e

determinante desnecessária. As vantagens científicas dessa análise são muitas, mas as vantagens práticas podem ser ainda mais importantes. A concepção tradicional do que acontece quando um indivíduo se controla nunca foi bem sucedida como um instrumento educacional. Dizer a um homem que deve usar seu poder de vontade ou seu autocontrole⁵⁴ ajuda muito pouco. Essa exortação pode tornar o autocontrole ligeiramente mais provável pelo estabelecimento de consequências aversivas adicionais contingentes a uma falha no controle, mas não ajuda ninguém a entender o processo real. Uma análise alternativa do comportamento de controle tornaria possível ensinar técnicas relevantes tão facilmente quanto qualquer outro repertório técnico. Também aperfeiçoaria os processos através dos quais a sociedade mantém o comportamento de autocontrole com probabilidade de emissão. Como a ciência do comportamento revela mais claramente as variáveis das quais o comportamento é função, essas possibilidades seriam grandemente aumentadas (Skinner, 1998/1953, p.264)

Logo acima, foi visto que repertórios de autocontrole (e de autoconhecimento, que lhes são condição) são importantes para manutenção de uma cultura: eles evitam comportamento “egoísta” e “impulsivo” em favor de comportamentos que beneficiem o grupo e seus membros. Essa exigência da cultura em desenvolver repertórios de autocontrole, no entanto, quando dirigida por perspectivas internalistas do homem, tendem a clamar por um refinamento moral do homem, apelar para seu senso de responsabilidade social: apelo vazio, na medida em que recai sobre os sujeitos, e não sobre as contingências mantidas pelo grupo.

Uma das consequências mais trágicas do mentalismo é dramaticamente ilustrada por aqueles que estão seriamente preocupados com a angustiante situação do mundo atual e

⁵⁴ Ao que tudo indica, o termo “autocontrole”, nessa citação, se refere ao seu sentido leigo, e não ao sentido que tem na AC.

que não veem nenhum remédio a não ser uma volta à moralidade, à ética ou a um senso de decência, entendidos como propriedades pessoais. [...] Mas o que se faz necessário é uma restauração do ambiente social em que as pessoas agem de maneiras que chamamos morais. (Skinner, 1982a/1974, p.168)

Se a análise de Skinner estiver correta, então é de se esperar que o insucesso na produção de autocontrole gere justamente o que ele deveria evitar, ou seja, comportamentos “impulsivos” e “egoístas”. Em alguns trechos de textos da obra de Skinner, o autor aponta esse produto, embora não o faça atribuindo-lhes diretamente ao insucesso das culturas contemporâneas em produzir repertórios de autocontrole (p. ex., em 1978a, 1982b, 1985). Eis dois exemplos desses trechos que sinalizam difusão de comportamentos que poderiam ser chamados de “impulsivos” e “egoístas” (dentro das definições apontadas acima):

[...] nossa suscetibilidade à reforçamento por comida, contato sexual, e sinais de danos agressivos tiveram grande valor de sobrevivência. Sem eles, as espécies provavelmente não iriam estar aqui hoje, mas nas condições correntes eles são tão disfuncionais como as drogas, levando não à sobrevivência, mas à obesidade e desperdício, superpopulação e guerra, respectivamente (Skinner, 1978a, p.32).

Nas democracias ocidentais, as pessoas também estão mais livres de outros tipos de condições aversivas do que em qualquer outro lugar. [...] Talvez não haja outro lugar no mundo em que desfrutem o direito à segurança e o acesso a bens, mas as democracias ocidentais são as que mais avançaram nessa direção. Em muitos sentidos, elas podem ter ido longe demais. O que tem acontecido lembra a doença chamada anorexia nervosa, na qual uma pessoa obesa começa um programa de redução de peso, atinge um peso

satisfatório e continua até definhar. Algo desse tipo aconteceu ao nos aproximarmos de um estilo de vida livre de todos os tipos de coisas desagradáveis. Relutamos em aceitar não somente as restrições impostas por governos tirânicos e religiões, mas também a aceitar cintos de segurança, capacetes e sinais de proibido fumar. Fugimos não só de extremos dolorosos de temperatura e trabalho exaustivo, mas também dos mais brandos desconfortos e incômodos. [...] Estamos sofrendo do que poderia ser chamado de libertas nervosa (Skinner, 1986a, p.570).

Em resumo, as explicações internalistas tendem a apostar na “força de vontade”, na “retidão moral”, no “senso de responsabilidade” para gerar repertórios tão importantes para a cultura como os de autoconhecimento e autocontrole. Por ignorarem o papel do ambiente na determinação do comportamento, tais estratégias tendem a malograr. Algo semelhante ao que foi apontado no item anterior também acontece aqui: em lugar de operar sobre contingências mantidas pelo grupo, as explicações internalistas concentram sua atenção ao interior dos sujeitos, apostando que será daí que “brotarão” as soluções para os impasses da cultura. As contingências mantidas pela cultura podem ser inoculadas de críticas e de estratégias que provoquem sua transformação; nessa condição, não é de se esperar que a cultura continue a perpetuar seus problemas.

O impacto das explicações internalistas sobre o grupo: obstáculos ao planejamento cultural

O quarto argumento de Skinner levantado como alvo de crítica à cultura, e que se insere na presente unidade temática, está relacionado aos impactos da suposição de que os principais determinantes do comportamento se circunscrevem dentro dos sujeitos humanos sobre o planejamento da cultura. Agora, o foco da crítica não incide sobre o planejamento da vida dos membros da cultura, mas dela como um todo. Para entender os impasses colocados pelas explicações internalistas sobre o planejamento cultural, é necessário discorrer sobre a importância que Skinner atribui ao planejamento “deliberado” da cultura. Isso feito, os impactos dessas explicações sobre

tal planejamento poderão ser analisados com mais subsídios.

Planejar uma cultura é considerada, por Skinner, uma atividade importante para sua sobrevivência (cf., p. ex., Skinner, 1998/1953, 1971, 1982a/1974). Com base na observação das relações dos homens com o mundo, especialmente das consequências produzidas pelo entrelaçamento de contingências entre sujeitos humanos, a tarefa de planejamento da cultura tem à sua disposição um conjunto de informações que pode dar dicas sobre intervenções na vida cultural que podem ser efetivas na promoção da sobrevivência do grupo a longo prazo. Como é a ciência que, costumeiramente, se ocupa em observar, analisar, compreender, prever o comportamento e planejar tecnologias de intervenção relacionadas a ele, Skinner a destaca como uma poderosa agência capaz de auxiliar e realizar a tarefa de planejamento:

O fato de que dada prática se relacione com a sobrevivência torna-se eficiente como uma condição anterior no planejamento cultural. [...] A ciência fornece uma enorme quantidade de exemplos nos quais as consequências das práticas são conhecidas. O indivíduo familiarizado com os resultados da ciência tem mais probabilidade de estabelecer condições comparáveis no planejamento cultural, e podemos dizer, se a expressão não for mal entendida, que ele usa a sobrevivência como um critério para avaliar a prática (Skinner, 1998/1953, p.471; destaque do autor).

No entanto, esse planejamento “deliberado” (no sentido de que as alterações nas contingências estejam escoradas em um estudo sistemático das práticas sociais e seus efeitos sobre a sobrevivência do grupo) não é indispensável. Uma cultura pode ter uma prática (produzir ferramentas, manuseá-las, produzir formas de alocar alimentos, adotar costumes, desenvolver leis etc.) selecionada por conta do valor de sobrevivência de variações das práticas não planejadas “deliberadamente”: “um procedimento cultural não é menos eficiente por suas origens acidentais” (Skinner, 1998/1953, p.463). Ainda assim, o planejamento deliberado, potencialmente, teria resultados mais eficazes.

[...] uma vez observado o efeito [da prática] sobre o comportamento, a origem da prática pode ser examinada mais de perto. Certas questões vêm a ser colocadas. Por que o planejamento de uma cultura deve ser deixado tanto ao acaso? Não será possível mudar o ambiente social deliberadamente de forma a que o produto humano esteja mais de acordo com especificações aceitáveis? (Skinner, 1998/1953, pp. 463-4)

O que Skinner sublinha nessa citação é o perigo de as práticas de um grupo não serem alvo de estudo, explicação, planejamento e intervenção ou controle. Sem essas tarefas, a seleção não deixará de operar: práticas do grupo continuarão a ser selecionadas, assim como o comportamento de um organismo que vive terá, continuamente, seu comportamento submetido à seleção ambiental, o que é inescapável; no entanto, é possível, e até desejável, que uma cultura planeje suas práticas, isto é, desenvolva práticas “deliberadamente”, de modo a acelerar a operação de seleção de práticas sociais.

Quando nos empenhamos no planejamento deliberado de uma cultura, estamos gerando, por assim dizer, “mutações” que podem acelerar o processo evolutivo. O efeito poderia ser casual, mas também há a possibilidade de que essas mutações possam ser especialmente adaptadas para a sobrevivência (Skinner, 1998/1953, p.472)

Com esse planejamento “deliberado”, é possível evitar que uma prática social seja selecionada pelos seus efeitos imediatos na sobrevivência do grupo, embora, a longo prazo, possa produzir consequências que, talvez incontornavelmente, comprometam ou ameacem a sobrevivência do grupo.

No entanto, para planejar “deliberadamente” as práticas de um grupo, são necessárias algumas condições. Talvez a mais importante seja a de que se conceba o homem como um ser determinado, alguém cuja ação é inteligível, ordenada segundo certos princípios. Mais do que isso, é necessário supor que, uma vez compreendidos razoavelmente esses princípios segundo os quais o comportamento ocorre, seja

possível intervir sobre o comportamento, mudá-lo em uma determinada direção. No modelo de seleção por consequências, o planejamento das práticas de um grupo pode ocorrer: uma mudança em contingências pode ser realizada de modo que uma “mutação” em uma prática ocorra; no entanto, o crivo final do sucesso de uma prática será ela ter sido selecionada e mantida por tempo longo⁵⁵. Vale dizer que, apesar de o planejamento ser “deliberado”, a própria atividade de planejar está submetida às relações de determinação de seleção por consequências.

Pode-se dizer que intervimos nos processos de seleção quando [...] planejamos novas práticas culturais. Mas em nenhuma dessas maneiras escapamos da seleção por consequências. [...] podemos introduzir novas práticas culturais [...]. Mas tendo feito essas coisas, temos que esperar que a seleção ocorra. (Skinner, 2007/1981, p.136)

Tudo o que foi dito se refere à importância dada por Skinner ao planejamento cultural. A argumentação referente a esse tema seria absolutamente inútil para os propósitos desse trabalho se não fosse relacionada aos impactos das explicações internalistas sobre tal tema. É sobre essa relação que a argumentação subsequente irá verter seu foco: afinal, por que Skinner critica as explicações internalistas fazendo referência aos seus efeitos sobre o planejamento cultural?

Ora, planejar as práticas de um grupo não é sequer pensável quando o homem é concebido como autônomo, como alguém que não depende da realidade externa para agir. De modo análogo, não há o que fazer em relação ao futuro da cultura se as ações do homem são desdobramentos de instâncias mentais: o grupo não lhes tem acesso e, portanto, deve recuar, nessa perspectiva, em seus esforços de controlar seu destino. Há incompatibilidade entre planejamento do grupo e concepções internalistas do homem: essas concepções *negam* a ideia de que o comportamento pode ser controlado. Comentando as resistências ao planejamento da cultura, Skinner faz referência ao efeito de concepções internalistas do homem, apontando que, nessas perspectivas, “uma solução proposta [diante da proposição de planejamento cultural] é insistir em que o homem é um agente livre e eternamente além do alcance das

⁵⁵ A manutenção temporária de uma prática não é critério de seu sucesso: “A sobrevivência temporária de uma cultura não é prova de sua excelência. [...] O princípio de sobrevivência não nos autoriza alegar

técnicas controladoras” (Skinner, 1998/1953, p.476). A vida do grupo, como disse Skinner, é deixada ao acaso, e, desse modo, estará sujeita a todos os riscos que essa condição promove: práticas podem ser selecionadas pelos seus efeitos a curto prazo, mas a longo prazo, se nada for planejado, tais práticas que promoveram o sucesso do grupo em um instante podem operar no sentido contrário, conduzindo-o ao colapso.

Quanto mais aprendemos sobre o efeito do ambiente, menos razão temos para atribuir qualquer parcela do comportamento humano a um agente controlador autônomo. E [esse] ponto de vista apresenta uma nítida vantagem, quando tentamos fazer alguma coisa acerca do comportamento. Não se pode transformar o homem autônomo. Realmente, sendo autônomo, por definição não é passível de transformações (Skinner, 1971, p.83)

Eis então outro desdobramento das teorias internalistas: elas tendem a inibir o planejamento cultural, tendem a lhe ser avessas (seja porque essas teorias costumam “enaltecer o indivíduo”, exaltando alguns valores clássicos como a felicidade e liberdade), seja porque não fornecem subsídios para se realizar um planejamento cultural eficaz. Quando as relações entre o comportamento do homem e os eventos ambientais são ofuscadas em favor de entidades mentais internas, não há como intervir, controlar, planejar o comportamento humano. Ele é deixado à deriva, solto ao acaso e cercado pelos riscos que isso acarreta. Resta apelar para o revigoramento moral dos sujeitos, apelar para sua sensibilidade com as gerações futuras, discursar sobre o senso de justiça que supostamente mora no interior de cada um: os apelos podem ser bonitos e elegantes, mas, por não intervirem diretamente sobre contingências de reforçamento, serão inócuos na produção de soluções para os impasses com que a cultura contemporânea tem e terá que lidar.

Um reconhecimento apropriado da ação seletiva do ambiente significa uma mudança em nossas concepção sobre as origens das espécies. Enquanto nos apegarmos à concepção de que uma pessoa é um executor, um agente ou um causador inicial do comportamento, continuaremos provavelmente a

que o *status quo* deve ser bom porque existe agora” (Skinner, 1998/1953, p.469).

negligenciar as condições que devem ser mudadas para que possamos resolver nossos problemas (Skinner, 2007/1981, p.137)

Conclusão

Portanto, três argumentos básicos conferem sustentação ao fato de Skinner considerar uma prática nociva à cultura procurar os principais determinantes do comportamento dentro dos sujeitos humanos. Foi visto que os três últimos argumentos levantados se ancoram no fato de Skinner considerar um *equivoco* esse tipo de explicação, fato esse que subsidia boa parte da crítica às práticas de internalização dos principais determinantes do comportamento. Porque constituem um *equivoco*, essas explicações produzem uma tendência em *responsabilizar* os indivíduos pelos problemas que são, em última análise, produtos de contingências de reforçamento mantidas pelo grupo (ou seja, pela cultura): o que é uma realidade social é convertido em um drama individual. Culpando os indivíduos, a cultura *desvia* seu olhar das relações entre sujeitos e ambiente que seriam importantes para resolução dos problemas que assolam o grupo (primeiro argumento). Por desviar o olhar dos membros da cultura para variáveis irrelevantes na determinação do comportamento, as explicações internalistas tendem a ser falhas na produção de repertórios individuais que são fundamentais para o grupo como um todo: o repertório de autoconhecimento e de autocontrole. Além disso, tais explicações inibem um planejamento cultural eficaz, na medida em que apostam na ideia de que o homem é ou determinado por instâncias que lhe são internas (o que neutralizaria o poder dos outros para acessar e intervir sobre essas variáveis) ou pode ser autônomo em relação à realidade externa, usufruindo de sua liberdade. Em ambos os casos – e na perspectiva das explicações internalistas –, o planejamento cultural ou seria ineficaz, ou seria indesejável, por consistir em ameaçar o valor da liberdade, tão prezado nas culturas contemporâneas.

Em suma, essas são as coordenadas básicas que explicam as razões pelas quais a prática de explicar o comportamento humano por variáveis internas é alvo de crítica de Skinner. Todos os argumentos encontram uma espécie de “ponto de estofo” na suposição de que o homem é um ser livre, autônomo, cuja vida mental tem uma dinâmica própria que deve ser desvendada para se compreender e modificar o comportamento humano. Em alguns textos de Skinner, o autor enxerga uma estreita

afinidade entre a suposição de um homem “autônomo” e duas lutas históricas que ajudaram a definir alguns dos traços básicos das sociedades contemporâneas: a luta pela liberdade e a perseguição da felicidade (cf. Skinner, 1998/1953, 1971, 1978a). A suposição de um homem “autônomo” seria altamente conveniente à perseguição desses dois valores tão básicos nas culturas contemporâneas ocidentais: as explicações internalistas, nesse sentido, funcionariam como um sistema de ideias que legitimariam e, portanto, facilitariam a perseguição desses valores. No entanto, Skinner, além de objetar às explicações internalistas e criticá-las, é também um grande crítico desses valores tão fundamentais na cultura contemporânea⁵⁶. A razão disso encontra-se no fato de tais valores estarem por trás de um traço marcante dessas culturas: a negligência em relação ao futuro remoto da cultura.

NEGLIGÊNCIA EM RELAÇÃO AO FUTURO REMOTO DA CULTURA

A estratégia seguida no desenvolvimento da unidade temática anterior será novamente percorrida. Em primeiro lugar, serão apresentadas algumas citações de Skinner que justificaram a formação dessa unidade temática, isto é, trechos que contêm os mais diversos argumentos que, entre si, se articulam num ponto em comum: o fato de apontarem os riscos de uma cultura que negligencia os impactos de suas práticas presentes sobre a sua sobrevivência remota. Os elementos introduzidos nessas citações, bem como a relação estabelecida entre eles, serão destacados para, no subitem subsequente, serem explorados com mais profundidade.

Antes disso, vale fazer um comentário relativo aos resultados das análises das informações e à redação do texto desta unidade. O objetivo deste trabalho foi sistematizar (termo empregado num sentido muito próximo de “organizar”, “imprimir unidade, coerência”) a crítica de Skinner à cultura contemporânea. Na seção de método deste trabalho, dois argumentos justificaram a importância científica desta empreitada: muitos argumentos que Skinner desenvolve nos textos voltados diretamente para a realização de uma crítica à cultura contemporânea apresentam

⁵⁶ Para evitar qualquer mal entendido, é bom apontar de cara que dizer que Skinner é um crítico dos *valores* de liberdade e felicidade não implica dizer que o autor considera que os homens devem se render às injunções despóticas de grandes líderes, nem que o autor desejaria que os homens fossem infelizes. Como será mais bem desenvolvido à frente, a crítica aos *valores* liberdade e felicidade se refere, sobretudo, à tradução que os termos adquiriram nas culturas ocidentais contemporâneas. Em muitos momentos da obra de Skinner, o autor sugere outras “traduções” para esses valores, traduções essas que aumentariam, em última análise, as chances da cultura sobreviver (cf., por exemplo, Skinner,

argumentos cuja inteligibilidade exige reportar-se para outros textos que não lançam sua atenção para o tema da cultura ou para sua crítica. Foi o caso dos argumentos reunidos na última unidade temática: os equívocos das explicações internalistas e os obstáculos que ela gera para o planejamento da vida do grupo e do sujeito, ainda que expressos nos nove textos selecionados sobre a crítica da cultura, exigiram fundamentação em outros textos cujos objetivos não lhe eram coincidentes.

A outra justificativa que escorou a tarefa de sistematização da crítica à cultura foi o fato de muitos argumentos presentes nos nove textos algumas vezes se repetirem *entre* textos distintos. Dado essa dispersão, a tarefa de sistematização imprimiria maior coerência ou unidade a esse conjunto de argumentos distribuídos em tantos textos distintos, ainda que aproximáveis. Assim, mesmo quando as ideias desenvolvidas nos nove textos tinham certa “autonomia”, no sentido de não exigirem reportar-se a outros textos para ganharem inteligibilidade, a tarefa de sistematização da crítica de Skinner à cultura contemporânea tinha seu sentido: seria necessário resgatar esses argumentos que, embora presentes em textos diferentes e servindo para propósitos distintos, podiam ser reunidos para traduzir um posicionamento do autor a respeito de alguma prática social alvo de crítica. A construção desta unidade temática foi motivada, sobretudo, por esta segunda justificativa (não relativa tanto à fundamentação da crítica, mas à sua *organização*): reunir argumentos que estão dispersos nos nove textos de Skinner que versam sobre a crítica à cultura contemporânea, em especial sobre a crítica de Skinner que incide no modo essa cultura “lida” com seu suposto futuro. Muitas das citações que foram selecionadas nos nove textos apresentavam quase todos os argumentos de Skinner que versavam sobre o tema focado nessa unidade. Isso colocou algumas dificuldades para separar as duas etapas correspondentes à presente unidade temática: se todas as citações fossem apresentadas, com todos seus principais argumentos destacados e relacionados entre si (tarefa que seria correspondente à parte de “seleção de citações e levantamento de argumentos”) não parecia fazer muito sentido fundamentar as principais ideias destacadas nas citações. Afinal, os próprios textos que desenvolviam tais ideias as fundamentavam com clareza. Diante desse impasse, poder-se-ia abandonar a divisão em duas etapas na redação correspondente a essa unidade temática: a etapa de seleção de citações e levantamento de argumentos tornaria dispensável a etapa de

fundamentação. Optou-se, no entanto, por manter essa divisão, admitindo-se, desde já, que ela pode soar artificial. O que se fez foi, na etapa de seleção de trechos e levantamento de conteúdos, oferecer uma visão panorâmica dos principais argumentos de Skinner referentes a essa unidade, argumentos esses que justificariam a formação da unidade. Na tarefa de fundamentação, optou-se por abordá-los com mais profundidade, mesmo que isso não tenha implicado reportar-se sistematicamente a outros textos que não os nove relativos à crítica de Skinner à cultura contemporânea. Essa opção metodológica se justificou por procurar manter o caráter didático do texto, tão essencial de ser preservado tendo-se em vista o propósito de sistematizar crítica de Skinner à cultura.

Seleção de trechos e levantamento de arguementos

Feito esse aviso, vale voltar à análise dos textos. Dois textos de Skinner tratam mais diretamente da problemática desta unidade: *Are We Free to Have a Future?* (1973) e *Why We Are Not Acting to Save the World* (1982b). Os argumentos desenvolvidos em ambos os textos seguem um percurso semelhante: diante da constatação de que a cultura contemporânea age pouco, tendo-se em vista os supostos efeitos das práticas correntes sobre seu futuro, o autor desenvolve algumas ideias que explicariam essa atmosfera de indiferença na cultura atual quanto ao futuro. Resgatar os *principais* elementos (ou seja, o conjunto de argumentos que compõe um núcleo a partir do qual os demais argumentos desenvolvidos nos textos estão subordinados) que constituem essa “constatação”, assim como um pequeno conjunto de argumentos que lhe explica, conferindo-lhe sustentação, consistirá a tarefa básica a partir da qual se abrirá caminho para que esse conjunto de ideias possa ser explorado na seção subsequente, voltada para o aprofundamento desse conjunto.

A constatação básica que é alvo de investigação e fustiga as análises de Skinner, nos dois textos, é a de que pouco se tem feito no presente em favor da perpetuação a longo prazo das culturas: numa palavra, pouco se tem feito em favor do futuro distante das culturas. Vale enxergar como isso aparece nos textos do autor.

Uma das coisas mais nefastas sobre o futuro é quão pouco se tem feito a seu respeito. A grande maioria das pessoas na terra não sabe que ela está passando por problemas, e

aquelas que sabem disso fazem poucas coisas relevantes
(Skinner, 1978a, p.17)

Os maiores pensadores concordam que o mundo está passando por sérios problemas. [...] Que muitas pessoas achem entediante [tiresome] a consideração desses perigos é talvez a maior das ameaças (Skinner, 1982b, p.1)

A primeira asserção que se coloca de maneira mais contundente nessas duas citações é que as culturas atuais passam por problemas. Em diversos textos de Skinner, ele aponta esses problemas, citando a possibilidade de uma guerra nuclear (vale lembrar que muitos, mas não todos, escritos de Skinner que atestam sua preocupação com a sobrevivência da cultura foram elaborados e publicados em plena Guerra Fria, como é o caso de sua coletânea de 1978a), a superpopulação, a exaustão de recursos, pobreza e desigualdade de acesso a reforçadores (cf., p. ex., 1971, 1978a, 1982b). No entanto, um dos interesses de Skinner nos dois textos não é o tratamento específico desses problemas, mas o *modo* como a cultura contemporânea tem lidado com eles. As duas citações acima identificam ao menos dois traços desse modo de lidar com os problemas que ameaçam a sobrevivência das culturas contemporâneas ocidentais: 1. muitos não sabem que o mundo está passando por “sérios” problemas (e, por “sério”, parece lícito dizer que são problemas que podem colocar em xeque a sobrevivência da cultura ocidental); 2. entre aqueles que sabem dos problemas pelos quais a cultura passa, alguns nutrem pouco interesse por eles, outros pouco fazem diante dessa constatação e, por fim, há aqueles para quem a mera consideração de tais problemas causa “tédio”. Assim, as duas citações acima colocam em destaque não apenas o fato de que existem problemas “sérios” na cultura contemporânea, mas, especialmente, que essa mesma cultura é indiferente a esses problemas, não se interessa por eles, no sentido de que pouco faz para transformá-los em favor de um futuro mais promissor. Numa palavra, *a cultura negligencia seus próprios problemas*.

Nos dois textos apontados, essa descrição do *modo* como a cultura contemporânea “lida” com seus problemas ocupa suas primeiras páginas. O passo seguinte, em ambos os textos, consiste em uma interpretação das possíveis razões pelas quais existe tamanho desinteresse pelo futuro da cultura.

Essa empreitada interpretativa segue, novamente, mais ou menos a mesma trilha nos dois textos: Skinner aponta razões pelas quais o futuro poderia ser “levado

em consideração”. E o faz, de início, independentemente da cultura que se esteja analisando. Isto é, Skinner analisa aspectos da evolução do comportamento (como a seleção natural, o condicionamento respondente e operante, o comportamento governado verbalmente) que preparam os organismos para lidar com o futuro. No entanto, ao destacar que há um refinamento cada vez maior, ao longo da evolução do comportamento, da preparação dos organismos para o futuro, Skinner enxerga dois aspectos da evolução do comportamento com que *todas* as culturas têm que lidar para sobreviver e operam de modo refratário à preparação do grupo para o futuro remoto: a sensibilidade para reforços primários, cuja função derivou-se da sua importância para sobrevivência em ambientes muito distintos do das culturas contemporâneas ocidentais, e a maior sensibilidade às consequências *imediatas* das respostas.

[...] Nosso extraordinário compromisso com a gratificação imediata serviu bem às espécies. [...] Nossa suscetibilidade para reforçamento por comida, contato sexual e sinais de danos agressivos tiveram bastante valor de sobrevivência. Sem elas as espécies provavelmente não estariam aqui hoje, mas sobre as condições correntes elas são praticamente tão disfuncionais como drogas, conduzindo não à sobrevivência, mas à obesidade e desperdício, à superpopulação, e guerra, respectivamente.

[...] Nós precisamos planejar um mundo em que nossas suscetibilidades ao reforçamento serão menos problemáticas e em que nós estaremos mais inclinados a nos comportarmos de modo a gerar um futuro mais promissor (Skinner, 1978a, p.32).

O que Skinner destaca nessa citação é, primeiro, dois riscos que *todas* as culturas têm que lidar: a grande sensibilidade a certos estímulos (os reforços primários) e às condições que se seguem imediatamente às respostas. Esses dois aspectos do comportamento operante tendem ofuscar o impacto de certos comportamentos e práticas sociais sobre o futuro remoto tanto de um membro de uma dada cultura como dela como um todo (“sobre as condições correntes, elas [nossas suscetibilidades inatas] são [...] disfuncionais, conduzindo não à sobrevivência”).

Ora, isso não configura nenhuma crítica à cultura contemporânea, mas apenas uma constatação de um grande perigo que assombra *todas* as culturas, ao menos no que se refere à sua sobrevivência a longo prazo. O leitor mais impaciente diria que, dada essa conclusão, tanto o percurso que os dois textos de Skinner seguem depois de constatar a negligência das culturas contemporâneas em relação ao seu futuro remoto, bem como a citação logo acima, em nada contribuem para se pensar a cultura contemporânea. A argumentação seguida até aqui – ele diria – foi desnecessariamente estendida, podendo, em muito, ser abreviada.

No entanto, esse não parece ser o caso. O que mais interessa absorver da citação acima – e que se encontra especialmente no seu segundo parágrafo – é que ela começa a introduzir um modo específico de a cultura contemporânea *lidar* com esses dois traços do comportamento. O *efeito* desses dois traços (a negligência em relação ao futuro remoto da cultura) não é incontornável, não é irreduzível: ele pode ser contrabalanceado por outras contingências, que induzam os membros da cultura a trabalharem para seu futuro remoto. E é exatamente nesse ponto que a *cultura contemporânea* tem falhado: pouco se tem feito para contrabalancear as tendências inatas aos reforçadores primários e às condições que se seguem imediatamente às respostas (“precisamos [o termo sugere que há alguma falta, alguma ausência de] planejar um mundo em que nossas suscetibilidades ao reforçamento [provavelmente Skinner se refere às duas “suscetibilidades” que estão sendo comentadas] serão menos problemáticas e em que nós estaremos mais inclinados a nos comportarmos de modo a gerar um futuro mais promissor”). É neste ponto, vale sublinhar, que a crítica de Skinner à cultura contemporânea se incide: essas duas suscetibilidades não estão sendo contrabalanceadas por outras contingências, necessariamente mantidas pelo grupo, que favoreçam a produção de consequências que permitam ao grupo se perpetuar no tempo ou a minimizar os efeitos de eventos que podem ameaçar a sobrevivência do grupo.

Outra citação do autor revela que, mais do que uma ausência de comprometimento com o futuro remoto, há determinadas práticas que *incentivam* negligenciá-lo em favor do presente.

Algumas pessoas veem o perigo e se preocupam com ele, mas seus propósitos entram em conflito com práticas que são mantidas não apenas por imediatas e, portanto, mais

poderosas consequências, mas por uma moral antiquada [out of date] inventada para justificá-las (Skinner, 1982b, p.14).

O que Skinner introduz de novo nessa citação é que não é apenas a sensibilidade inata às consequências imediatas às respostas e o valor dos reforços primários que explicam a negligência pelo futuro, mas também uma “moral antiquada” que incentiva agir em favor dos produtos imediatos do comportamento, a despeito das consequências remotas. A cultura contemporânea, portanto, trocaria um futuro mais promissor em favor das “gratificações” imediatas; fecharia os olhos para o futuro para melhor aproveitar o presente *também* porque existe uma moral “antiquada” que, em lugar de contrabalancear os efeitos das duas suscetibilidades naturais, tem justificado-os moralmente, isto é, tem lhes atribuído valor moral.

Em suma, três argumentos foram levantados até aqui. O fato de eles gravitarem em torno de uma tema (a negligência da cultura contemporânea em relação ao futuro remoto) e conferirem-lhe sustentação justificou a formação desta unidade temática. De modo resumido eles são:

1. Apesar da cultura contemporânea ocidental passar por “sérios” problemas, muito pouco tem sido feito para resolvê-los em favor de um futuro mais promissor
2. As duas suscetibilidades naturais que o homem desenvolveu ao longo da evolução (sensibilidade para certos reforços e para as situações que imediatamente se seguem à emissão de respostas) tendem a fazê-lo ignorar o futuro remoto. Mesmo assim, contingências da cultura não estão sendo desenvolvidas para contrabalancear esse efeito que ameaça sua sobrevivência a longo prazo.
3. Uma “moral antiquada” revigora ainda mais essas tendências inatas, incentivando a “gratificação” imediata e a produção de reforços a despeito do impacto que eles têm sobre a sobrevivência do grupo.

Como se apontou logo no início desta unidade temática, o principal objetivo dessa primeira parte da unidade temática é apresentar de modo panorâmico as principais críticas de Skinner às práticas que consistem ou geram negligência com o futuro remoto. Muitos argumentos que destrincham esses principais foram omitidos

em favor de uma apresentação mais sintética que enfatizasse os pontos centrais da argumentação skinneriana. O que se ganhou em síntese perdeu-se em profundidade: muitas perguntas ainda devem fustigar o leitor, perguntas cujas respostas ajudariam a aprofundar esses três argumentos levantados. Três podem ser apontadas

- O que tem gerado essa indiferença em relação aos problemas que ameaçam a cultura contemporânea?
- Como os efeitos dessas duas suscetibilidades naturais poderiam ser contrabalanceados por contingências arranjadas pelo grupo? Já que essas duas suscetibilidades ameaçam a sobrevivência da cultura contemporânea, por que essa cultura não desenvolveu essas contingências “compensadoras”?
- Quais são os contornos dessa moral “antiquada” que Skinner aponta ser a responsável pelo confinamento no presente, em prejuízo dos interesses do grupo a longo prazo?

Essas perguntas governarão o desenvolvimento das ideias subsequentes, voltadas para um aprofundamento das que lhe antecederam e que foram resumidas logo acima.

Aprofundamento dos argumentos levantados

Para aprofundar os três argumentos levantados acima, esta seção terá início com uma exposição de como a evolução do comportamento foi tornando, gradualmente, mais refinada a preparação dos organismos para lidar com o futuro. Ainda assim, dois produtos dessa evolução, já destacados (a suscetibilidade a reforçadores primários e a maior sensibilidade a eventos que se seguem imediatamente às respostas), serão enfatizados enquanto vetores que operam no sentido contrário à preocupação de qualquer cultura com sua sobrevivência a longo prazo. Por outro lado, essa evolução do comportamento que produziu impasses para a sobrevivência do grupo a longo prazo também foi responsável, como será sustentado, pelo desenvolvimento da possibilidade de seu contrabalanceamento, especialmente com o desenvolvimento do comportamento verbal e das culturas. Apesar dessas possibilidades, como se verá, Skinner defenderá a ideia de que a cultura contemporânea se utiliza de poucas contingências de reforçamento mantidas pelo

grupo que poderiam minimizar os efeitos das suscetibilidades naturais que desfavorecem que o futuro remoto seja “levado em consideração”. Dois componentes da “moral antiquada” da cultura contemporânea serão destacados como tendências que revigoram ainda mais a tendência natural de pouco levar o suposto futuro remoto em consideração nas ações do presente: a luta pela liberdade e a perseguição da felicidade. Além disso, será enfatizado que mesmo algumas contingências arranjadas pela cultura contemporânea em favor de sua sobrevivência a longo prazo estão fadadas ao fracasso, na medida em que envolvem controle aversivo. Os argumentos desenvolvidos respondem às três questões levantadas no final da seção de “seleção de trechos e levantamento de argumentos”, aprofundando, automaticamente, os três principais argumentos de Skinner relativos à “negligência em relação ao futuro remoto” da cultura contemporânea. O texto será concluído com uma síntese de todos os argumentos desenvolvidos e com a defesa de que todos eles, aglutinados nessa unidade temática sob o rótulo de “negligência em relação ao futuro remoto”, elucidam a razão pela qual Skinner enxerga em algumas práticas sociais analisadas uma ameaça à sobrevivência da cultura contemporânea, o que confere legitimidade a dizer que todas essas práticas analisadas podem ser consideradas alvo de crítica da cultura contemporânea.

A preparação para o futuro na evolução do comportamento

De imediato, é preciso fazer uma ressalva. É incabível para qualquer teoria que vise explicar qualquer fenômeno do mundo supor que um acontecimento futuro determine um acontecimento presente. Dizer que as espécies se adaptam *para* sobreviver, que os organismos se comportam *para* se ajustarem às demandas ambientais e que as culturas criam soluções para seus problemas *para* continuar vivas resvala em um sério impasse epistemológico: como a adaptação, o ajustamento e a sobrevivência de um grupo podem ser determinados por algo que se situa no porvir? Esse impasse foi grosseiramente solucionado em algumas teorias supondo que as espécies evoluíam conforme suas necessidades (a evolução seria *impulsionada* por forças internas às espécies) e que os organismos verbais projetavam-se no futuro, raciocinavam, imaginavam, de modo a planejar o modo mais eficaz de operar sobre o presente (novamente o futuro é trazido para o presente na forma de pensamento, propósito, planejamento etc.). As objeções a essas explicações já foram devidamente

exploradas na unidade temática anterior.

Por outro lado, o que é notável na evolução do comportamento é o *preparo*, cada vez mais refinado, dos organismos para um futuro. Alguns processos que se desenvolveram na evolução do comportamento o atestam. A discussão que se segue versará sobre alguns fenômenos que caracterizam a evolução do comportamento e que preparam os organismos para lidar com o futuro. O argumento básico que lhe servirá de fio condutor será o de que conforme o comportamento evolui, maior é o refinamento dos organismos para lidar com o futuro, o que não significa que todos os impasses derivados da relação com o provir tenham sido superados (se é que isso é pensável). É importante apontar que essa discussão sobre a preparação para o futuro como um produto da evolução do comportamento aparentará ser um desvio do propósito do presente capítulo (sistematizar a crítica de Skinner à cultura contemporânea). No entanto, trata-se de um caminho necessário para identificar a origem de alguns desafios que se colocam à sobrevivência de qualquer cultura e, desse modo, dar início a uma discussão – essa sim mais diretamente associada ao propósito deste capítulo – de como a cultura contemporânea tem lidado com tal desafio.

A seleção natural opera de modo a selecionar características genéticas das espécies que determinaram aspectos morfológicos, anatômicos e comportamentais que são mais vantajosos na sobrevivência de seus membros. A seleção natural não constitui uma “força motriz” alojada no interior dos organismos ou do ambiente: é apenas o nome de relações entre certos eventos, relações essas baseadas na variação genética e na seleção do ambiente. Membros de uma espécie dotados de genes que lhes favoreceram sobreviver em um dado ambiente têm mais chances de se reproduzir e transmitir seu patrimônio genético para futuras gerações. Essas gerações estão mais preparadas para sobreviverem em um ambiente que se assemelhe àquele que foi responsável pela seleção dos genes. Aparentemente, portanto, o futuro é “levado em consideração” nas relações entre espécies e ambiente. Tal enunciado, no entanto, é impreciso: esse futuro “levado em consideração” é apenas um futuro bastante semelhante ao passado selecionador. Além disso, dizer que ele é “levado em consideração” seria o mesmo que dizer que ele constitui uma força que impulsiona as variações genéticas: dado um diagnóstico prévio do futuro e de suas eventuais vicissitudes, as variações ocorrem em um sentido mais desejável. Sabe-se que não é o caso. As variações são “aleatórias”, no único sentido de não terem direção à

adaptação. Se o futuro, por uma razão qualquer, sofrer modificações profundas, as características genéticas selecionadas não serão mais úteis à sobrevivência. Por conseguinte, deixarão de fazer parte do patrimônio genético das futuras gerações. Ainda assim, não é impreciso dizer que a seleção natural *prepara* os organismos para um futuro, mas apenas um futuro que seja muito semelhante ao passado selecionador (Skinner, 1978a, p.19). Além disso, a transmissão genética entre seres vivos não viabilizou por si só, sensibilidade às transformações em que o ambiente passava no *decorrer* da vida de um só organismo. O futuro, além de muito semelhante ao passado, deveria ser *estável*.

O condicionamento respondente se desenvolveu de modo que os organismos puderam se alterar em função das transformações ambientais durante a vida de um organismo. Isso significou mais “recursos” para lidar com o futuro: um futuro que poderia ser um pouco mais distinto que o passado selecionador e, sobretudo, mais dinâmico. Estímulos ambientais que não faziam parte de relações respondentes, por antecederem sistematicamente a ocorrência de estímulos que eliciavam determinadas respostas reflexas (estímulos eliciadores incondicionais, ou USs), passaram também a eliciar respostas que preparavam o organismo para a ocorrência do US. Nesse sentido, o condicionamento respondente permitiu uma preparação dos organismos que não era definida ou estabelecida a partir das relações entre os seus ascendentes: mas *ao longo* da vida de um organismo foi possível que ele se adaptasse a especificidades do *seu* ambiente e não do ambiente de sua espécie. O condicionamento respondente viabilizou, portanto, maior “liberdade” para os organismos apresentarem mudanças no decorrer de suas vidas, mudanças que favoreceriam sua sobrevivência a depender das relações estabelecidas com seu ambiente. A preparação para o futuro contou, assim, com um refinamento: tal processo permitiu a sobrevivência em ambientes mais distintos daqueles que selecionaram genes; em vez da preparação para um futuro pouco variável - seja em relação ao passado selecionador, seja em relação ao grau de ineditismo reservado a um organismo ao longo de sua vida – foi possível que os organismos se adaptassem a um futuro mais “aberto”, com elementos mais inéditos.

No entanto, ainda que as respostas das relações reflexas apresentem alguma variação entre cada ocorrência, elas são muito menos variáveis que as respostas que participam de relações operantes. Consequência: o condicionamento reflexo não permite aos organismos variarem dentro de uma amplitude suficiente de modo a se adaptarem frente a mudanças bruscas do ambiente. Certamente, esse processo permite

a adaptação de um futuro mais distinto e instável daquele que selecionou genes; ainda assim, essa adaptação é limitada.

Boa parte dessa limitação foi superada pelo desenvolvimento da sensibilidade às consequências das ações dos organismos. O processo em que respostas passam a variar de acordo com as consequências produzidas no passado é chamado de condicionamento operante. O efeito desse processo sobre a sobrevivência dos organismos é considerável: grupos de respostas passam a ocorrer de acordo com as transformações que produzem no ambiente; a depender dessas transformações, eles têm sua probabilidade aumentada ou diminuída. Isso torna a ocorrência das ações mais variáveis de acordo com as transformações do ambiente. Se as consequências das respostas mudam, o organismo como um todo muda. Mudanças ambientais alteram os organismos mais rapidamente. A adaptação de cada um é mais rápida em ambientes dinâmicos, cujo ritmo de transformação é acelerado. Assim, a preparação para o futuro ocorre não mais somente *entre* gerações de organismos; e não mais somente a depender do que precede sistematicamente a ocorrência de estímulos aos quais os organismos foram geneticamente preparados para serem sensíveis (os USs); mas, consiste em uma preparação contínua que se constroi a cada ação do organismo, que produz consequências que retroagem sobre ele. A operação de seleção do ambiente passa não mais a se restringir aos efeitos dos genes na sobrevivência da espécie; mas, também, ao efeito dos *operantes* na sobrevivência de um organismo. A história de *um* organismo passa a ser cada vez mais determinante daquilo que ele faz. O condicionamento operante incrementa enormemente o grau de singularidade dos organismos, singularidade essa determinada pelo ambiente específico a que são submetidos. Portanto, um organismo sensível às consequências (um organismo com repertório operante) é um organismo mais preparado para lidar com um futuro mais incerto.

Ainda assim, o condicionamento operante apresenta, ao menos, duas limitações no que se refere à preparação dos organismos ao futuro. Essas duas limitações, vale sublinhar, serão de especial utilidade para compreenderem-se algumas críticas de Skinner à cultura contemporânea. Em primeiro lugar, as consequências que alteram o responder se limitam àquelas que ocorrem imediatamente após a resposta. Como apontou Skinner, “Nosso extraordinário compromisso com a gratificação imediata serviu bem às espécies” (Skinner, 1978a, p.32). O condicionamento operante, de fato, prepara o organismo para um futuro, mas

“[...] apenas para um futuro imediato. Condicionamento operante é maximamente efetivo se fortalecer o comportamento que imediatamente produz suas consequências” (Skinner, 1982b, p.19). Consequências atrasadas de operantes têm seu poder sobre eles diluído ou, até, neutralizadas. Se há um grande intervalo temporal entre a resposta e a consequência, o poder retroativo da consequência incidirá sobre os operantes que ocorreram nesse intervalo, pouco importando se eles produziram ou não tal consequência (o resultado pode ser comportamento supersticioso⁵⁷). O segundo aspecto do comportamento operante que limita a preparação dos organismos que lhe apresentam a um futuro remoto é o fato de ele se manter a depender, ao menos inicialmente, de estímulos cujo valor reforçador deriva-se da importância que tiveram nos ambientes passados dos membros da mesma espécie (tais estímulos são chamados de reforçadores primários).

Graças a essas suscetibilidades de reforçamento, as pessoas descobriram e produziram grandes quantidades de sal e açúcar. As suscetibilidades sobreviveram, e nós, agora, comemos mais sal e açúcar do que é bom para nós. As espécies criaram um mundo em que algumas das suscetibilidades genéticas para o reforçamento são anacrônicas [out of date]” (Skinner, 1982b, p.4)

A suscetibilidade a reforçamento por certos estímulos derivou-se do fato de eles terem sido importantes em ambientes muito distintos daqueles das culturas atuais. Sua escassez em outros tempos selecionou organismos que lhe eram mais sensíveis; no entanto, com a evolução de culturas, muitas contingências mantidas por elas tornam esses estímulos relativamente fáceis de serem obtidos. Por consequência, a grande sensibilidade a eles, útil às espécies, não tem mais sentido de existir quando o ambiente humano se modificou profundamente: os seres humanos carregam uma carga genética que não acompanhou o dinamismo das culturas. Há, em certa medida, uma dessincronização entre a evolução das espécies e a evolução das culturas: o ambiente selecionador da espécie não “previu” o rápido ritmo de transformação das

⁵⁷ Que se define por operantes que se fortalecem por estímulos que guardam com ele apenas uma relação temporal, contígua, não contingente; apesar dos operantes não produzirem esses estímulos, eles sofrem o efeito da relação de contiguidade entre resposta e estímulo.

culturas. Como se verá mais para frente, essas duas suscetibilidades inatas descritas logo acima, serão resgatadas por Skinner para ele realizar uma crítica à cultura contemporânea. Evidentemente, a crítica de Skinner não se incidirá sobre as suscetibilidades naturais, mas sobre o modo como tal cultura tem lidado com elas.

Entretanto, alguns meandros do processo de condicionamento operante diluem o impacto do futuro imediato em relação ao seu poder em afetar classes de respostas. Estímulos que antecederam sistematicamente o reforço também adquirem essa função (em outras palavras, viram reforçadores condicionados). A sensibilidade a reforços condicionados daí derivada viabiliza que respostas distantes de determinados reforços possam ocorrer contando com a contribuição desses reforços condicionados que exercem um papel intermediário, reforçando operantes que são importantes para a produção do reforço final. Longas cadeias de respostas podem, assim, ser mantidas, apesar do fato de seus primeiros elos distanciarem de tal forma do reforço final a ponto de ele não ser aquele que seleciona os primeiros operantes da cadeia. O reforço condicionado, assim, permite que classes de respostas sejam alteradas (embora não sejam reforçadas) pelas consequências remotas que produzem: o fato de reforços poderem ser reforços condicionados, portanto, altera a relação temporal do organismo com o ambiente, no sentido de que sua sensibilidade ao mundo é dilatada para estímulos que antecederam repetidamente um reforço.

A preparação do organismo para um futuro dinâmico e remoto conta com uma significativa contribuição a partir do momento em que ele passa a aprender com os outros.

Mesmo quando suplementado por reforçadores condicionados, o condicionamento operante não irá, sem ajuda, gerar muito do comportamento humano que “leva o futuro em consideração”. Nenhum indivíduo pode, em apenas uma vida, adquirir um amplo repertório por esse caminho. [...] Outro processo entra em jogo. Ele envolve outras pessoas, que acumularam e transmitiram comportamento eficaz (Skinner, 1978a, p.22).

Um desses “processos” a que Skinner se refere é o de imitação, em que a resposta de um organismo é estímulo antecedente de outro que responde de modo

semelhante, produzindo, provavelmente (já que ambos estão em um ambiente também semelhante), consequências semelhantes. Agora, não é preciso aguardar que respostas sejam, num procedimento demorado e “tedioso”, modeladas: a resposta do outro “antecipa” a resposta final que se mostra eficaz em um dado ambiente. O que os outros *aprenderam* na relação com o mundo pode ser transmitido a ponto de economizar tempo na vida dos organismos, que podem aprender sem terem seus repertórios formados via modelagem. A aprendizagem com o outro foi altamente incrementada com a evolução do comportamento verbal. No capítulo anterior, foi visto que a especificação de contingências pode exercer controle sobre operantes de outros organismos, que podem agir de acordo com elas produzindo consequências reforçadoras. O comportamento verbal permite, portanto, superar a “amostra deficiente” do ambiente inorgânico a que um sujeito humano foi exposto ao longo de sua vida, aprendendo com os outros regras para a ação, muitas vezes em lugar da aprendizagem de operantes por modelagem. Assim, o comportamento governado por regras permite que o ambiente selecionador dos outros, necessariamente passado, ajude um sujeito humano a lidar com o seu futuro. Isso porque as regras sobrevivem para além da vida de cada sujeito: se forem descritas com precisão e o ambiente responsável por elas se mantiver mais ou menos o mesmo, elas serão úteis na orientação das ações de muitos outros sujeitos humanos.

A partir do momento em que culturas evoluíram, outras contingências passaram a preparar ainda mais os organismos, e também o grupo, para o futuro. Agências que têm o controle de certos reforços os distribuem como consequências a comportamentos cujas consequências que interessam ao sujeito, bem como ao grupo, seriam tão remotas a ponto de serem incapazes de manter determinados operantes. Medalhas, prêmios, reconhecimento social, consistem em reforçadores “extrínsecos” (aqueles que não são produtos diretos de respostas) que, ao serem disponibilizados por certas instituições, tendem a fortalecer operantes que são úteis, a longo prazo, ao grupo, bem como podem ajudar a manter operantes complexos, cuja instalação e manutenção dificilmente ocorreria caso não contasse com o apoio desses tipos de reforçadores. O controle ético (cf. Skinner, 1998/1953, 1984a/1968, 1978a) também favorece a produção de comportamentos que são úteis a longo prazo para o grupo e para o indivíduo: classificando o comportamento de “bom” ou “mau”, “digno” ou “indigno”, “certo” e “errado”, as culturas podem manter, contando com esses possíveis reforços extrínsecos condicionados, operantes importantes para o grupo e

para o sujeito, ainda que o efeito interessante seja a longo prazo. Essa classificação moralmente valorativa pode prevenir o engajamento em comportamentos cujas consequências imediatas são reforçadoras, embora as consequências a longo prazo ameacem o sujeito ou o grupo. É nesse sentido que há uma intimidade entre controle ético e autocontrole (cf. Tourinho, 2006 e 2009): contando com o suplemento de contingências punitivas, alguns comportamentos prováveis de acontecer pelos seus efeitos a curto prazo são enfraquecidos, em favor de outros que produzem consequências importantes para o sujeito ou para o grupo a longo prazo. Contando com o suplemento desse controle ético, portanto, alguns operantes podem ser mantidos, ajudando o grupo a produzir e reproduzir suas condições concretas de existência⁵⁸.

Ética é principalmente de importância no conflito entre consequências imediatas e atrasadas. Como nós podemos renunciar uma recompensa no sentido de escapar de uma futura punição ou receber uma punição por causa de uma recompensa adiada? Culturas têm ajudado a resolver o problema suplementando consequências imediatas que tiveram o mesmo efeito que as remotas (Skinner, 1982b, p.6)

Muitas práticas de uma cultura se desenvolvem de modo a planejar e arranjar contingências que favoreçam a sobrevivência de um grupo; numa palavra, trata-se de práticas que arranjam contingências que fortaleçam operantes de seus membros que podem ter efeitos a longo prazo que favoreçam o grupo. A ciência é um bom exemplo.

A ciência acelera a “prática de alterar a prática” exatamente porque a ciência fornece uma enorme quantidade de exemplos nos quais as consequências das práticas são conhecidas. O indivíduo familiarizado com os resultados da ciência tem mais probabilidade de estabelecer condições

⁵⁸ Outros exemplos podem ser encontrados na obra de Harris (1978), atestando as afinidades do BR e da AC com o materialismo cultural, ainda que eles guardem algumas dessemelhanças (Cf. Sérgio & Andery, 2005).

comparáveis no planejamento cultural, e podemos dizer, se a expressão não for mal entendida, que ele usa a sobrevivência como um critério para avaliar uma prática. (Skinner, 1998/1953, p.471)

Assim, a ciência, ao identificar relações entre eventos, e, melhor ainda, relações entre ações dos sujeitos humanos e consequências ambientais efetivas, *pode* arranjar e/ou especificar contingências que *podem* ajudar o grupo a solucionar os impasses que se produzem em sua relação com o ambiente. A partir do estudo sistemático de eventos passados, ela tem condição privilegiada de prever o futuro e preparar os membros da cultura a lidar com ele. Tornar-se-á uma prática ainda mais refinada se for capaz de especificar relações entre respostas e consequências a longo prazo úteis à sobrevivência.

Em resumo, foi visto que a evolução do comportamento caracteriza-se por, dentre outras coisas, refinar a preparação dos organismos para lidar com o futuro. Tal “preparação”, como foi apontado, não é uma força impulsionadora da evolução do comportamento, mas um resultado das relações de variação e seleção. A preparação para o futuro ocorre em dois níveis: prepara para um futuro que pode ser cada vez menos semelhante ao passado, bem como para um futuro que é dinâmico, instável. Destacaram-se duas características do comportamento operante que consistem, ainda, em limitações para essa preparação dos organismos para o futuro remoto: a maior sensibilidade às condições que imediatamente se seguem ao reforçamento e aos reforços primários cujo valor reforçador se desenvolveu em ambientes muito distintos das atuais culturas. No entanto, outras características do comportamento operante, em especial as características que ele possibilita, permitiram que essas limitações fossem contrabalanceadas. Dentre essas possibilidades, destacou-se, especialmente o comportamento verbal, que permitiu - seja através da ciência, do controle ético, seja mediante o auxílio viabilizado pelo planejamento de contingências envolvendo reforçadores extrínsecos - a preparação para um futuro remoto. Com ele, os sujeitos humanos puderam ser melhores preparados não apenas para um futuro semelhante ao passado, nem apenas para um futuro instável, mas para um futuro distante.

Tudo o que foi dito nesta seção constitui o ponto de partida da presente argumentação que, em última análise, sustentará que a cultura contemporânea ocidental utiliza-se pouco das contingências que poderiam contrabalancear a

tendência do comportamento operante em se manter por conta de seus efeitos imediatos. Até aqui, a crítica à cultura de Skinner parece ter sido deixada de lado em favor de uma suposta digressão sobre a evolução do comportamento. No entanto, foi essa mesma “digressão” que destacou o desafio que *todas* as culturas têm que lidar de modo a se perpetuarem longamente no tempo. Resta, portanto, identificar *como* a cultura contemporânea tem lidado com esses traços do comportamento operante que inibem a preparação dos organismos que lhes apresentam a um futuro remoto, lançando mão, ou não, das possibilidades apontadas na evolução do comportamento operante que podem diluir o efeito desses traços.

A luta pela liberdade e a perseguição à felicidade como fatores inibidores da preparação da cultura contemporânea com seu futuro remoto

Em especial no texto *Are We Free to Have a Future?* (1973), Skinner apresenta os argumentos que foram desenvolvidos na seção anterior, relativos à evolução do comportamento. De início, o leitor desse texto, caso esteja à procura da crítica de Skinner à cultura contemporânea, pode ficar levemente inquieto com o fato de Skinner falar sobre evolução do comportamento, e não da cultura atual. No entanto, conforme a leitura avança, parece fazer muito sentido essa argumentação preliminar para justificar a crítica central lançada no texto: a de que a cultura contemporânea negligencia sua sobrevivência a longo prazo. Isso porque, para que Skinner sustente esse argumento, ele destaca dois produtos dessa evolução (tal como se procurou fazer no subitem anterior, e mesmo no item de “seleção de trechos e levantamento de argumentos”): a suscetibilidade natural às conseqüências imediatas que se seguem às ocorrências de respostas e a grande sensibilidade aos reforçadores primários. Mas não só isso. Skinner também destaca, e esse é o ponto mais importante, que a cultura contemporânea, *diante* dessas “pressões” de confinarem suas preocupações a um futuro imediato, tem pouco se aproveitado do arranjo de contingências que poderiam mitigar os efeitos dessas duas suscetibilidades.

E o autor identifica duas tendências presentes na cultura contemporânea que operariam como movimentos refratários a essa suavização dos efeitos das suscetibilidades naturais. Trata-se da luta pela liberdade e a perseguição da felicidade. Esses dois vetores constituem o que, como apontado no início da apresentação desta unidade temática, Skinner identifica como os principais ingredientes da moral

“antiquada” da cultura contemporânea.

Começar-se-á a presente exposição com o impacto da luta pela liberdade na cultura contemporânea. No texto de 1973, Skinner diz que

[...] Práticas culturais evoluíram de modo que contingências de reforçamento imediato geraram comportamento com consequências remotas, e isso presumivelmente ocorreu em parte porque essas consequências fortaleceram a cultura, permitindo-lhe solucionar seus problemas e, portanto, sobreviver.

[...]

Essas medidas [contingências que geram comportamentos cujas consequências remotas fortalecem o grupo] são tomadas obviamente por causa das consequências remotas. [...] Nos países democráticos, poucas, se alguma, sanções institucionais [...] estão funcionando bem.

[...] Essa falha no controle institucional e ético pode ser atribuída a certas características da luta pela liberdade. [...]

Aqueles que têm proposto mudanças desse tipo [mudanças que se harmonizam com a luta pela liberdade] destruíram certas características aversivas ou exploradoras do ambiente. Como resultado, as pessoas sentem-se mais livres e elas gozam de um grande senso de realização e de valor. Mas dificilmente podemos ignorar o fato de que algumas das contingências artificiais em que o comportamento humano produziu consequências remotas têm sido destruídas. Como resultado, as pessoas são mais suscetíveis às consequências imediatas. (Skinner, 1978a, p.26)

Antes de seguir com os comentários sobre essa citação, cabe discorrer brevemente sobre o significado do termo “liberdade” na perspectiva do BR. Liberdade, no sentido de indeterminação, é incabível no sistema filosófico do BR. No primeiro capítulo, foi visto que esse sistema filosófico se escora na proposição de que o comportamento dos

seres vivos é produto de suas interações com o ambiente corrente a passado. Além disso, essas interações são também determinadas, em parte, pela história da espécie a que o organismo pertence. Como foi visto, as relações de determinação entre as interações do organismo com o ambiente são pautadas pelas relações de determinação explicitadas no modelo de seleção por consequências. No caso humano, a determinação se dá em três níveis: o filogenético, o ontogenético e o cultural. Admitindo, portanto, que os fenômenos comportamentais não têm existência própria, mas uma existência que *consiste* bem como é *tributária* das relações com o mundo, o BR propõe enxergar os fenômenos do mundo vivo como fenômenos que guardam ligação, ordenação, regularidade, sequência e, por isso, inteligibilidade. Liberdade (no sentido de livre arbítrio) não existe para o BR (Cf. Skinner, 1971)

[...] *o homem [na perspectiva de Skinner] não é algo que existe por si mesmo, não é origem, não é livre (no sentido de que não é determinado), não é de uma natureza diferente dos demais fenômenos nem contém em si duas naturezas distintas: o homem está submetido a leis universais e é passível de ser conhecido.* (Micheletto e Sérgio, 1993, p.2)

Uma distinção importante, no que se refere a esse tema, é entre a noção da liberdade e o *sentimento* de liberdade. São diferentes expressões para significados distintos: a primeira, ao menos para o BR de Skinner – e quando traduzido por “livre arbítrio” – não existe, ao passo que a segunda é produto de contingências de reforçamento *positivo*. Diz-se que se é livre quando se age “porque a pessoa quer”, o que sinaliza a vigência de uma contingência de reforçamento positivo; por outro lado, em contingências de reforçamento negativo, diz-se que as pessoas agem “para se livrar de algo ruim” ou “desagradável” (cf. Skinner, 1998/1953, 1971, 1982a/1974). Vale, agora, voltar à citação de Skinner apresentada logo acima.

Ao exaltar o valor liberdade, a cultura contemporânea tem deslegitimado muitas práticas que consistem em aplicar contingências aversivas aos comportamentos dos membros das culturas. Em seu lugar, tem-se *procurado* privilegiar contingências de reforçamento positivo⁵⁹. Essa é a face da “luta pela liberdade” que Skinner reconhece

⁵⁹ Apesar de, de fato, existir uma tendência em renunciar ao emprego de controle aversivo nas culturas contemporâneas, muitas das características nessas culturas, como se verá na terceira e quarta unidade

ter valor. Entretanto, a face problemática dessa luta reside no fato de que a libertação de muitas contingências aversivas tem significado também que a aplicação de contingências que mantêm comportamentos que poderiam ser mantidos especialmente pelos seus efeitos para a cultura (e mesmo para o sujeito) a longo prazo, passa a ser deslegitimada. Agir para o presente, para o “aqui e agora”, é a carta da vez. A luta pela liberdade alimenta não só uma rebeldia contra as opressões sociais e as do ambiente inorgânico; induz que se deixe de planejar e instalar contingências que favoreçam uma pessoa ou o grupo ao longo prazo⁶⁰, pois muitas vezes essas contingências implicam restrições incidindo sobre o presente. Nesse ponto, é possível dizer que a possibilidade de contrabalancear a suscetibilidade natural às condições que imediatamente se seguem às ocorrências de respostas tem sido negligenciada em favor de “nosso compromisso com a gratificação imediata” (Skinner, 1978a, p.32). O planejamento cultural, as restrições que recaem sobre o presente, o impulso ao autocontrole (tão importante para as culturas, como o texto da unidade temática anterior apontou) ficam esvaziados quando a liberdade como valor é enaltecida.

Nesse mesmo sentido, tende-se a avaliar algumas práticas com base nesse valor (liberdade). Quando as práticas favorecem o sentimento de liberdade, elas tendem a ser legitimadas. Quando inibem esse sentimento, tendem a ser depreciadas moralmente. O problema disso, segundo Skinner, é que sobrevivência remota da cultura fica marginalizada nos cálculos que avaliam as práticas da cultura.

Nós valoramos práticas no governo, religião, economia, educação e psicoterapia na medida em que elas promovem sentimento de liberdade. A questão é quando essas práticas escolhidas por essa razão têm valor de sobrevivência (Skinner, 1978a, p. 30; destaque do autor).

temática, impedem que ele se aproxime de ser abandonado.

⁶⁰ Em outro texto de Skinner, ele caracteriza melhor esse produto indesejável da luta pela liberdade, apontando que “O que tem acontecido lembra a doença chamada anorexia nervosa, na qual uma pessoa obesa começa um programa de redução de peso, atinge um peso satisfatório e continua até definhando. Algo desse tipo aconteceu ao nos aproximarmos de um estilo de vida livre de todos os tipos de coisas desagradáveis. Relutamos em aceitar não somente as restrições impostas por governos tirânicos e religiões, mas também a aceitar cintos de segurança, capacetes e sinais de proibido fumar. Fugimos não só de extremos dolorosos de temperatura e trabalho exaustivo, mas também dos mais brandos desconfortos e incômodos. [...] Estamos sofrendo do que poderia ser chamado de *libertas nervosa*” (Skinner, 1986, p.570).

Em suma, o problema dessa negligência reside no fato de que, quando os membros do grupo mostram-se mais interessados nos efeitos a curto prazo de suas ações, eles também fecham os olhos para seus efeitos a longo prazo, que, em muitos casos, pode significar uma séria ameaça à cultura.

Nós não podemos continuar a deixar o futuro aos benefícios ocasionais dos subprodutos de nosso forte interesse pelo presente. Algo mais explícito deve ser feito (Skinner, 1978a, p.28)

O outro vetor que opera revigorando a negligência da cultura pelo seu destino ao longo prazo é o que Skinner chama de “perseguição à felicidade”, um dos principais componentes do que o autor chamou de “moral antiquada”. Vale apontar como Skinner diz que esse valor tem sido traduzido na cultura contemporânea. Uma primeira tradução é a felicidade como “acúmulo de bens”. Em um texto que Skinner discute os malefícios da distribuição não contingente de bens que tende a ocorrer nas prescrições do que ele chama de “ética da ajuda” (1975), ele expressa essa tradução, imediatamente a criticando: “Ganhamos muito pouco quando felicidade é traduzida como uma condição estática de satisfação derivada pela posse de bens” (Skinner, 1978a, p.46). O papel privilegiado que a felicidade, traduzida nesse sentido, ocupa na constelação de valores da moral “antiquada” a que Skinner se refere tende a alimentar a ideia de que quanto mais satisfação extraída pelo consumo de bens, mais feliz alguém é. E a felicidade é um valor que, por si só, é legítimo na cultura contemporânea. Ao que tudo indica, a cultura contemporânea tem incentivado os esforços de acúmulos de bens, de seu usufruto independentemente do impacto que isso acarrete sobre o grupo. A suscetibilidade inata a certos reforçadores, a certos estímulos cujo valor reforçador derivou-se de sua importância no ambiente remoto dos ancestrais humanos, parece antes ser *legitimada e incentivada* do que alvo de preocupação pelos seus impactos no futuro remoto da cultura. Essa moral “antiquada” de que fala Skinner não privilegia sobrevivência do grupo a longo prazo, mas preza, sobretudo, pela satisfação imediata dos membros da cultura⁶¹.

⁶¹ Ainda assim, mesmo prezando pela “satisfação imediata” dos sujeitos das culturas ocidentais, Skinner ainda aponta outros riscos (a serem explorados na próxima unidade temática) que isso pode gerar, sobretudo se essa satisfação não for produzida contingentemente à emissão muitas e variadas

No livro *Ciência e Comportamento Humano* (1998/1953), Skinner demonstra a necessidade de se utilizar como critério último de validação de uma prática o fato de haver fortes indícios de que ela promoverá a sobrevivência da cultura a longo prazo. Valores como liberdade e felicidade muitas vezes entram em choque com as exigências de sobrevivência a longo prazo, e, portanto, podem constituir ameaça à sobrevivência da cultura.

Para aceitar a sobrevivência como critério no julgamento de uma cultura, então, parece necessário abandonar princípios como felicidade, liberdade e virtude. A objeção mais comum à sobrevivência talvez seja essencialmente uma reação aversiva a procedimentos que, há longo tempo na história da humanidade, tiveram um valor de sobrevivência (Skinner, 1998/1953, p.470).

Na conclusão do texto de 1973, Skinner sintetiza os principais argumentos desenvolvidos até aqui.

Estamos suficientemente livres do presente para ter um futuro? Nossa suscetibilidade à reforçamento por comida, contato sexual, e sinais de danos agressivos tiveram grande valor de sobrevivência. Sem eles, as espécies provavelmente não iriam estar aqui hoje, mas nas condições correntes eles são tão disfuncionais como as drogas, levando não à sobrevivência, mas à obesidade e desperdício, superpopulação e guerra, respectivamente .

Não importa quão livres nos sentimos, nós nunca estaremos livres de nosso patrimônio genético ou das transformações que ocorrem ao longo de nossa vida. [...] Nós podemos planejar um mundo em que nossas suscetibilidades ao reforçamento serão menos problemáticas e em que nós estaremos mais inclinados a nos comportarmos de modo a

ter um futuro mais promissor (Skinner, 1978a, p.32).

A tendência ao fracasso de algumas medidas tomadas pela cultura para, supostamente, beneficiar seu futuro remoto

Apesar dessa negligência em relação ao futuro remoto das culturas, Skinner identifica que alguns lampejos de preocupação nesse sentido estão presentes. Mesmo assim, o autor não poupa suas críticas ao dizer que, mesmo as medidas que atestam essa preocupação, tendem a estar fadadas ao fracasso. Em parte, essas medidas explicam o porquê de muitas pessoas se mostrarem indiferentes diante das ameaças que pesam sobre a cultura contemporânea, ou, então, encará-las com “tédio”, tal como foi apontado na seção de “seleção de trechos e levantamento de argumentos” desta unidade temática.

No texto *Why We Are Not Acting to Save the World* (1982b), Skinner destaca algumas ameaças que pesam sobre a cultura contemporânea. Ainda que muitos lhe mostrem indiferença ou pouco alarme, o autor identifica algumas ações que demonstram preocupações com essas ameaças. Trata-se de avisos (no preciso sentido que Skinner dá ao falar de modalidades de mando, em sua obra *Comportamento Verbal*, 1978b/1957, enquanto especificação de contingências aversivas). Esses avisos, segundo o autor, pautam-se pela ideia de que se as pessoas estão conscientes das ameaças que podem se concretizar, elas farão algo para mudá-las:

É frequentemente proposto que nós resolvemos nossos problemas avisando as pessoas das consequências de seus comportamentos. “Elevar a consciência” é a expressão da moda. Está implicado que uma vez que as pessoas sabem que seus comportamentos irão ter consequências perigosas, elas irão mudar (Skinner, 1982b, p.5)

Essa suposição que relaciona automaticamente consciência de um problema com ações que produzam sua solução é rapidamente refutada pelo autor. Vários argumentos sustentam essa refutação. Em primeiro lugar, esses “avisos” especificam consequências que são muito remotas em relação às respostas, também especificadas pelos avisos. Quanto mais distante for a relação temporal entre a resposta e a

consequência especificada pelos avisos, menor é a probabilidade de eles serem seguidos (isso por conta da maior sensibilidade às consequências imediatas das respostas). Em segundo lugar, esses “avisos” especificam, por definição, contingências de reforçamento negativo. Nessa condição, por envolverem controle aversivo, os avisos tendem a ser ignorados⁶². Ora, se são ignorados, eles tendem a ser emitidos com menor frequência. Segundo Skinner, a cultura contemporânea tem insistido em, quando enxerga e toma alguma providência quanto ao seu futuro, adotar um tom “apocalíptico”, como se ela estivesse no final de seus dias. Com esse tom, não é de se espantar que muitas pessoas mostrem-se desinteressadas pelo futuro da cultura. Todas essas ideias estão sintetizadas nesta citação de Skinner:

Em geral, quanto mais remotas as consequências previstas, menor as chances de seguirmos um aviso. Nós somos mais bem sucedidos quando nós seguimos avisos sobre o futuro imediato porque esse tipo de aviso tem sido mais frequentemente testado e mostrado sucesso. Os avisos que estamos oferecendo são sobre o futuro remoto. [...]

Quando as consequências previstas para nosso comportamento são punitivas, nós devemos nos prevenir ou escapar delas. Mas é mais fácil escapar de outras formas – através da ignorância ou esquecimento do aviso ou encontrando uma forma que não quer resolver o problema [...].

[...] E há outra razão pela qual o conhecimento do futuro tende a não resolver nossos problemas: na medida em que o aviso não é seguido, ele tende a não ser dado.

Conclusão

Foi visto que com a caracterização da evolução do comportamento que os organismos se tornaram cada vez mais preparados para lidar com um futuro remoto e

⁶² Essa relação entre controle aversivo e respostas que eliminam ou impedem tal controle (respostas de fuga e esquiva) será melhor explorada na quarta e última unidade temática. Por isso, o texto passará rapidamente por esse ponto.

dinâmico. No entanto, dois produtos dessa evolução ainda constituem entraves para qualquer cultura preparar sua sobrevivência a longo prazo: a suscetibilidade às conseqüências imediatas ao comportamento de seus membros e a alta sensibilidade a reforçadores primários. Esses produtos poderiam ser contrabalanceados por contingências sociais arranjadas pelo grupo. No entanto, a cultura contemporânea tem desperdiçado essas possibilidades sustentando uma moral que valoriza a gratificação imediata e o acúmulo de bens. Mesmo as contingências arranjadas para, eventualmente, produzirem um futuro mais promissor são contingências aversivas, o que alimenta o que a “moral antiquada”, centrada nos valores de liberdade e felicidade, tanto incita: preocupação excessiva com o presente e negligência em relação ao futuro remoto da cultura.

A cultura contemporânea teria trocado, então, um futuro mais promissor por um presente mais gratificante? Como se verá na próxima unidade temática, não. Muitas contingências mantidas por essa cultura, ao privilegiarem a “gratificação imediata” e a profusão de bens acessíveis tem empobrecido o repertório de seus membros. Isso significa que suas vidas têm se tornado confortáveis, mas entediante; relativamente tranquila, mas incapaz de gerar operantes diversificados que poderiam enriquecer o contato de seus membros com o mundo. Mesmo se concentrando sobre o presente, a qualidade de vida na cultura contemporânea ainda apresenta sérios impasses, que não deixam também de ameaçar o futuro do grupo. Será sobre esse tema que o trabalho irá agora se voltar.

EMPOBRECIMENTO DO REPERTÓRIO COMPORTAMENTAL

A caracterização desta unidade temática, ainda que siga mais ou menos a trajetória das demais, apresentou a mesma especificidade da anterior: os argumentos de Skinner, presentes nos nove textos, responsáveis pela delimitação dos contornos da presente unidade temática têm certa autossuficiência, no sentido de que são suficientemente fundamentados nos próprios textos em que aparecem. Como foi o caso da unidade temática anterior, isso colocou dificuldades na separação proposta na seção de “considerações metodológicas” deste capítulo: fazer um item correspondente à apresentação de citações de Skinner que justificariam a formação da unidade temática e ao levantamento dos principais argumentos presentes nesses trechos (item

sempre denominado “Seleção de trechos e levantamento de argumentos”) e outro item dedicado à fundamentação desses argumentos. A própria fundamentação dos argumentos levantados nas citações encontrava-se nos próprios textos em que foram extraídos, o que levava a redação do primeiro item ficar enorme, com tudo o que Skinner tinha a dizer sobre o tema alvo desta unidade temática. Em contrapartida, o item subsequente, voltado para a tarefa de fundamentação, tenderia a ficar esvaziado, na medida em que os trechos dos nove textos já desenvolveriam os principais argumentos referentes à unidade, dispensando ou tornando redundante a tarefa de recorrer a outros textos para fundamentar os argumentos desenvolvidos no item anterior. Esse resultado do tratamento das informações já era previsto, como foi apontado na seção de Método deste trabalho: para muitos temas presentes na crítica de Skinner, a operação de sistematização seria útil não para fundamentá-los, mas para *organizá-los*. Por essa razão, a redação desta unidade temática contornou essa dificuldade mantendo a divisão em dois itens, mas cuja proposta não seria a de, no primeiro, selecionar todos os trechos dos nove textos que versariam sobre o tema desta unidade, e, no segundo, fundamentá-los através de outros textos de Skinner. O que se fez, repetindo a estratégia da redação da unidade temática precedente, foi fazer o item de “Seleção de trechos e levantamento de argumentos” corresponder aos argumentos centrais de Skinner que tratam desta unidade, oferecendo ao leitor uma visão panorâmica sobre esse assunto. No item subsequente, os argumentos levantados foram aprofundados, embora isso não tenha necessariamente exigido reportar-se a outros textos de Skinner.

Seleção de trechos e levantamento de argumentos

Nesta seção, procurar-se-á apresentar alguns trechos dos nove textos que atestem que empobrecimento do repertório comportamental constitui um tema que absorve as preocupações de Skinner em sua análise da cultura contemporânea. Conforme esses trechos forem apresentados, a tradução da expressão “empobrecimento do repertório comportamental” será elucidada, tarefa necessária por duas razões: 1. autor não empregou tal expressão em seus textos; e 2. apesar de o autor sugerir outras expressões para aludir às práticas sociais que serão analisados nesta unidade temática, falar em “empobrecimento do comportamento”⁶³ pareceu

⁶³ Skinner chega a dizer que as práticas a serem analisadas nesta unidade temática podem ser reunidas

mais adequado (e as razões disso serão apontadas conforme os trechos dos textos de Skinner forem apresentados). Essa tradução servirá de critério a partir do qual uma prática analisada por Skinner poderá ser incluída na presente unidade temática: e, como será visto, uma série de práticas produzem esse efeito, justificando seu tratamento especial nesta unidade. A tarefa seguinte será a de identificar as razões pelas quais as práticas sociais aglutinadas sob esse mesmo rótulo⁶⁴ consistem em ameaças à sobrevivência da cultura contemporânea. Feito esse elo entre o tema desta unidade e a ameaça à sobrevivência da cultura, a análise será automaticamente autorizada a sustentar a ideia de que toda prática social que tiver esse produto será, por tabela, uma prática que ameaça a sobrevivência da cultura. Durante todo esse percurso, serão destacados os principais argumentos que compõem a crítica de Skinner às práticas sociais que produzem empobrecimento do repertório de comportamento para que, no item subsequente, eles possam ser analisados com maior profundidade.

No texto *What is Wrong in the Daily Life in the Western World?* (1986a), Skinner se debruça diretamente sobre algumas práticas que, segundo ele, vêm minando a inclinação do sujeito contemporâneo para agir. Diz ele que

Muitos daqueles que vivem nas democracias ocidentais desfrutam de um grau razoável de fartura, liberdade e segurança. Mas eles têm seu próprio problema. Apesar de seus privilégios, muitos estão entediados, inquietos ou deprimidos. Não estão desfrutando suas vidas. Não gostam daquilo que fazem, não fazem aquilo de que gostam. Numa palavra, estão infelizes. (Skinner, 1986a, p.568)

Esse trecho de Skinner abre seu texto de 1986a. O que pode causar um leve espanto é que, em um texto voltado para a análise de práticas de uma cultura, o autor

por terem como produto em comum a “perda da inclinação para agir” (1986, p.), “erosão das contingências de reforçamento”(1986, p. e “privilegiarem o efeito de prazer do reforço em detrimento do efeito reforçador” (1986, p.).

⁶⁴ “Empobrecimento do repertório comportamental” está menos para uma prática do que para um efeito produzido por ela. No entanto, a opção por esse rótulo se justifica na medida em que são *diversas* práticas sociais que Skinner analisa e que foram aglutinadas nesta unidade temática. Portanto, o que governará as análises desta unidade não é nenhuma prática social em particular, mas muitas que

inicie seu texto destacando sentimentos: isso é evidente quando Skinner descreve alguns dos sujeitos contemporâneos como “entediados, inquietos ou deprimidos”. Ainda que os sentimentos possam ser indicadores de contingências em vigor, o que lhe interessa é identificar essas *contingências* que têm produzido esses sentimentos. No entanto, uma leitura apressada do texto poderia chegar à conclusão de que Skinner está preocupado com essas contingências *porque* quer explicar esses sentimentos como objetivo último. Não parece ser esse o caso: o que instiga o autor é o fato de o que caracterizar ou acompanhar todos esses sentimentos ser, como aponta o autor, um enfraquecimento do comportamento. Em um trecho mais conclusivo do texto, ele diz que “Ao vencer a luta pela liberdade e a perseguição pela felicidade, o Ocidente perdeu sua inclinação para agir” (Skinner, 1986a, p.572). Tudo sugere, portanto, que o grande mote do texto é explicar porque a cultura contemporânea tem gerado, em seus membros, baixa inclinação para agir. A princípio, esse parece realmente ser o tom do texto, parece ser aquilo que norteia as ideias ali desenvolvidas.

No entanto, a análise de algumas das cinco práticas descritas no texto como responsáveis pelo que o autor chama de “erosão das contingências de reforçamento” (Skinner 1986a, p.569) revela que a preocupação do autor não incide *apenas* na redução da inclinação para agir; incide também sobre práticas que mantêm pouca variedade de comportamentos (tendendo a gerar repertórios pouco diversificados de respostas), comportamentos repetitivos, comportamentos mantidos por suas consequências não naturais e comportamentos mantidos por reforçamento negativo. Essa constatação parece implicar dizer que o que Skinner faz em seu texto é analisar práticas cujos efeitos vão além de gerar algum comprometimento sobre a inclinação para agir. Vale reter essa constatação e analisar sua validade. Isso será importante para compreender a razão pela qual se optou por aglutinar diversas práticas sociais sob um título em nenhum momento usado por Skinner. Para se justificar essa opção, vale apresentar brevemente algumas práticas sociais que foram incluídas nesta unidade temática.

Discutindo a noção de “alienação” do trabalhador industrial, caracterizada, por Skinner, como a separação desse trabalhador em relação aos produtos *diretos* de seu trabalho, diz ele que

produzem esse efeito.

A alienação do trabalhador é inevitável num mundo que visa ao lucro a partir da especialização e da divisão do trabalho. [...] Não há dúvida da vantagem dessa especialização, mas a consequência inevitável é que uma pessoa passa uma parte maior do tempo fazendo um único tipo de coisa. Todo mundo sabe o que significa estar cansado de fazer, com excessiva frequência, mesmo as coisas que se gosta de fazer, e essa é outra razão pela qual as indústrias recorrem essencialmente a medidas aversivas para manter o comportamento de seus trabalhadores. (Skinner, 1986a, pp.569-70)

O destaque que Skinner dá à alienação do trabalhador como produto da divisão do trabalho e da reprodução do capital (ou do “mundo que visa ao lucro”) parece se justificar por duas razões. Em primeiro lugar, o comportamento do trabalhador é fraco, no sentido de que é improvável de acontecer caso as indústrias não apelem para contingências aversivas suplementares (como a ameaça de demissão) para mantê-lo. Isso dá força à ideia de que as práticas analisadas nesse texto gravitam sobre a temática da perda da inclinação para agir. No entanto, essa citação contém mais ingredientes: Skinner parece ver com alarme o fato de, nas indústrias, as respostas dos trabalhadores serem muito repetitivas: boa parte do que se faz na linha de montagem exige pouca variedade de respostas. Isso pode levantar a hipótese de que o alarme de Skinner sobre a divisão do trabalho não se restringe apenas ao fato de ela tender a enfraquecer o comportamento, mas também ao fato de poucos comportamentos serem mantidos no trabalho industrial. Se essa hipótese estiver correta, seria lícito dizer que, ao discutir a alienação do trabalhador, Skinner não diz que o problema da divisão do trabalho e da reprodução do capital seja *somente* a perda da inclinação para agir; o que acontece é que a divisão do trabalho numa fábrica exige *muitas* ações topograficamente e funcionalmente semelhantes. Numa palavra, exige-se repetição. Em boa parte do tempo, nas indústrias capitalistas, o trabalhador emite muitas respostas, mas todas muito parecidas. Ora, isso gera um impasse na interpretação do texto de Skinner: a prática analisada é alvo de crítica porque erode a inclinação de agir dos trabalhadores ou por que mantém pouco diversidade de respostas?

O tema da alienação do trabalhador já havia sido tratado em outro texto de

Skinner, texto a partir do qual se podem extrair algumas pistas sobre essa interrogação. No seu artigo *News from Nowhere, 1984* (1985), Skinner diz que

O repertório modelado e mantido pela vida cotidiana é rico e variável. O repertório modelado e mantido pela fábrica é pequeno e repetitivo. Ele não compõe muito de uma pessoa [it does not compose much of a person] (Skinner, 1985, p.7).

A crítica que Skinner apresenta nesse texto de 1985 à prática de divisão do trabalho observada nas indústrias capitalistas não tangencia a questão do enfraquecimento do comportamento (ou, em outras palavras, a perda da inclinação para agir). O que é destacado é a repetição do comportamento, a pouca variedade que apresenta. Essa monotonia no responder, segundo essa citação, “não compõe muito de uma pessoa” (Skinner, 1985, p.7), isto é, consiste em poucas respostas cuja utilidade em operar sobre o mundo se restringem ao ambiente de trabalho⁶⁵, empobrecendo a possibilidade de operar com sucesso sobre a realidade em outros ambientes. O núcleo da crítica de Skinner ao produto da divisão de trabalho, ou seja, à alienação tem duas faces: envolve o enfraquecimento do comportamento, mas também sua *ocorrência*, uma série de vezes, de modo muito similar. Pode-se ainda acrescentar, também, o fato de que se trata de um comportamento pouco eficaz fora do ambiente de trabalho (o que sugere que as consequências que o mantêm sejam extrínsecas, algo que será mais bem explorado na próxima seção). Portanto, a hipótese de que o que Skinner critica na prática da divisão do trabalho seja não somente a perda da inclinação para agir, mas também a repetição do comportamento, ganha força.

E essa hipótese adquire ainda mais consistência quando Skinner discute a difusão do comportamento governado por regras, no texto de 1986a, dizendo que “Seguimos conselhos não por causa das consequências que irão ocorrer numa dada ocasião, mas por causa das consequências que ocorreram no passado” (Skinner, 1986a, p.571). O que está em jogo, novamente, não é a perda da inclinação para agir,

⁶⁵ Tourinho (2009), ao fazer uma análise da alienação (embora do empregador, e não do trabalhador), diz algo que se harmoniza com a presente argumentação. A alienação do trabalhador não envolve somente o enfraquecimento do comportamento, mas sua pouca variedade, sua monotonia: “A variedade de interações possíveis com o mundo, a experiência de operar de diferentes modos sobre o mundo e entrar em contato com diferentes consequências, que podem tornar a vida interessante e surpreendente,

mas o fato de que seguir regras pode ser mantido independentemente de seus produtos diretos: o fato de seu seguimento ter produzido reforço (especialmente reforços extrínsecos) no passado, dilui ou subtrai o poder retroativo das consequências naturais. O efeito direto das respostas controladas por regras podem ser neutralizados ou superados pelas consequências não naturais. O resultado pode ser que mesmo com a realidade se transformando de um modo que torne a regra antiquada, seu seguimento se mantém especialmente devido ao reforço extrínseco. Novamente, não há exatamente perda da inclinação para agir, mas uma tendência a tornar os sujeitos insensíveis à parcelas importantes do mundo que os cerca.

O que se conclui de tudo o que foi dito até aqui é o seguinte: Skinner revela preocupação, ou melhor, critica práticas sociais que produzem comportamentos fracos (como o caso do trabalho especializado), baixa variabilidade comportamental (também foi o caso do trabalho especializado) e comportamentos mantidos a despeito de suas consequências diretas (como foi o caso do comportamento governado por regras). Juntar todos esses produtos sob o rótulo de “perda de inclinação para agir” ou “erosão das contingências de reforço” parece impreciso ou vago. A crítica de Skinner ao trabalho “alienado”, como se viu, se dá não só porque ele é fraco, mas porque é pouco variado e só importante no ambiente de trabalho. Parece que algo mais está em jogo na análise crítica de Skinner sobre algumas práticas sociais que ele rotula das maneiras acima apontadas.

Falar em empobrecimento parece ser mais proveitoso. Dizer que esse produto que é alvo de alarme é empobrecimento de repertório e não a perda da inclinação para agir (ou “erosão das contingências de reforçamento”) traz algumas vantagens para a análise da crítica de Skinner à cultura contemporânea. Em primeiro lugar, a inclinação para agir não é descartada como critério a partir do qual uma prática social é alvo de crítica: o enfraquecimento do comportamento está abarcado pela noção de empobrecimento do repertório. Em segundo lugar, o termo alarga a margem de produtos de práticas que podem ser alvo de crítica, envolvendo também, como foi visto, outros produtos, como a pouca variabilidade de respostas e a insensibilidade dos sujeitos humanos aos produtos diretos de seu comportamento. Desse modo, é possível capturar o que permite incluir em uma mesma classe de fenômenos práticas tão distintas e situadas num mesmo plano nas análises de Skinner⁶⁶. O que fica ainda um

dá lugar a umas poucas respostas emitidas muito frequentemente” (Tourinho, 2009, p.158).

⁶⁶ O texto de 1986 serve como um bom exemplo: as cinco práticas ali analisadas são colocadas no

pouco vago são os contornos do que pode ser chamado de empobrecimento do repertório, isto é, o que pode e o que não pode entrar nessa classe. No entanto, os exemplos dados até aqui sobre práticas que produzem empobrecimento de repertório foram apresentados exatamente para delimitar com maior precisão que tipos de produtos de determinadas práticas sociais podem entrar nessa classe de “empobrecimento de repertório”. Os produtos destacados até aqui são exemplos representativos de todos os tipos de produtos das práticas que serão analisados nessa unidade temática e, portanto, que foram encontrados na análise dos nove textos. Poder-se-á dizer que uma prática produz empobrecimento do comportamento quando ela envolver baixa inclinação para agir, monotonia de respostas (ou baixa variabilidade) ou manutenção de operantes cuja utilidade se limita a ambientes restritos. Ainda assim, esse agrupamento desses três efeitos sob o rótulo de empobrecimento de repertório parece introduzir novas complicações. Por que juntar esses três efeitos numa só classe de fenômenos? Por que não tratá-los separadamente, já que os efeitos são distintos?

Isso seria uma opção. No entanto, separar esses três efeitos poderia deixar passar algo que é importante destacar, ainda mais quando os esforços desse capítulo concentram-se em *sistematizar* a crítica de Skinner à cultura contemporânea: o que esses três efeitos têm em comum. Manter esses três efeitos como algo absolutamente separado, como se não tivessem nada em comum, seria empobrecer a tarefa de enxergar consistência, coesão, unidade nessa crítica, apesar de seu caráter disperso que ela se apresenta nos nove textos. Além do mais, é o próprio Skinner que, quando aponta as práticas que provocam tais efeitos, identifico algo em comum a todos eles que permite aglutiná-los sob um mesmo rótulo. No entanto, como foi apontado, os termos que o autor emprega como maneira de aglutinar tais efeitos sob um mesmo rótulo, pareceram impróprios⁶⁷ A tarefa que agora se impõe, portanto, é identificar o que há em comum nesses três efeitos.

Em todos esses três efeitos, o que parece estar em jogo é a redução do *intercâmbio* entre sujeito humano e seu mundo. Quando o comportamento é fraco,

mesmo plano, no sentido de que todas convergem por produzirem um efeito em comum: o que Skinner chama de “erosão de contingências de reforçamento”.

⁶⁷ No texto de 1986, Skinner diz que analisará cinco práticas que “privilegiam o efeito do prazer do reforço” (p.568), “erodiram as contingências de reforçamento” (p. 569), ou ocasionaram a “perda da inclinação para agir” (p.572). Todos esses rótulos pareceram inadequados para abranger os efeitos que o autor destaca nessas cinco práticas, seja porque nem todas apresentam um desses efeitos, seja porque outros efeitos das práticas analisadas têm papel crítico na argumentação do autor e não parecem

quando é pouco variado ou quando só pode ser emitido dentro de ambientes restritos, o poder de operar sobre o mundo, produzir conseqüências novas em ambientes distintos e que se transformam constantemente é esvaziado. Nesses três casos, há um despreparo para o sujeito lidar com o mundo, aprender com ele, se transformar a partir das mudanças que o ambiente passa. A fraqueza do comportamento, sua repetição sistemática e a restrição de seu escopo de ação são características que convergem de modo a empobrecer o contato com o mundo, reduzir a possibilidade de operar sobre a realidade e se transformar de acordo com essa operação. Nos três casos, a suscetibilidade à mudança do comportamento do sujeito é achatada, já que a operação sobre o mundo é reduzida ou pouco diversificada. Ao se eleger o termo “empobrecimento do repertório”, procurou-se enfatizar o despreparo dos sujeitos em lidarem com a realidade, em entrar em contato com ela e tirarem proveito disso. *Empobrecimento de repertório é uma redução no poder de operar com sucesso sobre o mundo.* É um desgaste daquilo que garante a transformação e intercâmbio do homem com o mundo: o seu fazer, sua operação sobre o mundo. Será esse o critério último a partir do qual uma prática poderá, ou não, ser incluída nessa unidade temática; tanto a abrangência como a especificidade dessa unidade serão definidas na medida em que ela abarque as práticas sociais que tenham esse efeito em comum: o empobrecimento do repertório.

Até aqui, os trechos dos nove textos de Skinner apresentados deram suporte para revelar *qual* produto de algumas práticas sociais o autor identifica como problemática. Foi visto que, apesar de ele se referir a tal produto como perda da “inclinação para agir”, ao que tudo indica esse produto é mais complexo: envolve o empobrecimento do repertório. Além disso, as citações também funcionaram de modo a começar a atestar uma preocupação *recorrente* de Skinner com esse produto de algumas práticas sociais. A abrangência, a amplitude dessa preocupação, no entanto, ainda não foi fielmente refletida no presente texto. Vale apontar outros exemplos que testemunham tal preocupação.

A inquietação de Skinner com o empobrecimento do repertório é revelada também em outro de seus textos intitulado *The Ethics of Helping People* (1975). Skinner observa uma tendência em ajudar as pessoas mesmo quando elas podem

pertencer à classe de eventos que ele analisa.

ajudar a si mesmas. Não lhe interessa, em última análise, criticar essa prática de ajuda, mas atentar para seu efeito desastroso. Qual? Novamente: o empobrecimento do repertório.

Força [do comportamento] não está relacionada, em nenhum sentido, à quantidade de reforçadores e, além do mais, também não está relacionada à ajuda que damos ou ao bem⁶⁸ que fazemos aos outros [...]. Nós precisamos considerar a possibilidade de que essa força do comportamento é mais importante do que receber ou adquirir bens (Skinner, 1978a, p.36).

O que essa citação aponta é uma armadilha em que se cai quando se pensa no que significa ajudar aos outros. Em muitos casos, a ajuda é identificada com dar aquilo que os outros não têm, fornecer “bens” – ou melhor, reforçadores – em vez de *fortalecer* ou *gerar* comportamentos que produzam sua aquisição. Uma pessoa que tem muitos “bens” não precisa mais ser ajudada, não carece de ajuda (nessa noção de ajuda criticada pelo autor). Skinner questiona essa suposição, argumentando que ao *fornecer* “bens” está-se perdendo a chance de *fortalecer* ou *gerar o comportamento*. Em suma, o que subsidia Skinner questionar a ética da ajuda é o fato de ela não primar pelo fortalecimento e manutenção (sem a necessidade de auxílio contínuo dos outros) do comportamento. Privando os sujeitos de aprender operantes, priva-se a possibilidade de eles entrarem em contato com uma realidade complexa e dinâmica, contato esse que se desdobraria em a aprendizagem de novos comportamentos.

Por fim, vale explicitar uma citação de Skinner presente em seu texto *Human Behavior and Democracy* (1977). Boa parte do texto é dedicada à discussão das implicações da concentração de poder em agências controladoras, que monopolizam o poder de distribuir reforços (positivos ou negativos). Skinner aponta que

Concentração de poder em uma agência é objetável não apenas porque é caracteristicamente má utilizada e

⁶⁸ Ao que tudo indica, a palavra “bem” é empregada no sentido de ajudar aos outros quando eles mesmos podem se ajudar. Esse ponto será melhor explorado na seção de aprofundamento relativa a esta unidade temática.

desperdiçada, mas porque ela destroi contatos interpessoais. [...] Uma especial oportunidade para cada um reforçar o comportamento dos outros tem sido perdida. [...] As chances de conseguir melhores relações interpessoais são, então, reduzidas (Skinner, 1978a, p.9)

A prática social sobre a qual Skinner verte sua atenção, nesse trecho, é a de delegar o poder de controlar o comportamento dos membros da cultura em agências de poder. O problema que o autor identifica nessa prática se vincula ao fato de que essas agências fazem muito do que as pessoas poderiam fazer umas em relação às outras: essas próprias pessoas poderiam apresentar reforços aos operantes de outros, elas mesmas poderiam controlar o comportamento dos outros, arcando com os desafios que isso acarreta, bem como usufruindo de suas vantagens. Conviver com os outros não é uma empreitada das mais fáceis: exige ceder, fazer concessões, estabelecer compromissos, às vezes punir tendo-se em vista um suposto benefício futuro. Talvez por conta dessas dificuldades haja certo conforto em delegar às agências especializadas que agem em nome da “lei”, do “bem”, de “Deus”, a árdua tarefa de regular as relações interpessoais. Há um problema nessa renúncia “voluntária” ao poder em favor da concentração de poder em agências: as pessoas deixam de desenvolver repertórios que lhes poderiam ser úteis no tratamento com os outros. A renúncia de poder implica renúncia da possibilidade de desenvolver repertórios para se relacionar com os outros: a mediação das relações interpessoais em agências controladoras cria espécies de “próteses” que neutralizam as eventuais tensões que podem ser produzidas no contato direto entre as pessoas. Mas essa não é a consequência indesejável: escapando das eventuais estimulações aversivas em controlar diretamente o comportamento dos outros, perde-se a possibilidade de se gerarem operantes importantes para relações interpessoais mais satisfatórias, bem como se perde a possibilidade de ter acesso aos ganhos dessas relações eventualmente gratificantes. O raciocínio de Skinner segue um percurso semelhante à sua crítica à “ética da ajuda”: “auxiliando” os outros que poderiam se ajudar, subtrai-se a possibilidade de eles mesmos desenvolverem operantes que dispensem a ajuda dos outros. O trato dos outros é alienado (no sentido de delegado para algo ou alguém) às instituições que concentram poder e têm legitimidade para exercê-lo. Novamente, produz-se o mesmo: os membros da cultura deixam de desenvolver operantes que,

apesar dos riscos de serem desenvolvidos, poderiam enriquecer seu contato com o ambiente, especialmente o ambiente social. O que está em jogo, mais uma vez, é o empobrecimento do repertório, gerado pela concentração de poder. E empobrecimento no sentido de que deixam de se *gerar* repertórios importantes para interação social.

O que vale reter de todas essas citações, e dos comentários que lhes são correspondentes, ao menos por enquanto, não é quais práticas o autor destaca como empobrecedoras do comportamento, mesmo porque, como será visto, muitas outras práticas foram analisadas por ele. O que norteou a seleção desses trechos foi o fato de eles atestarem que Skinner lança muitos alarmes sobre o a manutenção, na cultura contemporânea, de práticas que empobrecem o repertório.

Algumas perguntas, no entanto, não podem escapar da constatação dessa preocupação de Skinner: por que o empobrecimento do repertório é alvo de sua preocupação? Se as práticas que empobrecem o repertório constituem outra face da crítica de Skinner à cultura contemporânea, conforme este trabalho está sustentando, qual a relação entre enfraquecimento do repertório e a ameaça da sobrevivência da cultura? Essas perguntas, que no fundo versam sobre a mesma questão, precisam ser respondidas para que fique justificada a formação da presente unidade temática como organizadora da crítica skinneriana da cultura contemporânea.

Para que essas perguntas possam ser respondidas, vale lembrar a tradução da expressão “empobrecimento do repertório”, na medida em que foi esse produto que serviu de critério para incluir práticas sociais nesta unidade temática. Até aqui, foi visto que essa expressão aludem a efeitos de prática sociais que consistem em o enfraquecimento do comportamento (ou, como Skinner em alguns momentos preferiu, “perda da inclinação para agir”), repetição estendida no tempo das mesmas respostas ou produção e manutenção de comportamentos cuja utilidade se confina em ambientes restritos (como se verá mais para frente, esse aspecto guarda profunda relação com o reforçamento extrínseco). Todos esses efeitos, reunidos sob o rótulo de “empobrecimento do repertório”, têm um ponto de intersecção pelo fato de eles reduzirem o intercâmbio do sujeito com o mundo, elevarem a insensibilidade das pessoas em relação às mudanças transcorridas na realidade. O empobrecimento do repertório é um empobrecimento na *relação* homem mundo.

Ora, se o intercâmbio com a realidade é empobrecido, não fica difícil compreender os impasses que isso ocasiona sobre a sobrevivência do grupo.

Insensibilidade à grande parcela da realidade impede que os membros da cultura lidem com desafios criados ou pelas relações internas da cultura, isto é, tensões geradas *entre* os membros da cultura, assim como pelas relações entre a cultura e o ambiente inorgânico. Lidar com o inesperado, com o futuro, com as transformações da realidade tende a beirar o impossível se a cultura mantém práticas que não desenvolvem o repertório de seus membros ou que enfraquecem seus comportamentos. O empobrecimento do repertório inclui o que pode ser chamado, sem muita preocupação com o rigor das palavras, a falta de vivacidade, criatividade, produtividade tão importantes para que um grupo solucione seus problemas ou crie condições para um futuro mais promissor. Uma cultura com membros apáticos, vivendo uma vida monótona e com poucos subsídios para enfrentar os desafios que o porvir incontornavelmente impõe é uma cultura despreparada para sobreviver. Skinner chega a dizer que esse produto não é um dos maiores problemas que a humanidade vem enfrentando; no entanto, reconhece que pode ser uma *condição* para enfrentar seus maiores problemas. No texto de 1986a, após discorrer sobre cinco práticas sociais que produzem empobrecimento do repertório, Skinner diz que

A qualidade de vida no Ocidente não é o problema mais importante no mundo hoje. Não pode ser comparada à pobreza global, à doença e à violência, ou com a superpopulação, a exaustão dos recursos naturais, a destruição do meio ambiente, a possibilidade de guerra nuclear. Mas, uma qualidade de vida melhor deveria ajudar a solucionar esses problemas (Skinner, 1986a, p.573)

Essa citação tem um elemento curioso. Se, de um lado, Skinner coloca todos os problemas citados como mais alarmantes que a “qualidade de vida no Ocidente” (se referindo, provavelmente, ao que ele chama de perda da inclinação para agir, mas que, aqui, se está chamando de empobrecimento do repertório), de outro, ele coloca a “qualidade de vida” como uma condição que, no mínimo, facilitaria lidar com esses problemas. Ora, parece não existir muito sentido em hierarquizar os problemas da cultura contemporânea dessa forma: se o empobrecimento do repertório ajudaria a resolver *muitos* dos problemas da cultura contemporânea, ele deveria ocupar o topo da lista de seus problemas. Uma cultura que não preza pelos contatos interpessoais, que

não desenvolve o gosto pela vida (muitas pessoas do Ocidente contemporâneo, como apontou Skinner, estão “[...]entediadas, inquietas e deprimidas, não estão desfrutando de suas vidas” [Skinner, 1986a, p.569]), para citar alguns exemplos, tende a ser uma cultura cujos membros não estão inclinados a valorizá-la, a agir em seu favor. Talvez, nesse ponto, haja uma ligação entre o empobrecimento do repertório e a negligência em relação ao futuro: se a cultura pouco oferece aos seus membros, não há razão para que seus membros ofereçam algo de promissor para seu futuro. Skinner diz mais ou menos isso quando realiza a conclusão de seu texto *The Ethics of Helping People* (1975). Após discorrer sobre práticas sociais que inibem a formação e manutenção de operantes variados, diz que

Alguma outra coisa é necessária para realizar condições em que os seres humanos irão mostrar produtividade, criatividade e força inerente a sua dotação genética e que são essenciais para a sobrevivência da espécie (Skinner, 1978a, p.47).

Tendo elucidado no que consiste o “empobrecimento do repertório”, revelado que tal produto de diversas práticas sociais mantidas na cultura contemporânea é alvo de inquietação de Skinner e apontadas as razões para o autor enxergar nesse produto uma ameaça à sobrevivência, resta, agora, explorar mais detidamente quais são as práticas que Skinner analisa e que produzem o empobrecimento do repertório. Na seção que se segue, cada prática será analisada com mais profundidade do que foi feito até aqui. Para tanto, serão retomados, quando necessário, alguns conceitos básicos da AC, revelando que a crítica de Skinner a essas práticas se escora em seu arsenal filosófico, conceitual e empírico.

Aprofundamento da análise das seis práticas produtoras de empobrecimento do repertório

Seis práticas foram detectadas na análise dos nove textos de Skinner. Cinco delas foram extraídas do texto de 1986a, em que aparecem de forma explícita e claramente se relacionam com o produto que serviu de critério para incluir alguma prática social na presente unidade temática: o empobrecimento do repertório. Apenas

para atestar essa evidente relação dessas cinco práticas com a presente unidade temática, vale apontar como elas são introduzidas nesse texto: “[...] será útil rever cinco práticas culturais que [...] *têm erodido as contingências de reforçamento*” (Skinner, 1986a, 569; destaque acrescentado). Todas essas práticas foram examinadas em outros textos de Skinner que fazem parte dos nove selecionados para coleta de informações neste capítulo: ora o autor repete seus argumentos no tratamento analítico dessas práticas, ora apresenta novas facetas dessas práticas, enriquecendo sua análise. A sexta prática descrita nesta unidade temática foi extraída de um exame mais minucioso das ideias desenvolvidas no texto de 1977 (*Human Behavior and Democracy*), em que ela aparece de modo menos explícito. Por essa razão, essa sexta prática exigiu maior esforço interpretativo para ser identificada. Tal esforço consistiu na elaboração de tópicos referentes às ideias desenvolvidas nesse texto, o que revelou que quase todos eles poderiam ser agrupados sob o rótulo de “concentração de poder em agências controladoras”, constituindo-se, cada um deles, ou definições dessa prática ou seus efeitos. A crítica de Skinner sobre essa prática envolvia o produto que serviu de critério para inclusão de práticas sociais nesta unidade temática. Seguindo esse percurso, as seis práticas extraídas dos nove textos de Skinner e selecionadas, referentes a essa unidade temática, foram:

1. Divisão e especialização do trabalho em uma economia de mercado
2. Economia de trabalho
3. Difusão do comportamento controlado por regras
4. Obediência a leis
5. Alta disponibilidade de reforços
6. Concentração de poder

A redação correspondente a cada prática analisada seguirá o mesmo percurso. Primeiro, será descrito em que ela consiste. Em seguida, serão apontados seus produtos mais imediatos. Isso feito, mostrar-se-á como eles se relacionam com o empobrecimento do repertório, já que esse foi o critério a partir do qual uma prática social pôde ser incluída nesta unidade.

Divisão e especialização do trabalho

O fato mínimo, a condição mais irredutível, incontornável com que toda cultura tem que se haver é a sua sobrevivência. Uma cultura não existe se não a produz e se não cria contingências que assegurem a reprodução de suas condições de existência. Para sobreviver, um grupo precisa *produzir*, o que significa interagir com a natureza extraindo daí os recursos para se manter. A transformação da natureza é uma condição necessária para se sobreviver; mas, não suficiente. Ao mudar o mundo inorgânico, os homens se relacionam entre si, o que significa que produzem *conjuntamente* essas riquezas que consomem e viabilizam sua perpetuação no tempo enquanto grupo. Numa palavra, para sobreviver é necessário trabalhar. O trabalho, no mínimo, envolve a operação sobre o mundo e a interação entre homens. Essa interação pode não ser igualitária (aliás, é difícil pensar em uma divisão de trabalho que seja igualitária), no sentido de que pode envolver divisões de tarefas reservadas para membros específicos do grupo.

Uma das maiores críticas de Skinner à cultura contemporânea envolve o modo como seus membros se relacionam para produzir suas condições de existência. Em outras palavras, envolve a organização das relações de trabalho (cf. Skinner, 1978a, 1985 e 1986a). Primeiramente, será privilegiada a dimensão descritiva dessas relações de trabalho: a partir de alguns textos de Skinner, os contornos básicos das relações de trabalho da cultura contemporânea serão delimitados. Em seguida, o caráter descritivo das relações de trabalho cederá lugar a uma análise dessas relações, enfatizando-se as relações comportamentais que estão em jogo, especialmente a partir da noção de reforçamento extrínseco. Isso será realizado de modo a ser desvendado como as relações de trabalho características da cultura contemporânea produzem empobrecimento do comportamento.

Vale ver como o autor caracteriza o trabalho na cultura contemporânea para, a partir de suas próprias palavras, extraírem-se seus principais elementos.

Trabalhadores migraram do trabalho artesanal para o industrial por várias razões. O trabalho [industrial] é, geralmente, mais fácil e, porque uma tarefa é dividida entre muitos trabalhadores, cada porção é simples e pode ser aprendida durante um período mais curto. Os trabalhadores produzem mais em menos tempo e podem ser mais bem

pagos. Contudo, algo foi perdido. (Skinner, 1978a, p.38)

O que essa citação destaca é o fato de o trabalho, quando dividido e especializado, ser mais produtivo (ou seja, apresenta grande volume de produção em pouco tempo). Isso porque as atividades necessárias para a produção de qualquer mercadoria são decompostas em múltiplas tarefas, sendo que uma, ou algumas poucas delas, é realizada por um só trabalhador. Essa divisão do trabalho implica sua especialização: fazendo pouca coisa durante muito tempo, faz-se cada vez mais rápido. A divisão das tarefas, junto com a especialização de cada uma delas, é colocada no mesmo compasso, no sentido de que cada tarefa se beneficia da anterior e cria as condições para a realização da seguinte. As ações de um trabalhador passam a se sincronizar com as de outro, que transforma o que virá a ser uma mercadoria no exato ponto em que outro trabalhador parou. As tarefas necessárias para produção se simplificam e se agilizam como resultado da divisão e da especialização do trabalho. Mas, como apontou Skinner, no mesmo instante que se ganha com isso (maior produtividade e lucratividade), algo se perde. Esse “algo” pode começar a ser explorado na discussão que o autor faz do conceito de alienação.

A alienação do trabalhador é inevitável num mundo que visa ao lucro a partir da especialização e da divisão do trabalho. Uma pessoa não faz um casaco criando ovelhas, tosquiando lã, torcendo os fios, tecendo o pano e transformando o pano num casaco. Ao invés disso, uma pessoa cria ovelhas, outra torce fios e outra tece algodão, e cada um troca o que fez por um casaco feito por uma quarta pessoa (Skinner, 1986a, p.569)

A divisão e especialização do trabalho consistem em um trabalho coletivo complexo, uma divisão organizada de tarefas que incrementam a produção. No entanto, ainda que a produção seja coletiva, por envolver muitos trabalhadores trabalhando conjuntamente, o produto final resultado desse trabalho não é apropriado por aqueles que o produzem. O produto é direcionado ao mercado, em que será vendido. Isso significa, portanto, que há uma dissociação entre produto direto do trabalho e trabalhador, na medida em que o que ele produz não é por ele apropriado.

Essa dissociação é o que Skinner chama de “alienação” (cf. Skinner, 1978a, 1985, 1986a): as conseqüências naturais do trabalhar não são aquilo que mantém o trabalhador trabalhando.

Ora, se o trabalhador não se apropria daquilo que produz, se ele empreende poucas ações que mudam apenas parte do que irá virar mercadoria e ser vendida, o que o mantém trabalhando? A especialização e divisão do trabalho implicam trabalhos monótonos, repetitivos. Além disso, essa atividade monótona e repetitiva produz diretamente algo que não é de propriedade do trabalhador. Por que, então, ele permanece trabalhando? A última frase da última citação dá uma pista: os trabalhadores ganham algo que lhes permite ter acesso às mercadorias (“cada um troca o que fez por um casaco feito por uma quarta pessoa”). Mas como eles trocam a força de seu trabalho por uma mercadoria? Há algo que possa equiparar o *valor* da força do trabalho e o *valor* da mercadoria que os trabalhadores compram? Sim, o dinheiro: é o dinheiro que, nas economias de mercado, permite tornar permutáveis atividades e mercadorias. O dinheiro é a unidade que medeia os intercâmbios econômicos nessas sociedades, fazendo de tudo, ou quase tudo, algo com valor⁶⁹. Portanto, os trabalhadores vendem sua força de trabalho produzindo algo que não é direcionado a eles; em contrapartida, recebem um salário que os mantém trabalhando⁷⁰. O salário, é bom atentar, não é produto *direto* do trabalho, pois depende, além do trabalho, do comportamento de outras pessoas. Isso significa dizer que os trabalhadores são *expropriados* das riquezas que produzem diretamente em troca de algo que lhes é dado arbitrariamente. Essa separação entre o trabalhador e os produtos diretos do trabalho – que Skinner chama de *alienação* – só se viabiliza por conta do salário, que permite que o trabalho ocorra mesmo que os trabalhadores não se apropriem de seus produtos diretos. Portanto, quanto maior a divisão e

⁶⁹ Elias (1994/1987) mostra de modo claro como a divisão e especialização do trabalho, dois vetores que operam de modo a elevar o grau de individualização das sociedades, só são viáveis com a invenção de algo que permite manter o trabalho sem que suas conseqüências diretas o afetem: a moeda. Diz ele que “o aumento da circulação da moeda numa sociedade é sinal seguro de que suas cadeias de ação estão ganhando mais elos e de que a divisão das funções está aumentando” (Elias, 1994/1987, p.112).

⁷⁰ É importante destacar que o salário é dado com grande atraso em relação às respostas envolvidas no trabalhar. É por essa razão que algumas contingências suplementares, especialmente aversivas, são importantes para manter o trabalhador trabalhando. Skinner chega a dizer que “os trabalhadores não trabalham ‘para serem pagos’, se isso quer dizer que o dinheiro que eles receberão no final da semana afeta seu comportamento durante a semana. Trabalham para evitarem ser demitidos e perderem o dinheiro que, caso contrário, receberiam” (Skinner, 1986, p.569). Apesar de dizer que o salário não afeta o trabalho, é difícil pensar que sem salário o trabalhador continuaria trabalhando. O que acontece é que esse salário não constitui o reforço do trabalho, porque não lhe segue imediatamente. No entanto, por fenômenos comportamentais complexos, e que escapam aos propósitos da presente pesquisa serem

especialização do trabalho em favor da produção elevada de riquezas, maior é a separação dos trabalhadores em relação a essa riqueza por eles produzida. Alienação e divisão e especialização do trabalho, em suma, constituem fenômenos necessariamente interligados. Ao introduzir o tema da alienação em seu texto de 1986a, o autor diz:

Começo com uma velha conhecida, a alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho. [...] O comportamento do trabalhador industrial fica distante do tipo de consequências imediatas que modelam e mantêm o comportamento do artesão, por exemplo. (Skinner, 1986a, p.569)

Quando Skinner fala da diferença do trabalhador industrial em relação ao artesão é essa relação entre trabalho e seu produto direto que está em jogo: o primeiro, por fazer parte de uma complexa divisão e especialização do trabalho, produz algo conjuntamente com outros trabalhadores. No entanto, o produto direto de seu trabalho não é o que o mantém trabalhando. O segundo produz diretamente aquilo que mantém seu trabalho, já que é o próprio consumidor daquilo que faz. Nesse caso, é o produto direto do trabalho do artesão que o mantém trabalhando.

É importante também atentar para a posição ocupada pelo empregador nessa organização de trabalho. Os empregadores, que se apropriam do que o trabalhador produz, não produzem as riquezas geradas pelo trabalho. Se os trabalhadores não se apoderam daquilo que fazem, os empregadores não produzem aquilo de que se apropriam. Embora sejam fenômenos distintos, eles têm algo em comum, a ser mais bem explorado mais para frente: nos dois casos, o repertório comportamental de ambos tende-se a empobrecer: “As práticas industriais nas culturas ocidentais têm tornado os bens e serviços mais prontamente disponíveis, mas destruíram muitas contingências naturais de reforçamento” (Skinner, 1986a, p.570).

Até aqui, portanto, deu-se destaque aos seguintes aspectos gerais das relações de trabalho na cultura contemporânea: 1. há uma divisão pormenorizada do trabalho, em que cada etapa do processo produtivo é especializada numa tarefa específica que

desenvolvidos, o salário mantém, sim, o trabalho durante a semana.

só existe porque se relaciona com outras tarefas de outras etapas da produção. Essa organização do trabalho apresenta elevada produtividade; 2. há aqueles que produzem as riquezas da sociedade como um todo, os trabalhadores, e aqueles que se apropriam de seus produtos, os empregadores; 3. a manutenção do trabalho, por ser repetitivo, já que especializado, tem que contar com contingências suplementares para sua manutenção. Essas contingências envolvem o emprego de reforçadores extrínsecos (salários) e controle aversivo⁷¹ de modo a manter um trabalho que, por si só, não aconteceria, já que seus produtos naturais são dissociados dos trabalhadores (dissociação essa caracterizada como alienação do trabalhador); e 4. do ponto de vista do empregador, também há prejuízo em termos do repertório desenvolvido nessa organização do trabalho: muito daquilo a que ele tem acesso não é fruto de seu trabalho: muitas classes de respostas deixam de ser produzidas porque outras pessoas (os trabalhadores) geraram a riqueza da qual o empregador se apropria de modo não contingente à emissão de nenhuma ou de poucas respostas.

Esses são os aspectos básicos que descrevem as práticas sociais ligadas ao trabalho na cultura contemporânea. Só faz sentido apresentá-los, neste trabalho, porque, em última análise, produzem algo que ameaça a sobrevivência da cultura. Foi visto que esse “algo”, na presente unidade temática, é o empobrecimento do comportamento. Portanto, resta identificar as razões pelas quais o trabalho, assim organizado, produz empobrecimento do comportamento.

Essas razões podem ser elucidadas se for destacado um aspecto que é fundamental na divisão e especialização do trabalho: o reforçamento extrínseco. A partir desse conceito, é possível começar a compreender muitas das características que Skinner considera nocivas à cultura quando o trabalho é rigidamente dividido e especializado. Vale, então, deixar um pouco de lado a análise de Skinner sobre as implicações da divisão e especialização do trabalho e verter a atenção para o conceito de reforçamento extrínseco. Isso feito, a análise de Skinner sobre as relações de trabalho na cultura contemporânea poderá ser devidamente abordada, contando com o auxílio da identificação dos possíveis efeitos do reforçamento extrínseco.

Num processo de reforçamento, uma resposta de uma dada classe produz um estímulo que aumenta a probabilidade de repostas dessa mesma classe ocorrerem no

⁷¹ Nesta unidade, o controle aversivo não será abordado com alguma profundidade, ainda que ele pudesse fazer parte desta unidade, que abarca práticas que empobrecem o comportamento. Essa exclusão se deu por conta de o tratamento do controle aversivo na obra de Skinner ser tão vasto que

futuro. A não ser quando o comportamento é supersticioso, sempre há contingência entre a resposta e o reforço, sempre há uma relação de dependência entre esses dois eventos. No entanto, essa relação entre resposta e reforço pode ser de dois tipos. No reforçamento intrínseco, a resposta produz mecanicamente o reforço. Nesse caso, leis da física dão conta de explicar a relação de produção do reforço a partir da ocorrência da resposta. São somente as propriedades da resposta que determinam seus efeitos (p. ex., ao empurrar uma pedra, será, sobretudo, a força imprimida pela resposta sobre a pedra que determinará seu deslocamento)

No reforçamento extrínseco, as leis da física não dão conta de explicar a relação entre resposta e reforço. O reforço produzido pela resposta depende do responder de outro organismo. O comportamento verbal oferece inúmeros exemplos. Ao dizer “acenda a luz” para alguém e esse alguém acender a luz (e supondo que esse estímulo funcione como reforçador), a relação entre a resposta e a consequência não é explicável pelas leis da física. O som produzido pela resposta verbal funcionou como estimulação antecedente para outro sujeito humano, evocando uma resposta apropriada que pode ter produzido um reforço para o responder dos dois sujeitos. Assim, no reforçamento extrínseco, o reforço depende não só da emissão da resposta, mas também do responder de outro organismo.

O mais interessante dessa distinção entre essas duas modalidades de reforçamento, ao menos para os propósitos do presente texto, é investigar suas implicações. Enquanto no reforçamento intrínseco basta haver resposta nas condições que, no passado, produziram reforço para que o ele volte a ocorrer, no reforçamento extrínseco não basta a resposta ocorrer para que o reforço ocorra: além das condições antecedentes e da resposta, o reforço dependerá também das contingências do agente controlador (isto é, aquele que disponibiliza o reforço)⁷².

Se o reforço depende do agente controlador, haverá maior *dependência* de um organismo em relação ao agente controlador. Não basta emitir a resposta em circunstâncias adequadas; a disponibilização do reforço também será condicionada às contingências que vigoram na vida do agente controlador. Essa dependência se

mereceu a formação de uma unidade específica para sua análise.

⁷² Nessa caracterização do reforçamento extrínseco, será feita uma distinção entre aquele que emite a resposta e aquele outro que disponibiliza o reforço. O nome desse segundo, por falta de um nome melhor, será “agente controlador”, mesmo sendo importante deixar claro, logo de cara, que ambos (o que emite a resposta e o que disponibiliza o reforço) controlam um ao outro. No entanto, como será visto, esse “agente controlador”, em certo sentido, tem mais poder sobre o outro, no sentido de que a contingência de reforçamento extrínseco beneficiar imediatamente mais a ele.

desdobra em outro fato: o responder tenderá a ser *estereotipado*, pois a disponibilização do reforço dependerá de diversos eventos, que limitam as margens de possibilidade de variação das respostas. Há mais restrições para que o reforço seja produzido quando ele é extrínseco; e muitas dessas condições, às vezes, não estão dentro da órbita de controle do sujeito que emite a resposta. Isso pode redundar em outro aspecto: o grau de falta de controle sobre a produção do reforço abre margem para que exista *inconsistência* por parte do agente controlador. Como o reforço depende da resposta, mas também das contingências que vigoram sobre esse agente, nem sempre que a resposta for emitida o reforço será produzido. A contingência entre resposta e reforço no reforçamento intrínseco é de um para um: sempre que há resposta, há reforço. No reforçamento extrínseco, a contingência, aproveitando um termo empregado por Skinner, pode se desgastar: às vezes, a resposta produz reforço, às vezes não. Essa intermitência pode produzir, portanto, *contracontrole* por parte daquele que emite a resposta.

Por fim, resta destacar um aspecto que talvez seja o mais importante: reforçamento extrínseco atende apenas indiretamente àquele que emite a resposta. O reforço só será apresentado, em última análise, se ele beneficiar o agente controlador. Isso pode criar contingências altamente “artificiais”, no sentido de que os operantes mantidos não têm utilidade nenhuma *fora* da relação com o agente controlador. Esse último pode subjugar, exercer um domínio despótico sobre o controlado. Isso só será possível se esse agente controlador gozar de *status*, prestígio, nomes distintos para aludirem, geralmente, à mesma coisa: o *status* e prestígio do agente controlador significam, em última análise, o poder de punir o controlado. Essa característica do reforçamento extrínseco está no cerne da distinção que Glenn (2005) faz entre contingências tecnológicas, correspondentes ao reforçamento intrínseco, e contingências cerimoniais, relativas ao reforçamento extrínseco:

Contingências tecnológicas envolvem comportamentos que são mantidos por mudanças não arbitrárias no ambiente. Os reforços que participam das contingências tecnológicas derivam seu poder de sua utilidade, de seu valor, ou de sua importância às pessoas que estão envolvidas nesses tipos de contingências [...]. Por outro lado, contingências cerimoniais envolvem comportamentos mantidos por reforços sociais, os

quais derivam seu poder do status, da posição ou da autoridade do agente reforçador independentemente de qualquer relação com as mudanças ambientais que, direta ou indiretamente, beneficiam as pessoas que se comportam (Glenn, 2005, p.16)

Sintetizando esse último aspecto, o reforçamento extrínseco tende a dissociar os sujeitos das transformações *diretamente* produzidas por suas respostas, fazendo-os entrar na órbita de domínio dos agentes controladores, engessando seu contato direto com o mundo. O que o agente controlador exige para disponibilizar o reforço pode não ter utilidade nenhuma àquele que emite a resposta quando não mais estiver em relação com esse agente. Um responder pobre, pouco variado, e inócuo em produzir conseqüências reforçadoras *fora* dessa relação ganha a possibilidade de ser mantido, na medida em que o que mantém essa relação é a posição de poder do agente controlador. Dizendo de modo mais preciso, reforçamento extrínseco pode gerar *insensibilidade* aos produtos diretos do responder, neutralizando o poder retroativo que muitas conseqüências naturais das respostas poderiam gerar de modo a modelar operantes que seriam provavelmente eficazes na vida sujeito.

Dentre todos esses possíveis efeitos do reforçamento extrínseco, vale reter os seguintes: *dependência* em relação ao agente controlador, uma vez o reforço depende dele para ser apresentado; *estereotipia* no responder, já que há muitas restrições para que a resposta possa produzir o reforço; e insensibilidade às conseqüências naturais do responder. Serão esses possíveis efeitos desse tipo de reforçamento que serão importantes para compreender a crítica de Skinner à divisão e especialização do trabalho.

Voltando à análise de Skinner sobre a divisão e especialização do trabalho, é necessário constatar um fato quase óbvio: o trabalhador só se submete ao empregador, e às condições que ele impõe, porque está privado dos meios de produção de sua subsistência. Porque não tem como produzir aquilo que viabilizará sua sobrevivência, tem que ir para a indústria e se submeter ao seu regime de trabalho, caracterizado, essencialmente, pela divisão e especialização do trabalho. Isso tem uma séria implicação: o trabalho em uma indústria serve especialmente aos interesses do empregador, e não do trabalhador. A indústria só irá se manter enquanto for produtiva e gerar lucro, no mínimo. É por essa razão que será possível que se mantenham

contingências de reforçamento extrínseco ali, com todas as desvantagens que elas produzem para aqueles que trabalham.

E quais desvantagens são essas? Em primeiro lugar, o trabalho dividido e especializado é *monótono* ou *estereotipado*: o imperativo de otimizar a produção exige que cada etapa do processo produtivo seja a menor possível, de modo a elevar a velocidade de cada etapa do trabalho. Vale lembrar que essa monotonia do responder é especialmente mantida por conta de se tratar de um trabalho que envolve contingências extrínsecas: é apenas porque o salário que o trabalhador recebe ao final de uma semana ou um mês de trabalho *depende* dessa monotonia que ele se mantém nesse trabalho. Sem essa consequência extrínseca (o salário), bem como a privação social do trabalhador, não haveria motivo para ele se submeter a esse tipo de trabalho. A dependência que o trabalhador tem do seu empregador (que lhe fornece o salário) significa que o primeiro estará disposto a agir conforme os interesses do primeiro, que consistem basicamente em aumentar a produtividade e gerar lucro. É o empregador que imprime o compasso do trabalho: é ele quem delimita as estreitas margens sobre as quais o responder do trabalhador deverá se confinar. O que se ganha em produção, perde-se em variedade no repertório dos trabalhadores. Numa palavra, divisão e especialização do trabalho geram monotonia no responder (característica que preenche o critério para dizer que essas duas atividades produzem empobrecimento do repertório).

A alienação do trabalhador é inevitável num mundo que visa ao lucro a partir da especialização e da divisão do trabalho. [...] Não há dúvida da vantagem dessa especialização, mas a consequência inevitável é que uma pessoa passa a maior parte do tempo fazendo um único tipo de coisa. Todo mundo sabe o que significa fazer, com excessiva frequência, mesmo as coisas que se gosta de fazer [...] (Skinner, 1986a, pp. 569-70)

Outro aspecto que Skinner aponta como crítico nesse trabalho “alienado”, fruto da divisão e especialização do trabalho, guarda profunda intimidade com esse produto acima descrito. Como foi visto, o que o trabalhador faz na indústria corresponde, sobretudo, aos interesses do empregador. O trabalhador lá está porque

recebe um salário cuja relação com o responder, como já foi insistentemente apontado, é extrínseca. Essa relação indireta entre resposta e consequência abre margem para que as respostas mantidas no ambiente de trabalho não interessem diretamente ao trabalhador, mas ao imperativo de produzir mais e gerar lucro (cujo beneficiário direto é o empregador). Ora, se os produtos diretos das respostas mantidas no trabalho não interessam àqueles que as produzem, o valor de tais respostas se confina ao ambiente de trabalho. Fora dele, esses operantes não têm valor nenhum para o trabalhador: o ambiente de trabalho é artificial, no sentido de que não tem nada de muito comum com o ambiente fora do trabalho. É a relação arbitrária entre resposta (trabalhar) e reforço (salário) que permite manter uma série de operantes cujo valor ou utilidade se circunscreve ao local em que são emitidos. Em outras palavras, mais do que monótono, o responder mantido em uma fábrica é útil apenas ali, não ajudando a modelar respostas que serão importantes na vida *como um todo* do trabalhador. É essa limitação do repertório gerado e mantido em uma fábrica que Skinner caracteriza como “*despersonalização*”: a variedade do responder produzido pelas relações *diretas* com o mundo perde a chance de ser gerada por conta das contingências extrínsecas mantidas em um trabalho dividido e especializado cuja única consequência que interessa ao trabalhador é o salário que receberá. A riqueza proveniente do contato direto com o mundo, a possibilidade de ele modelar diretamente o responder do trabalhador, se vê suprimida quando ele tem que se submeter ao rígido esquema de trabalho dividido e especializado.

O que significa que o trabalhador sente-se “despersonalizado” é difícil de explicar. Uma pessoa ou self é um repertório de comportamento. O repertório modelado e mantido pela fábrica é pequeno e limitado. Ele não compõe muito de uma pessoa (Skinner, 1985, p.7)

Mais do que isso, mesmo esse repertório “pequeno e limitado” não gera algo que é apropriado pelo trabalhador. O produto direto de seu trabalho é propriedade do empregador. A possibilidade de manipular ou operar sobre o mundo e ter contato com a transformação ocasionada por isso – algo tão fundamental no comportamento operante – é subtraída quando o trabalho é dividido e especializado, implicando a alienação do trabalhador às consequências diretas de seu responder. Não à toa,

Skinner diz que o trabalhador sente-se estranhado e impotente em relação ao mundo, sentimentos esses que traduzem a dissociação do trabalhador com o contato direto com sua realidade imediata. Mesmo atividades simples da vida, como lavar e secar um prato, produzem algo reforçador porque consistem meramente em operar sobre o mundo, causar alguma diferença no transcorrer dos acontecimentos.

Há algo no condicionamento operante que é importante à saúde e à felicidade, mesmo quando as conseqüências não são muito reforçadoras ou são levemente aversivas. [...] Há algo no lavar e secar um prato que é perdido quando você o coloca numa lava-louça. Lave-o com a mão, e você verá que ele se tornará limpo. Você fez alguma coisa. Você produziu algum efeito. (Skinner, 1985, pp.8-9)

Trabalhadores que se dizem sentirem-se “impotentes” nada têm a mostrar de seu trabalho a não ser seus salários, nada que seja seu que eles tenham feito (Skinner, 1985, p.7)

A alienação do trabalhador, portanto, consiste em seu distanciamento em relação às conseqüências diretas por ele produzidas. O trabalhador perde o contato com sua realidade imediata, perde a possibilidade de aprender diretamente com o mundo e se apropriar dos produtos diretos dessa aprendizagem. O que ele faz na indústria não lhe interessa fora dela, é um conjunto de respostas ineficazes no mundo como um todo. Isso é outra forma de dizer que o trabalho industrial *empobrece* o repertório do trabalhador, na medida em que, ao distanciá-lo das conseqüências diretas de seu responder, deixa-o despreparado para se beneficiar de um intercâmbio vigoroso com o mundo, intercâmbio esse que poderia fazê-lo desenvolver as mais variadas respostas produzindo as mais variadas conseqüências que tornariam sua vida menos entediante e mais interessante.

Mesmo o benefício gerado ao empregador, à custa de um repertório variado e abrangente do trabalhador, é limitado, vale apontar. O empregador, de fato, se apropria dos produtos do trabalho daquele que ele emprega, mas sem que precise emitir muitas respostas, ou, em outras palavras, adquire “bens” de modo não contingente ao seu responder. Isso impede também que ele enriqueça seu repertório, desenvolva operantes que poderiam elevar seu intercâmbio com o mundo e fazê-lo

usufruir de todos os benefícios que isso poderia proporcionar.

A análise experimental do comportamento tem mostrado claramente que não é a quantidade de bens que importa, mas a relação contingente entre bens e comportamento. Essa é a razão pela qual existem pessoas no mundo que são mais felizes que nós, mesmo possuindo menos (Skinner, 1978a, p.61)

[...] o empregador [...] passa a ter acesso ao produto de trabalho sem trabalhar. Com isso o empregador evita o contato com eventuais conseqüências do trabalhar, mas também com outros efeitos fortalecedores. Ele pode alcançar conforto e bem estar únicos, mas como resultado de comportamentos que não são aqueles antes fortalecidos por esses eventos. (Tourinho, 2009, pp. 157-8)

Uma ressalva, no entanto, deve ser feita. Todos os aspectos que Skinner enxerga com alarme na divisão e especialização do trabalho derivam-se, como se viu, do fato de as contingências ali presentes serem extrínsecas, isto é, envolverem relações entre resposta e consequência que não são mecânicas, mas que dependem do comportamento de outra pessoa. Aparentemente, então, se Skinner é um crítico da divisão e especialização do trabalho, isso se deve ao fato de tais atividades envolverem reforçamento extrínseco. Isso significaria que Skinner é um crítico incondicional do emprego de reforços extrínsecos? Uma análise mais cuidadosa do que Skinner diz a respeito desse tipo de reforços revela que esse não é o caso.

Skinner, em muitos textos (cf. 1972b, 1982c), mostra a importância para o grupo manter reforços extrínsecos. Quando faz uma análise da educação, não raro, critica muitas teorias que apostam no “poder de descoberta” dos alunos, o que, por vezes, se desdobra em um incentivo que eles “descubram” ou “gerem”, sem a mediação de terceiros, o conhecimento da realidade. O que essas teorias defendem, portanto, é que a educação se restrinja a oferecer um ambiente muito variado em que os alunos possam extrair conhecimento interagindo diretamente com ele, renunciando, assim, ao papel tradicional que se tem reservado aos professores. Em lugar de dar boas notas, prêmios, elogiar o aluno (reforços extrínsecos) os professores deveriam

incentivar o intercâmbio natural com o mundo (cf. Skinner, 1972b/1968).

Skinner mostra-se um grande crítico desse modelo, apontando que dificilmente um aluno chegará a produzir muitos dos conhecimentos que, eventualmente, lhe serão úteis interagindo com o mundo diretamente. Muitos dos conhecimentos que a humanidade produziu não podem ser gerados pela observação causal do aluno: é necessário, sim, manter certos operantes mediante reforço extrínseco de modo a fazer o aluno aprender. Algumas classes de respostas só produzem conseqüências reforçadoras quando atingem um alto grau de complexidade; em muitos casos, enquanto não atingirem esse grau de complexidade, as classes de respostas não produzirão conseqüências reforçadoras naturais. Ainda assim, é importante que essas classes sejam mantidas, pois se aproximam da classe de resposta que produzirá reforço natural. Além de mantidas, essas classes precisam ser modeladas para atingirem a complexidade necessária para poderem ser mantidas por esse reforço natural. Nesse ponto, o reforço extrínseco pode ser útil: ele ajudará a manter e a modelar operantes que finalmente poderão ser mantidos por reforço natural. Para que um aluno aprenda a ler, por exemplo, é necessária uma longa história de reforçamento extrínseco para que o repertório de leitura possa se manter por suas conseqüências naturais.

Ora, em que isso difere do repertório modelado e mantido na fábrica, baseado quase exclusivamente em reforçamento extrínseco? Skinner não estaria sendo por demais rigoroso na análise e crítica das relações de trabalho, embora quando volte sua atenção para a educação seja forçado a recuar e até a se contradizer, reconhecendo o valor do reforço extrínseco? No texto de 1985, ele é bem claro sobre essa diferença entre as contingências artificiais de uma indústria e de uma escola (que, provavelmente, ele defenderia):

A diferença entre uma educação programada e a fábrica [...] é a diferença entre um sistema que precisa retirar os reforçadores antes de se proclamar bem sucedido e outro que precisa manter suas contingências permanentemente. Governos, religiões e capital nunca podem relaxar. Eles precisam manter as contingências à força. Educação e aconselhamento modelam comportamento, mas eles desmantelam contingências assim que o comportamento

puder ser mantido pelo cotidiano (Skinner, 1985, p.10)

O valor do reforço extrínseco reside em um paradoxo: ele é importante porque, em algum momento, será dispensável. Ele é altamente importante na educação, para gerar repertórios complexos cuja modelagem não poderia recorrer somente com reforço natural. Contando com o apoio do reforço extrínseco, repertórios que se provem úteis na vida do aluno podem ser desenvolvidos até um ponto em que são mantidos por reforço natural. A manutenção por reforço natural, portanto, é a prova última de que o reforço extrínseco foi importante. O repertório que é mantido em uma indústria é tão artificial que dificilmente será mantido por conseqüências naturais; sempre exigirá o suplemento de contingências de reforçamento extrínseco. Isso constitui o atestado de que as classes de respostas ali mantidas confinam seu valor de utilidade àquele ambiente. Fora dali, se provam pouco úteis ao trabalhador: não é à toa que Skinner fala da impotência e despersonalização do trabalhador, que passa boa parte de seu tempo afastado das conseqüências naturais de seu responder.

Em suma, três efeitos da divisão e especialização do trabalho foram apontados: a *monotonia* que eles geram em favor do incremento da produção; a “*despersonalização*”, no sentido de que o repertório modelado e mantido no trabalho, além de repetitivo, é limitado, não abarcando operantes que seriam úteis ao trabalhador em sua vida como um todo; e a “*impotência*”, caracterizada pela alienação do trabalhador em relação aos produtos naturais de seu comportamento. Esses três efeitos preenchem o critério a partir do qual se pode dizer que uma prática gera empobrecimento do repertório. Em última análise, como foi visto, empobrecimento de repertório envolve limitações no contato com o mundo, no intercâmbio com a realidade. Esses três efeitos apontados como produto da divisão e especialização do trabalho preenchem muito bem esse critério. O tipo de interação que eles viabilizam com o mundo é muito limitado: seja porque o responder é repetitivo, seja porque o repertório é pouco profícuo, ou até mesmo inútil fora do ambiente de trabalho, seja ainda porque há distanciamento das conseqüências diretas do responder, tão promissoras em produzir repertórios ricos e variados.

Outro conjunto de práticas sociais que produzem empobrecimento do repertório tem como um produto intermediário a economia⁷³ de trabalho ("intemediário" na medida em que, *porque* promovem economia de trabalho, geram empobrecimento de repertório). Primeiramente, será caracterizado em que consiste a economia de trabalho e como elas geram empobrecimento do repertório. Na sequência, serão apresentadas duas práticas que, por consistirem em evitar o trabalho, geram empobrecimento de repertório.

No texto de 1986a, Skinner introduz esse conjunto de práticas que geram bens para pessoas, a despeito de exigirem muitas ações, do seguinte modo:

Por milhares de anos, as pessoas têm se poupado do trabalho. Mais recentemente, elas têm recorrido a aparelhos para evitar trabalho, ou robôs. As conseqüências aversivas do trabalho são evitadas, mas perdem-se as reforçadoras. [As pessoas poupam trabalho] em detrimento de ações que poderiam ao menos ter um pouco de variedade. (Skinner, 1986a, p.570)

Com base nessa citação, é possível identificar os contornos básicos das práticas que promovem economia de trabalho. Uma premissa é básica para começar a entendê-las: geralmente, trabalho requer entrar em contato com estimulação aversiva, nem que seja o próprio custo das respostas necessárias para produzir um dado reforço. Esse componente do trabalho, por si só, já é suficiente para compreender porque ele tende a ser evitado: o trabalho costuma gerar estimulação aversiva o que, necessariamente, reforça operantes que permitam ao sujeito escapar dele. No entanto, e esse é o ponto principal, apesar de estimulações aversivas geralmente envolverem o trabalho, ele também *produz* reforços positivos, que fortalecem operantes. Engajar-se em muitos trabalhos significa engajar-se em tarefas que têm, de fato, um custo, mas também podem, em última análise, produzir conseqüências que formarão e manterão

⁷³ "Economia de trabalho" no sentido de evitar trabalho, escapar das eventuais estimulações aversivas que ele exige. O termo "trabalho", aqui, não tem o mesmo significado do item anterior. Refere-se a qualquer ação que tenha algum custo para ser emitida. De modo menos preciso, mas apelando para palavras que tendem a ser mais familiares e podem ajudar a compreensão, o termo "trabalho", neste item, é aproximável do termo "esforço".

classes de respostas variadas. Mais do que isso, tais respostas poderão ser úteis, em alguns casos, na formação de outras classes de respostas, o que significa acesso a outros reforços.

Quando se foge da estimulação aversiva do trabalhar, automaticamente se perde a possibilidade de se gerarem operantes que enriqueceriam o repertório de uma pessoa. Um repertório variado significa maior possibilidade de enfrentar os desafios da vida, incrementar o contato com o mundo e a capacidade de operar com sucesso sobre ele. Renunciando a agir, em favor de uma vida mais confortável e menos arriscada, perde-se a versatilidade que poderia incrementar a possibilidade de gerar novos reforçadores e tornar as pessoas menos vulneráveis a lidarem com os impasses que pesam sobre suas vidas. Isso constitui o cerne da noção de comportamento operante: o homem se constitui em sua *interação* com o mundo, se cria no instante em que opera sobre ele. Quando transforma o mundo, quando *trabalha*, o homem transforma a si mesmo; quanto maior for seu contato com a realidade, mais preparado estará para lidar com ela de modo a construir sua existência. Economizar trabalho implica, portanto, renunciar àquilo que constroi a adaptação do homem ao seu ambiente, implica se dissociar do contato com o mundo. É nesse sentido que se pode dizer que a economia de trabalho gera empobrecimento do repertório: ela deixa de criar as condições sob as quais o comportamento se cria e desenvolve; diminuindo o contato com o mundo, estreita-se a variedade de classes de respostas que permitiriam criar soluções para os problemas que se derivam no contato com o mundo e que poderiam produzir uma vida mais promissora no que se refere a sua sobrevivência.

A “boa vida” não está em um mundo em que as pessoas têm o que o que precisam; está em um mundo em que as coisas que elas precisam figuram em reforços em contingências efetivas (Skinner, 1978aa, p.44)

Nesta citação, Skinner revela a importância dos “bens” constituírem-se *reforços*. Apesar de ser um enunciado aparentemente simples, ele contém algo que é essencial na presente argumentação: reforços, diferentemente de “bens”, necessariamente implicam operação sobre o mundo. Por definição, um estímulo reforçador é *produzido* por uma resposta. Isso significa dizer que a “boa vida” de que Skinner fala é uma vida em que as pessoas operam sobre o mundo, *trabalham*,

produzindo, assim, suas condições de existência. A “boa vida” não está em um mundo farto de “bens”, em que eles se acumulam ou são facilmente acessados; está em um mundo em que eles são produzidos, o que significa que eles funcionam como reforçadores de operantes, mantêm um responder que enriquece o contato do homem com o mundo. É a produção de algo, e não sua posse, que importa: ao produzir as suas condições de existência o homem está mais preparado para lidar com o mundo; somente produzindo algo é que o homem se produz e se adapta ao mundo.

Foi visto que o empobrecimento do repertório pode se dar de três maneiras: pela pouca variedade do responder, pela sua fraqueza ou por uma relação do homem com o mundo em que ele está afastado das conseqüências diretas de sua resposta. A economia de trabalho tende a gerar, no mínimo, os dois primeiros componentes do que se está chamando de empobrecimento de repertório: economizando ações, renuncia-se à possibilidade de elas serem modeladas pelas conseqüências que produzem, o que implica que não se está gerando as condições para que elas possam variar de acordo com as transformações ambientais. De modo análogo, quando se economiza trabalho, perde-se a chance de produzir estímulos que fortalecem a ação, ou, mais precisamente, as classes de respostas. Com um responder fraco e pouco variado, estreita-se a possibilidade de operar com sucesso sobre o mundo e lidar com os impasses derivados desse contato.

Dois práticas sociais são agrupadas por Skinner pelo fato de compartilharem esse efeito em comum: a economia de trabalho. A primeira delas envolve a criação de tecnologias que fazem o trabalho que o próprio homem poderia fazer. A segunda delas, de modo semelhante, envolve os próprios homens fazerem o que os outros poderiam fazer por si mesmos (o que Skinner chama de “ética da ajuda”). Vale enxergar mais de perto cada uma dessas duas práticas.

No texto de 1986a, Skinner diz que

Mais recentemente, [as pessoas] têm recorrido a aparelhos para evitar trabalho, ou robôs. [...] Veja como os aparelhos que nos poupam trabalho têm nos transformados em apertadores de botão: apertamos botões em elevadores, telefones, painéis, filmadoras, máquinas de lavar, fornos, máquinas de escrever e computadores, tudo em detrimento de ações que poderiam ao menos ter um pouco de variedade.

(Skinner, 1986a, p.570)

A economia de trabalho, nessa prática focada por Skinner, se traduz na produção de tecnologias, de máquinas ou aparelhos, que fazem o trabalho que o próprio homem poderia fazer. Em lugar de agir sobre o mundo produzindo o que essas tecnologias produzem, usufruindo desse fato o fortalecimento e a variedade do responder daí derivado, o sujeito contemporâneo deixa criar tecnologias que subtraem essa possibilidade. A vida torna-se mais confortável, de fato; mas, perde-se a possibilidade de produzir as consequências que fortaleceriam classes de respostas.

Uma vasta tecnologia tem sido desenvolvida para prevenir, reduzir, ou encerrar trabalho exaustivo e danos físicos. Ela é, agora, dedicada à produção das mais triviais conveniências e confortos. [...] Nós nos achamos vulneráveis a qualquer demanda ambiental (Skinner, 1978a, p.6)

Outra face do emprego da tecnologia é explorada por Skinner nessa citação. Não só ela faz o que os próprios sujeitos poderiam fazer para ter acesso a “bens”, como elas também são utilizadas de modo a abrandar ou eliminar as ameaças que pesam sobre a vida dos homens. Isso significa que repertórios de fuga e esquiva, fortalecidos em contingências de reforçamento negativo, deixam de ser gerados na medida em que a própria tecnologia impede que o sujeito entre em contato com essas ameaças. O que se ganha com isso é óbvio: potenciais estímulos aversivos nem sequer chegam a afetar os sujeitos, blindados por essas tecnologias. No entanto, novamente, a possibilidade de essas estimulações aversivas fortalecerem operantes (de fuga e de esquiva) se perde. Boa parte do poder dos homens em lidar com as adversidades da vida, encontrando soluções para seus impasses – ou, dizendo mais conceitualmente, o desenvolvimento de operantes de fuga e esquiva, que são gerados e mantidos sob estimulação aversiva –, deriva-se do contato com essa estimulação⁷⁴. Isso também constitui outro fator que empobrece o repertório dos membros da cultura contemporânea em solucionar seus problemas.

⁷⁴ Ainda assim, a intensidade da estimulação aversiva, sua duração e a possibilidade do responder eliminá-las ou amenizá-las, constituem variáveis importantes que podem comprometer o próprio desenvolvimento desses repertórios de fuga e esquiva. Esse aspecto será melhor explorado na próxima

Fugimos não só de extremos dolorosos de temperatura e trabalho exaustivo, mas também dos mais moderados desconfortos e incômodos. Como resultado, restou muito pouco do que fugir ou evitar. As conseqüências fortalecedoras do reforçamento negativo, que nós desfrutamos como alívio, se perderam (Skinner, 1986a, p. 570).

Em resumo, o modo como o sujeito contemporâneo emprega a tecnologia tem se caracterizado, segundo Skinner, como um expediente de economia de trabalho que lhe poupa do contato com o mundo, contato esse que poderia formar e fortalecer classes de respostas, tanto produtora de reforços como capazes de eliminar condições aversivas (ou, reforços negativos).

Outra prática que Skinner examina, e cujo produto consiste em economia de trabalho, é a ajuda de pessoas a pessoas que poderiam, elas mesmas, se ajudar. Sobre essa prática, Skinner diz que

Dando muita ajuda, nós postergamos a aquisição de comportamento e perpetuamos a necessidade de ajuda. [...] Terapeutas, como professores, devem planejar sua retirada da vida de seus clientes. A melhor ajuda que se pode dar aos outros é quando ela pode ser encerrada (Skinner, 1978a, p.35)

Muitas pessoas, de fato, não conseguem, sem auxílio dos outros, produzirem reforços importantes para sua sobrevivência e escaparem ou evitarem ser submetidas a condições aversivas. Duas possibilidades de “ajuda” se abrem nesse caso. Pode-se dar, “gratuitamente”, esses “reforços” (que, na realidade, não são reforços porque não fortalecem nenhum operante) e impedir que o “ajudado” entre em contato com a estimulação aversiva. Nesse caso, aparentemente, a ajuda é eficaz: o que motivou a o pedido de ajuda é subtraído. No entanto, essa “ajuda” nunca será dispensável: sempre

será necessário que alguém esteja produzindo os “reforços” e eliminando as ameaças ao ajudado.

Em outro tipo de ajuda, podem-se criar condições em que, gradativamente, sejam desenvolvidos operantes que produzam ao ajudado os reforços que sua vida carece; ao mesmo tempo, as ameaças que incidem sobre sua vida, podem ser abrandadas, com auxílio do ajudante, de modo que se comece a fortalecer, ainda que de modo incipiente, operantes de fuga e esquiva. O desenvolvimento desses repertórios viabilizará que o próprio ajudado possa dispensar, futuramente, a ajuda que recebe de outros para produzir reforços positivos e eliminar os negativos, na medida em que desenvolveu um repertório que viabiliza esses produtos.

A diferença entre esses dois tipos de ajuda reside exatamente nos subsídios que são dados de modo a *formar* e *fortalecer* operantes: no primeiro caso, não se criam condições para tanto; no segundo caso, embora imediatamente mais dispendioso, criam-se condições para geração de repertório que se prove útil no contato do ajudado com o mundo.

Skinner aponta que é o primeiro tipo de ajuda que tem prevalecido na cultura contemporânea. No texto de 1986a, diz que

[...] se seguem consequências prejudiciais quando se ajuda aqueles que podem ajudar a si mesmos. Ajudar crianças a fazer algo que podem fazer sozinhas, priva-as de consequências reforçadoras que modelariam e manteriam comportamento mais útil. Ajudar pessoas mais velhas a fazer coisas que elas poderiam fazer por si mesmas priva-as da oportunidade de se engajar em atividades pelas quais obteriam reforços (Skinner, 1986a, p.570)

Sintetizando o que foi dito até aqui, duas práticas foram apontadas por Skinner como produtoras de economia de trabalho: o uso que se faz de algumas tecnologias e a ajuda que se fornece àqueles que poderiam se ajudar. Ambas as práticas, por minimizarem a possibilidade de os sujeitos entrarem em contato com o mundo, operarem sobre ele e lidarem com as consequências de suas ações, tendem a empobrecer o repertório do homem, na medida em que eliminam a possibilidade dos próprios sujeitos produzirem consequências fortalecedoras de seu responder. “Em

resumo, pessoas que evitam trabalho e têm coisas feitas para elas escapam de muitas consequências aversivas, mas, além de um certo ponto, elas próprias também se privam das consequências fortalecedoras” (Skinner, 1986a, p.570).

Difusão do comportamento governado por regras

No capítulo anterior, quando se discutiu as especificidades do comportamento verbal, apontou-se para seu papel crítico na geração de comportamentos: ao descrever contingências, tais descrições podem funcionar como estimulação antecedente que evoca resposta de segui-las. As vantagens desse fenômeno foram devidamente exploradas. O que não recebeu a devida ênfase, no entanto, foram os riscos que isso acarreta, especialmente para a cultura.

Skinner revela clara preocupação com esse tipo de comportamento quando diz que

O efeito fortalecedor do reforçamento é erodido [...] quando as pessoas fazem coisas somente porque tem sido dito a elas para fazê-las. [...] Nas culturas ocidentais, tem havido uma grande expansão desse comportamento “governado por regras” (Skinner, 1986a, p. 570)

Mas qual a razão para essa preocupação? Por que o comportamento governado por regras empobrece o repertório, já que ele foi incluído nessa unidade temática para ser explorado?

Para se compreender os elos que ligam esse tipo de comportamento com o empobrecimento do repertório, é necessário elucidar alguns de seus aspectos definidores.

Comportamento governado por regras é uma relação entre resposta e estímulos em que a resposta é evocada por uma descrição de uma contingência e, também, consiste em seu seguimento (cf. Skinner, 1984a/1969). Toda comunidade verbal, por razões já exploradas no capítulo anterior (que envolvem, por exemplo, possibilidade de eventos remotos no tempo e espaço afetarem o responder e aceleração da aprendizagem), cria contingências que favorecem que as regras sejam seguidas. Isto é, a comunidade verbal reforça sistematicamente o seguimento de regras, muitas vezes

com algum grau de independência em relação a qual contingência é descrita na regra. Ora, se seguir uma regra, independentemente de qual contingência é por ela expressa, produz reforço, o operante “seguir regras” é fortalecido: a produção de reforço pelo seguimento de diversas regras, que especificaram diversas contingências, permite a formação do operante de obedecê-la, de modo mais ou menos independente de qual regra está em jogo. Muitas vezes, os sujeitos humanos seguem regras mesmo que elas não produzam reforços, o que é um testemunho da força desse operante. Catania (1999) é bastante claro nesse ponto

Devido às vantagens práticas da instrução, a comunidade verbal modela o comportamento de seguir as instruções⁷⁵ por meio de uma ampla gama de atividades, ao longo de parte substancial de nossas vidas. Isso só pode acontecer se as contingências que mantêm o comportamento de seguir instruções forem mais poderosas que as contingências naturais, às quais as instruções são contrapostas (Catania, 1999, p.277).

Na sequência dessa citação, Catania começa a apontar alguns impasses do comportamento de seguir regras que serão desenvolvidos em seguida.

Dessa forma, as instruções podem começar a superar as contingências naturais: as pessoas passam a fazer coisas, quando instruídas, que jamais fariam se fossem expostas à contingências naturais (Catania, 1999, p.277).

Mais para frente, nesse mesmo texto, ele diz:

Frequentemente, fazemos suposições acerca de situações novas, e nossas suposições muitas vezes tomam a forma de regras, geradas por nós mesmos. [...] Mas, por vezes, nossas suposições se interpõem na situação de tal forma que fazem

⁷⁵ “Comportamento de seguir instrução” é equivalente ao comportamento governado por regras.

nosso comportamento tornar-se insensível a algumas contingências que, de outra forma, poderiam modelar e manter o comportamento em questão (Catania, 1999, p.278)

Nesse ponto, é útil parar para comentar esse conjunto de informações apresentadas do livro de Catania. Quando o operante de “seguir regras” emerge – devido a uma história de reforçamento, que envolveu diversas circunstâncias, e que envolveu, também, a exposição a diversas regras – pode acontecer que um sujeito passe a segui-las *a despeito* de suas conseqüências naturais. É o que Catania fala quando esse comportamento pode “tornar-se insensível a algumas contingências que, de outra forma, poderiam modelar e manter o comportamento em questão” (Catania, 1999, p.278).

Esse produto “indesejável” começa a se aproximar do que se tem chamado, aqui, de empobrecimento do repertório. Quando se passa a agir sob controle de regras, as conseqüências naturais dessas ações deixam de modelar o responder do sujeito. Age-se simplesmente porque é assim que deve ser: o operante é tão forte que pode se manter por longo tempo mesmo não mais produzindo reforço. O sujeito, então, deixa de entrar em contato com as conseqüências imediatas de sua ação; deixa de explorar a realidade, de ser sensível aos produtos diretos de suas ações em favor do seguimento da regra. Nesse sentido, a regra engessa o repertório do sujeito: as transformações por que a realidade passa, podem pouco alterar o sujeito, que age sobre o mundo sobretudo sob controle de regras. Não há como não lembrar da distinção entre contingências cerimoniais e tecnológicas que Glenn (2005) faz: a manutenção do controle de regras, muitas vezes, se dá por reforçamento extrínseco; por efeito, elas podem controlar o responder de sujeitos a despeito das conseqüências *diretas* que eventualmente podem beneficiar tais sujeitos. Neutralizando o poder retroativo das conseqüências naturais, o sujeito deixa de entrar em contato com conseqüências do seu responder que poderiam incrementar seu contato com o mundo, que poderiam gerar e fortalecer novos repertórios. O comportamento governado por regras, portanto, empobrece o repertório porque deixa de colocar os sujeitos em contato com conseqüências que modelariam um responder eficaz e adaptado às transformações ambientais. Glenn diz que “O controle cerimonial não é sensível às possibilidades de mudanças construtivas.” (Glenn, 2005, p.17): esse tipo de controle, geralmente realizado pelo comportamento governado por regras, dessensibiliza os sujeitos,

facilita que eles ajam, sobretudo, em favor de interesses que não são imediatamente deles.

Em resumo, o comportamento governado por regras, apesar dos inúmeros benefícios que pode propiciar, apresenta um risco que, em particular na cultura contemporânea, tem se difundido: seguindo regras, os sujeitos deixam de ser sensíveis e de serem modelados pelas consequências diretas de suas respostas. Como apontou Skinner,

as pessoas fazem muitas coisas simplesmente por aconselhamento, mas somente porque conseqüências reforçadoras ocorreram quando aceitaram outros tipos de conselho. Elas evitam o custo de explorar novas contingências, mas perdem os reforçadores que poderiam ter ocorrido, caso o tivessem feito (Skinner, 1986a, p.570)

Obediência a leis

Uma quarta prática social que Skinner critica, especialmente no texto de 1986a, guarda profunda intimidade com a anterior. Ela também envolve o seguimento de regras. Só que, dessa vez, o que Skinner enfatiza é o caráter antiquado que a lei pode assumir para o sujeito que a segue.

Como já foi discutido neste trabalho, muitas instituições criam regras (na forma de leis, ou regras morais) que evitam comportamento dito “impulsivo” ou “egoísta”. Trata-se de regras que são importantes para a manutenção do grupo, já que impedem a ocorrência de comportamentos prováveis de acontecer, embora prejudiciais ao grupo como um todo. No entanto, a concentração de poder de que essas instituições gozam, algo que garante, inclusive, seu poder em criar regras que são seguidas, por vezes gera dois efeitos.

Em primeiro lugar, a instituição passa a criar leis não para benefício do grupo como um todo, mas para seu próprio engrandecimento.

É a administração das leis que causa problemas. Aqueles que têm a posse de poder administrativo podem nunca resistir a usá-lo para seu próprio engrandecimento. Para justificar a si

mesmos, eles inventam mitos. [...] O efeito é quase sempre exploração. (Skinner, 1985, p.7)

Coloque governo, religião e capital juntos e você terá um estado monstruoso, controlando praticamente tudo que os behavioristas chamam de reforços. É claro que eles os usarão para seu próprio engrandecimento. Não há razão para ser de outro jeito, e é assim que é (Skinner, 1985, p.12)

Nesse caso, as regras fabricadas por essas instituições, por mais ilusórias que sejam, tendem a ser seguidas devido ao poder que elas concentram (poder que pode envolver prestígio, poder “sagrado” etc.): poder esse que, caso ameaçado, rapidamente se desdobrará em poder de punir àqueles que se voltam contra elas. As regras geradas por essas instituições pouco têm a ver com a vida concreta daqueles que as seguem: em última análise, o seguimento das regras que essas instituições criam, serve especialmente para seu próprio “engrandecimento”.

Mesmo quando as regras produzidas por essas grandes instituições servem àqueles que lhes obedecem, o ambiente da cultura pode mudar num ritmo tal que as tornem antiquadas. Ainda assim, dada a força do repertório de seguir regras que a comunidade verbal tanto preza, as regras permanecem sendo seguidas.

As práticas culturais mudam mais rapidamente do que as regras e as leis, e as pessoas, então, geralmente “fazem o que é certo” por razões que não são mais vantajosas para ninguém (Skinner, 1986a, p.571)

Em suma, o poder que muitas instituições gozam na cultura contemporânea acaba se desdobrando em dois efeitos: as regras geradas por essas instituições são seguidas a despeito da utilidade para muitos membros do grupo, embora favoreçam a manutenção dessas instituições; e, devido ao fato de o ambiente cultural ser altamente dinâmico, o seguimento de muitas regras que são formuladas por agências que concentram poder pode se tornar antiquado, fazendo muitos agirem independentemente dos benefícios diretos que isso ocasione. Nos dois casos, o seguimento das regras não favorece que os membros da cultura desenvolvam repertórios que favoreçam lidar com os problemas concretos e imediatos, mas

beneficia a manutenção de um grupo pequeno que constitui as instituições.

Em resumo, então, quando as pessoas se comportam bem, tanto por seguirem regras éticas quanto por obedecerem às leis de um governo ou religião, conseqüências pessoais fortalecedoras são usualmente adiadas por um longo tempo (Skinner, 1986a, p.571)

Alta disponibilidade de reforçadores

Outra aspecto da cultura contemporânea que ocupa a atenção de Skinner é análogo ao efeito provocado pelos avanços tecnológicos e pelo que ele chama de “ética da ajuda”. Segundo o autor, a vida ocidental se tornou capaz de produzir uma quantidade enorme de estímulos reforçadores; mais do que isso, o acesso a eles se tornou mais facilitado. Dois aspectos são explorados pelo autor quando analisa essa prática. O primeiro deles é o efeito dessa alta disponibilidade de reforçadores sobre a variedade do responder. O segundo envolve o tipo de relação que eles têm com operantes que podem ser importantes para a vida dos membros da cultura e dela como um todo.

O resultado da alta disponibilidade de reforçadores sobre a variedade do repertório dos membros da cultura contemporânea não poderia ser outro: tendo alta disponibilidade aos reforçadores, eles passam a ter uma relação contingente com umas poucas classes de respostas. Por efeito, esses reforçadores reforçam uma variedade pequena de operantes. Uma coisa é ser necessário, para comer, que se selecionem os ingredientes de uma comida a ser preparada, que se os misture em uma quantidade proporcional conforme a receita, comece-se a prepará-la, aguarde que ela atinja o ponto certo para ser consumida. Outra coisa é apertar alguns botões do telefone, fazer um pedido e aguardar que a comida pronta chegue à porta de casa.

Muitas práticas de culturas avançadas parecem aumentar a freqüência do reforçamento imediato. O Ocidente é especialmente rico em coisas que chamamos de interessantes, bonitas, deliciosas, divertidas e excitantes. Essas coisas tornam a vida mais reforçadora, mas reforçam pouco mais

do que o comportamento que coloca a pessoa em contato com elas. Imagens bonitas reforçam olhar para elas; comidas deliciosas reforçam comê-las; atuações divertidas e jogos excitantes reforçam assisti-los; e livros interessantes reforçam lê-los – mas nada mais é feito. (Skinner, 1986a, p.571)

Juntando-se o fato de que as tecnologias e a ajuda que as pessoas recebem dos outros dissocia as pessoas do contato com eventos mesmo que moderadamente aversivos com o de que os reforços positivos disponíveis na cultura são facilmente acessados (ou, em outras palavras, exigem pouca variedade e quantidade de respostas para serem produzidos), não é difícil compreender porque Skinner fala de um “tédio” (1986a, p.568) assombrando os membros da cultura contemporânea. Parece existir poucas razões para agir: as ameaças estão abrandadas ou neutralizadas pelas tecnologias e pela ajuda que se recebe dos outros; muitos reforços positivos são apresentados quase que “gratuitamente” aos sujeitos. Tudo converge para que o sujeito possa contornar o custo de agir de modo a obter estímulos que promovem sua sobrevivência.

A segunda abordagem de Skinner quanto ao fato de os estímulos reforçadores (especialmente os reforçadores positivos) serem altamente disponíveis envolve a relação desses estímulos com os operantes que fortalecem. Os operantes que são formados e mantidos na cultura contemporânea, por serem facilmente acessíveis, são distribuídos independentemente da utilidade, para o sujeito e para o grupo, em fortalecer operantes. Os repertórios formados com a profusão de bens muito facilmente acessíveis tendem a ser pouco variados. E, além disso, são pouco importantes para a formação de um repertório que poderia ser útil na obtenção de outros reforçadores. Soma-se a isso, o fato de esses bens facilmente acessíveis serem contingentes a operantes que têm pouco impacto sobre a sobrevivência da cultura. Membros apáticos, letárgicos se caracterizam pela baixa inclinação para agir. Ora, uma cultura que não é capaz de manter operantes fortes e variados em seus membros é uma cultura despreparada para lidar com os eventuais problemas que podem ser suscitados no porvir.

O que está errado com a vida no Ocidente não é que ela tem

reforçadores demais, mas é que os reforçadores não são contingentes aos tipos de comportamentos que sustentam o indivíduo ou promovem a sobrevivência da cultura (Skinner, 1986a, p.571)

É interessante notar que ao enfatizar os riscos do acesso altamente facilitado aos reforços, implicando que eles podem ser gerados a partir de poucas respostas com baixa variação entre si, Skinner acaba realizando uma crítica à noção de felicidade, quando identificada com “acúmulo de bens” e “gratificação imediata” (Skinner, 1978a). Quando esses dois parâmetros passam a ser perseguidos, como se fossem condições necessárias para realização dos indivíduos, há a possibilidade de dois fenômenos ocorrerem: pode inexistir relação contingente entre reforço e classe de respostas; e, mesmo que haja essa contingência, poucas classes são reforçadas. Nos dois casos, há um resultado em comum: formam-se e mantêm-se poucos operantes que poderiam enriquecer o intercâmbio dos sujeitos com o mundo e, mais que isso, prepará-los para eventuais problemas a que forem submetidos. Mais que isso, essas duas coordenadas da felicidade podem funcionar como fatores inibidores, e até refratários, ao fortalecimento de operantes que favoreçam a sobrevivência do grupo a longo prazo.

Nós tivemos grosseiramente superenfaticado a importância da simples posse. Nem a felicidade nem a sobrevivência do grupo dependem da satisfação derivada da posse das coisas [...]. Algo mais é necessário para realizar condições em que os seres humanos irão mostrar a produtividade, a criatividade, e a força inerente à sua dotação genética, e que é essencial à sobrevivência da espécie (Skinner, 1978a, p.47)

Em resumo, a alta disponibilidade de reforços se desdobra, na cultura contemporânea, no fortalecimento de uma baixa quantidade e pouca variedade de operantes. Ambos os produtos, preenchem o critério do que pode ser classificado como “empobrecimento de repertório”. Fazendo pouco e obtendo muito, a cultura contemporânea gera um repertório restrito em seus membros, o que se configura como um impasse para essa cultura resolver seus problemas e promover sua

sobrevivência a longo prazo.

Concentração de poder

Quando se discutiu as relações de trabalho na cultura contemporânea, deu-se destaque ao fato de elas serem, *necessariamente*, assimétricas: os trabalhadores, sem condições de produzir, por si sós, as condições de sua sobrevivência (ou, em outras palavras, destituídos dos meios de produção) têm que vender sua força de trabalho. Empregam-na em favor daqueles que detêm os meios de produção, submetendo-se a um trabalho cujas consequências diretas lhes são desapropriadas. O empregador, que se apropria desses produtos diretos do trabalho, os vende ao mercado. Ao empregado, ou trabalhador, dá um salário, a consequência extrínseca que o mantém trabalhando. Uns trabalham, produzem a riqueza da sociedade como um todo; outros mantêm a mão de obra pelo salário e se apropriam de seus produtos diretos. Enquanto a produção das riquezas é coletiva, a sua apropriação é privada. Essa é a assimetria básica das relações de trabalho na cultura contemporânea, assimetria essa que se escora, em última análise, na privação do trabalhador dos meios de produção e na necessidade consequente de eles terem que se submeter ao trabalho dividido e especializado.

Pode-se dizer, portanto, que essa assimetria significa, dentre outras coisas, que uns concentram reforços, ao passo que outros não. O trabalho, nesse sentido, é *tributário* dessa desigualdade da posse ou acesso aos reforços. Outras esferas da vida social, entretanto, também se formam a partir da desigualdade de acesso aos reforços. Conforme alguns membros da cultura vão acumulando reforços, eles podem condicionar sua distribuição à emissão de certas respostas de outras pessoas. Com isso, podem perpetuar as desigualdades que lhes assegura uma posição de *poder* sobre os outros membros da cultura. Poder, nesse sentido, não passa do acúmulo de reforçadores que certas pessoas têm, acúmulo esse que permite que sua distribuição possa ser contingente às respostas que, em última análise, perpetuam essa assimetria no acesso aos reforçadores.

Como já foi visto, muitas instituições que acumulam poder na cultura contemporânea utilizam-no não em proveito da sobrevivência da cultura; mas, empregando um termo utilizado por Skinner, para seu próprio “engrandecimento”.

Se os futuros dos governos, religiões e sistemas capitalistas fossem congruentes com o futuro da espécie, nosso problema estaria resolvido. Quando certo comportamento colocar em perigo a espécie, as instituições poderiam declará-lo ilegal, pecaminoso ou muito custoso, respectivamente, e iriam mudar as contingências que elas impõem. Infelizmente, o futuro é diferente [...].

Governos, religiões e o sistema capitalista [...] controlam a maior parte dos reforçadores da vida diária; eles usam-no, como sempre fizeram, para seu próprio engrandecimento, e eles não têm nada a ganhar renunciando ao poder (Skinner, 1982b, p.7)

O acúmulo de reforços em certos grupos de pessoas, ou instituições, e o controle sobre sua disponibilização traz este risco para as culturas: elas podem empregá-los de modo a beneficiar sua perpetuação, independentemente da perpetuação do grupo.

No entanto, as objeções que Skinner faz à concentração de poder em agências não param por aí. Especialmente no texto *Human Behavior and Democracy* (1977), o autor discute outros desdobramentos dessa concentração de poder, ou de reforços. Esses desdobramentos serão abordados agora.

Como se verá, dois produtos principais são destacados pelo autor: o fato de a concentração de poder implicar, em muitos casos, distribuição não contingente de reforços; e o de que a concentração de poder *necessariamente* se desdobrar em desgaste das relações “face a face”. Os dois produtos convergem em um ponto: eles ocasionam empobrecimento do repertório dos membros da cultura. Daí o fato de eles serem discutidos aqui, na presente unidade temática.

Para abordar o primeiro produto (a distribuição não contingente de reforços) será retomado o início da trajetória do texto de 1977, em que Skinner discute os efeitos da concentração de poder nos governos democráticos e seu impacto (negativo) sobre o controle interpessoal. Recuperar essa trajetória será importante para compreender as razões pelas quais os governos democráticos (embora não haja nada na análise de Skinner que não estendê-la para outros tipos de governos) tendem a distribuir reforços de maneira não contingente. Em seguida, aproveitando o rastro da

discussão sobre a concentração de poder nos governos democráticos, será apontado como essa concentração reverbera sobre os contatos “face a face” na cultura contemporânea. Nos dois casos, será sempre feita uma ligação entre tais produtos e o empobrecimento do repertório, critério que, nesta unidade temática, serviu de indicador de que Skinner realiza uma crítica a uma dada prática social.

Nesse texto de 1977, Skinner discute, dentre outros temas, o papel dos governos democráticos na cultura ocidental. Logo no início do texto, Skinner apresenta uma máxima: “Governos compelem ‘obediência à autoridade’. Em outras palavras, eles tratam as pessoas de modo aversivo” (Skinner, 1978a, p.3). Skinner mostra que, apesar de os “estados de bem estar social” (característicos das modernas democracias) procurarem contornar essa máxima, não o fazem com sucesso: parece que sem essa modalidade de controle, os governos democráticos nunca conseguiram se manter. Isso significa o seguinte: quando o governo passa a concentrar reforços, cria-se uma situação em que dificilmente os governados não contracontrolarão o governo. Não há concentração de poder em um governo sem que ele consiga se perpetuar sem controlar aversivamente os governados (“eles adquirem bens que distribuem mediante taxaço e coerço do trabalho” [Skinner, 1978a, p.4]). No entanto, esses “estados de bem estar social” podem contrabalancear essa tensão entre controle do governo e contracontrole dos governados pela distribuição de reforços. É essa distribuição em forma de benefícios sociais que alivia a tensão entre governante e governado. Mas, diz Skinner, justamente por essa distribuição servir, sobretudo, para manter o equilíbrio entre controle e contracontrole, ela acaba sendo uma distribuição não contingente aos operantes que de fato interessam ao grupo. Os reforçadores são distribuídos de modo a aliviar as tensões que ameaçam solapar as bases do governo; não o são para gerar comportamentos que poderiam fortalecer a cultura e fazê-la sobreviver em longo prazo.

[os estados de bem estar social] *não fazem a distribuição de bens contingente ao comportamento dos cidadãos. Eles não os usam como reforços, mas como apaziguadores, para reduzir ações de contracontrole* (Skinner, 1978a, p.5)

Qualquer assimetria entre os membros de um grupo tende a gerar contracontrole. O grupo que detém poder, então, tem duas saídas: pode acentuar o

controle aversivo ou pode distribuir reforços positivos. Em qualquer caso, estará agindo de modo a continuar concentrando poder: a sua perpetuação é que servirá de critério último para qualquer tratamento dado àqueles que ela tem domínio. É nesse sentido que Skinner diz que muitas instituições contemporâneas agem para seu próprio “engrandecimento”: se elas lançam mão de reforçamento positivo, mesmo assim o que norteia suas ações é seu próprio benefício, e não o benefício da cultura como um todo. Como resultado, a distribuição de reforçadores não será contingente ao comportamento que beneficia o futuro da cultura; mas, sim, o futuro desse grupo.

Quando Skinner emprega a expressão “distribuição não contingente de bens” ele pode estar afirmando duas coisas distintas. A primeira delas é que, de fato, os bens não são distribuídos a depender do responder dos membros da cultura: como servem, em última análise, para propagar o poder do governo, é a depender disso que os bens são distribuídos. A outra possibilidade é que Skinner esteja se referindo ao fato de que os bens não são distribuídos de modo contingente a operantes que beneficiam os sujeitos ou a cultura. Essa possibilidade parece ser a mais provável: os governos distribuirão bens quando seu poder estiver ameaçado: portanto, o farão de modo contingente a respostas de contracontrole dos membros da cultura.

Essa distribuição não contingente de reforçadores tem uma implicação crítica sobre o repertório dos membros da cultura: os operantes que são fortalecidos não são aqueles que, de fato, promovem a sobrevivência da cultura, mas aqueles que promovem a manutenção do governo. O empobrecimento do repertório então tem uma nova face: os operantes que

Outra crítica de Skinner à concentração de poder em agências pode ser introduzida pela seguinte citação

Concentração de poder em uma agência é objetável não apenas porque ela é caracteristicamente mal empregada e desperdiçada, mas porque ela destrói contatos interpessoais
(Skinner, 1978a, p.9)

Nessa citação, há uma ligação evidente entre concentração de poder em agências e corrosão dos contatos interpessoais. Como se dá essa relação, como a concentração de poder pode interferir de tal modo sobre a relação direta entre as pessoas? Mesmo se isso for respondido, por que a “destruição dos contatos pessoais”

é um produto que se relaciona ao empobrecimento do repertório, já que é um produto que se está discutindo nesta unidade temática?

Concentração de poder significa que um grupo de pessoas terá o poder de regular as relações entre os sujeitos de uma cultura. Isto é, por meio de alguns expedientes como a produção de leis, direito de emprego da força, produção de regras morais, esse grupo passa a ter um poder de afetar o modo como as pessoas se relacionam umas com as outras. Isso é apenas outro modo de dizer que o poder de reforçar e punir é delegado para tais instituições, que ganham legitimidade para operar ali onde as pessoas poderiam fazer algo entre si. O efeito se assemelha em muito ao produto das tecnologias, à “ética da ajuda” e mesmo ao que Skinner chamou de “alienação” do trabalhador: em lugar de as pessoas lidarem diretamente umas com as outras, encontrando soluções para os impasses suscitados nessas relações, elas passam a delegar o poder de elas mesmas regularem tais relações às instituições. Em vez de seus comportamentos serem modelados *pela própria relação*, e não por algo que lhe é externo, a mediação que certas instituições operam sobre o contato das pessoas passa a funcionar como uma espécie de prótese que protege cada um das eventuais tensões geradas na relação com os outros. Isso empobrece as múltiplas possibilidades de cada um aprender com o outro, lidar diretamente com os impasses suscitados nas relações entre si: quando as soluções aos problemas interpessoais são geradas por essas instituições, as pessoas perdem a chance de elas mesmas, via contato direto com os outros, desenvolverem operantes que poderiam solucionar tais problemas. O poder de lidar diretamente com o mundo – nesse caso, o mundo interpessoal –, é delegado aos outros, ao poder impessoal das instituições, leis, regras morais etc.. Em lugar da especificidade dos problemas entre pessoas distintas, a impessoalidade das leis; em lugar de pessoas concretas, vivendo problemas concretos, a abstração e o anonimato das soluções pré-estabelecidas. Parece que em cada esfera da vida social que Skinner olha, um mesmo padrão insiste em se repetir: a renúncia à ação, o achatamento da margem de ação dos agentes individuais, a economia dos esforços.

Quando nós delegamos o controle das pessoas às instituições políticas e econômicas, nós renunciemos ao controle face-a-face de uma administração igualitária das pessoas pelas pessoas, e é um erro supor que nós resgatamos essa administração reduzindo o escopo daqueles que delegamos

esse poder. Uma melhor estratégia é fortalecer o controle face-a-face. Um ambiente social, ou cultura, pode operar sem a ajuda de governadores e empresários usurpadores. (Skinner, 1978a, p.9)

Mesmo as ações que geram reforços positivos aos comportamentos de outras pessoas, por serem mediadas por agências que concentram poder, perdem a possibilidade, também, de gerar muitas consequências que as fortaleceriam. Skinner dá um exemplo paradigmático:

O homem que paga impostos pode olhar para crianças escolares e dizer “estou ajudando-as”, mas ele nunca ouvirá eles dizendo “obrigado”. Ele está alienado dos produtos do seu comportamento social. Ele nada faz que tenha consequências imediatas. (Skinner 1985, p.11)

Portanto, mesmo a possibilidade de as pessoas entrarem em contato direto com as ações que beneficiam os outros se vê desgastada ou subtraída quando complexas burocracias se erguem mediando o contato de uns com os outros. A chance de enxergar diretamente o impacto das ações sobre os outros, e desses outros enxergarem aquilo efetivamente lhes favoreceu, se esvanece. Ora, se as consequências imediatas dessas ações são ofuscadas, é lícito dizer que elas tendem a ocorrer com menos frequência.

Conclusão

As ações dos organismos ocorrem em um meio complexo e dinâmico. O desenvolvimento do comportamento operante viabilizou sensibilidade às transformações e peculiaridades desse ambiente. As ações tendem a ser modeladas de acordo com a complexidade e dinamismo desse ambiente: quanto mais exigente ele é, mais complexas as respostas se tornam; quanto maior o número de transformações pelas quais o ambiente passa, mais rapidamente as respostas entram em extinção ou são modeladas de modo a se tornarem mais finas ou ficarem sob controle de parcelas do mundo mais sutis. O organismos foram preparados pela evolução natural a lidarem

com ambientes mais complexos e dinâmicos, *desde* que o contato com esse ambiente não esteja interrompido. A evolução das culturas viabilizou que o arriscado e tedioso procedimento da modelagem pudesse ser substituído ou complementado pelo comportamento governado por regras ou pelo reforçamento extrínseco: em ambos os casos, se aprende com o que outros organismos, distantes no tempo e espaço, aprenderam em seu contato direto com o mundo. Esses dois “dispositivos” incrementaram a possibilidade dos sujeitos humanos operarem com sucesso sobre o mundo, beneficiando-se com o que outras gerações aprenderam.

No entanto, há um outro lado da evolução das práticas culturais: muitas delas dissociaram o contato das pessoas com seu ambiente direto; a contribuição intra e entre gerações tornou-se, em alguns casos, por assim dizer, “invasiva”: tecnologias foram inventadas de modo a fazer o que o próprio homem poderia fazer para si mesmo; desenvolveram-se práticas em que uma pessoa economiza ações de outras pessoas que poderiam ser fortalecidas caso seu contato com o mundo não fossem mediados por esses “ajudantes”; regras passaram a controlar operantes sem que alternativas a elas tenham sido colocadas “à prova”; instituições passaram a regular as relações entre os homens de modo a usurpar-lhes o poder de lidarem consigo mesmos; as pessoas passaram a ter acesso aos “bens” produzidos pela cultura sem que trabalho para obtê-los reforcem operantes que possam beneficiá-los em outras circunstâncias de suas vidas. A cultura contemporânea trocou a riqueza do contato com o mundo pelo conforto em viver uma vida empobrecida. Trocou o trabalho produtivo, o contato direto com os outros e com o mundo pela tranqüilidade entediante encontrada no acúmulo de bens. Tudo se passa como se o poder de agir sobre o mundo, aprender com ele por contato direto, interagir com as pessoas, arcando com os riscos e os benefícios que isso eventualmente acarreta, fosse arriscado demais. Melhor é recolher-se, voltar-se para os pequenos prazeres, delegar aos “outros” o poder de decisão. O diagnóstico de Skinner serve como uma boa forma de encerrar essa unidade: “Ao vencer a luta pela liberdade, o Ocidente perdeu sua inclinação para agir” (Skinner, 1986a, p.572). Se levar-se em conta que não apenas perdeu-se a inclinação para agir, mas a própria ação se tornou empobrecida, ter-se-á um diagnóstico preciso de muitas práticas mantidas na cultura contemporânea.

Quando se discutiu a divisão e especialização do trabalho, um aspecto deve ter chamado a atenção. A pobreza característica do trabalho alienado é tão precária que

apenas com o suplemento de contingências aversivas ela pode se manter. A concentração de poder, fruto de uma distribuição desigual de reforçadores, só é possível sob leis e regras morais que sinalizem contingências punitivas. Muitas das práticas da cultura contemporânea, mesmo ela prezando tanto pelo valor “liberdade”, envolvem algo que Skinner também considera um grande risco para a sobrevivência: o controle aversivo.

DIFUSÃO DO CONTROLE AVERSIVO

O percurso que foi responsável pela formação desta unidade temática se assemelhou, em muitos aspectos, ao da primeira. Assim como a crítica de Skinner às explicações internalistas percorre muitos de seus textos, sejam eles de cunho conceitual, sejam eles voltados para análise da cultura, assim também acontece com a crítica de Skinner ao emprego do controle aversivo. Não é de espantar que o tratamento desse tema, controle aversivo, tão presente em textos de caráter conceitual, também tenha se infiltrado em seus textos sobre a análise da cultura contemporânea. Como aconteceu com as explicações internalistas, Skinner, em muitos momentos dos nove textos, aponta objeções ao uso de controle aversivo sem que fiquem muito claras as razões pelas quais ele assim o faz. É difícil capturar tais objeções apenas voltando a atenção para esses textos de análise da cultura: parece que o autor supõe um conhecimento prévio do leitor sobre o tema quando faz uma crítica insistente sobre a aplicação de controle aversivo. A presente unidade temática irá, a partir da análise dos nove textos, identificar quais são as objeções do autor ao emprego do controle aversivo, objeções essas que, para serem identificadas como tal, deverão estabelecer algum vínculo entre a prática do controle aversivo e a ameaça à sobrevivência da cultura. Essa será a tarefa do item que segue, de “seleção de citações e levantamento de conteúdos”. Levantados os principais argumentos do autor contra o emprego do controle aversivo, eles serão fundamentados, isto é, a partir de outros textos do autor, serão desenvolvidos outros argumentos, agora de caráter conceitual, que possam fundamentar a crítica que Skinner faz a essa prática. Isso significa dizer que, ao contrário da segunda e terceira unidades temáticas, a tarefa de sistematização consistiu, principalmente, em uma tarefa de *fundamentação*, e não, como foi o tom das duas unidades temáticas anteriores, de organização.

Seleção de trechos e levantamento de argumentos

Em muitas partes dos nove textos de Skinner voltados à crítica da cultura contemporânea, não é raro encontrar trechos que atestem as objeções de Skinner ao uso do controle aversivo. Nesta seção, esses trechos serão apresentados. Tal apresentação terá dupla função: a primeira é atestar que essa prática do emprego de controle aversivo é alvo recorrente de crítica por parte do autor, justificando a formação desta unidade; a segunda é levantar os motivos pelos quais Skinner considera uma prática nociva à sobrevivência da cultura o uso de controle aversivo. Isso feito, partir-se-á, no item subsequente, para a fundamentação conceitual que subsidia as críticas skinnerianas ao controle aversivo.

Um primeiro aspecto que não é difícil de reparar nos textos de Skinner é o emprego generalizado do controle aversivo na cultura contemporânea. Esse tipo de controle, segundo o autor, ainda que contrabalanceado por tentativas de substituí-lo por reforçamento positivo, não deixa de ser altamente difundido nessa cultura. Eis um exemplo de um trecho dos textos de Skinner que atesta essa idéia.

O único sofrimento que membros da espécie humana ainda está imposta é infligida por ela mesma. Pessoas ameaçam e destroem a vida, a liberdade, fazem terrorismo e crime organizado. Cientistas políticos, às vezes, definem governo simplesmente como o poder de punir. A religião Cristã ameaça com o fogo do inferno, e os evangélicos continuamente nos relembram das mais terríveis punição. A educação tem uma longa história de punição. [...] Incentivos industriais são realmente punitivos [...]. A psicoterapia não é uma exceção (Skinner, 1979, p.3).

Apesar de destacar o emprego difundido do controle aversivo, isso não é suficiente para dizer que Skinner é um crítico dessa prática. É evidente que o fato de o autor destacar o tema, discuti-lo, é uma pista de que tal prática constitui alguma ameaça à cultura.

Ainda assim, o que chama a atenção em alguns dos trechos relativos ao controle aversivo é Skinner falar desse tema como se, por si só, ele fosse “ruim”,

“indesejável”. Como se verá na parte de fundamentação dos argumentos levantados neste item, isso não é feito sem razão. Muito pelo contrário, Skinner escreveu inúmeros textos ou obras em que apontou os efeitos nocivos ou, para usar uma expressão do próprio autor, “lamentáveis” do controle aversivo (cf., especialmente, 1998/1953). Isso parece conferir-lhe justificção para passar rapidamente sobre o tema em alguns desses nove textos. Eis alguns exemplos.

Quando Skinner discute, no texto de *Human Behavior and Democracy* (1977), eventuais alternativas para superar alguns dos impasses do mundo atual, ele aponta algumas alternativas tradicionais que consistem, basicamente em emprego de controle aversivo. Prossegue, então, dizendo:

Mas há alternativas não punitivas? Nós podemos planejar um ambiente em que as pessoas irão tratar bem as outras, manter o tamanho da população dentro de certos limites, aprender a trabalhar e trabalhar produtivamente, preservar e aumentar o caráter reforçador do mundo, explorar e analisar esse mundo, limitar o uso de recursos e manter o ambiente seguro para gerações futuras, e fazer tudo isso porque os resultados são positivamente reforçadores?
(Skinner, 1978a, p.7)

O que chama a atenção nessa citação é o fato de Skinner considerar punição (uma forma de controle aversivo) algo indesejável para a solução dos problemas pelos quais a cultura contemporânea vem passando. A razão para isso, entretanto, não fica clara. Um leitor mais desavisado poderia achar que Skinner considera controle aversivo, por si só, independentemente de seus produtos, algo indesejável.

Quando o autor discute uma das diferenças do trabalho industrial em relação ao artesanal, faz quase o mesmo.

A diferença importante reside nas contingências de reforçamento. [...] [os trabalhadores industriais] trabalham porque fazer qualquer outra coisa irá significar a perda de um padrão de vida garantido por seu salário. Ele trabalha sob os olhos do supervisor cujo relatório a permanência do

empregado depende. Ele difere do escravo apenas na natureza da “punição” que recebe por não trabalhar. Ele está submetido ao reforçamento negativo [...] (Skinner, 1978a, p.39)

Novamente, controle aversivo parece algo injustificável por si mesmo. Por envolver uma condição de trabalho análoga à escravidão, é condenável. Não há nenhum efeito do controle aversivo explicitado nessa citação que subsidie a crítica de Skinner ao emprego do controle aversivo nas relações de trabalho.

Mas, por quais razões Skinner mostra-se tão avesso à punição e reforçamento negativo? Será que sua crítica é gratuita, escorada no senso comum, que diz que o que é desagradável deve ser evitado? A análise de outros trechos dos textos de Skinner mostra que não.

Muitas das críticas de Skinner ao emprego de controle aversivo podem ser detectadas nos nove textos pelos comentários que o autor faz das vantagens do emprego do reforçamento positivo. Quando ele aponta para as vantagens de um mundo social cujas contingências que prevalecem são de reforçamento positivo, é possível, por efeito de contraste, encontrar algumas pistas das razões de Skinner considerar o controle aversivo indesejável.

A substituição do controle aversivo pelo reforçamento positivo é, claro, o coração da luta pela liberdade. [...] Reforço positivo tem um efeito fortalecedor não apenas ao comportamento individual, mas também sobre a cultura, mediante a criação de um mundo em que as pessoas não estão inclinadas á deserção e em que estarão inclinadas a defender, promover e melhorar (Skinner, 1978a, p.11)

Com base nessa citação, começa-se a obter pistas das razões pelas quais Skinner mostra-se tão avesso ao controle aversivo. E isso se dá por efeito de contraste com o reforçamento positivo. Contingências desse tipo não apenas fortalecem operantes individuais, mas fortalecem a cultura, no sentido de fazer seus membros trabalharem para promovê-la, para seu “melhoramento” e “promoção”. Numa palavra, controle por reforçamento positivo gera uma vida em grupo mais promissora.

É possível dizer, então, *no mínimo*, que o controle aversivo não promove tais vantagens ao grupo: poderia ter um efeito que não seria fortalecedor sobre os operantes individuais e não ajudaria a “fortalecer” a cultura, no sentido de que não faria seus membros agirem de modo a melhorá-la, a cuidar de sua permanência ao longo do tempo. Outro trecho do texto do autor vai à mesma direção:

Uma cultura deve reforçar positivamente o comportamento daqueles que a promovem sustentação e se esquivar de criar reforços negativos em que seus membros irão escapar mediante deserção. (Skinner, 1978a, p.63)

No texto *Why We Are Not Acting to Save the World* (1982b), Skinner apresenta um argumento semelhante. Diz que quando se olha para o horizonte do futuro da cultura contemporânea, e lá se enxerga algo que se aproxima de seu fim, quando proliferam avisos sobre um futuro apocalíptico, quando as ameaças (em si mesmas aversivas) ofuscam as esperanças, as pessoas deixam de trabalhar para melhorar essa cultura.

O pensamento apocalíptico recente na América tem predominado. Dizem-nos que estamos em nossos “últimos dias”. Porque nosso futuro reside em outro mundo, esse mundo é prescindível. Nada precisa ser feito a respeito (Skinner, 1982b, p.5)

Deserção, desengajamento, indiferença em relação ao futuro da cultura, pouca disposição em melhorá-la parecem, portanto, ser os resultados de um ambiente social pontilhado por contingências aversivas. A análise de Skinner sobre controle aversivo começa a se distanciar de uma suposta crítica gratuita. Controle aversivo não é “ruim” por si mesmo: ele tem efeitos, dentre eles efeitos que colocam em xeque a manutenção da cultura.

Em outro texto do autor, é possível encontrar ainda mais efeitos nocivos à cultura quando ela lança mão de controle aversivo.

O fato de que as culturas frequentemente recorrem ao

controle punitivo pode ser a melhor evidência que temos de que elas têm negligenciado alternativas fortalecedoras. Uma redução no controle punitivo melhoraria a vida ainda de outra maneira. Quando as pessoas trabalham somente para evitar perder um emprego, quando estudam somente para evitar reprovação, e tratam bem umas às outras apenas para evitar censura ou punição institucional, as contingências ameaçadoras se generalizam. Parece sempre que deve haver alguma coisa que seria preciso estar fazendo. Como resultado, pouquíssimas pessoas conseguem simplesmente não fazer nada (Skinner, 1986a, p.573)

Nessa citação, Skinner introduz novos elementos que ajudam a pensar sobre sua crítica ao emprego ostensivo de controle aversivo. A primeira frase da citação, somada ao restante dela, indica que seu emprego tem servido de modo a fortalecer comportamentos. Algo está presente no controle aversivo que sua redução poderia “melhorar a vida de outra maneira”. A citação prossegue e esse “algo” é elucidado: Skinner indica que o uso do “controle punitivo” tem gerado um “clima” de ameaça, que seria mitigado por simplesmente “fazer alguma coisa”: isto é, o controle do comportamento estaria tão confinado às medidas aversivas que as ameaças se tornariam difusas, se generalizariam para boa parte do cotidiano da vida dos membros da cultura contemporânea. As pessoas não conseguem sequer descansar, pois o perigo espreita. A cultura contemporânea, nesse sentido, generaliza o risco, já que utiliza em diversos âmbitos da vida social o controle aversivo.

Skinner, portanto, revela-se um crítico do emprego do controle aversivo na cultura. Foi visto que, em alguns momentos desses nove textos, Skinner não é muito claro em justificar os motivos para lançar suas críticas sobre esse alvo. No entanto, em outros trechos apresentados, uma razão desponta como motivo mais do que suficiente para Skinner questionar o uso de controle aversivo: quando a cultura o emprega ostensivamente, ele generaliza-se⁷⁶. Já que as pessoas agem de modo a escapar dele ou a impedir de serem submetidas a ele, elas passam a agir o tempo todo. Não descansam. Uma cultura em que se foge de tudo a todo instante é uma cultura em que

⁷⁶ O termo “generaliza-se” não se refere ao conceito de generalização, mas é empregado em seu sentido leigo. Poderia ser substituído por “propaga-se”, “difunde-se”, sem prejuízo de significado.

não vale a pena agir para melhorá-la. O pouco que se faz a respeito de seu futuro reflete as dificuldades que recaem sobre o presente.

Dois argumentos de Skinner, portanto, podem ser destacados a partir dessas citações.

1. Controle aversivo tem gerado pouca preocupação à cultura, o que pode ser traduzido como poucas ações realizadas de modo a melhorá-la.
2. O controle aversivo está tão difundido na cultura contemporânea que “as contingências ameaçadoras se generalizam”, fazendo com que a sensação de risco, de ameaça, perigo espreite a todo instante.

Uma série de perguntas podem ser levantadas caso se procure aprofundar essas duas questões:

- De que modo o controle aversivo leva a pouco zelo pela cultura ou pouco interesse em estudá-la, transformá-la e melhorá-la?
- De onde vem esse poder de “generalização” do controle aversivo, fazendo com que a sensação de risco seja quase que permanente?

Outra pergunta poderia ser feita relativa ao fato de Skinner passar tão rapidamente sobre o tema de controle aversivo em alguns de seus textos:

- Por que Skinner aparenta, ao menos nesses nove textos, objetar contra o emprego de controle aversivo como se ele fosse, por si só, condenável?

Serão essas questões que o próximo item irá lidar. Uma vez respondidas, tornar-se-ão mais clara as razões pelas quais Skinner faz uma crítica (no sentido de que essa prática ameaça a sobrevivência da cultura) à difusão do controle aversivo na cultura contemporânea

Fundamentação dos argumentos levantados

A primeira questão que deve ser tratada é a seguinte: controle aversivo é um modo de controlar o comportamento. Isso significa que ele pode tanto gerar e fortalecer operantes, bem como impedir que eles se formem ou enfraqueçam. Se fosse apenas isso que o controle aversivo fizesse, ele corresponderia muito bem ao imperativo de controle do comportamento.

A discussão que será feita, a seguir, consistirá em mostrar como o controle aversivo controla o comportamento gerando outros produtos que não apenas esses. Esses produtos “colaterais” (apenas no sentido de “não previstos”) serão sublinhados na medida em que o efeito fortalecedor e “supressor” do controle aversivo for destacado. Esses produtos “imprevistos”, como se verá, darão conta de fundamentar as objeções de Skinner ao emprego dessa modalidade de controle. Isso significa que, conforme a discussão sobre controle aversivo for transcorrendo, concomitantemente serão fundamentadas as objeções de Skinner ao seu emprego. Por isso, será bom manter-se em vista, nessa discussão, as críticas de Skinner ao seu emprego disseminado na cultura contemporânea.

Especialmente com base na obra *Ciência e Comportamento Humano* (1998/1953), o conceito de controle aversivo será abordado. Defini-lo, constituirá a primeira tarefa a ser realizada. Em seguida, seguindo um percurso muito próximo do texto de Skinner, os efeitos desse fenômeno serão explorados. Conforme forem emergindo conteúdos que se aproximem da crítica de Skinner ao emprego do controle aversivo, eles serão destacados.

Controle aversivo: componentes e aspectos definidores – reforçamento negativo e seu impacto sobre a cultura

Na leitura dos capítulos XI, XII e XXIV do *Ciência e Comportamento Humano*, o termo “controle aversivo” não foi encontrado. O termo mais próximo a esse foi o de “estímulo aversivo”. Ainda assim, com base nos fenômenos analisados pelo autor nesses capítulos, foi possível chegar à conclusão de que a estimulação aversiva pode estar em duas formas de controle do comportamento: no reforçamento negativo e na punição positiva. Serão esses dois fenômenos que serão focados. A presença do chamado “estímulo aversivo” ocorre nesses dois fenômenos, que serão privilegiados na presente análise.

Antes de tudo, é necessário definir reforçamento negativo. Skinner diz que “um estímulo é aversivo quando sua remoção é reforçadora” (Skinner, 1998/1953, p.188). Isso é uma definição de estímulo aversivo ou estímulo reforçador negativo, mas não de *reforçamento negativo*. Ainda assim, essa definição ajuda a se definir esse tipo de reforçamento. Se Skinner caracteriza o estímulo, o *processo* que está em jogo

quando o estímulo aversivo é removido é o de *reforçamento negativo*. Portanto, reforçamento negativo é o processo ao longo do qual uma resposta de uma dada classe provoca a remoção (ou abrandamento da intensidade) de um estímulo aversivo, remoção essa que fortalece essa classe de respostas. Portanto, nenhum estímulo aversivo é, por si só, aversivo. É apenas na relação dele com um operante que ele pode ser definido como tal. No início do capítulo XI do *Ciência e Comportamento Humano*, Skinner se preocupa em fazer essa distinção: um estímulo aversivo se define em sua relação com sua resposta. Diz ele que “o tipo de estímulo que é geralmente denominado desagradável, irritante, ou mais tecnicamente, aversivo, *não se distingue por determinadas especificações físicas*” (Skinner, 1998/1953, p.187; destaque acrescentado). Isso significa que o estímulo não pode ser conceitualmente classificado sem que sua função esteja identificada: é apenas na relação com um operante que ele pode ser assim classificado; é apenas quando ele aumenta a frequência de respostas de uma dada classe que, no passado, o removeu, que ele pode ser chamado de estímulo aversivo ou estímulo reforçador negativo. Não há estímulos, *a priori*, aversivos, assim como não há estímulos, *a priori*, reforçadores positivos, mesmo os primários: apenas na relação com os operantes é que eles podem ser assim chamados.

A resposta que produziu a remoção do estímulo aversivo, remoção essa que fortaleceu a classe dessa resposta, tem o nome de fuga. É importante notar que, no reforçamento negativo, o estímulo aversivo ou reforçador negativo já está presente antes da emissão da resposta, diferentemente do que acontece no reforçamento positivo. Isso tem uma implicação: o estímulo aversivo, antes da resposta de fuga ocorrer, elicia respondentes que competem com a emissão dessa resposta. É por essa razão que Skinner diz que “estímulos aversivos eliciam reflexos e geram predisposições emocionais que muitas vezes interferem no operante a ser reforçado. Assim, é difícil observar o efeito do reforço negativo isoladamente (Skinner, 1998/1953, p.188). Isso, segundo Catania (1999), permite, inclusive, diferenciar o reforçamento negativo do positivo.

De modo semelhante ao que acontece no reforçamento positivo, estímulos que forem pareados com o reforço negativo também adquirirão a função de reforços negativos, só que condicionados. Isso tem um desdobramento crítico: qualquer estimulação antecedente à ocorrência de uma resposta com função de fuga, sem ser o reforço negativo que a mantém, também adquire a função de reforço negativo, dado o pareamento entre esses dois estímulos. Isso estende o efeito do reforçamento

negativo: estímulos que lhe antecederam também podem evocar operantes que lhe eliminem. Nesses casos, a eliminação do estímulo que antecedeu contingências de reforço negativo, pode ocasionar a eliminação da *possibilidade* de apresentação do estímulo reforçador negativo final. O sujeito que emite essas respostas nem chega a entrar em contato com a estimulação aversiva que conferiu ao estímulo que é eliminado a função de estímulo reforçador negativo condicionado. A resposta de fuga ao estímulo reforçador negativo condicionado é, também, uma resposta de *esquiva* do estímulo reforçador negativo que conferiu ao estímulo eliminado a função de reforço negativo condicionado. A impressão que se dá é a de que o sujeito responde *para* evitar o recebimento do reforço negativo; no entanto, o que acontece, de fato, é que a fuga do estímulo reforçador negativo condicionado promoveu, *por tabela*, a impossibilidade de ocorrência do estímulo reforçador negativo.

É evidente que fugir de uma condição aversiva não é a mesma coisa que evitá-la [ou esquivá-la], pois a condição aversiva que é evitada não afeta diretamente o organismo. Embora a evitação [ou esquiva] sugira que o comportamento pode ser influenciado por um evento que não chega a ocorrer, podemos descrever o efeito sem violar qualquer princípio fundamental da ciência usando o conceito de reforço negativo condicionado. Na evitação, os estímulos aversivos condicionados e incondicionados são separados por um intervalo de tempo apreciável. [...] Em qualquer caso, o indivíduo vem a executar o comportamento que previne a ocorrência ou reduz a magnitude do segundo estímulo (Skinner, 1998/1953, p.195)

Assim, a esquiva não deixa de ser sempre uma resposta de fuga, mas uma resposta de fuga, digamos, especial: além de eliminar um estímulo reforçador negativo corrente, ela impede o recebimento de um estímulo reforçador negativo futuro. E vale reparar que quando a esquiva tem sucesso (quando elimina e escapa desses dois estímulos reforçadores negativos), há uma quebra do pareamento do estímulo que evoca as respostas de fuga e o estímulo de que o sujeito se esquiva. Essa quebra tende a, gradativamente, amenizar o poder do estímulo reforçador negativo

condicionado evocar respostas de fuga desse estímulo e de esquiva do outro estímulo, que conferiu a função ao primeiro. O enfraquecimento do operante de esquiva pode, portanto, levar o sujeito a voltar a entrar em contato com o estímulo reforçador negativo de que antes se esquivava. Se os operantes de esquiva se formam por emparelhamento de estímulos reforçadores negativos, esses mesmos operantes quebram esse emparelhamento: e esquiva produz, em longo prazo, a tendência de se tornar fraca. Sidman (2001/1989) nomeou esse fenômeno de “paradoxo da esquiva”.

Nesse ponto, já é possível pensar em alguns impasses gerados pelo controle aversivo. Eles ajudam identificar algumas razões de Skinner mostrar ceticismo quanto ao seu uso. Dois aspectos serão destacados: um referente ao condicionamento de estímulos aversivos por pareamento e outro ao fato de a esquiva afastar o organismo do contato com parcelas do ambiente.

Reforçamento negativo serve a um fim específico: gerar e manter certos operantes. Uma cultura, necessariamente, precisa gerar e manter operantes que são importantes para criação de suas condições de existências e para sua reprodução. Pode fazê-lo empregando reforçamento positivo ou reforçamento negativo. Quando se aposta no reforçamento negativo, no entanto, pode-se gerar um impasse: a estimulação aversiva necessária para formar e manter operantes será pareada com outros estímulos, como foi visto logo acima. Esses, por sua vez, tendem também a fortalecer *outros* operantes, chamados de operantes de esquiva. Isso significa que a estimulação aversiva que fortalece um operante tende a gerar operantes que impedem a ocorrência dessa estimulação. Ora, se isso acontecer – como, de fato, tende a acontecer –, a geração do operante de fuga tende não mais a ocorrer, já que sua estimulação evocadora será evitada por conta do fortalecimento de respostas de esquiva. Portanto, operantes que são importantes para a cultura podem, por conta da emissão de respostas de esquiva, não ocorrer. Uma criança que vai à escola e lá estuda arduamente de modo a fugir das ameaças de censura, pode começar a se esquivar “deprimindo-se”, não conseguindo acordar cedo, passando mal antes de chegar à escola. O comportamento de estudar pode logo ser substituído por comportamentos que não interessam ao grupo. Quando Skinner fala da necessidade de substituir controle aversivo por reforçamento positivo, muito provavelmente se refere a esse efeito: a manutenção de operantes importantes para a cultura é frágil, na medida em que podem ser substituídos por outros operantes, com função de esquiva. Manter comportamentos por reforçamento negativo é arriscado, pois a primeira chance que

alguém tiver de escapar das condições em que ele ocorre não hesitará em fazê-lo. Mais do que isso, os ambientes em que o reforçamento negativo ocorre tendem a não ser alvos de ações que possam melhorá-los: são ambientes que geram, por assim dizer, repulsão: tendem a ser abandonados. Uma cultura cujo controle de seus membros é essencialmente aversivo tende a ser uma cultura que não incentiva ações para melhorá-la ou cuidá-la. É uma cultura, antes disso, que deve ser abandonada.

Outro aspecto que pode ser extraído da análise do reforçamento negativo também se relaciona ao operante de esquiva. Um estímulo aversivo reforça operantes que o eliminem; por pareamento entre esse estímulo e condições antecedentes, novos operantes podem ser formados e fortalecidos, impedindo que a estimulação aversiva que conferiu aos outros estímulos a função de estímulos reforçadores negativos condicionados aconteça. Esses operantes, como se viu, recebem o nome de esquiva. A esquiva, então, impede o contato com uma parcela do mundo. Até aqui, nada surpreendente: a esquiva revela-se adaptativa, pois impede o contato com estímulos aversivos. No entanto, algo mais pode acontecer: o organismo que emite operantes de esquiva deixa de entrar em contato com a parcela do ambiente que, *no passado*, era aversiva. O ambiente pode mudar, de modo que o estímulo aversivo que deu início à formação de um operante de fuga, depois à formação de um operante de esquiva, não mais ocorre. Ainda assim, o organismo pode permanecer emitindo os operantes de esquiva, ainda que a estimulação aversiva, ocorrendo ou não o operante de esquiva, nunca vá ocorrer. Essa característica da esquiva merece destaque: ela afasta o organismo do contato com mundo e, ainda que esse mundo possa se transformar a ponto de não ser mais “ameaçador” (mais precisamente, fonte de estimulação aversiva), o organismo permanece se esquivando. A esquiva dissocia os organismos das transformações ambientais; é um operante que mantém os organismos longe de situações que *apenas no passado* geraram estimulação aversiva. *Em certo sentido*, a esquiva confina, portanto, os organismos em um passado que não necessariamente corresponde ao presente.

Desse modo, se o reforçamento negativo se difunde em uma cultura, um resultado importante tende a ser gerado: os sujeitos tendem a escapar de situações que não necessariamente produzem estímulos aversivos. Os problemas do grupo são “resolvidos” não pelo seu enfrentamento ou pela eliminação das fontes de estimulação aversiva; mas, pela confinamento em circunstâncias em que tais fontes se mantêm afastadas. Os problemas do grupo, nesse sentido, tendem a ser mais suspensos do que

resolvidos.

Em suma, até aqui, viu-se a definição de reforçamento negativo e alguns de seus efeitos. Conforme os efeitos foram desvendados, foram-se estabelecendo ligações entre eles e os impasses gerados na vida cultural. Para defini-lo, fez-se necessário definir também o conceito de estímulo aversivo ou estímulo reforçador negativo e o de fuga. Algumas nuances desse fenômeno foram exploradas brevemente: o condicionamento de estímulos reforçadores negativos que tende a ocorrer no reforçamento negativo, fenômeno que, por sua vez, ajudou a compreender o que constitui o operante de esquiva. Um impacto sobre a cultura desses fenômenos foi destacado: operantes mantidos por reforçamento negativo podem deixar de ocorrer por conta da tendência em se formar e fortalecer operantes de esquiva. Viu-se, na sequência, o fenômeno do “paradoxo da esquiva” como característico do condicionamento de operantes de esquiva, bem como o fato de esse operante dissociar os organismos do contato com parcelas do ambiente. Novamente, viu-se o impacto disso sobre a cultura: o grupo tende a se afastar, mais do que a resolver, impasses que são fonte de estimulação aversiva.

Se forem retomados os argumentos levantados na seção anterior, eles começam a ganhar mais alicerces teóricos que ajudam em sua compreensão. Uma cultura que emprega de modo disseminado o controle aversivo tende a gerar afastamento (como um produto do operante de esquiva) dos sujeitos das próprias relações que constituem a cultura. Por efeito, não surpreende que, como Skinner apontou, as pessoas não ajam de cuidar de sua manutenção. Controle aversivo, como foi apontado, inibe manutenção de repertórios de seus membros que podem ser úteis ao grupo, bem como afastam as pessoas, e o próprio grupo, do contato com seus problemas. Muito do que é importante para o grupo sobreviver (manutenção de operantes úteis à perpetuação da cultura, bem como formação de repertórios importantes para solução de seus problemas) é inibido em seu desenvolvimento quando o controle aversivo constitui o principal recurso de controle do comportamento.

Ainda assim, resta explorar o conceito de punição. Como se verá, ele também, enquanto forma de controle do comportamento, opera como um fator que ameaça a sobrevivência do grupo inibindo a formação de operantes que poderiam fortalecer a cultura, isto é, fazê-la perpetuar longamente no tempo.

Controle aversivo: componentes e aspectos definidores – punição

Foi visto que dois fenômenos constituem o controle aversivo: o reforçamento negativo e a punição. Ao menos para a definição de Skinner de punição, é fundamental que, antes dela, se compreenda minimamente o processo de reforçamento negativo. Isso por uma razão simples: o estímulo reforçador negativo, tal como foi definido, compõe a definição de punição; sem ele, não há como definir punição. Como se verá, só é possível dizer que há punição, quando se tiver certeza de que um estímulo é reforçador negativo.

Quando introduz conceito de punição, no capítulo XII do *CCH*, Skinner faz uma afirmação que pode causar certo estranhamento. Isso porque, até aqui, foi visto que muitos conceitos da AC têm um caráter relacional: se definem não por propriedades, mas pelos efeitos. Uma resposta só é resposta se estiver sob controle de estímulos; um evento do mundo se difere de um estímulo, pois esse último necessariamente afeta o responder; estímulo reforçador só o é se fortalecer uma classe de respostas, e assim por diante.

No entanto, isso não acontece com o conceito de punição. Em lugar de tratá-lo como um processo (isto é, como uma dada relação entre resposta e estímulos em que os desdobramentos sobre o responder sejam avaliados para se definir cada um deles), Skinner trata o conceito de punição sem pressupor nenhum efeito, isto é, como mera *operação*. Diz ele o seguinte:

Qual é o efeito da retirada de um reforçador positivo ou da apresentação de um negativo? [...] Não usamos nenhum termo novo na colocação dessas questões e assim nada precisa ser definido. Ademais, até o ponto em que somos capazes de dar uma definição científica de um termo leigo, essas duas possibilidades parecem constituir o campo da punição. Não houve pressuposição de qualquer efeito; simplesmente levantamos uma questão para ser respondida com experimentos adequados (Skinner, 1998/1953, p.202)

Ao definir o conceito de punição desse modo, portanto, Skinner não

acrescenta nenhum termo novo. Os que já haviam sido desenvolvidos foram arranjados de tal modo que deram origem ao conceito de punição. Portanto, punição não passa disto: é ou a apresentação de um estímulo reforçador negativo ou a retirada de um estímulo reforçador positivo. Definindo assim o conceito, Skinner não pressupõe nenhum efeito a esse procedimento. É evidente que é de se esperar que apresentando um estímulo reforçador negativo ou retirando um estímulo reforçador negativo contingentemente a uma resposta, menor deve ser a frequência de instância da classe de respostas. No entanto, isso não é necessário para dizer que há ou não punição. Como se verá, esse é um dos possíveis efeitos da punição⁷⁷; no entanto, são tantos outros que estão em jogo que parece que a opção de Skinner em não privilegiar nenhum efeito na definição do conceito faz todo o sentido.

Se a definição de punição é relativamente simples, a análise de seus efeitos, em contrapartida, é repleta de meandros. Eles precisam ser analisados com cautela, já que, como se verá, as armadilhas conceituais parecem espreitar a cada passo que se dá em direção à inteligibilidade do fenômeno.

Os efeitos da punição e seu impacto na cultura

O primeiro efeito da punição que Skinner apresenta já testemunha as armadilhas que rondam o conceito. Se, sistematicamente, uma resposta acontece e um estímulo aversivo⁷⁸ se segue, o pareamento entre as condições antecedentes à emissão da resposta e o estímulo aversivo tenderão a eliciar as mesmas respostas eliciadas por esse último⁷⁹. Isso significa que a resposta “punida” passará a competir com a resposta eliciada pelas condições que precederam os episódios de punição. Em muitos casos, a resposta eliciada se sobrepõe à resposta “punida”, no sentido de que ela deixará de ocorrer por ser incompatível com a resposta eliciada: falar com alguém que, repetidas vezes, respondeu com rispidez e arrogância (prováveis estímulos aversivos)

⁷⁷ Embora as razões disso sejam bem diferentes do fato de um estímulo reforçador positivo – de modo análogo, mas oposto – fortalecer uma resposta. Conforme a discussão de punição avançar, as razões da não simetria entre reforçamento e punição, na perspectiva de Skinner, serão elucidadas.

⁷⁸ Estímulo aversivo, para Skinner, é o mesmo que estímulo reforçador negativo. A partir de agora, como se está tratando de punição, o primeiro termo será empregado. No entanto, nada impediria que o segundo também fosse.

⁷⁹ O processo de condicionamento respondente envolvido nesse caso tende, de fato, a produzir respostas semelhantes à resposta eliciada incondicionada. Isso é muito comum em condicionamento respondente de estímulos com função aversiva. Há muitos outros casos em que a resposta eliciada condicionada é até oposta a incondicionada (cf. Catania, 1999)

poderá gerar respostas eliciadas que provavelmente vão fazer parte do que se chama de “ansiedade” (sudorese, taquicardia, palidez, tremor etc.). Essas respostas eliciadas podem, por sua vez, impedir que a resposta de falar volte a acontecer, ou que ela fique altamente prejudicada (uma pessoa pode gaguejar e mesmo emudecer diante dessa pessoa). A incompatibilidade entre resposta eliciada e a resposta operante que produziu o estímulo aversivo, portanto, pode ser responsável pela não ocorrência dessa última. Aparentemente há um efeito supressivo da resposta operante; no entanto, esse efeito não é análogo ao efeito selecionador do reforço, já que envolve incompatibilidade entre respostas.

É interessante que Skinner apresenta um dado experimental que apoia a ideia de que o “efeito supressivo” da punição não é o análogo oposto ao do reforçamento. Ele demonstra que, após reforçar uma classe operante, a ocorrência total de respostas dessa classe em extinção será a mesma da ocorrência de respostas dessa mesma classe caso, no início da extinção, se se apresentasse um estímulo aversivo.

A curva cumulativa de extinção é um modo de representar o efeito líquido do reforço, efeito que pode ser descrito como uma predisposição para emitir certo número de respostas sem reforço posterior. Se agora punirmos as primeiras respostas emitidas na extinção, a teoria da punição nos levará a esperar que o restante da curva de extinção contenha poucas respostas. [...] Quando se realizou experimento semelhante, entretanto, verificou-se que embora as respostas punidas no início de uma curva de extinção reduzissem momentaneamente a frequência de respostas, ela elevou-se novamente quando já não houve punição, e finalmente todas as respostas vieram a ser emitidas. O efeito da punição foi uma supressão temporária do comportamento, não uma redução no número total de respostas. Mesmo sob punição severa e prolongada, a frequência de respostas aumentará quando cessar a punição. [...] Depois de certo tempo, a frequência de respostas não é mais baixa do que seria se não houvesse acontecido a punição (Skinner, 1998/1953, pp. 200-1)

Esse dado experimental sugere, portanto, que o efeito do estímulo aversivo sobre uma classe de respostas que o produziu é, a longo prazo, o mesmo efeito caso a classe não fosse “punida”. O efeito do estímulo aversivo é, portanto, imediato, temporário, fugaz. Ele dá a ilusão de que as respostas são suprimidas; no entanto, o tal do “efeito líquido do reforço” permanece o mesmo, com ou sem punição. Esse dado confere sustentação à ideia de Skinner de que a punição é um modo pouco eficaz de evitar a ocorrência de respostas. Seu efeito supressivo não se sustenta por longo tempo: será sempre necessário continuar punindo: a punição, portanto, não desfaz o que o reforço faz; apenas suspende no tempo o efeito do reforço⁸⁰.

Esse dado é importante para a discussão de Skinner contra a prática tão recorrente na cultura contemporânea de recorrer ao controle aversivo. Se ele é empregado “para” suprimir comportamento, tende a ser ineficaz. Isso significa que contingências mantidas pela cultura de modo a suprimir operantes que não lhe são úteis (como, por exemplo, comportamentos ditos “egoístas” ou “impulsivos”, apontados anteriormente) não produzem aquilo que deveriam fazer: eliminar operantes não importantes ou até nocivos para a sobrevivência da cultura. De fato, momentaneamente, eles podem até ser suprimidos: mas, a longo prazo, eles não o serão se as contingências não se mantiverem ao longo do tempo e em diversas circunstâncias. Isso torna, portanto, o emprego da punição altamente custoso, pois nunca será dispensável. Não à toa, Skinner questiona seu emprego quando discute formas de governo que a empregam de modo a gerar “obediência”:

Por que os governos se confinam a empregar controle aversivo? Por que não usam reforçamento positivo? [...] Uma resposta pode ser que [...] ações aversivas tem um tipo de prioridade genética. [...] É bastante fácil aprender tratar os outros agressivamente porque os resultados são

⁸⁰ Esse dado ganha mais força em algumas pesquisas experimentais envolvendo punição. Em muitas delas, elege-se um operante que, para ser formado e mantido, produz reforço positivo. Na sequência, geralmente na fase experimental desses experimentos, apresenta-se um estímulo aversivo contingentemente à ocorrência de instâncias desses operantes. Observa-se que o responder durante a punição diminui de frequência; no entanto, logo que a punição é suspensa, o responder aumenta numa frequência ainda maior do que a de quando o operante era simplesmente reforçado. A frequência de respostas que fica acima da média da frequência de quando o operante era apenas reforçado e mantido em uma taxa estável dá-se o nome de “respostas compensatórias”, atestando que o estímulo aversivo não afeta o “efeito líquido” do reforço (cf. Estes e Skinner, 1941)

especialmente rápidos (Skinner, 1978a, p.4)

A rapidez de que fala Skinner provavelmente se refere à redução brusca do responder gerada pela punição. No entanto, a longo prazo, essa redução mostra-se muito custosa para o grupo: exigirá, além do dispêndio de energia necessário para manter as contingências punitivas, uma vigilância permanente do comportamento.

O segundo efeito da punição que Skinner destaca também dá a ilusão de que os operantes que são punidos são suprimidos permanentemente. Esses operantes, ao produzirem estímulos aversivos, passam, eles mesmos, por conta do pareamento com o estímulo aversivo, a produzir estimulação aversiva condicionada automática. O responder incipiente de uma classe que, no passado, produziu estímulo aversivo passa a produzir estimulação automática também aversiva. Uma criança que foi punida ao dizer palavrões poderá interromper sua resposta verbal quando começar a dizer um, mesmo na ausência do agente punidor (suponha-se, sua mãe). O próprio organismo passa a produzir estimulação aversiva pelo seu responder que, no passado, produziu estimulação aversiva através de outra pessoa. Mesmo a ocasião em que o operante que foi “punido” passa também a ser fonte de estimulação aversiva. Se se pune um comportamento sexual, as situações em que ele foi eliciado ou evocado tenderão também a constituírem em circunstâncias com função de estímulo aversivo condicionado: ver imagens pornográficas, formas que se assemelhem a genitais podem produzir os mesmos respondentes produzidos pelo estímulo aversivo que puniu um operante. Esses respondentes tenderão, também, a competir com as respostas operantes que, no passado, produziram o estímulo aversivo. “[...] o comportamento que consistentemente é punido vem a ser a fonte de estímulos condicionados que evocam um comportamento incompatível” (Skinner, 1998/1953, p.204). A punição que dependeu de outro sujeito passa a ser produzida pelo próprio sujeito que emitiu operantes que foram punidos. Ele mesmo passa a ser o agente punidor de si.

Quando os estímulos são gerados pelo próprio comportamento punido, o indivíduo tem medo de agir – tem, como se diz, medo de si mesmo. [...] Se a condição se repete muitas vezes, como muito provavelmente é o que acontece com os estímulos autogerados, o medo pode vir a se tornar

O terceiro efeito da punição apontado por Skinner se relaciona com o que se disse de reforçamento negativo. Quando um operante é punido, ele mesmo⁸¹, bem como a estimulação que acompanhou a punição, adquire a função de estímulo aversivo condicionado. Nessa condição, qualquer operante que elimine ou atenuar essas estimulações será reforçado. Então, esse efeito da punição relaciona-se com o fato de que “o estabelecimento de condições aversivas [...] são evitadas por qualquer comportamento de ‘fazer alguma outra coisa’” (Skinner, 1998/1953, p.206). É interessante pensar em alguns desdobramentos desse efeito: um ambiente caracterizado por envolver muitas contingências de punição, será um ambiente em que um organismo irá sempre fugir ou se preparar para fugir; agirá não de modo a produzir algo, mas de modo a eliminá-lo; qualquer chance que tiver para escapar, não hesitará em fazê-lo. Quando o ambiente o encurrala de modo que não há escapatória, isto é, quando o ambiente inescapavelmente irá puni-lo, sem abrir margem para que ele emita respostas de fuga, acontece algo que Skinner chamou de resistência passiva:

[resistência passiva] consiste em simplesmente não se comportar em conformidade com os procedimentos controladores. Isso muitas vezes acontece quando o indivíduo extinguiu seus esforços de fugir ou se revoltar. O comportamento é exemplificado pela mula que não mais responde à estimulação aversiva do chicote. A criança, não obtendo sucesso ao evitar ou se revoltar contra o controle dos pais, simplesmente se torna teimosa (Skinner, 1998/1953, p.392)

Nessas condições extremas, a vida torna-se algo desinteressante, pouco promissora. O ambiente converte-se em algo que não inspira ação, melhoramento, transformação. Não há porque melhorar um ambiente que sistematicamente pune. A coisa mais promissora que se pode esperar dele é que ele se encerre, que ele dê alguma trégua.

⁸¹ A rigor, a estimulação automática produzida por ele.

Uma cultura que “generaliza” o risco, a ameaça, tende a gerar pessoas apáticas, temerosas e com baixíssima inclinação em agir de modo a contribuir para a cultura. O que elas fazem, é fugir, é procurar um lugar seguro, antes de tudo, para si mesmas. É por essa razão que Skinner diz que apenas o reforçamento *positivo* gera ações que promovem o melhoramento da cultura, seu cuidado, sua preocupação com o futuro, ou, numa palavra, sua sobrevivência. É também nesse ponto que parece muito clara a afirmação de Skinner levantada na última seção de que, quando se usa controle aversivo de modo indiscriminado, gera-se um ambiente em que o perigo parece ocupar cada canto. Fugir e escapar são tarefas permanentes. Esse poder de propagação do controle aversivo multiplica todos os efeitos acima apontados como nocivos à cultura. Operantes importantes para a cultura, mas mantidos por reforçamento negativo, tendem a deixarem de ser emitidos e o grupo tende a escapar de seus problemas, em lugar de enfrentá-los e solucioná-los. Se a punição é generalizada, todos esses efeitos recrudescem.

As informações relativas ao controle aversivo se acumularam e merecem ser sintetizadas. Vale resumir o percurso seguido até aqui, nessa incursão aos aspectos conceituais do tema.

Foi visto que dois fenômenos compõem tal tema: reforçamento negativo e punição. Definiu-se reforçamento negativo como o fortalecimento de operantes cujo efeito sobre o ambiente é o de reduzir ou abrandar estímulos aversivos correntes. Esses operantes recebem o nome de “fuga”. O operante de esquiva foi definido como um grupo de resposta que, ao eliminarem uma estimulação aversiva corrente, impedem o recebimento de outro estímulo aversivo. Foi dado especial destaque ao fato de a esquiva impedir o acesso a parcelas do ambientes que, *no passado*, eram aversivas. Punição foi definida como mera operação, em contraposição a um processo: constitui em apresentar um estímulo aversivo ou retirar um estímulo reforçador positivo contingentemente a ocorrências de respostas. Alguns efeitos da punição foram destacados: a tendência de ela gerar respostas incompatíveis com a punida, o que explica, em parte, a supressão temporária do responder; o efeito supressivo imediato que produz sobre o responder, que não se sustenta a longo prazo; o fato de o próprio responder punido gerar estimulação aversiva condicionada e automática; o pareamento do estímulo aversivo envolvido na punição com outros estímulos, inclusive com respostas de um organismo, tender a conferir-lhes função de

estímulo aversivo condicionado, o que significa que eles terão poder de reforçar novos operantes que o eliminem; e, por fim, quando não há escapatória ao controle aversivo, os organismos entram em um estado que Skinner chamou de “resistência passiva”: tornam-se apáticos, deixam de agir. Todos esses efeitos da punição podem ser caracterizados como fatores que agravam todos os efeitos negativos sobre a cultura do reforçamento negativo.

Todos esses efeitos do controle aversivo, por sua vez, guardam características em comum. O controle aversivo tem uma tendência de se propagar, no sentido de que tende a conferir a parcelas cada vez maiores do mundo a função de estímulo aversivo. Não só a estimulação antecedente presente nas contingências de reforçamento negativo e nas punitivas adquirem função de estimulação aversiva, mas a própria estimulação automática das respostas também passam a ter tal função. Isso se desdobra em outro efeito: a propagação da estimulação aversiva implica a tendência de aumentar o próprio repertório de fuga e esquiva. Como resultado, o organismo passa cada vez mais a fugir a se afastar de parcelas do ambiente. Os efeitos do controle aversivo parecem, portanto, convergir num ponto: eles afastam os organismos do contato com o mundo, fortalecem operantes que afastam seu contato com a realidade, empobrecendo o intercâmbio organismo ambiente. Isso é mais um motivo que revela como o controle aversivo pode ameaçar a sobrevivência da cultura.

DISCUSSÃO

Nesta seção de discussão, duas tarefas serão realizadas: 1. o percurso do trabalho será brevemente refeito, de modo a sublinhar os principais argumentos desenvolvidos e ligá-los de modo mais explícito, algo que pode ter sido comprometido devido ao volume do texto; 2. serão discutidas algumas questões que ficaram abertas na seção de Introdução e que foram respondidas ao longo do trabalho.

Este trabalho partiu da ideia de que o objeto de estudos da AC, bem como o modo como esse objeto é concebido, se caracteriza por envolver uma interação organismo- ambiente. Comportamento não é resposta nem estímulo: é a relação entre esses dois eventos. Mais do que isso, as relações entre estímulo e resposta são determinadas por relações de variação e seleção. As respostas têm consequências que podem fortalecer as classes a que pertencem. O papel do ambiente é seletivo, e não propulsor. Isso tem uma implicação importante: para se compreender o homem, é necessário compreender suas relações com o ambiente. No caso humano, esse ambiente ou é constituído por outros seres humanos ou é produto das ações humanas. Esse ambiente humano, além disso, evolui: as consequências do responder dos homens são determinadas não apenas pela resposta, mas pelo responder de outros sujeitos humanos que foram especificamente preparados para produzir essas consequências. Mais do que um ambiente social, o ambiente humano é especialmente cultural, pois envolve contingências que são transmitidas por mecanismos não exclusivamente genéticos.

Dado o papel crítico da cultura na determinação do comportamento, a AC não poderia dispensar a compreensão do ambiente cultural, ou das contingências mantidas pelo grupo, para se pensar o homem. Duas abordagens da cultura podem ser identificadas na obra de Skinner: uma conceitual, abrangente, que não incide sobre nenhuma cultura específica; e outra abordagem contextualizada, voltada para a análise da cultura contemporânea ocidental.

Essa segunda abordagem da cultura na obra de Skinner caracteriza-se por ser uma abordagem crítica, no sentido de que o autor apresenta uma série de contingências que ameaçam a sobrevivência do grupo. Essa abordagem de Skinner caracterizou-se por ser dispersa. Este trabalho foi instigado por essa constatação. Cada

palavra aqui presente só teve sentido de existir na medida em que pôde oferecer uma visão sistematizada dessa crítica: organizou seus principais elementos em unidades temáticas, bem como fundamentou cada um deles.

Essa tarefa de sistematização exigiu dois passos preparatórios, cuja função era delimitar tanto um campo de investigação (a cultura) bem como o modo como esse campo seria abordado, isto é, sob quais pressupostos epistemológicos e princípios teóricos Skinner abordaria a cultura, partindo-se da premissa de que a crítica de Skinner à cultura contemporânea ocidental estaria sustentada por tais pressupostos e princípios, bem como pelas suas teorizações sobre cultura. As informações discutidas na introdução não garantiam que essa premissa se mostraria verdadeira. Isso significa que, mais à frente, nesta discussão, ela será discutida.

No primeiro capítulo, esse modo de se abordar o campo de investigação da presente pesquisa (a cultura) foi delimitado: os pressupostos epistemológicos do BR e princípios teóricos foram explorados. Os principais temas tratados foram: o objeto de estudos da AC, a natureza desse objeto, o modelo explicativo de seleção por consequências e a evolução do comportamento em três níveis: o filogenético, ontogenético e cultural. Era de se esperar que a abordagem da cultura respeitasse as proposições do BR e da AC, outra questão em aberto que o desenvolvimento do trabalho pôde responder, e que será discutido nesta seção de discussão.

Partindo das coordenadas do primeiro capítulo, o capítulo subsequente explorou mais diretamente o campo de estudo da presente pesquisa, a cultura. Para introduzir-se à definição do conceito, a passagem do segundo ao terceiro nível de seleção foi descrita. Isto feito, chegou-se à sua definição: cultura foi identificada como contingências mantidas por um grupo, mas cuja propagação dessas contingências entre e intrageração não se alicerçava em mecanismos exclusivamente genéticos, mas, especialmente, no comportamento verbal. Dois temas pareceram de suma importância para aprofundamento da definição de cultura: comportamento social, já que as culturas dependeram de comportamento social para se constituírem; e o comportamento verbal, que exerce papel crítico na transmissão de comportamentos aprendidos. Em seguida, como uma nova estratégia para aprofundar o conceito de cultura, bem como capturar suas implicações, foi redigido um texto relativo à relação entre cultura e subjetividade. Na conclusão desse texto, foi visto que boa parte do ambiente interno dos sujeitos humanos é um produto da cultura: é apenas arranjando contingências especiais que parcelas do mundo interno aos sujeitos humanos viram

estímulos. O capítulo se encerrou com um texto que serviu de elo para o capítulo seguinte. No item “A possibilidade de se fazer uma crítica á cultura”, foi visto que um critério serviu para se dizer que uma dada prática cultural poderia ser alvo de crítica: a ameaça à sobrevivência a longo prazo da cultura. Além disso, deu-se destaque que uma crítica à cultura deveria verter sua atenção sobre práticas culturais, ou seja, contingências entrelaçadas que se perpetuem intra e entre gerações.

No terceiro e último capítulo, a crítica de Skinner à cultura a partir de nove textos do autor foi sistematizada por duas operações: uma de organização e outra de fundamentação. Esse tratamento dado aos nove textos deu origem a quatro unidades temáticas.

Na primeira, viu-se que Skinner foi um grande crítico das explicações internalistas, que situam a “causa” do agir dentro dos sujeitos humanos. E essa crítica se justificou na medida em que essas explicações tendem a ofuscar o papel do ambiente na determinação de problemas humanos (leia-se, por “problemas”, práticas culturais que podem ameaçar a sobrevivência, em longo prazo, da cultura); inibem o desenvolvimento do repertório de autoconhecimento e autocontrole; e inibem também, assim como o tornam até indesejável, o planejamento da cultura. Por essas razões, as explicações internalistas foram consideradas ameaças à sobrevivência da cultura.

A segunda unidade temática focou práticas que testemunham a negligência da cultura contemporânea ocidental em relação ao seu futuro remoto. Foi visto que duas suscetibilidades naturais, derivadas da evolução natural, se desenvolveram de modo a operarem como inibidores de ações que se baseiem nos eventuais efeitos em longo prazo (a suscetibilidade aos estímulos que se seguem imediatamente às respostas e a sensibilidade à reforços primários). Uma moral “antiquada” centrada nos valores de felicidade (traduzida como gratificação imediata e acúmulo de bens) e liberdade (traduzida como a não legitimidade de restrições que pesem sobre o presente) foi apontada como um dos motivos para que as suscetibilidades naturais deixassem de ser contrabalanceadas por contingências que favorecessem a sobrevivência em longo prazo.

Na terceira unidade, deu-se destaque a seis práticas sociais cujo efeito, dentre outros, é o empobrecimento do repertório comportamental: a divisão e especialização do trabalho, práticas que promovem economia do trabalho, a difusão do comportamento governado por regras, obediência às leis, práticas que geram alta

acessibilidade aos reforçadores e concentração de poder. Por empobrecerem o repertório comportamental, tendem a impor dificuldades ao grupo em resolver os impasses que ameaçam a sobrevivência da cultura.

Por fim, na quarta e última unidade, sublinhou-se como a difusão do controle aversivo pode ameaçar a cultura. E isso foi feito pela definição de reforçamento negativo e de punição, bem como pela caracterização de seus efeitos. Conforme os efeitos do controle aversivo foram destacados, deu-se ênfase ao fato de que controle aversivo é ineficaz na supressão de operantes que se constituem ameaças para a cultura sobreviver e ao de que gerar operantes de fuga e esquiva impedem ações que ocasionem transformações na cultura que podem aumentar as chances da cultura sobreviver em longo prazo.

Esse foi o produto deste trabalho. Algumas questões que ficaram abertas na Introdução merecem, agora, ser discutidas à luz do resultado obtido aqui.

A primeira delas é a seguinte: na Introdução foi apontado que Skinner discorre sobre o tema da cultura e lhe faz uma crítica. A crítica que ele faz mostrou-se ancorada nos pressupostos epistemológicos do BR e nos princípios teóricos da AC? Mais do que isso, a crítica à cultura contemporânea ocidental foi consistente com esses pressupostos e princípios?

A resposta à segunda pergunta é um bom caminho para responder à primeira. Viu-se que a cultura, definida como contingências mantidas por um grupo, é constituída por práticas culturais que se determinam pelas relações de variação e seleção. Uma questão que foi levantada no capítulo 2 foi a de que se as práticas culturais são selecionadas por produzirem consequências importantes para a sobrevivência do grupo, criticar essas práticas seria como criticar um princípio epistemológico, que diz que os fenômenos comportamentais são regidos pelas relações de variação e seleção. Isso seria, supostamente, uma enorme inconsistência teórica.

No entanto, foi vista a diferença entre valor de sobrevivência e a sobrevivência a longo prazo. Essa distinção é que abriu margem para que Skinner realizasse uma crítica à cultura se utilizando como critério último para realização de tal crítica a sobrevivência *remota* do grupo, e não a imediata. Todas as práticas que Skinner analisa tiveram, sim, valor de sobrevivência: de algum modo colaboraram ao grupo em se perpetuar. Mas, segundo Skinner, isso não é critério de sucesso de uma prática

(cf., Skinner, 1998/1953). O sucesso da prática será dado se ela ajudar a promover a sobrevivência do grupo a longo prazo. E, quanto a isso, as práticas que foram analisadas no capítulo 3 tendem a fracassar. Por exemplo, a negligência quanto ao futuro leva os sujeitos ocidentais contemporâneos a agirem tendo em vista apenas o impacto imediato de suas ações⁸². As relações de trabalho caracterizadas por serem divididas e especializadas têm um efeito importante para o grupo: produzem suas condições de existências, os “bens” de consumo, que são vendidos no mercado. Ainda assim, Skinner critica outro efeito, que tende a se ofuscar: o empobrecimento do repertório comportamental que minimiza o poder dos sujeitos, e mesmo do grupo, em lidarem com seus impasses. A difusão do comportamento governado por regras é importante para a agilidade do aprendizado dos sujeitos; no entanto, tende a distanciarlos das consequências diretas de suas ações, tende a fazê-los perder o contato com parcelas importantes do mundo e, eventualmente, se beneficiarem com esse contato. Nesse sentido, não há nenhuma inconsistência epistemológica entre a crítica de Skinner e seu modelo explicativo de seleção por consequências. Além do mais, se não houvesse sentido em analisar e intervir sobre práticas culturais, nem sequer haveria sentido em Skinner ser tão favorável ao planejamento cultural. Como apontam Micheletto e Sérgio,

[...] seria estranho falar e um homem agente obra do acaso, produto só de acidentes. São os ambientes sociais que permitirão ao homem o desenvolvimento de um repertório que possibilitará a superação do acaso; esse repertório se inicia com o controle operante da fala e chega à produção de conhecimento. [...] Para Skinner, é especial a produção de conhecimento e seu efeito sobre o comportamento humano, pois será esse conhecimento que possibilitará o planejamento

⁸² Poder-se-ia objetar quanto a isso apontando que, como muitos autores dentro da AC (p.ex., Tourinho, 2009) e fora dela (p. ex., Elias, 1994/1987) sugerem, a cultura contemporânea ocidental é marcada pelo incremento de repertório de autocontrole, em que muitas ações precisam ser tolhidas, e outras emitidas, em favor da produção de estímulos reforçadores remotos. De fato, esses argumentos tem seu sentido e contrabalançam a crítica de Skinner. No entanto, é bom frisar que a crítica de Skinner parece mais vergada ao fato de o futuro da cultura ser negligenciado nas ações dos membros da cultura. Mesmo quando agem em favor de um futuro mais promissor, são suas vidas particulares que estão em jogo (sobre esse ponto, há uma interessante discussão feita por Lipovetsky (2006/1992) sobre a possibilidade de essas duas tendências coexistirem mesmo quando o que está em jogo são os destinos individuais).

da cultura. A “análise de contingências” nos três níveis citados [...] permitirá planejar a cultura de forma a superar o acaso, já que as consequências selecionadoras poderão ser, pelo menos hipoteticamente, previstas e controladas. [...] Esse planejamento não livrará os homens de se submeterem ao controle pelas consequências, já que o próprio plano deverá passar pelo crivo da prática e, ao mesmo tempo, supõe a existência de um homem com capacidade de projetar (1993, p.18)

Uma coisa é mostrar que não há tensão entre o modelo de seleção por consequências e a crítica de Skinner à cultura contemporânea ocidental; outra coisa, que não é automaticamente derivada dessa proposição, é se essa crítica está escorada nos pressupostos epistemológicos do BR e nos princípios teóricos da AC, se ela é realizada sem que se possam identificar conceitos e pressupostos que confirmam sustentação à crítica.

Mesmo assim, a resposta é a mesma: há uma profunda intimidade entre o conteúdo da crítica de Skinner e o BR e a AC. Todas as unidades temáticas foram formadas lendo-se apenas os textos de Skinner voltados para crítica da cultura. Uma vez formadas as unidades, nada garantia que elas pudessem ser fundamentadas em outros textos de Skinner, fossem eles de caráter teórico, fossem de caráter epistemológico. No entanto, o resultado do tratamento das informações selecionadas e organizadas em unidades temáticas mostrou um atrelamento estreito e permanente entre cada elemento da crítica de Skinner e o BR e a AC. Na crítica de Skinner às explicações internalistas, às práticas que testemunham negligência da cultura em relação ao seu futuro remoto, às que geram empobrecimento de repertório comportamental e à difusão do controle aversivo, não foi difícil encontrar em outros textos do autor argumentos que ajudam a fundamentar tais críticas ou ajudem a compreendê-las.

O interessante desse atrelamento profundo entre crítica e o arsenal filosófico, teórico e empírico da obra de Skinner é que ele pode suscitar a ideia de que a crítica de Skinner à cultura foi quase um desdobramento necessário de sua produção intelectual filosófica e teórica. É interessante discutir, aqui, ainda que brevemente, se há uma continuidade necessária entre a produção filosófica e teórica de Skinner e sua

produção interpretativa da cultura.

De imediato, parece que não. Nada impediria que a produção filosófica, teórica e empírica de Skinner não se desdobrasse em seus trabalhos interpretativos relativos à crítica da cultura em que ele viveu. No entanto, se se mantiver em vista o critério de verdade do BR, talvez se introduzam alguns elementos que problematizem essa conclusão.

No texto *Operational Analysis of Psychological Terms* (1945), Skinner apresenta sua noção de verdade do conhecimento científico: “O critério fundamental para a boa qualidade de um conceito não é se duas pessoas chegam a um acordo, mas se o cientista que usa o conceito pode operar com sucesso sobre seu material” (Skinner, 1945, p.285). Em *Sobre o Behaviorismo* (1998/1953), diz ele que

O conhecimento científico é comportamento verbal [...]. É um corpo de regras para a ação eficaz. E há um sentido especial em que poderia ser “verdadeiro” se produzir a ação mais eficaz possível. [...] Uma proposição é verdadeira na medida em que ajuda o ouvinte a responder efetivamente à situação que ela descreve (Skinner, 1982a/1974, p.199)

Ora, se o conhecimento científico é o conhecimento que não é “verdadeiro” por espelhar a realidade, algo que violaria os pressupostos do BR – já que, se conhecimento é interação, não há como o cientista eliminar a influência de sua história para produzir conhecimento –, mas um conhecimento que leva à ação eficaz, não há melhor prova da validade do conhecimento produzido pelo BR e a AC do que ela levar ao sucesso em operar sobre o mundo. Se a expressão “sucesso em operar sobre o mundo” significar “sucesso em promover, em última análise, a sobrevivência da cultura”, então todas as críticas de Skinner à cultura e as eventuais intervenções guiadas por essas críticas seriam critério de validade do próprio BR e da AC. Nessa perspectiva, poder-se-ia dizer que a crítica de Skinner e o eventual sucesso em ela promover a sobrevivência da cultura seriam os critérios que confeririam às proposições do BR e da AC um caráter de verdade, tal como foi definida por Skinner. Portanto, pode-se dizer que a crítica de Skinner à cultura contemporânea é um desdobramento necessário de seu sistema filosófico, teórico e conceitual, pois será sua eficácia em transformar a realidade da cultura o critério último de sua validade. O

conhecimento não é contemplação do mundo; é ação: e se levar a uma ação eficaz, mostrar-se-á verdadeiro.

Referências Bibliográficas

Andery, M. A. (1997a). contribuição do behaviorismo radical para uma sociedade voltada para o futuro Em R. A Banaco,. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* São Paulo: Arbytes.

Andery, M. A. (1997b). O modelo de seleção por conseqüências e a subjetividade (1997b). Em R. A Banaco,. (Org.) *Sobre Comportamento e Cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (pp. 199-208) São Paulo: Arbytes.

Andery, M. A. (2010). Especificidades e Implicações da Linguagem como Comportamento Verbal. Em: E. Z. Tourinho e S. V. de Luna (orgs), *Análise do Comportamento: Investigações Históricas e Aplicadas* (pp. 61-99). São Paulo: Roca.

Andery, M. A., Micheletto, N. e Sérgio, T. M. (Orgs.) (2007). *Comportamento e Causalidade* (disponível em http://www.pucsp.br/pos/experimental/graduacao/Downloads/comportamento_causalidade_2009.pdf)

Andery, M. A. e Sérgio, T. M. (2002). O pensamento é uma categoria no sistema skinneriano? *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 54 (3), pp. 274-283.

Andery, M. A. e Sérgio, T. M. (2003). Metacontingencias y dialéctica: son incompatibles? *Revista Latinoamericana de Psicología*, 35 (3), pp. 273-280.

Carrara, K. (2005). *Behaviorismo Radical: crítica e metacrítica*. São Paulo: Ed. UNESP. (Trabalho original publicado em 1998)

Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artes médicas.

Elias, Norbert (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (Trabalho original publicado em 1987)

Figueiredo, Luís Cláudio M. e Santi, Pedro Luiz Ribeiro (1991). *Psicologia: uma nova introdução*. São Paulo: Educ.

Glenn, S. (1991). Contingencies and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. Em: P. A. Lamal (ed.), *Behavior Analysis of Societies and Cultural Practices* (pp.39-73). New York: Hemisphere.

Glenn, S. (2003). Operant contingencies and the origins of cultures. Em: K. A. Lattal & P. N. Chase (Eds), *Behavior theory and philosophy* (pp. 223-242). New York: Kluwer Academic/Plenum

Glenn, S. (2005). Metacontingências em Walden Two. Em: J. C. Todorov, R. C. Martone & M. B. Moreira (Orgs). *Metacontingências: comportamento, cultura e*

sociedade. Santo André, SP: Esetec

Giannetti, E. (1997). *Auto-engano*. São Paulo: Cia das Letras.

Giannetti, E. (2010). *A Ilusão da Alma: biografia de uma ideia fixa*. São Paulo: Cia das Letras.

Harris (1978). *Vacas, Porcos, Guerras e Bruchas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Holland, J. (1983). Comportamentalismo – parte do problema ou parte da solução? *Psicologia*, 9 (1), 59-75. (Trabalho originalmente publicado em 1978)

Laurenti, C. e Lopes, C. E. (2008). Uma Explicação Não-Causal do Comportamento no Behaviorismo Radical. *Acta Comportamentalia*, 16 (3), pp.379-397.

Lipovetsky, Gilles (2005). *Sociedade Pós Moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Barueri, Ed. Manole. (Trabalho original publicado em 1992)

Lipovetsky, Gilles (2006). *A Felicidade Paradoxal*. São Paulo, Companhia das letras.

Lipovetsky, Gilles (1983). *A Era do Vazio*. Lisboa, Relógio D'água.

Lipovetsky, G. e Serroy, (2009). *A Tela Global: mídias culturais e cinema na era hipermoderna*. Porto Alegre: Editora Sulina

Micheletto, N. e Sérgio, T. M. (1993). Homem: Objeto ou Sujeito para Skinner? *Temas em Psicologia*, 2.

Rushdie, S. (2010). *Haroun e o Mar de Histórias*. São Paulo: Cia das Letras. (Trabalho publicado originalmente em 1990)

Sério, T. M. (2005). O behaviorismo radical e a psicologia como ciência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 2 (1), pp. 247-261.

Sério, T. M., Andery, M. A. e Micheletto, N. (2005). A noção de variabilidade na obra de B. F. Skinner. *Acta Comportamentalia*, 13 (2), pp. 99-109.

Sidman, M. (2001). *Coerção e suas Implicções*. Campinas: Livro Pleno.

Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277.

Skinner, B. F. (1971). *O Mito da Liberdade*. Rio de Janeiro: Edições Bloch.

Skinner, B. F. (1972a). Humanism and behaviorism. In: Skinner, B.F. (1978) *Reflections on Behaviorism and Society*. Englewood Cliffs: Prentice Hall

Skinner, B. F. (1972b). *Tecnologia do Ensino*. São Paulo: EPU. (Trabalho original

publicado em 1968)

Skinner, B. F. (1972c). Design of cultures. In: Skinner, B. F., *Cumulative Record: a Selection of papers*. New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1961)

Skinner, B. F. (1973). Are we free to have a future? In: Skinner, B.F. (1978) *Reflections on Behaviorism and Society*. Englewood Cliffs: Prentice Hall

Skinner, B. F. (1975). Ethics from helping people. In: Skinner, B.F. (1978) *Reflections on Behaviorism and Society*. Englewood Cliffs: Prentice Hall

Skinner, B. F. (1976). Walden Two Revisited. In: Skinner, B.F. (1978) *Reflections on Behaviorism and Society*. Englewood Cliffs: Prentice Hall

Skinner, B. F. (1977). Human behavior and democracy. In: Skinner, B.F. (1978) *Reflections on Behaviorism and Society*. Englewood Cliffs: Prentice Hall

Skinner, B. F. (1978a) *Reflections on Behaviorism and Society*. Englewood Cliffs: Prentice Hall

Skinner, B. F. (1978b). *Comportamento Verbal*. São Paulo: Editora Cultrix. (Trabalho original publicado em 1957)

Skinner, B. F. (1979). The non-punitive society. (Disponível no site http://www.bfskinner.org/bfskinner/Articles_files/non-punitive_society.pdf)

Skinner, B. F. (1982a). *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974)

Skinner, B. F. (1982b). Why we are not acting to save the world?. In: Skinner, B.F. (1987) *Upon Further Reflection..* Englewood Cliffs: Prentice Hall

Skinner, B. F. (1982c). Contrived reinforcer. *The Behavior Analyst*, 5, 3-8.

Skinner, B. F. (1984a). *Contingências de Reforço: uma análise teórica*. São Paulo: Abril cultural. (Trabalho original publicado em 1969)

Skinner, B. F. (1984b). The evolution of behavior. *Journal of The Experimental Analysis of Behavior*, 41, 217-221.

Skinner, B. F. (1985). News from nowhere. In: Skinner, B.F. (1987) *Upon Further Reflection*. Englewood Cliffs: Prentice Hall

Skinner, B. F. (1986). What is wrong with daily life in the western world? *American Psychologist*, 41, 568-574.

Skinner, B.F. (1987). *Upon Further Reflection*. Englewood Cliffs: Prentice Hall

Skinner, B. F. (1998). *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953)

Skinner, B. F. (2007). Seleção por conseqüências, *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1, pp. 129-137. (Trabalho original publicado em 1981)

Tourinho, E. Z. (2006). Mundo interno e autocontrole. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v.2, n.1, 21-36.

Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e Relações Comportamentais*. São Paulo: Paradigma.